

HISTÓRIA

Questões
& Debates

30



*Espaço
e sociabilidades*

Editora
UFPR

HISTÓRIA

Questões
& Debates



Reitor

Carlos Roberto Antunes dos Santos

Vice-Reitor

Romolo Sandrini

Diretor da Editora da UFPR

Luiz Carlos Ribeiro

História: Questões & Debates, ano 16, n. 30, janeiro/junho 1999
Publicação semestral da Associação Paranaense de História (APAH)
e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Conselho Editorial

Luiz Carlos Ribeiro (editor), Aldair T. Rizzi, Carlos A. Faraco,
Carlos R. A. dos Santos, Edson da Costa, Euclides Marchi, Magnus P. de Mello,
Marionilde D. B. de Magalhães, Márnio T. Pinto, Plínio J. Smith,
Renan Frighetto, Sérgio O. Nadalin, Silvia Maria P. de Araújo

Conselho Consultivo

Ana Cleide Cesário (UEL), Caio Cesar Boschi (UFMG), Celso Fonseca (UnB),
Eni de Mesquita Samara (USP), Edgar Salvadori De Decca (Unicamp),
Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ), Luis Reis Torgal (Universidade de Coimbra),
Pedro Paulo de Abreu Funari (Unicamp), Ronald José Raminelli (UFF),
Renato Janinè Ribeiro (USP), Sandra Jathay Pesavento (UFRGS)

Indexada por Historical Abstracts, America: History and Life e Ulrich's

HISTÓRIA

Questões
& Debates

.....
ANO 16 - N.º 30 - JANEIRO A JUNHO 1999

Editora
UFPR

Editora da Universidade Federal do Paraná

Centro Politécnico - Jardim das Américas

tel./fax (41) 361-3380 / 267-5973

Caixa Postal 19.029

81531-990 - Curitiba - Paraná - Brasil

e-mail: editora@cce.ufpr.br

Coordenação editorial: Marildes Rocio Artigas Santos

Coordenação de revisão: Solange Loos

Revisão de textos em português: André Akamine Ribas

Jefferson Siguera Kimura

Revisão de textos em inglês: Eva Dalmolin

Editoração eletrônica: Jomar Domingues Ribas

Capa: Cecília Yojo

Ilustração da capa: *Antes da Aleluia*, óleo sobre tela de Artur Timotéo da Costa, 1907

In: LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores negros do oitocentos*.

São Paulo: E. Araújo, 1988. p. 225.

A revista *História: Questões & Debates* n. 30, 1999,
poderá ser obtida, em permuta, junto à Biblioteca Central - Caixa Postal 19.051
e-mail: inter@bc.ufpr.br

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: questões & debates. Curitiba, PR: Ed. da UFPR,
v. 1, n. 1, 1980

v. 16, n. 30, jan./jun. 1999

1. História - Periódicos

Samira Elias Simões CRB-9/755

Série Revistas da UFPR, n. 75

ISSN 0100-6932

Ref. 256

PRINTED IN BRAZIL

Curitiba, 2000

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

APRESENTAÇÃO

Os textos aqui apresentados sob o tema *Espaço e sociabilidades* refletem interesses e problemas de investigação de pesquisadores preocupados com as formas de convívio entre grupos humanos, bem como com os palcos privilegiados dessas mesmas formas de interação social. São textos que apontam para pesquisas recentes, as quais privilegiam as formas de sociabilidades entre imigrantes europeus, entre mulheres escravas ou forras, entre mulheres abastadas ou pobres do mundo urbano, entre indivíduos de comunidades tradicionais, entre cativos e negros livres urdidos pelas identidades étnica, profissional ou religiosa, entre boêmios da cidade contemporânea, entre gêneros envoltos em conflitos amorosos. Essas dimensões das sociabilidades são discutidas aqui, ao mesmo tempo, do ponto de vista dos espaços, dos palcos urbanos nos quais elas se desenrolavam; as cidades e as aldeias são, assim, configurações recorrentes, sejam estas situadas na sociedade chilena tradicional, no medievo português, no contexto da América portuguesa ou na contemporaneidade burguesa carioca ou da Curitiba do século que ora se encerra. Trata-se, em conjunto, de um esforço coletivo de pesquisadores mais ou menos articulados entre si no sentido de constituir uma reflexão comum em torno não apenas dos *espaços* construídos pelas interações sociais, pelas configurações marcadas pelas interdependências entre os indivíduos, mas também pelas formas de *sociabilidade* muitas vezes baseadas em princípios identitários que esses espaços ensejam. Não se deve crer que estes textos reflitam, por fim, um produto pronto e acabado relativamente ao tema mais amplo, dado pela expressão *espaço e sociabilidades*; antes, propicia-se aqui um ponto de partida teórico, uma página aberta às indagações de leitores aptos a identificar os componentes do que venha a ser uma linha de pesquisa de grande alcance temático e espacial.

Luiz Geraldo Silva
Comissão Editorial

SUMÁRIO

Dossiê: Espaço e sociabilidades

- 11 *Em certa corporação: politizando convivências em irmandades negras no Brasil escravista (1700-1850)*
Carlos A. M. Lima
- 39 *Sociabilidades e relações afetivas entre os gêneros do universo popular*
Cláudia Quaquarelli
- 57 *Espaço urbano e cidadania feminina no Paraná na virada do século*
Etelvina Maria de Castro Trindade
- 83 *Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814)*
Luiz Geraldo Silva
- 111 *Cortesias, civilidade, urbanidade: conversando com Norbert Elias sobre a conformação do espaço e das sociabilidades na cidade medieval portuguesa*
Magnus Roberto de Mello Pereira
- 147 *A cidade iluminada: olhares sobre a cidade à noite destacando o território de Copacabana*
Maria Izilda Santos de Matos
- 167 *Espacios de sociabilidad y desencuentro en la aldea chilena tradicional, 1700-1900*
René Salinas Meza
- 205 *Cidade, ciclos matrimoniais e etnicidade: imigrantes e descendentes de origem germânica e luterana em Curitiba; 1866-1939*
Sergio Odilon Nadalin
- 227 *Mulher e herança africana: um ensaio*
Sheila de Castro Faria

Resenhas

- 247 A history of women's bodies
Ana Paula Vosne Martins
- 255 Multidões em cena: um novo olhar sobre o varguismo e o peronismo
Marcos Napolitano

Dossiê: *Espaço e sociabilidades*

EM CERTA CORPORAÇÃO: POLITIZANDO CONVIVÊNCIAS EM IRMANDADES NEGRAS NO BRASIL ESCRAVISTA (1700-1850)

Carlos A. M. Lima*

RESUMO

Este artigo lança luz sobre os mecanismos implícitos na definição da composição de irmandades negras no Brasil escravista. Era através delas que muitos escravos e libertos vivenciavam o Catolicismo entre 1700 e 1850. Critérios de pertinência eram objeto de muita ênfase por parte das confrarias, mas também de muita variação no tempo e no espaço. Conclui-se ser possível atribuir significado e lugar aos mecanismos de inclusão e de exclusão então estabelecidos, o que por sua vez aclarará o sentido mais amplo da experiência.

Palavras-chave: escravidão e libertos, irmandades negras, comunidade escrava.

ABSTRACT

Many slaves and freedmen in Colonial and nineteenth century Brazil experienced Catholicism through membership in black brotherhoods. Great concern was posed on the composition of these institutions. Sometimes it was restricted to creoles. Sometimes, to africans brought from a particular african region. My point in this article is to offer an explanation to the patterns of recruitment observed in the black lay brotherhoods.

Key-words: slavery and freedmen, black brotherhoods, slave community.

Escravos e libertos, ou seus descendentes, constituíam frequentemente irmandades leigas na América Portuguesa. Através delas, encaminhavam o culto, procediam a cerimônias fúnebres, participavam de atividades coletivas, religiosas ou não, obtinham alforrias e auxiliavam irmãos em dificuldades. Há questões ainda polêmicas na bibliografia a seu respeito, sobretudo o estatuto exato a conferir à reivindicação de que origens étnicas deveriam ser um dos fatores decisivos no estabelecimento da identidade de cada uma delas.

Partindo de um apanhado da bibliografia pertinente, deve-se ini-

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

ciar com Antonil, que viu nelas uma espécie de lenitivo da escravidão e das desigualdades sociais. Quando buscava propor normas para a relação senhor-escravo, referia-se às irmandades negras de um modo bastante específico.

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gasto dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juízes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. Porque se os juízes e juízas da festa houverem de gastar do seu, será causa de muitos inconvenientes e ofensas a Deus, por serem poucos os que o podem licitamente ajuntar (Antonil, 1982 [1711], p. 92).

É estranha esta visão laicizada do culto da Virgem, sobretudo em saindo da pena de um jesuíta.¹ Não resta outra alternativa senão a de interpretar que Antonil atribuía *aos escravos* aquela postura secularizada.

Quase na mesma época, o frei Agostinho de Santa Maria formulou uma concepção inteiramente diversa. Referia-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da paróquia de São Gonçalo da vila de São Francisco (Bahia) enfatizando que

Com santa emulação à grande reverencia, & devoção com q os pardos do destricto da Villa de S. Francisco festejavão, & servião à sua Senhora do Amparo, mandarão fazer os pretos cativos de toda aquella Villa, & seu destricto devota Imagem da Senhora do Rosario, que collocarão em a mesma Paroquia de São Gonçalo, o que fizerão com muyto grande festa a sue [sic] modo. He esta santissima Imagem formada de madeyra de boa escultura, & bem estofada: está com o Santissimo Filho

¹ Sobre o enorme envolvimento dos jesuítas que na época moderna atuavam nas Américas, *vide* Lafaye (1992, p. 225-259).

Menino em seus braços, com o ornato de manto, & coroa; e sua estatura são tres palmos & meyo.

He muyto para admirar a fervorosa generosidade, com que aquelles pretinhos servem à sua Senhora; pois sendo pobres, & cativos, & não tendo nada, que possuam, para servirem, & festejarem à Senhora, o fazem com tanta grandeza, que em tudo excedem aos brancos, esmerando-se muyto em levar a vantagem a todos os mais [...] (Santa Maria, 1947 [1722], p. 86).

Segundo a análise deste agostiniano descalço, intervinha na questão a emulação entre divisões étnicas, raciais e sociais dos não-brancos da área, assim como as efetivadas entre estes e os tidos socialmente por brancos, consistindo tudo em um ambiente que se pode considerar como fortemente corporativo. É de se notar que detectava algo parecido com o enfatizado por Antonil:

[...] fazem a festa da Senhora em huma das oytavas do Natal pelas rasoens referidas & com tanta alegria, & com tantos instrumentos dos que elles usaõ a seu modo, que he muyto para ver, & tambem para admirar os seus grandes festejos, que parece que só nisto cuydaõ [...]. (Santa Maria, 1947 [1722], p. 86).

Fazem-no, entretanto, em virtude da devoção antes descrita (“pelas rasoens referidas”), sendo assim apenas aparente o centramento no festejo. É decisivo para Santa Maria o fato de que “[...] nesta grande alegria se reconhecem as maravilhas de Deos, & os favores, & mercès da Maria Santissima, pois faz com a sua devoção se alegrem tanto os pretinhos, que parece huns doudos de contentes [...]”.

Era a própria devoção que alegrava, segundo o frei, consistindo a festa em uma quase epifania. Por esta razão, a imagem venerada pela Irmandade teria sido, tanto quanto as dezenas de invocações que referencia como representadas na imaginária baiana, “milagrosa”: “Vejaõ agora os pretos o quanto são devedores, & obrigados ao muyto, que devem ao Filho de Deos, & àquella excelsa Senhora, & sua grande Mãe, que taõ anticipadamente os adoptou por filhos.”

Além da emulação profana e da alegria inscrita no festejo, ela própria um milagre, se achava em circulação a concepção de Maria como intercessora, mãe. Diante da mediação mariana, a emulação corporativa

ganhava uma espécie de sanção divina, não sendo vista como governada por motivos seculares. Além disso, era disputada pelos favores da Senhora:

Notavel he a estimação que Deos faz dos pretos; todos estes são descendentes do Rey da Ethiopia; porque a Ethiopia he a principal Monarquia da Africa; & assim do Ethiopes [sic] procedem os mais pretos de toda aquella grande parte do mundo; & assim digo, que estima Deos tanto aos pretos, que mil annos antes de tomar o nosso sangue, deu aos pretos o seu [...] (Santa Maria, 1947 [1722], p. 85).

Assim, tudo convergiria para uma imagem dos fervorosos marianos como grupo eleito. Referindo outra confraria negra, a de Nossa Senhora do Rosário de Conceição da Praia (Salvador), retoma a temática da alegria e fervor negros como milagres da Senhora: “[...] esta tão grande devoção, & affecto com que os pretos servem a Senhora, se tem por uma de suas grandes maravilhas [isto é, da Virgem] [...]” (Santa Maria, 1947 [1722], p. 76). A seguir, refere o que se consideraria o retorno em parte profano, em parte sobrenatural da mediação mariana exercida na emulação corporativa:

[...] sendo rusticos, & barbaros para o mais, para servirem, & louvarem a Senhora cada hum delles he hum Demosthenes, ou hum Plataõ. Nas suas enfermidades, & trabalhos invocaõ a esta sua soberana Rainha, que muyto os ama, sem ter horror aos seus escuros, & tismados braços, & lhe dá saude, & na hora da morte lhe assistirá como solicita, & amorosa Mãe, que não despreza os seus pretinhos, & entã lhes pagará o seu fervoroso zelo, & grande disvello que põem em o seu serviço, & culto (Santa Maria, 1947 [1722], p. 76).

Ou ainda, tendo em vista os “pretinhos” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da paróquia de São Pedro, afirma que de “sua grande Senhora” “elles se gozam muyto de serem escravos, para a obrigarem a que lhe dem valor, & fortaleza, para vencerem ao infernal inimigo de suas almas”. “[A]inda que são pobres, & cativos, a sua fervorosa devoção os faz ricos, & generosos [...]” (Santa Maria, 1947 [1722], p. 65-66).

As análises recentes mudaram um pouco o foco da análise. Boschi (1986, p. 170-171) sugere que as irmandades negras difundiam a imagem de um “falso igualitarismo” e espalhavam pelo corpo social um “consolo” de índole religiosa. Como as irmandades leigas de modo geral, teriam sido *instrumentos do domínio colonial*. Silveira (1988, p. 168-169) as entende como forma de domínio sob um ponto de vista diverso, enfatizando a relação escravista e conferindo maior peso aos conflitos e acomodações entre senhores e cativos. Elas, assim, teriam tido as funções de acirrar as divisões entre escravos e de instituir autoridades internas dotadas de poder repressivo. Scarano (1976, p. 79ss, 143ss) indaga sobre as funções das confrarias em relação aos próprios escravos. Elas propiciariam bases para uma *inserção eficaz dos cativos no tecido social*, ou a “integração do homem de cor”. Enfatiza os aspectos psicológicos, mas também o que chamaríamos, na linguagem de uma historiografia mais recente, de estratégias de sobrevivência e de mobilidade, ou o “auxílio mútuo”. Postos no ponto mais subordinado da sociedade e vendo esta posição cristalizada numa condição jurídica, escravos *obtinham uma identidade*, de tal modo que permanecer “em seu lugar” era ainda assim e por isso mesmo possuir um lugar (Mulvey, 1980, p. 255). Recentemente somou-se a isso a percepção da conformação de uma “identidade social” pelo manejo de símbolos, independentemente de sua origem (Oliveira, 1996, p. 17-20). Apontando para uma *releitura* da hagiografia católica pelos cativos, mais que dirigir a atenção para sobrevivências culturais, sugere-se que as irmandades conformavam uma perspectiva original, dada pelo embate escravista e a interação de africanos com um meio novo. Além de apontar para a inserção no tecido social mediante concentração de recursos, esta análise chama a atenção para a elaboração simbólica necessária a tal processo.

Russell-Wood (1974, p. 569) também defende terem as irmandades negras respondido às necessidades de amortecer as pressões advindas de uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos. Mas faz avançar o argumento, tratando-as como resposta ao “desejo de formar entidades corporativas” (Russell-Wood, 1974, p. 577), ou à presença mesmo entre os cativos de uma “identidade corporativa” (Russell-Wood, 1974, p. 573),² apelando assim a elementos de matriz étnica, africana. Em segundo lugar,

2 Julita Scarano também se refere à preservação, através das irmandades, de um espírito associativo de raiz africana. Ver Scarano (1976, p. 112).

aponta para o enraizamento da experiência na necessidade de formação da comunidade escrava no Novo Mundo. Agregue-se a análise de João Reis (1991, p. 56), que chama a atenção para uma identificação étnica constitutiva da experiência, mas ao mesmo tempo para processos em que tais identificações eram ultrapassadas por intermédio do que denomina “alianças”. Ainda no ponto de vista da afirmação, Scarano levanta, a partir de Bastide, a questão das sobrevivências religiosas africanas.³ Esta postura é algo diferente da de Russell-Wood, pois para este o que sobrevivia dentro das irmandades eram mais esquemas de organização social que identificações religiosas, o que lhe permite inserir o tema da comunidade cativa.

Esta discussão sobre irmandades negras expressa posições mais amplas a respeito das irmandades leigas em geral. De um lado, Boschi (1986) afirma que aquelas instituições constituíam estratégias de exercício do poder de natureza colonial, nos casos em que este devia chegar às articulações mais íntimas do tecido social. De outro lado, lê-se em Maxwell (1977), que elas expressavam uma vitalidade da sociedade diante do Estado Português propiciada pela urbanização e pelo mercado interno em Minas Gerais no século XVIII.

Este texto chama a atenção para outras possibilidades de análise das confrarias negras. Há poucas instituições escravas sobre as quais se possuam tantas referências, embora a maioria delas seja pontual e extremamente lacunar, mesmo em estudos monográficos sobre irmandades específicas. Resulta que mesmo estes trabalhos nos deixam diante de muitas questões em aberto. Defendo que, diante destas circunstâncias, é necessário insistir mais em comparações e no caminho de buscar que se iluminem reciprocamente referências documentais a respeito de um mesmo tipo de tema provenientes de confrarias bastante afastadas umas das outras no tempo ou no espaço. Assim, argumentarei com base em exemplos pautados por esta concepção. Na medida do possível, serão retirados do que se conhece sobre confrarias bastante afastadas no espaço, de preferência aos pares, confrontando casos provenientes de áreas de pequena população escrava com as situações de locais mais centrais.

É comum chamar-se a atenção para diversos tipos de solidariedade inscritos naquele tipo de instituição. Cada um destes tipos de solidariedade

³ E isto já em relação às irmandades de negros existentes em Portugal no início da época moderna (Scarano, 1976, p. 46 e Bastide, 1971, p. 93ss).

sugere uma espécie de identificação, com sua contrapartida na exclusão de outros cativos e forros. Há referências aos critérios étnicos como criadores de afinidades. O “étnico”, em um primeiro sentido, enfatiza as grandes regiões africanas de embarque, ou então a co-presença na embarcação em que se veio da África, como no caso das confrarias que se identificavam com uma procedência angolana. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Salvador, por exemplo, teria sido fortemente angolana por volta de 1768, ano em que solicitou à Metrópole permissão para honrar Nossa Senhora no “idioma de Angola” (Russell-Wood, 1974, p. 573, n. 12). Mas a região correspondente, na África, é muito ampla para que se possa imaginar que se tratasse de um único grupo étnico. Tratava-se de identificação africana elaborada em condições muito distantes das daquele continente.

Compromissos mostram outras definições destas identidades que, por falta de melhor termo, chamo de étnicas. Refiro-me a que em alguns casos escravos e libertos se referiam a grupos dotados de nome, limites e organização política separada *na África*, indo além da circunscrição de grandes áreas de embarque. Um exemplo é o da “Confraria de N. S^a. Dos Remedios dos Pretos de Minas [sic] de Nação Manguim [sic]. Collocada na capella de St^a. Ephigenia do ‘Rio de Janeiro’” (Gouveia, 1950, p. 237).

Referem-se também critérios de pertinência inscritos na cor atribuída. Assim, nas Minas Gerais de 1786, uma “Irmandade de São Gonçalo Garcia *dos pardos forros e cativos*, ped[ia] permissão ‘para poderem, na nova capela, fazerem algumas obras precisas e acrescentá-la, por ser pequena’”⁴. Neste caso, a cor atribuída restringia as possibilidades de inclusão na irmandade para muitos libertos e escravos. O termo não parece ter sido utilizado gratuitamente, pois há referências na documentação a irmandades que restringiam as possibilidades de acesso a sujeitos designados como “pretos forros”. É o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Coligipe (Bahia). Referindo-se à imagem da Virgem presente em altar lateral da matriz da freguesia, Frei Agostinho de Santa Maria dizia que “Servem-na os Pretos forros com muyta devoção em hua Irmandade” (Santa Maria, 1947 [1722], p. 125).

Também de pretos forros era a irmandade do Rosário de Itabira, em 1799 (Gouveia, 1950, p. 226). A cor aparece como critério em

4 *Apud* Documentação referente a Minas Gerais existente nos arquivos portugueses. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 26, p. 292, maio 1975.

movimento no caso seguinte. Em Mariana (Minas Gerais), durante o ano de 1823, a Irmandade do Rosário dos Pretos local contratou com o conhecido artista Manoel da Costa Ataíde obras de pintura e douramento em sua igreja. Realizada a mesma, entretanto, Ataíde não recebeu o combinado, a aliás muito grande quantia de um conto e trezentos mil-réis, motivando o juiz da Irmandade a escrever-lhe o seguinte:

Emmim não está aduvida doseu recebimento, eja eu assim tenho fallado para se ajustarem emmesa para faserem acceitação daObra, Porem sahirão elles disendo, quelafoi hum homembranco, quedissera á elles, que vozmoce recebia esses trezentos milreis muito mal e indevidamente, e que elles os pretos, que ficavaõ responsaveis a responderem a Deos; por quanto, que era huma obra dehumconto, e tresentos milreis, que não eradous vintens, para encher atalha deoca, em lugar de algumasparagens, que era oiro, e que vozmoce fasia isso por ser obra denegro; e por issificaraõ scismaticos sobre esseultimo pagamento, pois me tem incommodado isso muito, por que he contra omeu genio, etenho estado aver se posso arranjar isso debaicho deprudencia. [...]⁵

A procedência em sentido amplo, denotando a dicotomia africanos/crioulos, aparecia igualmente como dado decisivo no estabelecimento de afinidades e solidariedades. Patricia Mulvey, por exemplo, localizou compromissos de 81 Irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Vinte e quatro destes documentos mostram que as confrarias respectivas restringiam a participação a crioulos. Cinco só aceitavam africanos, ao passo que apenas uma apontava receber tanto africanos quanto crioulos (Mulvey, 1980, p. 277).

A condição jurídica representava outro critério eventualmente invocado para definir possibilidades de inserção em irmandades específicas. Logo acima foram anotados dois exemplos, provenientes de uma pequena localidade mineira e do importante centro escravista representado por Salvador.

5 O processo originado pela questão está transcrito no *Anuário do Museu da Inconfidência*, ano III, 1954. A carta citada se acha à p. 157. Sem grifo no original.

O decisivo, entretanto, reside em que, se em dados momentos estas identidades podiam mostrar-se geradoras de exclusivismos, em outros elas aparecem sendo claramente abandonadas. Quanto aos critérios étnicos, a historiografia produziu uma interpretação importante. A variável mais decisiva no estabelecimento de seu impacto seria o número de escravos verificado na área em que se estabeleciam as irmandades. O grande número de escravos presentes nas áreas mais centrais na América Portuguesa teria permitido que elas se dessem como que ao luxo de desprezar eventuais membros, com base em aplicações “ortodoxas” do princípio da co-pertinência étnica. Em localidades com contingentes cativos mais modestos, por outro lado, aqueles que quisessem inserir-se teriam a possibilidade de fazê-lo sem problemas (Scarano, 1979, p. 3). Parece-me, entretanto, haver aqui um pressuposto duvidoso, qual seja o de que as confrarias de escravos e libertos tinham ou pretendiam ter necessariamente grandes dimensões, o que as levaria a discriminar candidatos apenas nos locais em que, ainda assim, poderiam ter muitos membros. Já em locais de pequena população cativa, a única estratégia de crescimento teria sido aceitar quase todo mundo. Entretanto, o que se nota nos apanhados disponíveis de compromissos de confrarias é a pequena quantidade de assinaturas aposta a cada um deles.

Alfredo Gouveia levantou compromissos de entre 1716 e 1807 presentes no “cartório do extinto Conselho Ultramarino”. Aparecem casos como o de uma irmandade de homens pretos do Rio de Janeiro (Santo Antônio da Mouraria), cujo compromisso continha 14 assinaturas; o da confraria do Senhor Bom Jesus dos Martírios de Cachoeira, com apenas quatro; o da “muito Venerável Irmande. da virgem N. Senhora do Rosário dos homens pretos desta frega. de S. Miguel de Ipojuca”, de 1724, com 11; o da “Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção dos Pardos do Rio de Janeiro”, de 1792, que tinha 16; o do Rosário do arraial do Rio Manso, comarca do Serro do Frio, que em 1794 angariou 14 assinaturas; ou o de São Benedito, em Goiás, que trazia 16 (Gouveia, 1950, *passim*). Há também o caso da “Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios na sua Igreja no lugar da rua de Hortas em Santo Antonio do Recife de Pernambuco”, que totalizava 26 irmãos em 1773 (Gouveia, 1950, p. 221). Apenas o “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario, erecta na Cappela de Santo Antonio do Rio do Peixe, filial da Matris da Villa do Principe, bispado de Mariana” tinha 31 assinaturas em seu compromisso (Gouveia, 1950, p. 230). Mesmo as que atingiram tamanho

apreciável eram diminutas à partida. O fato de ter sido normal um pequeno número de membros pode ser acompanhado através da constatação de que confrarias negras se multiplicavam em localidades minúsculas quanto a seu contingente cativo. Belém, por exemplo. Não obstante abrigar apenas cerca de três mil cativos no final do século XVIII (Cardoso, 1983, p. 141), existiam ali duas irmandades negras – a do Rosário e a de São Benedito (Tocantins, 1976, p. 194). O exemplo é estratégico. Os poucos cativos daquela vila nortista estavam além do mais dispersos por um termo realmente muito grande. As confrarias, apesar de provavelmente pequenas quanto ao número de membros, mantinham-se separadas enquanto instituições. Mais à frente retornarei, por outras razões, ao exemplo destas duas confrarias. Por ora, levanto contraprovas ao exclusivismo.

Se bem, como foi visto, irmandades negras podiam pôr em tela critérios de afinidade que se centravam na cor e na condição jurídica, verificou-se com alguma amplitude uma tendência capaz de esboroar a aplicação de qualquer um daqueles critérios. Refiro-me à ainda mal conhecida mas aparentemente difundida tendência a que confrarias negras se envolvessem com algo tão problemático quanto a posse de escravos. O “crioulo” Severino de Souza Fortes era sacristão da igreja do Rosário de Vila Rica. Em 1804, ele, que também era “tenente”, aos 45 anos, possuía um escravo angolano e domicílio em que residiam duas agregadas, uma delas preta mina (Mathias, 1969, p. 135). Este caso é específico, pois se desenrolava na franja da irmandade. Outros são mais diretos. Um termo do Rosário dos pretos do Recife diz o seguinte:

Aos onze do mez de Janeiro de 1739 estando o Juiz, Escrivão e mais Irs. da meza do anno e alguns Irs. q. forão da meza – Congregados nesta Igreja de Nossa Sr. do Rozario Se propoz em como se tinha dado hum molequinho a Nossa Sr.a e que se visse o que Se houvera fazer d'elle, e tomados os votos, aSentarão q. Se não vendesse e Sô o deixassem tomar carne, e forças p. o depois Se vender por mayor presso q. Se prometia ao prezente e que a Irmandade lhecorresse o risco, e lhe desse os alimentos como seu q. era, e como forão chamados os Irs. Juizes e homens velhos, e não vierão, Se asignarão os q. votarão.⁶

6 Manuscritos da igreja de Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos do Recife. *Arquivos*, ano 4-10, n. 7-20, p. 103, dez. 1951.

Mais do que a mera posse do escravo, que pode ser interpretada como derivando unicamente da doação feita à irmandade, e não de hábitos inscritos em sua conformação, o que chama a atenção é o modo como se lidava com a propriedade do “molequinho”. Escrevia-se explicitamente sobre engordá-lo para a venda.

Saindo do Recife e indo para área muito pouco mercantilizada, deu-se caso parecido em Santa Catarina. No início do século XIX, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Ilha, aliás composta em sua “maior parte” por “Escravos cativos” (*Apud* Cabral, 1950, p. 9), era a possuidora do mancipio Matias Crioulo. Considerava-se-o desobediente, sempre rebelando-se e pedindo para ser vendido. Foi o que a mesa da confraria decidiu em 1827, “por não servir senão de despesa, que continuamente se fás e se tem feito, por ser de muito má conducta” (*Apud* Cabral, 1950, p. 10).

A questão decisiva era a venda. É sabido o quanto era dramático o momento da negociação de cativos possuídos a tempos.⁷ Para além de desnudar qualquer postura patriarcal por parte de senhores, a venda de um escravo freqüentemente desarranjava esquemas familiares e comunitários laboriosamente tecidos. A própria irmandade, conforme argumento ao longo deste trabalho, constituía instituição passível de compreensão apenas se inserida em histórias específicas de conformação daqueles laços. No entanto, era instituição que podia, muitas vezes, manejar postura como esta a respeito de escravos que porventura possuísse. É possível argumentar que este tipo de evento mostra, talvez melhor que qualquer outro, o caráter segmentar que, como será visto mais adiante, atravessava a experiência das confrarias negras.

Um problema importante relaciona-se ao fato de o recrutamento parecer ter tendido a ampliar-se ao longo do tempo, mesmo que a partir de um ponto de partida muito exclusivista. Há o dado óbvio de que membros iniciais de, digamos, uma irmandade que só recebia africanos de uma dada procedência tendiam a ter filhos, os quais muito provavelmente se inseririam na confraria. Mas tratar-se-ia de crioulos. Para além disso, há evidência na bibliografia de terem ocorrido até processos formalizados de

7 Flávio dos Santos Gomes, por exemplo, narra revolta ocorrida em 1858, no Rio de Janeiro, em que escravos se rebelavam em virtude, alegavam, do fato de fechar-se um armazém de café, o que levaria seu proprietário a vendê-los (Gomes, 1998, p. 67-68).

ampliação. A descrição de Carlos Ott a respeito do Rosário do Pelourinho informa sobre confraria que se inicia compondo-se de cativos e libertos designados como Congo, Angola e crioulos. Com o tempo, começaram a aparecer “sudaneses”, mas todos geges e nenhum nagô (Ott, 1968, p. 120). Assim, se a confraria se aferrou a um critério de exclusão, gradualmente foi, por outro lado, cedendo quanto a outros grupos de cativos. O caso, além do mais, sugere que a exclusão, quando interveniente, apontava menos para algum tipo de seleção de caracteres culturais e mais para processos de relacionamento político entre grupos específicos. A composição resultante da abertura da confraria não seria, se africanizada, de modo algum próxima do homogêneo. Além disso, o que parecia importar mais era a exclusão de alguém que a imposição de condições para a inclusão. Um ato político, portanto, já que ditado mais por relacionamentos que pela busca de homogeneidade do ponto de vista cultural.

Por outro lado, algumas irmandades partiam de definições étnicas bastante cuidadosas, mas englobando grupos de procedências muito diferentes, alguns até com experiências muito diversas na América Portuguesa. Quanto à Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia do Rio de Janeiro, Anderson de Oliveira demonstrou que seu primeiro compromisso (1740) só permitia o ingresso de pretos forros e escravos provenientes de Cabo Verde, Costa da Mina, Ilha de São Tomé e Moçambique, proibindo a presença de angolanos, crioulos e mestiços (Oliveira, 1996, p. 21). Essa coexistência de minas e moçambicanos é muito significativa, dadas as diferenças entre os dois grupos, inclusive tendo em vista o que os contemporâneos enxergavam nas características, como escravos, de cada um deles (Vide Pohl, 1976 [1832], p. 43, confrontado com Karasch, 1987, p. 19). Observe-se que se tratava de confraria bastante ciosa de “talentos” étnicos para a conversão trazidos da África. Numa passagem de documento do século XVIII, reproduzida por Gilberto Freyre, lê-se que seus membros

se orgulhavam de ser diferentes dos “pretos da Angolla”, que enterravam seus mortos “com Cantigos gentilicos e superesticiosos...” Vê-se, ainda, pelo mesmo ms., que guardavam os mesmos negros minas, na sua “congregação”, hierarquia imitada da de suas terras de origem e com equivalentes nos títulos portugueses de duque, marquês, etc: “...os nossos postos, e nomes, q. a imitação dos fidalgos de nosso Reino de Makie, se uza entre nós outros, afim de distinguir o Major do menor, do fidalgo a macanico [sic], e

haver respeito entre huns e outros”. Quanto à condição de admissão na “Comgregação dos Pretos Minas Makie”, cujos patronos eram S. S. Elesbão e Efigênia, lê-se: “Toda pessoa que quizer entrar neste adejunto [sic] ou Congregação excepto pretos de Angolla serem examinados pelo Sacretario [sic] deste adejunto, e aggaú que é o mesmo que procurador geral, verem que não sejam pretos que usem de abuzos e gentilismos ou superstição que achando, ou tendo notícias que uzam os não poderão receber” (Freyre, 1981, p. 410-411).

Além disso, eram frequentes as partilhas de templos por irmandades muito diferentes não só no sentido devocional, mas também quanto a sua composição. Dividiam uma igreja, capela ou altar lateral e rateavam o custo de sua manutenção. Por que, nesse quadro, manter especificidades expressas em irmandades separadas? Consta do livro de termos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Recife a ata seguinte:

Aos vinte e hum dia do mês de dezembro de mil sete centos e corenta e oyto em o consistorio de Nossa S^a do Rozario estando presentes os Juizes e Escrivães e procuradores das ditas Irmandades foy porposto pelo Juiz de Nossa Senhora do Rozario que p^a effeyto de se continuar a obra de levantar o arco grande da capella mor e mais altares se faz percizo demulir toda a obra velha por estar esta corruta e assim a dos dois altares Santa Ifigenia e Santo Ilisbam menos... a q. se pertende fazer p^a o que convier a todas se xamase O Mestre Pedreyro Paullo Luis Fiesco p^a com o seu parecer se fazer a d^a obra e ajustar com as coatro Irmandades no que devião dar parcelamte a de Nossa Snr^a do Rozario p^a lhas fazer a d^a obra o q. de todos foy abrasado e disserão uniformemente querião assim se fizesse p^a o que se obrigavão a dar as duas Irmandades a saber S. Benedito e S. Antonio sem mil rs. entre ambas p^a q. se lhes fizesse os seus altares do officio de pedreyro sendo os arcos de cantaria e da mesma sorte diserão as duas Irmandades S. Ifigenia e S. Ilisbam se obrigavão a dar duzentos e corenta mil rs. entre ambas q. vem a ser sento e vinte cada hua p^a q. a Irmande de Nossa Snr^a do Rozario lhes fizesse os seus arcos de pedra de cantaria [...] (*Apud* Smith, 1951, p. 166).

Como se lê, cinco irmandades diferentes partilhavam um templo. Transparece um elemento de unidade que não eliminava a tendência à

separação. Como será visto, esta combinação de propensões à fusão e à fissão não era acidental. Fica ainda mais evidente quando se nota, no mesmo trecho, que a convivência impunha ação conjunta e manejo decidido coletivamente dos recursos disponíveis.

Poder-se-ia argumentar que isto se devia ao fato de tudo se passar no Recife, área de grande concentração de cativos e libertos. Parta-se, portanto, para Goiana (também em Pernambuco), área com presença um pouco menos importante de escravos. Para 1784, sabe-se da existência de um “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da Villa de Goyanna”, ao passo que, no tocante a 1792, pode-se ler sobre a presença de um “compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios dos Pobres erecta na capela de Nossa Senhora do Rozario dos homens pretos da villa de Goianna” (*Apud* Gouveia, 1950, p. 219, 222). Lá também, portanto, ocorria de irmandades separadas partilharem um dado templo.

Caminhando para área de população escrava mais rarefeita, encontra-se um “Compromisso que fazem os Irmãos do Glorioso Padre S. Benedito instetuhida na Cappela de N. Sra. Do Rozario dos Pretos, deste Arrayal de N. S. do Rozario, e Minnas, d’Meia-ponte Anno de 1803” (*Apud* Gouveia, 1950, p. 228-229). Em 1783, havia 1682 cativos em Meia-Ponte, além do mais em extrema dispersão (Salles, 1992, p. 278).

Até aqui, apenas exemplos em que a combinação de tendências à fusão e à fissão é entrevista de modo estático. Ela pode ser vista como ação no caso que se segue, seguindo a narração de Leandro Tocantins. As irmandades do Rosário e de São Benedito, apesar de instaladas na mesma capela – mais tarde igreja matriz –, “não viviam em boa paz”:

Depois da construção da atual igreja [...] as desavenças chegaram ao ponto de litúgio. A Confraria de São Benedito alegava que seus irmãos também haviam contribuído para as obras do templo com dinheiro e trabalho. Os irmãos do Rosário defendiam a precedência de seu sodalício, considerando hóspedes os irmãos de S. Benedito.

E chegaram a funcionar de um modo original: cada irmandade tomou posse de um lado da Igreja do Rosário” (Tocantins, 1976, p. 194-196).

Há que acrescentar o fato de sujeitos específicos buscarem inserção em diversas confrarias. Em 1811, morria na cidade do Rio de Janeiro o sapateiro liberto João Antonio do Amaral, natural de Benguela e possuidor de três escravos. Ele deu a seu testamenteiro as seguintes instruções sobre o cortejo fúnebre que desejava:

Meu corpo será envolto em hum lencol e conduzido em rede secretamente para a igreja do Patriarcha São Domingos de cuja corporação sou irmão para ahi depois de Encomendado pelo Reverendo Parrocho da Freguezia, que aContecer ser omeu falecimento ser dado aSepultura a qual rogo ao Senhor irmão Juis e mais Irmaons mepermitão e mandem fazer por minha alma os Sufragios doCostume: hesta irmandade eade Nossa Senhora doRozario satisfara meu testamenteiro os annuaes que Constar eudever pois que tambem desta sou irmão emandarão tambem por minha alma fazer os Ssufragios devidos.

Querida, no dia de sua morte, dez missas de corpo presente na igreja onde fosse enterrado; quatro, no mesmo templo, pela alma de sua mulher; e oito na igreja de São Domingos pela alma de seu falecido senhor.⁸ Em vida, transacionara com os exclusivismos presentes em duas irmandades negras. Ao morrer, desejava que sua biografia (casamento, alforria) fosse recitada em cerimônias que envolveriam a ambas, além de pôr em cena outro tipo de afinidades estabelecidas por ele ao longo de sua vida: a vizinhança, contemplada na participação que desejava que o pároco da freguesia onde morara tivesse. Assim, por mais exclusivistas que pudessem ser as irmandades negras das quais fazia parte, Amaral simplesmente contornava as restrições implícitas na pertinência a cada uma delas tornando-se membro de ambas. Envolveva múltiplos laços comunitários na definição do que teria sido fundamental em seu percurso.

Os casos de aliança definida na instituição de confrarias (Reis, 1991), apresentam ainda uma outra possibilidade. A participação relativa de cada um dos grupos constituintes algumas vezes sofreu fortíssimas

8 INVENTÁRIO *POST MORTEM* DE JOÃO ANTONIO DO AMARAL, 1811. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional - Seção do Poder Judiciário, Maço 434, n. 8391, f. 13-14. O testamento, incluído nos autos de inventário, foi escrito em 1807.

variações. Segundo frei Agostinho de Santa Maria, a Irmandade do Rosário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia era composta por “pretos Angollas, & crioulos da terra” (Santa Maria, 1947 [1722], p. 75).

Resumindo a situação, penso poder sugerir que aquelas solidariedades (com suas contrapartidas expressas em exclusões) eram circunstanciais, sendo manejadas, no tempo, para viabilizar a convivência. Assim, as identificações subjacentes seriam sobretudo moedas na negociação da convivência.

A historiografia propôs mecanismo diferente para compreender o modo como se conciliavam as múltiplas identificações presentes em instituições escravas. Trata-se da concepção formulada por Bastide sobre “mosaicos de culturas”, sínteses produzidas na fronteira do Novo Mundo, diante das dificuldades postas pela multiplicidade africana para que se preservassem tradições (Bastide, 1974). No entanto, aplicá-lo às irmandades é problemático. Há o fato evidente do catolicismo, que só poderá ser ligado a um mosaico de culturas africanas caso se suponha que ele constituía fachada de algum outro tipo de culto, o que aliás o próprio Bastide defendia (Bastide, 1971). Não penso, entretanto, que isto seja geral, em se tratando da América Portuguesa, ou mesmo freqüente.

De fato, muitos bons estudos sustentam a hipótese das irmandades como palco ou veículo de sincretismo, com ou sem o uso da expressão (Bastide, 1971, v. 2, p. 359ss; Silveira, 1988). Analogias teriam levado a aproximar santos católicos e divindades de origem africana. Cálculos sobre a possibilidade de somar poderes teriam conduzido, dentro de um esquema de tipo mágico, a encaminhar relações de contigüidade entre ambos os tipos de entidade. Se isto ocorreu, não parece ter tido a abrangência que uma apreensão apressada sugeriria. Um contra-exemplo talvez seja ilustrativo. Aponta ele para uma situação que poderia ter levado a intenso sincretismo, o qual além disso teria sido extremamente visível. Mas a observação do caso aponta na direção exatamente oposta. Percorrendo o Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará, de 1763-1769 (Lapa, 1978), encontram-se menções a uma igreja do Rosário, mantida por irmandade de mesma invocação, em Belém. No documento, ela aparece como a matriz da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Campina.⁹ Uma dessas referências aponta para acusação extremamente interessante

⁹ Sobre a matriz do Rosário da Campina ter sido instalada em templo erigido por uma irmandade do Rosário dos Homens Pretos, vide Tocantins, 1976.

para os objetivos deste estudo. O cura desta mesma paróquia acusava alguém de luteranismo. Não se tratava, entretanto, de nenhum membro da confraria que mantinha o templo, mas antes de um estrangeiro com quem o cura residia (Lapa, 1978, p. 144-147). Já ninguém menos que o subchante da Sé era acusado de práticas mágicas (Lapa, 1978, p. 240-241). Quanto aos membros da irmandade, nada. Grande parte das denúncias representadas no *Livro* referiam-se a práticas mágicas, sobretudo através da circulação de sortilégios e simpatias indígenas e européias. Não obstante a transparência da irmandade do Rosário local – sua igreja tornara-se sede de uma paróquia cujo cura era extremamente atento à possibilidade de “capitalizar” heresias e desvios por intermédio de denúncias –, não se encontram em todo o documento suspeitas a respeito de elementos identificáveis como africanos, ao menos não em relação à irmandade. Este é apenas um exemplo, além do mais negativo. Mas tem marcado caráter estratégico.

Há outra razão importante para rejeitar a aplicação às irmandades do modelo do “mosaico de culturas”. Mas, antes de passar a ela, defendo que pensar em sincretismo quanto às confrarias aponta para considerá-las instrumentais, fachadas para que cativos e libertos lograssem alguma outra espécie de objetivo. Outro exemplo estratégico permite rejeitar essa concepção. Ele mostra que o culto mesmo era o centro dos investimentos das irmandades. Era para ele que seus recursos – nem sempre magros – eram encaminhados, de modo a não se poder pensar que o catolicismo fosse alguma espécie de fachada estratégica. Um exercício a partir de irmandades mineiras ajuda a percebê-lo. Uma obra de Judith Martins fornece os dispêndios das Irmandades do Rosário de Mariana, de Diamantina e do distrito de Ouro Preto com trabalho artesanal (Martins, 1974). Entre os anos de 1743 e 1826, as irmandades do Rosário de Mariana, Ouro Preto e Diamantina despenderam, no mínimo, 23:968\$145 pagando a artistas e artífices. Estimo que isto equivalia a 4% ou mais do valor total de todo o contingente escravo de uma localidade como Vila Rica em 1808. Vale dizer que estes recursos poderiam comprar (e, no limite, alforriar) um ou pouco mais que um em cada vinte e cinco dentre todos os 7.207 cativos ali presentes.¹⁰ A proporção não é desprezível. Mas deve-se acrescentar que

10 O contingente cativo de Vila Rica em 1808 é informado por Bergard (1996, p. 916-919). A estimativa do valor do conjunto deste contingente foi realizada considerando o preço

foram considerados tão somente os gastos com trabalho artesanal, sem contar funerais, outros tipos de auxílio a membros da irmandade, capelães, festas do Rosário, ou mesmo alforrias patrocinadas pelas mesmas. Tudo computado, talvez se concluísse que um conjunto de três confrarias poderia simplesmente adquirir (na hipótese absurda de não realizar outros gastos) 10% ou mais de toda a população cativa de Vila Rica.¹¹ O exercício indica que efetivamente investia-se muito no próprio culto, de modo a ser improvável que este constituísse fachada para outros tipos de atividade social. Em sendo falso afirmar que irmandades “serviam” para algo tão fundamental quanto a alforria, também deve ser descartada a hipótese de que teriam sido alguma espécie de “instrumento” para a afirmação de pertinências étnicas originárias, que, aliás, a própria condição escrava se encarregava de tornar improváveis.

A segunda razão para não aceitar a hipótese do “mosaico” liga-se a que ele aponta para um resultado final unívoco, já que postula uma síntese realizada na fronteira. No entanto, o que se observa nas irmandades negras não é uma tentativa de superar estas mesmas diferenças. Antes, o decisivo é o fato de confrarias parecerem ter oscilado entre tendências dispersivas e concentradoras. Uma espécie de jogo, portanto. Estas oscilações não são interpretadas aqui como ruídos, ou como fenômenos meramente circunstanciais. Vejo-as como tendo constituído um sistema. Um sistema segmentar.

Há análises que ressaltam uma combinação entre duas heranças corporativas como elemento central na experiência confrarial negra. Ter-se-iam cruzado as “identidades corporativas” africana e católica (Russell-

médio de um cativo em Minas Gerais como cerca de dez por cento maior que o dos escravos presentes no Rio de Janeiro. Sobre isto, *vide* Almeida (1995, p. 38), que considera que um adulto em Mariana custaria em 1810 entre 8 e 9% mais que um escravo nas mesmas condições no Rio de Janeiro. O preço médio do conjunto dos mancipios na cidade do Rio de Janeiro em 1810 foi estabelecido a partir de Florentino (1997, p. 220). As estimativas feitas aqui são evidentemente grosseiras, e se destinam tão somente a fornecer ordens de grandeza. Deve ser ressaltado, por outro lado, que o preço médio do cativo em Vila Rica em 1808 foi estabelecido extrapolando-se dados relativos ao Rio de Janeiro em 1810. Sabendo-se que o período entre 1808 e aquele ano foi de forte crescimento do preço dos escravos, segue-se que o preço médio na Vila Rica de 1808 foi superestimado, de modo que a capacidade para comprar cativos atribuída aos gastos com artesanato pelas irmandades negras ficou francamente subestimada.

11 O Rosário dos Pretos do Recife gastou com festas do Rosário entre 1681 e 1714 (excluído o ano de 1696) mais de três contos de réis. *Cf.* Manuscritos da igreja..., *op. cit.*, p. 58-88.

Wood, 1982, p. 128). Falar em espírito corporativo, entretanto, sobretudo em se tratando do africano, não remete apenas ao desejo de formar grupos. As Ciências Sociais acumularam uma reflexão que enriqueceu o conceito, preenchendo-o com muito mais que o “resultado” deste “espírito” (os grupos formados). O corporativo significa também uma determinada maneira de garantir a estabilidade das unidades sociais que se devem formar como “pessoas morais”. Além de sentido, o corporativo corresponde também a uma morfologia.

Antes de avançar nessa direção, é preciso especificar que a formação de grupos significativos não pode ser considerada como algo natural, ou então como processo viável apenas porque desejado, como sugere a leitura de uma obra como a de Tönnies, cujo conceito de comunidade parece trazer esta imagem (Tönnies, 1989 [1887], p. 511ss). Mesmo grupos de tipo comunitário são objeto de uma construção. Mais que dados pela partilha de características preexistentes nas pessoas, instaurá-los importa em construir um sentido, um significado que permita a unidade. Trata-se, enfim, de instituir um sentimento de pertencer a uma unidade maior que o mero indivíduo (Weber, 1964 [1922], p. 33).

Isto é ainda mais decisivo quando se trata de escravos. O cativo se fundamentava em uma experiência primordial de desenraizamento, de modo que escravos se viam como estrangeiros uns em relação aos outros, conforme Moses Finley formulou no tocante à escravidão antiga (Finley, 1991), o que vem sendo aplicado recentemente à escravidão na América Portuguesa (Florentino; Góes, 1997). Ao invés de se supor que a condição fortemente subordinada instaurasse uma tendência natural à solidariedade, é preciso levar em conta que, estrangeiros entre si, cativos necessitavam passar por um intenso trabalho de construção de laços para que se mostrasse viável qualquer unidade coletiva.

Além disso, o próprio processo de interação tem a possibilidade de estabelecer significados. Assim ocorre com o conceito de conflito em Simmel. Frequentemente, processos de disputa em que atores sociais esgrimem objetivos próprios resultam numa forma de interação que não só prende tais atores uns aos outros, mas que também pode instituir configurações estáveis com as quais aqueles atores podem ver-se subjetivamente comprometidos (Simmel, 1983 [1908]). Segue-se que estudar instituições como as irmandades negras é algo que não deve ser feito como se elas exprimissem formas de solidariedade externas e anteriores a elas próprias,

confrarias, mas antes partindo-se do suposto que sua conformação implica na instauração de solidariedades específicas.

Aponta-se para uma morfologia segmentar como algo característico de grupos formados e mantidos sem a intervenção do Estado. Um sistema é segmentar quando subdivisões de diversas ordens coexistem virtualmente a todo instante, mas não se manifestam senão de modo alternado, em situações determinadas (Dumont, 1997, p. 73, comentando Evans-Pritchard). Grupos e identidades se subdividem, os de uma dada ordem entrando, uns em relação aos outros, numa relação de “oposição equilibrada”, de modo tal que “a pulverização é a consequência da ordem política, e não de sua ausência” (Gellner, 1997, p. 212-213). Âmbitos maiores e menores (isto é, identificações mais e menos inclusivas) coexistem, mas de modo latente. Em situações dadas, a presente apenas em termos virtuais permaneceria como que “à espreita” quanto à então prevalente. Tratar-se-ia, enfim, do “princípio de contradição na estrutura política”, segundo o qual “o sistema político é um equilíbrio entre tendências opostas para a separação e a fusão” (Evans-Pritchard, 1978, p. 159), tudo consistindo em condição para a estabilidade de grupos, em meio à impossibilidade de estabelecer autoridades fortes.

No caso das confrarias negras, não se tratava exatamente da divisão e da subdivisão de um grupamento dado por critério amplo em outros menores, totalmente incluídos naquele. De modo um tanto diferente, tratar-se-ia de uma série muito grande e muito frouxa de identificações como que concorrentes, mas de um modo tal que partes substanciais dos âmbitos cobertos por cada uma delas se superporiam aos de outras.

Cada ato de exclusão levava a maior coesão dos “incluídos”. Mas parte desta unidade coesa podia, em determinados momentos, reivindicar sua pertinência simultânea a outra identificação, de escopo diferente (e não necessariamente constituindo uma subdivisão, como seria o caso se se tratasse de aplicar ortodoxamente o modelo segmentar), de modo a que fosse revista a posição relativa dos que o faziam. Oswaldo Cabral (Cabral, 1950, p. 10-12), parafraseando e citando os termos da mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Ilha de Santa Catarina, narrou situação que pode ser lida de acordo com esse esquema. Relata ele episódio em que a mesa da confraria buscou por vários meios integrar uma divisão surgida no interior da irmandade. O fato de tudo ter resultado em fracasso não elimina a circunstância do caso informar sobre o quanto se

investia na tentativa de absorver especificidades em um esquema de convivência negociada.

Em 1833, devotos de Nossa Senhora do Parto ofereceram uma sua imagem para um dos altares laterais da capela do Rosário, com a condição de poderem levá-la para templo que porventura construíssem, o que foi aceito pela irmandade. Esta determinou ainda que seu tesoureiro devia concorrer “com todas as despesas que focem neçarias para sua condução e tudo com decencia e boa Ordem e que todas as joias e dinheiro que para o futuro poça ter a d^a Snra. do Parto tudo será entregue ao Ir. Tesour^o desta Capela e fará um apontam^o. Para o seu govêrno e a todo tempo constar”.

Enfim, um esquema em que uma divisão interna da irmandade não produziria abandono da mesma. E não se tratava apenas da permissão para que devotos da Senhora do Parto continuassem a usar o templo e os serviços do tesoureiro do Rosário. A festividade daquela Senhora seria encaminhada com o dinheiro que seus devotos angariassem. Mas, se faltassem recursos, o Rosário entraria com dinheiro seu. Inversamente, quando não houvesse gasto na festa mencionada, os recursos da Senhora do Parto seriam usados para ornamentos e compostura da capela. Tudo parece ter funcionado bem até 1841, quando as possibilidades de convivência interna negociada se deterioraram.

Naquele ano, dois irmãos do Rosário (um deles “preto de nação Mina”) moveram ação contra a irmandade. A mesa desta, então, autorizou o escrivão a contratar advogado, “procurando porém todos os meios conciliatórios afim de atalhar esta triste contenda que tanto peza a Irmandade como deshonra a mesma Igreja”. O conflito já extrapolava os muros da confraria e já impunha gastos consideráveis. Mas ainda assim esta buscava manter a questão como querela interna, daquelas que constituíam, segundo o esquema de análise que manejo aqui, condição mesma de estabilidade de grupos como a comunidade cativa com cuja constituição a experiência das irmandades esteve tão ligada. Parecia tentar, em suma, transformar ou manter o conflito como subdivisão.

Em abril do mesmo ano, os devotos da Senhora do Parto solicitaram a transferência da imagem para a Matriz enquanto não se aprontava sua capela. Argumentavam que isto serviria para “evitar as scenas e deaguizados desagradáveis e offensivos do decoro dos Templos de Nossa Santa Religião que já se tem presenciado [...]”. A mesa do Rosário aceitou, informando terem aqueles que saíam “bolsa aparte para adquirirem auxilios para a conclusão da obra da mesma capela”. Por outro lado, excluiu dois

irmãos com o argumento muito significativo de “terem semeado a discórdia na Irmandade e lhes faltar a dignidade para o ser”. Note-se que o indigno era buscar o racha e não a criação de uma subdivisão da confraria, o que devia ser considerado aceitável e não conducente ao desligamento.

Seguiu-se a isso um intervalo extremamente conturbado no interior da irmandade. Juízes eram eleitos e em seguida renunciavam, sempre diante da impossibilidade de por fim ao conflito. Um termo da mesa punha como obrigação dos irmãos o permanecerem “de ora em diante com boa união e pondo-se em perpétuo silêncio” nas querelas judiciais entre eles e os devotos da Senhora do Parto. Combinavam-se, assim, as tendências a evitar o conflito e a aceitar subdivisões internas.

Interpreto, como foi visto, que as subdivisões eram necessárias à estabilidade. Mas o fato de uma delas ter degenerado em conflito aberto parece ter posto em risco todo o esquema. Em dezembro de 1841, a mesa indagava quando se poderia realizar uma pequena festa para São Benedito, de que havia imagem na capela. Deliberou-se que em janeiro seguinte. Mas o fundamental quanto a isso é observar que agora se tomava mais cuidado com as subdivisões. Não se as evitava, entretanto, dando-se assim demonstração cabal sobre o quanto elas eram decisivas para os mecanismos de convivência inscritos na experiência confrarial (Cabral, 1950, p. 10-12).

Segue-se do argumento manejado aqui a concepção de que o clamor de irmandades por uma certa identidade – seja africana, seja local – respondia mais à necessidade política de estabelecer um poder de barganha nas interações entre escravos e entre cativos e livres que ao aferramento a elementos primordiais africanos efetivamente herdados. Um bom exemplo nessa direção pode ser obtido observando uma situação como a do Rosário de Curitiba. Em 1859, a confraria renovava seu compromisso, em cujo capítulo 4.º ficava determinada a eleição anual de Rei e Rainha.¹² Ora, esta prática, em outros locais do Brasil, ficou muito ligada às figuras de Rei e Rainha do Congo, o que foi freqüentemente utilizado como argumento para defender a prevalência de fortes tradições africanas na experiência das irmandades. Entretanto, sabe-se também que a população escrava do atual Paraná teve participação muito pequena de africanos. Na

12 Cf. a Carta de confirmação do compromisso das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito da cidade de Curitiba. *Boletim do Arquivo do Paraná*, ano 2, n. 1, p. 28ss, 1977.

verdade, e desde os períodos em que a participação cativa nos assentamentos locais foi mais importante, sempre tiveram forte predomínio numérico os escravos crioulos (Gutiérrez, 1988, que estabeleceu taxas de africanidade oscilando ao redor ou abaixo de 15% para o período 1798-1830). A distância genealógica entre os cativos que compuseram o Rosário de Curitiba e seus ancestrais africanos devia portanto ser grande já no início do século XIX, e maior ainda em 1859, quando se reformulou o compromisso. Entrevê-se o manejo deste signo – Reis e Rainhas da Irmandade – como moeda na negociação da interação, e não como sinal de qualquer inevitabilidade do aferramento à África.¹³

Quanto a esses critérios de pertinência (e exclusão), o que se deve ter em mente é que a coexistência latente de todos ou de cada um deles era condição de manutenção da convivência. Esta, portanto, era negociada, ao passo que cada um daqueles critérios era moeda, ou a criação de poder de barganha para a inclusão em unidades maiores que as formadas por eles próprios. Esta análise corresponde à concepção vigente sobre a vida política no cativoiro. Tratava-se de como que exorcizar a violência passível de imiscuir-se continuamente na relação senhor/escravos, assim como naquela dos cativos entre si (Florentino; Góes, 1997). Especificamente em relação às interações entre cativos, banir aquela violência era tanto mais fundamental quanto se percebe que o cativoiro tornava vital a movimentação de atores coletivos, como ensina a historiografia relativa à comunidade escrava (Berlin, 1980). Por fim, a idéia de que a convivência implicava em negociação política concorda com a noção de que a vida política, no cativoiro, era como que imersa no cotidiano. Mais que nas relações entre sociedade e estado, por exemplo, era nos encontros corriqueiros que ela se concentrava (Reis, 1988, p. 120-121).

A insistência no elemento étnico como interveniente na estruturação de irmandades ganha, assim, uma luz diferente. Ao invés de ser identificada com um aferramento a condições vigentes nas áreas de origem, em se tratando de africanos, apontaria antes para um manejo instruído politicamente. Identificações, mais que “camisas de força”, eram estratégias definidas pela política dos encontros quotidianos.

13 Assim é que, em 1790, a posição de rei na irmandade do Rosário da Ilha de Santa Catarina pôde ser ocupada por um branco. Cf. Cabral (1950, p. 7).

Pensar que escravos se achavam como que condenados a enfatizar identidades herdadas significa supor que estariam insistindo em um elemento de dispersão que inviabilizaria a formação dos atores corporativos que sugeri terem sido vitais. Argumento, então, que a experiência da formação de irmandades negras provinha de questões postas pela condição cativa. O tratamento étnico dado à questão, por sua vez, ganha luz pela consideração da dinâmica da interação entre escravos, mais que por problemas de pertinência. A condição escrava não o explica sem mediações. Pensar que ela o faria endossaria a idéia de que a condição escrava conduzia a uma busca quase que automática de elementos como a ancestralidade africana. Mas tal confrontaria fortemente com as necessidades colocadas pela própria condição cativa, como foi visto, a qual impunha procedimentos de ampliação das interações para além das fronteiras, aliás nem sempre passíveis de definição segura, das pertinências africanas originárias. É como o dilema detectado por Barbara Kopytoff em relação aos quilombos na Jamaica do século XVIII: caso tivessem preservado a herança originária de suas sociedades africanas jamais teriam logrado pôr de pé uma sociedade coesa.¹⁴ O formar confrarias obedecia a injunções postas pela escravidão, à medida que esta impunha mecanismos de pacificação das relações de escravo a escravo. Era assim premente a constituição de laços comunitários e de formas viáveis de convivência com os senhores. Uma irmandade mineira manejava terminologia muito apropriada a esta concepção da irmandade como corporação politicamente motivada. Em requerimento de data pouco anterior a 1805, uma confraria se dirigia ao monarca nos seguintes termos:

Senhor. A Vossa Alteza Real recorrem os homens pretos, assim libertos como escravos, da Aplicação de São Gonçalo da Ibituruna, filial da Matriz da vila de São João del Rei, [...] estabeleceram naquela predita capela, um altar dedicado à mesma Senhora, debaixo do singularíssimo título do Rosário, em o qual *unidos os suplicantes em certa corporação* [...]. [...] Suplicam, portanto, humildemente, à Vossa Alteza Real, a graça e mercê de poderem erigir, naquele arraial da Ibituruna,

14 “[...] disons que si les Marrons avaient préservé l’héritage bigarré du vieux pays, ils n’auraient jamais réussi à mettre sur pied une société intégrée” (Kopytoff, 1981, p. 137).

uma capela própria da invocação de Nossa Senhora do Rosário [...].¹⁵

Supor, por outro lado, que pudessem abandonar identificações de menor escopo que as inscritas na condição jurídica escrava significa postular que cativos estivessem eliminando justamente aquilo que podia conferir estabilidade a seus arranjos. Aquelas identificações eram, sim, dispersivas. Mas trafegar na direção de formar atores maiores que elas mesmas supunha um conjunto de atos de negociação para os quais as próprias identificações eram fundamentais, de modo que não podiam ser simplesmente ignoradas.

Richard Price e Sidney Mintz sugeriram, quanto a elementos africanos nas Américas, que se deveria atentar menos para a pura circulação de traços culturais brutos e puros de etnias africanas específicas e mais para a possibilidade de que “princípios ‘gramaticais’ inconscientes, aptos a permanecer subjacentes a respostas comportamentais, conformando-as” pudessem ser transplantados na migração forçada. Tratar-se-ia de “orientações cognitivas”, premissas básicas a respeito das relações sociais, assim como pressupostos e expectativas sobre a maneira como o mundo opera fenomenologicamente. Além disso, o que interessa sobremaneira ao argumento aqui desenvolvido, “consistências profundas” manifestar-se-iam em “atitudes e expectativas sobre a mudança sócio-cultural”, exemplificadas por posições a respeito da “adicionabilidade” (“additivity” – aspeado no original) de elementos estrangeiros a seus olhos, bem como por concepções relativas ao grau de dinamismo interno de cada uma das culturas (Price; Mintz, 1997 [1976], p. 41. Tradução minha).

Escravos e libertos estariam, afinal, resolvendo suas diferenças internas, concertando modos de conviver, aparando arestas. Para tanto, teriam à mão modelos africanos que não remetiam a pertinências irremediáveis e a afinidades constantes, mas antes a modos de dialogar e conviver no interior de unidades sociais destituídas de comandos centralizados. As irmandades negras remeteriam, portanto, aos mecanismos de formação da comunidade cativa no Novo Mundo, não no sentido de

15 Documentação referente a Minas Gerais existente nos arquivos portugueses. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 26, p. 292, maio 1975. Sem grifo no original.

pressupô-la, mas no de inserir-se no processo de sua constituição. O que ficou dito permite, por fim, avançar no entendimento do lugar das diversas identificações reivindicadas por escravos e libertos na sociedade brasileira. Mais que substratos ou substâncias incidentes em suas experiências, elas representavam acima de tudo recursos com os quais jogavam para a definição de seus modos de conviver.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Carla. Investigações sobre a estrutura de posse de escravos em Minas Gerais: Mariana, 1750-1850. *Cadernos do LIPHS*, n. 1, 1995.
- ANTONIL, André João [1711]. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- BASTIDE, Roger. *As Américas negras*. São Paulo: Difel, 1974.
- _____. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- BERGARD, Laird. Demographic change in a post-export boom society: the population of Minas Gerais, Brazil, 1776-1821. *Journal of Social History*, v. 29, n. 4, Summer of 1996.
- BERLIN, Ira. Time, space, and the evolution of Afro-American society on British mainland North America. *The American Historical Review*, v. 85, n. 1, 1980.
- BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- CABRAL, Oswaldo. *Notícia histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*. Florianópolis: Mandada imprimir pela Mesa Administrativa da Irmandade, 1950.
- CARDOSO, Ciro F. S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DUMONT, Louis. *Groupes de filiation et alliance de mariage*. 2. ed. Paris: Gallimard, 1997.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Câmara dos Deputados - Governo do Estado de Pernambuco, 1981.
- GELLNER, Ernest. *Antropologia e política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GOMES, Flávio dos Santos. História, protesto e cultura política no Brasil escravista. In: SOUSA, Jorge P. de (Org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- GOUVEIA, Alfredo Mendes de. Relação dos compromissos de irmandades, confrarias e Misericórdias do Brasil, existentes no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, que

- pertenceram ao cartório do extinto Conselho Ultramarino, 1716-1807. In: IV CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL - *Anais...* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 7, 1950.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista brasileira de história*, v. 8, n. 16, mar./ago.1988.
- KARASCH, Mary. *Slave life in Rio de Janeiro, 1807-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- KOPYTOFF, Barbara. Le développement de l'identité ethnique chez les Marrons de la Jamaïque. In: MINTZ, Sidney (Org.). *Esclave - facteur de production: l'économie politique de l'esclavage*. Paris: Bordas, 1981.
- LAFAÏE, Jacques. *Quetzalcóatl y Guadalupe*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- LAPA, José R. do A. (Org.). *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará, 1763-1769*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais/Ministério da Educação e Cultura, 1974.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica, 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MULVEY, Patricia A. Black brothers and sisters: membership in the black lay brotherhoods of Colonial Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 17, n. 2, Winter of 1980.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos negros e negros devotos: a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro, século XIX. In: *Cativeiro & Liberdade*, ano 2, v. 4, jul./dez. 1996.
- OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. In: *Afro-Ásia*, n. 6-7, 1968.
- POHL, Johan Emanuel [1832]. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1976.
- PRICE, Richard e MINTZ, Sidney [1976]. The birth of African-American culture. In: FULOP, Timothy E.; RABOTEAU, Albert J. (Ed.). In: *African-American religions. Interpretative essays in history and culture*. New York/London: Routledge, 1997.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século 19*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. O levante dos malês: uma interpretação política. In: REIS, João J.; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Black and mulatto brotherhoods in Colonial Brazil: a study in collective behavior. *Hispanic America Historical Review*, v. 54, n. 4, 1974.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*. Londres: The Macmillan Press, 1982.
- SALLES, Gilka V. F. de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

- SANTA MARIA, Frei Agostinho de [1722]. Santuário Mariano (parte referente à Bahia) de Frei Agostinho de Santa Maria. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 74, 1947.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- _____. Black brotherhoods: integration or contradiction? *Luso-Brazilian Review*, v. 16, n. 1, 1979.
- SILVEIRA, Renato. Pragmatismo e milagres de fé no extremo Ocidente. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense/Brasília: CNPq, 1988.
- SIMMEL, Georg [1908]. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.
- SMITH, Robert. Décadas do Rosário dos Pretos. Documentos da Irmandade. In: *Arquivos*, anos 4-10, n. 7-20, 1951.
- TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1976.
- TÖNNIES, Ferdinand [1887]. *Comunidade e sociedade*. In: CRUZ, M. Braga da (Org.). *Teorias sociológicas*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.
- WEBER, Max [1922]. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

SOCIABILIDADES E RELAÇÕES AFETIVAS ENTRE OS GÊNEROS DO UNIVERSO POPULAR

Cláudia Quaquarelli*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre algumas formas de sociabilidade apresentadas pelos gêneros do universo popular nos espaços públicos de Curitiba, ao longo da década de 1940. Busca analisar, também, como tais sociabilidades ensejavam o estabelecimento de relações afetivo-sexuais entre estes indivíduos. Para tanto, foram recuperados depoimentos contidos em processos-crime relativos à sedução, ocorridos na cidade, nos anos de 1940-1950.

Palavras-chave: sociabilidade, gênero, relações afetivo-sexuais.

ABSTRACT

This work aims at the contemplation of some forms of sociability which were observed in the many genders of the popular universe in the public spaces of Curitiba, along the decade of 1940. It also tries to analyze how such sociability encouraged the establishment of affective-sexual relationships among those individuals. To achieve these aim, deposition records from criminal law suits in the 1940s-50s regarding seduction were recovered.

Key-words: sociability, gender, affective-sexual relationships.

O presente artigo constitui-se em uma reflexão sobre o tema da sociabilidade, identificando, ao mesmo tempo, algumas das formas estabelecidas nas relações de gênero entre os segmentos populares de Curitiba, ao longo da década de 1940. Busca analisar, também, como tais sociabilidades ensejavam o desencadeamento de relações afetivo-sexuais entre estes indivíduos, utilizando-se, para tanto, processos criminais relativos à sedução.

A questão das sociabilidades já foi analisada por vários estudiosos que, buscando compreender as relações sociais, lançaram luz sobre este campo da sociologia. Segundo Jean Baechler, a sociabilidade foi definida por muitos autores ora como o princípio das relações entre os indivíduos e a capacidade de formação de grupos ora como, também, relações específi-

* Aluna do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná; bolsista do CNPq.

cas estabelecidas em associações particulares. Recentemente, uma nova corrente de pesquisas passou a designar tal categoria como “as redes que nascem espontaneamente das relações que cada indivíduo mantém com os outros”.¹

Baechler, no entanto, propõe uma abordagem mais ampla e detalhada sobre este tema. Para ele, a sociabilidade designa “a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades [grupos formados para alcançar determinados objetivos], individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões...”. Estas redes, definidas por Baechler como o “conjunto de laços estabelecidos entre as pessoas”, apresentam diferentes níveis que implicam no reconhecimento de três categorias de sociabilidades. A primeira delas estaria ligada às “formas de sociabilidade que se estabelecem espontaneamente entre indivíduos”, ou seja, as redes em que estes se integram e convivem no seu dia-a-dia, como as redes de parentesco, de vizinhança, de classe, etc. Outra categoria designada pelo autor seriam as “redes de algum modo deliberadas, no sentido de que são definidos espaços sociais, onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros”, sugerindo para este tipo de rede o termo “civilidade”, em seu sentido mais amplo. Estes agrupamentos podem ser organizados ou não, formais ou informais, sendo que, no entanto, não chegam a constituir uma unidade de atividade estabelecida para atingir determinados fins – o que o autor designa por “sodalidade”. Por último, Baechler assinala ainda a possibilidade de se constituir uma terceira categoria a partir da noção de “civilização”. Apontando para as dificuldades teóricas em delimitar esta noção como um grupo com determinados fins e propósitos, entende-a, consoante a Marcel Mauss, “como a extensão última da sociabilidade”.

De maneira significativa, Georg Simmel também contribuiu para este campo. Definindo a sociedade como a dinâmica resultante das interações entre os indivíduos, este autor percebe a vida social a partir do dualismo “forma e matéria”. A *forma*, ou a *sociação* na linguagem do autor,

1 BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org.). *Tratado de sociologia*. Trad. por Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 65-106. Neste artigo, o autor recupera vários nomes que contribuíram em relação a este tema como por exemplo M. Agulhon, G. Gurvitch, M. S. Granovetter, M. Forsé, F. Héran, A. Degenne, etc.

é o processo social básico (realizado de diferentes maneiras) “pelo qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfaçam seus interesses”. Por sua vez, os *conteúdos* ou *matérias* representam “tudo que está presente nos indivíduos sob a forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento – tudo que está presente neles de maneira a engendrar ou mediar influências sobre os outros, ou que receba tais influências...”² Embora Simmel reconheça que as formas e os conteúdos da vida social sejam inseparáveis, as primeiras podem ser metodologicamente construídas e apreendidas somente por abstração, configurando-se como objetos da sociologia. Diante destas considerações podemos compreender melhor a definição de sociabilidade em Simmel que a entende “como a forma autônoma ou lúdica de sociação”. Em outras palavras, se necessidades e interesses específicos fazem com que os indivíduos se unam em diferentes associações (econômicas, políticas, religiosas, etc.), na sociabilidade é extraído da vida social “o puro processo da sociação como um valor apreciado”, sendo esta forma a finalidade e o conteúdo de sua própria existência.³ Segundo o autor, as condições e os resultados da sociabilidade estão vinculados diretamente às pessoas que participam deste processo, sendo determinados por qualidades pessoais que garantam seu sucesso como amabilidade, refinamento, cordialidade e outros modos de atração; e “porque tudo depende de suas personalidades, não é permitido aos participantes realçá-las de maneira demasiado evidente”.⁴ Desta forma, num círculo de sociabilidade, os indivíduos devem, na medida do possível, amenizar os atributos sociais que possam colocá-lo em destaque como por exemplo riqueza, posição social, fama, méritos e capacidades extraordinárias e, ao mesmo tempo, despojar-se dos aspectos interiores e subjetivos de suas personalidades. Para tanto, o tato é imprescindível porque através dele “nenhum interesse egoísta imediato ou externo dirige a auto-regulação do indivíduo em suas relações pessoais com outros”.⁵ Neste sentido, Simmel reconhece o caráter igualitário e democrático que o processo de sociabilidade implica, na medida em que o prazer de um

2 SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. Trad. por Dinah de Abreu Azevedo. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 34). São Paulo: Ática, 1983. p. 166.

3 *Ibid.*, p. 168-9.

4 *Ibid.*, p. 170.

5 *Ibid.*

indivíduo está vinculado ao prazer dos outros, e que os participantes se revestem de traços comuns, o que só pode ser concretizado, segundo ele, no interior de um determinado estrato social.

Este conceito de Simmel aproxima-se bastante da segunda categoria de sociabilidade desenvolvida por Baechler, a “civilidade”, na medida em que ambos valorizam o caráter puramente sociável da interação, bem como seus princípios de igualdade exequíveis apenas entre indivíduos que compartilhem uma semelhante condição socioeconômica. Enquanto este analisa a sociabilidade/civilidade a partir de exemplos historicamente situados como os salões aristocráticos, os círculos e os cafés, Simmel analisa-a a partir de formas sociológicas lúdicas genéricas como os jogos sociais, a coqueteria, a arte da conversação.

Por sua vez, Norbert Elias, considerado por muitos como “o renovador da ciência social”,⁶ apresenta um sistema de pensamento em que rompe com antigos paradigmas como, por exemplo, os que opunham a sociedade ao indivíduo singular. Resgatando a importância das *relações de interdependência* entre os indivíduos, estabelece um vínculo inseparável no campo teórico-metodológico entre aqueles dois conceitos. Para ele, o indivíduo não pode ser concebido isoladamente mas, apenas, em suas relações com os outros; da mesma forma a sociedade também não pode ser percebida independente dos indivíduos, ou como o simples agrupamento destes, mas das *relações* entre os indivíduos singulares, da “conexão de funções que os seres humanos têm uns para os outros”.⁷ Estabelecendo, a partir da história ocidental, uma íntima ligação entre as transformações na estrutura social e as mudanças nas funções psicoindividuais, cujo movimento apresenta uma ordem não planejada e, ao mesmo tempo, racional,⁸ Elias afirma a importância que a sociedade desempenha para o processo de formação do indivíduo, tal como o concebemos hoje. Inserido nas mais diversas configurações sociais desde o seu nascimento, o ser humano modela-se e individualiza-se a partir das inter-relações estabeleci-

6 Ver por exemplo a coletânea de artigos sobre as várias dimensões da obra de Norbert ELIAS e suas significativas contribuições para as ciências sociais: WAIZBORT, Leopoldo (Org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1999.

7 ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. por Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1993, p. 34.

8 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 1-2. Trad. por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

das no interior destas configurações, desenvolvendo uma estrutura social de personalidade que o torna apto para viver em sociedade – o que Elias designa por *habitus social*.

Como observou Luiz Geraldo Silva, em artigo recente,⁹ a noção de sociabilidade em Elias pode ser melhor compreendida a partir destes conceitos de configurações sociais e *habitus*. Neste sentido, um indivíduo pode pertencer a diferentes níveis de integração social, como membro, por exemplo, de uma família, uma escola, um partido político, um grupo de jogadores de carta, uma cidade, um país. E, “cada uma dessas situações incidirá sobre seu *habitus social*, o qual perpassa, por sua vez, as várias redes de sociabilidade nas quais ele estará inserido”.¹⁰ Dessa forma, podemos compreender a noção de sociabilidade em Elias como resposta às múltiplas interdependências e inter-relações que fazem parte da vida de um ser humano, e pelas quais ele é profundamente influenciado.

A noção de sociabilidade utilizada por nós em seu sentido mais amplo, como as apresentadas por Baechler e Elias, refere-se às múltiplas redes espontâneas ou deliberadas estabelecidas entre indivíduos em uma determinada sociedade. Esta noção pode constituir-se em um possível campo de análise para recuperar como as relações de gênero¹¹ são estabelecidas e organizadas no interior de diversos níveis de relações sociais como as redes de parentesco, de vizinhança, profissionais, confessionais e tantas outras que fazem parte da vida cotidiana dos indivíduos. Metodologicamente, podemos utilizar esta noção também para analisar como as relações afetivo-sexuais podiam ser desencadeadas a partir dos contatos cotidianos entre os gêneros na esfera pública. Ao recuperarmos as redes de sociabilidade entre os segmentos populares buscamos entender como, em que locais e circunstâncias, homens e mulheres da cidade de Curitiba encontravam ou criavam ensejos para o estabelecimento de ligações amorosas e sexuais.

9 SILVA, Luiz Geraldo. A noção de sociabilidade nas obras de Kant e Norbert Elias. *História: Questões e Debates*, Curitiba, p. 26-27, jan./dez. 1997.

10 *Ibid.*, p. 255.

11 O conceito de gênero é definido aqui como uma construção histórico-social de campos simbólicos baseados nas diferenças entre os sexos. Este conceito aborda homens e mulheres a partir de uma perspectiva relacional, levando-se em conta também outras categorias sociais como raça, classe e etnia.

A década de 1940 representou para a cidade de Curitiba um momento peculiar de sua história com as importantes transformações aí ocorridas. Mudanças socioeconômicas, aliadas ao crescimento demográfico, refletiam-se no processo de urbanização que caminhava a passos largos, modificando não apenas a estrutura física da cidade, mas também as condições de vida de seus habitantes.

Em nível econômico, o Paraná, de uma forma geral, beneficiou-se com a abertura de novas estradas que facilitaram o escoamento da produção agrícola, propiciando um aumento significativo das receitas estaduais no período. Somado a isto, o acontecimento da Segunda Guerra Mundial, que, entre outros fatores, alavancou o processo de industrialização nacional, também intensificou a atividade industrial paranaense e, em especial, a da capital.¹²

O desenvolvimento da economia curitibana pode ser observado pelo expressivo número de indústrias e casas de comércio presentes na cidade no início dos anos 40. O recenseamento, realizado em setembro de 1940, registrou 917 empresas e estabelecimentos industriais, embora a maioria fosse de pequeno porte e ligada à produção agrícola. Os estabelecimentos comerciais, acompanhando o crescimento do setor industrial, somavam aproximadamente 1.200 unidades, sendo em grande número os ligados ao comércio de gêneros alimentícios, fazendas, armarinhos e calçados, açougues, farmácias, bares e cafés.¹³ Embora Curitiba ainda apresentasse traços rurais, marcados pela presença de numerosas colônias agrícolas e pecuárias em suas redondezas,¹⁴ já apresentava contornos nítidos de urbanização. A concentração de indústrias e estabelecimentos comerciais modificava a paisagem da cidade, a qual se distanciava cada vez mais do ar provinciano do início do século.

A prosperidade econômica vivida pela cidade ocasionou também transformações em suas características demográficas. A demanda de mão-de-obra e as melhorias na infra-estrutura citadina, resultantes desta

12 BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, Curitiba, v. 22, n. 107, p. 32, out. 1995.

13 RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL – 1.º de setembro de 1940. Série Regional: pt. 18 - Paraná. Censos demográfico e econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1951; REVISTA ANUÁRIO SUL DO BRASIL., 1947, 10.ª ed., p. 19.

14 O censo de 1940 registrou 460 estabelecimentos agrícolas, 1784 agropecuários e 16 pecuários – todos em pequena escala de produção. *Ibid.*, p. 19.

prosperidade, provocaram um aumento no afluxo dos migrantes do interior do Paraná e de estados vizinhos, que desde a década de 30 vinham sentido-se atraídos pelo mercado de trabalho curitibano.¹⁵ O resultado desse movimento migratório foi um aumento populacional significativo ao longo de três décadas: o recenseamento de 1920 registrou 78986 habitantes na cidade de Curitiba, em 1940 este número cresceu para 140656, alcançando 180575 em 1950, o que representa ao todo um crescimento populacional de 56%.¹⁶

Para abarcar esse contingente populacional, a cidade passou por um redimensionamento do espaço físico com o surgimento de novos bairros e povoados, sobretudo na região sul. No final da década de 1940, o município de Curitiba possuía cerca de 20 bairros, entre eles, Juvevê, Bacacheri, Glória, Água Verde, Assungui, Bigorriho, Mercês, Guabirota, Cajuru, Ahú e Batel. Os povoados ligados ao município eram em número de 15, os mais próximos distando cerca de 5 ou 6 quilômetros da sede municipal, como por exemplo, Santa Quitéria, Colônia Abranches, Campina do Siqueira, Estribo Ahú (Ahú de Cima), São Lourenço (Ahú de Baixo); os mais distantes como Boqueirão, Capão Raso, Novo Mundo, Uberaba, Estação Barigui, Barreirinha, Santa Cândida, Pilarzinho, Pinheirinho, entre outros, variavam entre 7 e 15 quilômetros da sede. A região periférica do município ainda era composta pelos distritos de Santa Felicidade, Campo Comprido e Umbará.¹⁷ Nesse espaço físico, 78% da população estava assentada no quadro urbano e suburbano do município, restando à região rural apenas 22% da população, o que denota já uma significativa concentração dos habitantes nas áreas mais urbanizadas.¹⁸

Todavia, longe de apresentar uma composição social uniforme, a população da cidade de Curitiba, nesse período, era marcada pela diversidade cultural proveniente de uma parcela pequena mas heterogênea de grupos raciais e étnicos, além das diferenças socioeconômicas da população em geral.

15 *Ibid.*, p. 59.

16 *Ibid.* RECENSEAMENTO GERAL DE 1950. Série Regional: v. 26 – Paraná. Censos demográfico e econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

17 IBGE. *Sinopse estatística do município de Curitiba*. Curitiba, 1950. p. 21-23.

18 RECENSEAMENTO GERAL DE 1950, *op. cit.*

Nesse universo diversificado que se apresentava em Curitiba, os grupos imigrantes, presentes já no final do século XIX, representavam, em 1940, aproximadamente 7,5% da população total da cidade, excluindo-se os naturalizados. Entre as nacionalidades predominantes estavam, em números reais, a alemã, com 2.708 pessoas; a polonesa, com 2.555; a italiana, com 1.656 representantes e a russa, com 1.236 pessoas. Em quantidade menos expressiva apareciam as nacionalidades síria, com 488 pessoas; portuguesa, com 329; espanhola, com 272 e japonesa, com 104 representantes – totalizando-se a população estrangeira em 10.470 pessoas.¹⁹ Este pequeno número de imigrantes – num universo superior a 140 mil habitantes – nos conduz a rejeitar qualquer hipótese que justifique o alto índice de brancos (92,7%) pela influência da imigração. Na década de 40, os negros somavam 9.907 indivíduos, correspondendo a apenas 7% da população total. Em número bem menor os amarelos também marcavam presença na cidade, com 210 representantes.

A diversidade da população também pode ser constatada por seu perfil socioeconômico. Os dados relativos à ocupação profissional dos habitantes de Curitiba, nesse período, revelam-nos dois fatores importantes. Primeiro, a maior parte dos indivíduos estava ligada a atividades urbanas, demonstrando, como vimos, o significativo índice de urbanização da cidade atrelado diretamente ao seu desenvolvimento industrial e comercial, embora uma parcela significativa de pessoas ainda se dedicasse a atividades rurais. Entre a população masculina as principais ocupações profissionais estavam vinculadas ao setor industrial, às atividades rurais (agricultura, pecuária e silvicultura), ao comércio de mercadorias, à defesa nacional e segurança pública, aos transportes e comunicações e serviços sociais. O segundo fator é a grande parcela de indivíduos dedicada às ocupações de baixa renda, sendo as atividades voltadas ao comércio de imóveis, administração pública e profissões liberais desenvolvidas por apenas 5,6% da população. A população feminina ocupava-se mormente de atividades domésticas e/ou escolares, embora o primeiro termo possa

19 RECENSEAMENTO GERAL DE 1940. *Op. cit.* Se considerarmos o número de estrangeiros naturalizados brasileiros neste período, que correspondia a 1533 indivíduos, altera-se em termos percentuais para 8,5% em relação ao total da população. Os dados citados nos parágrafos subsequentes são retirados desta mesma fonte.

englobar um grande número de atividades informais.²⁰ Apesar da predominância desta atividade, também era visível, ainda que em menor escala, a presença feminina em outras ocupações profissionais, como por exemplo as ligadas a serviços e atividades sociais, ao setor industrial, bem como as ainda presentes atividades rurais.

Desse modo, as transformações socioeconômicas ocorridas na cidade delineavam um novo mercado de trabalho a partir da diversificação de funcionalidades que o contexto urbano exigia. A população presente na cidade buscava apoiar-se nas mais diferentes ocupações oferecidas por esse mercado, vendendo sua força de trabalho e almejando uma melhor posição social. A inserção dos membros de classes sociais mais baixas, nesse quadro, se dava a partir da demanda de profissões qualificadas ou não, de baixa renda, como as atividades de operários, comerciários, militares de baixa patente, motorneiros, artesãos, ou ainda, atividades diversas exercidas no mercado informal.

Esses vários grupos sociais compartilhavam e estabeleciam relações no interior dos diferentes espaços públicos que a cidade oferecia, no período, a seus habitantes. O processo de urbanização também motivou o surgimento de diversificados espaços destinados ao lazer, proporcionando à população novas formas e oportunidades de sociabilidade. Esses fatores, somados à maior presença feminina na esfera pública, que desde as primeiras décadas do século já se fazia notar,²¹ possibilitavam cada vez mais a aproximação entre os gêneros. Rapazes e moças, estranhos uns aos outros, tinham oportunidades de conhecerem-se, construir relações de amizade, flerte e namoro, seja nos locais de lazer ou em espaços destinados a atividades rotineiras como as relativas ao trabalho, a frequência em estabelecimentos comerciais, religiosos, ou ainda, no simples “ir e vir” pelas ruas e praças da cidade.

Nesse sentido, procuramos recuperar a partir dos processos-crime algumas formas de sociabilidade construídas pelos gêneros do universo popular, seus espaços de realização e, além disso, como estas redes propiciavam ocasiões favoráveis a práticas de sedução e a futuras relações

20 Nos processos analisados várias mulheres que se declaravam como domésticas desenvolviam, paralelamente às atividades do lar, trabalhos como lavagem de roupa, costura, serviços diários em outras residências, etc.

21 TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

afetivo-sexuais. No entanto, é preciso considerar que se de uma forma geral os gêneros passavam a compartilhar mais frequentemente os espaços públicos da cidade, estes contatos eram ainda mais intensos entre homens e mulheres dos segmentos populares, uma vez que a mulher pobre, por necessidades econômicas, rompe seu confinamento doméstico lançando-se ao mercado de trabalho muito mais cedo, e com maior frequência, que a mulher da elite. Sua maior presença na esfera pública possibilitava-lhe múltiplas redes de sociabilidades, não mais restritas às tradicionais redes de parentesco e de vizinhança, embora estas, em muitos casos, ainda representassem a maioria. De qualquer forma, a variedade de grupos associativos a que as mulheres cada vez mais encontravam acesso, como por exemplo os de caráter profissional, permitiam em seu interior o estabelecimento de múltiplas formas de sociabilidade entre os gêneros, como veremos adiante mais detalhadamente.

Mas as amplas formas de contato e aproximação entre os gêneros do universo popular na esfera pública não respondiam somente aos momentos e espaços dedicados a suas atribuições diárias de trabalho. Contrariamente, talvez, ao que possamos pensar, as fontes nos remetem a uma considerável quantidade e variedade de espaços frequentados por estes segmentos em seus momentos de lazer. Contornando as dificuldades econômicas e o limitado tempo de liberação das atividades de trabalho, os indivíduos destes setores ainda frequentavam locais como cinemas, clubes dançantes, peças circenses e teatrais públicas, festas religiosas. Entretanto é importante destacar que, apesar da diversidade, estes espaços tinham como traço comum seu caráter popular, condicente com as condições sócio-econômicas de seus frequentadores e apresentando-se, na maioria das vezes, bem distantes dos locais requintados utilizados pelos setores mais abastados da cidade.

Entre os espaços privilegiados pelas camadas populares nos momentos de lazer estavam as salas de exibição cinematográfica. Caracterizando-se como a grande atração do período, a cidade contava com diversos cinemas desde os mais luxuosos como o Luz, o Ópera, o Imperial, o Palácio o Avenida, até os mais simples e pouco sofisticados como os Cines Curitiba, América, Odeon e Broadway.²² Estes últimos, oferecendo preços

22 BOSCHILIA, *op. cit.*, p. 45.

mais reduzidos, apresentavam-se como uma forma de diversão acessível aos setores economicamente mais despossuídos. As constantes menções nos depoimentos de acusados e ofendidas sobre este tipo de atividade indicam como os cinemas eram uma das atrações bastante procuradas entre estes jovens, em seus momentos de lazer.

Estes espaços, além de suas atrações, também marcaram o início de muitas histórias de amor ocorridas na cidade. Foi assim que, em um destes cinemas, João A. H., branco, militar, de 18 anos, conheceu em 1943, Lola A., branca, operária, de 16 anos, “em uma *matinée* que se realizava no cinema Odeon, onde o interrogado pela primeira vez falou com a referida menor...” Regina L., branca, doméstica, 18 anos, também “conheceu Ivo C. no mês de abril do ano passado [1947], isto por ocasião de uma *matinée* que a declarante fora assistir em companhia de suas irmãs; que nessa ocasião Ivo C. veio falar com a declarante...”²³

Os cinemas eram freqüentados por homens e mulheres do universo popular que, além de assistirem aos filmes exibidos, tinham oportunidades para encontrar amigos, namorados, ou ainda, estabelecer novas relações de amizade, flertes e namoros. As declarações citadas acima demonstram como moças e rapazes destes segmentos, até então desconhecidos, encontravam nessas formas de sociabilidade chances para iniciar uma relação amorosa. É bem provável que a facilidade destes contatos iniciais fosse propiciada pela receptividade das moças à abordagem masculina, pouco observando os padrões de recato e decoro exigidos, no período, da presença feminina na esfera pública.

Também as sociedades e clubes recreativos, sobretudo os da periferia da cidade, com seus bailes domingueiros, eram uma opção de encontros entre os gêneros do universo popular. Sem o requinte dos salões elitistas mas com preços módicos, estes espaços tornavam-se acessíveis à população de baixa renda da cidade. Nestes ambientes, amplas redes de sociabilidade eram estabelecidas entre os participantes, sendo proporcionadas pelo clima descontraído e festivo da ocasião. A música, a dança e as animadas conversas, muitas vezes motivadas pela bebida, facilitavam os contatos entre os gêneros sem maiores constrangimentos. A corres-

23 As citações foram retiradas respectivamente dos processos n. 2206. José A. H. 1943 e n. 3010. Ivo C. 1948.

pondência mútua em uma troca de olhares e um convite para dançar eram suficientes para aproximar homens e mulheres dispostos a conhecerem-se.

Guido B., branco, casado, eletricista, de 23 anos, teve oportunidade de conhecer, em um domingo de setembro de 1944, Leonir H., negra, doméstica, 16 anos, “por ocasião de um baile na Sociedade Ícaro, no Bacacheri” onde dançou com a mesma.²⁴ Laudemiro V., branco, lustrador, de 22 anos, também conheceu, em 1949, Cecília K., branca, doméstica, de 16 anos “em um baile que se realizava na Sociedade do Ahú; que naquele baile somente viu a referida moça, e passou por vezes a flertar com ela, sendo que em um outro baile teve ocasião de dançar com Cecília K...”²⁵ Antonio S., sapateiro, de 24 anos, testemunha informante do crime de sedução envolvendo Lourdes A., branca, operária, 17 anos, afirma ter conhecido a ofendida “certa ocasião [...] num baile na sociedade Alto Cajurú; que não chegou a ser namorado da referida moça, pois assim como dançou com ela dançava com outras.” O acusado pelo crime, Jorge F., branco, pedreiro, 20 anos, afirma ainda que Lourdes freqüentava a “Sociedade Pé de Bicho”, situada no Alto Cajurú, da qual foi expulsa devido aos seus procedimentos pouco recatados.²⁶

Mas Guido e Leonir, Laudemiro e Cecília, Jorge e Lourdes são apenas alguns exemplos entre tantas outras histórias de amor e sedução, ocorridas em Curitiba nos anos 40, que tiveram seu início em um simples flerte, uma dança ou conversa nos mais diversos clubes populares que a cidade oferecia a seus moradores. Após uma exaustiva semana de trabalho, militares, lavradores, artesãos, empregadas domésticas, costureiras e lavadeiras, podiam encontrar nestes bailes oportunidades de estarem com seus pares ou, na ausência destes, a ocasião era bastante propícia para tentar estabelecer novas ligações amorosas. As freqüentes referências a sociedades e clubes em diversos processos analisados, como as Sociedades Morgenau, das Mercês, União e Paz, Três Corações, Barriqueiros etc., indicam-nos a grande preferência por estes espaços entre parcela significativa das camadas populares.²⁷

24 Processo n. 2503. Guido B. 1944.

25 Processo n. 3295. Laudemiro V. 1950. A citação é referente a declaração do acusado.

26 Processo n. 3298. Jorge F. 1950.

27 Ver por exemplo, processos n. 2409. João K. 1944; n. 2596. Nelson E. 1945 e n. 2764. Renato L. V. 1946.

Outro local constantemente indicado nos depoimentos dos processos-crime como espaço de lazer entre as camadas populares era o Pavilhão Carlos Gomes. Funcionando, a partir de 1942, como a principal casa de diversões da cidade, exibia, entre outras atrações, peças teatrais e apresentações circenses.²⁸ A ocorrência de muitos casos de amor e sedução entre os indivíduos populares, iniciados neste local, pode estar em correspondência com as oportunidades aí encontradas para a construção de amplas redes de sociabilidade entre os gêneros. As moças destes segmentos, familiarizadas com o espaço da rua, freqüentemente desacompanhadas e talvez menos atentas às “boas condutas” condicentes ao padrão feminino da época, envolviam-se facilmente com o gênero masculino. É o caso de Isis S., branca, costureira, de 17 anos que, receptiva aos flertes e galanteios, não ofereceu muita resistência à aproximação de Antonio S. L., branco, casado, 25 anos, motorista da empresa Rápido Sul Brasileiro, conforme narra em junho de 1948, na Delegacia de Segurança Pessoal:

Que a declarante em dias do mês de outubro do ano passado [1947], conheceu Antonio S. L., isto é, por ocasião em que assistia uma função no Pavilhão Carlos Gomes; que a declarante a partir dessa data passou a fazer flerte com Antonio; que em fins de outubro a declarante novamente se encontrou com Antonio no referido Pavilhão, tendo este vindo falar com a declarante, demonstrando interesse em querer namorá-la [...]²⁹

Embora com outros fins associativos, que não vinculados diretamente ao lazer, locais como igrejas também favoreciam momentos de sociabilidades entre os gêneros do universo popular, seja nos cultos e missas semanais ou em festas religiosas. Desta forma, em uma das Igrejas

28 BOSCHILIA, *op. cit.* É bem provável que este tipo de espaço, assim como alguns outros, fossem freqüentados por diversos grupos socioeconômicos presentes na cidade, entretanto, em conformidade com a noção de espaço social de Bourdieu, entendemos que, embora uma prática possa ser comum a diferentes posições sociais, a distinção ocorre nas formas e maneiras de executá-las de cada posição. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. por Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

29 Processo n. 3110. Antonio S. L. 1949. O trecho transcrito foi retirado da declaração da ofendida. Ver também processo n. 2424. João M. C. 1944.

Evangélicas da cidade, situada à Rua Cândido de Abreu, Elzira R., branca, tipógrafa, de 16 anos, conheceu, em 29 de junho de 1946, José S. G. que viria a ser mais tarde seu namorado.³⁰ Muitas moças pobres, como Elzira, impedidas de frequentar bailes e cinemas, seja por motivos de ordem financeira ou, ainda, de proibição familiar e/ou patronal (no caso de empregadas domésticas sob tutela de patrões), encontravam nestes espaços, para além de seus fins, uma alternativa para encontrar os amigos, conhecer rapazes e criar vínculos afetivos.

Como vimos até agora, todos estes espaços e formas ligados, direta ou indiretamente, ao lazer, constituíam-se por excelência em grandes redes de sociabilidade entre os gêneros do universo popular. Porém, é necessário ressaltar outras redes de sociabilidade apresentadas em situações sociais específicas, como por exemplo as desenvolvidas no âmbito profissional. A mulher deste período, sobretudo a das camadas populares, ganhava cada vez mais presença no mercado de trabalho, inserindo-se em diversas configurações sociais desvinculadas da tradicional esfera doméstica. De igual modo, o trabalho informal desenvolvido por grande parte das mulheres dos segmentos populares, paralelamente às atividades domésticas, também proporcionava a estas a transposição das redes estabelecidas no universo familiar. Lavadeiras, cozinheiras, costureiras, enleadeiras de balas, prestadoras de serviço a domicílio e outras tantas funcionalidades femininas, permitiam seu acesso à esfera pública e a diversificados contatos sociais no empenho destas atividades.

Neste sentido, as fontes nos possibilitam recuperar alguns casos de redes de sociabilidade geradas a partir das atividades de trabalho e que, por sua vez, ensejavam o início de relações amorosas ou práticas de sedução entre os gêneros do universo popular. Veronica M., 18 anos, polonesa, declarou que em fevereiro de 1940 quando “trabalhava na Casa Max Roesner, à Avenida Batel, nesta cidade, [...] veio a conhecer Jacob Z., [...] tendo Jacob desde essa data começado a cortejar a declarante que acabou por namorá-lo”. Laudelino G. S., 23 anos, militar, também declarou ter conhecido sua namorada, Maria de Lourdes, de 16 anos, doméstica, próximo de seu local de trabalho “quando a mesma trabalhava em lavagem de roupas, num campo atrás do quartel da Companhia Independente de

30 Processo n. 2954. José S. G. 1947.

Transmissão, no qual o declarante serve como soldado...” Caso semelhante ocorreu com Vanir P., 17 anos, negra, que trabalhava no Colégio São José e

que no dia 11 de janeiro do corrente ano [1948], a declarante estava numa das janelas daquele colégio, cerca das dezenove e trinta horas, quando por ali passou um soldado; que ao passar esse soldado convidou a declarante para descer e conversar; que a declarante se negou a esse convite, porém disse ao mesmo que se quisesse falar com ela isto só poderia ser na quarta-feira próxima; que na aludida quarta-feira, às dezoito horas, enfrente àquele Colégio já se encontrava o referido soldado, isto é, trajado civilmente o qual deu o nome de João M. e disse que iria levar a declarante até a residência da mesma; que a declarante cedeu a esse pedido, em virtude de simpatizar-se com João e tencionar que o mesmo se tornasse seu namorado [...] ³¹

A declaração de Vanir é bastante ilustrativa no que diz respeito aos vínculos estabelecidos entre os gêneros nos espaços relativos ao trabalho. Mas, também demonstra como estes indivíduos utilizavam o trajeto trabalho-casa como momentos para estabelecer contatos com colegas, amigos e até mesmo estranhos. O “ir e vir” pelas ruas, os pontos de ônibus e bondes ou o interior deles permitiam que moças e rapazes desenvolvessem relações como flertes, cumprimentos e “bate-papos”. Aliás, menções a esses encontros nas ruas e praças da cidade são recorrentes nos depoimentos presentes aos processos criminais. Veronica M. era freqüentemente vista na praça Tiradentes “esperando para conversar com seus colegas” motorneiros que ali estacionavam os bondes. ³² Yolanda, 18 anos, cabeleireira, e Aquiles, 29 anos, sargento da Base Aérea, ambos brancos e naturais do Paraná, foram vistos diversas vezes “na Rua João Negrão [...] conversando e passeando”. ³³ João M. C., branco, militar, de 22 anos, acusado por crime

31 As declarações citadas neste parágrafo referem-se respectivamente aos processos n. 1819. Jacob C. 1940; n. 1841. Laudelino G. S. 1940 e n. 3040. João M. 1948.

32 A citação é referente ao depoimento da testemunha de defesa Antonio A.

33 Processo n. 2120. Aquiles M. V. 1942. A citação é referente ao depoimento da testemunha de acusação Odilon R.

de sedução, narra assim seu encontro, em março de 1944, com a ofendida Nerina S., negra, doméstica, de 17 anos:

ele interrogado achava-se numa esquina da Rua Engenheiro Rebouças com a Rua Alferes Poli, quando passando a menor Nerina em companhia de uma outra moça, os colegas do interrogado, Betoven F. e Octavio C. chamaram as menores e levando-as a presença do interrogado disseram-lhe “aqui está ele”; que neste ato a menor Nerina disse ao interrogado que a conduziu até a sua casa [...]³⁴

A reincidência de narrativas semelhantes a estas indicadas acima nos permite pensar que, além da ampla mobilidade das moças das camadas populares na esfera pública, as grandes dificuldades econômicas vividas pelas classes mais baixas tornavam estes locais, para uma grande parcela dos gêneros populares, uma das raras opções para encontros.

De igual modo, podemos entender as relações de vizinhança, as conversas nas ruas dos bairros como uma das principais formas de sociabilidades entre segmentos populares. Estudando a moralidade dos pobres através das relações familiares e de vizinhança, em um bairro periférico da cidade de São Paulo, Cynthia A. Sarti constatou,³⁵ no universo pesquisado, uma forte tendência à sociabilidade no local de moradia, responsável pelo estreitamento de laços entre a vizinhança. O pouco tempo destinado ao lazer e ao descanso, aliado aos escassos recursos financeiros, fazia da convivência com os vizinhos uma das formas recorrentes de sociabilidade nestas camadas. No que diz respeito às relações de gênero esta tendência também pode ser percebida, desenvolvendo-se igualmente entre eles redes de sociabilidade, as quais permitiam o aparecimento de relações amorosas e práticas de sedução. É o caso, por exemplo, de Nelson E., branco, fundidor, 18 anos, acusado pelo defloramento de Lia, branca, doméstica, de 15 anos, que declarou, por volta de junho de 1945, que residia “próximo a casa da vítima e a conheceu há um ano atrás mais ou menos, conhecimento esse

34 Processo n. 2424. João M. C. 1944. Para outros casos ver, por exemplo, processos n. 1956. Augusto G. 1941; n. 2242. Guido B. 1943; n. 2120. Aquiles M. V. 1942.

35 SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

também que vem de encontros que teve com a mesma nas ruas desta cidade, conversando com a mesma nessas ocasiões [...]”³⁶

Estas e todas as outras formas de contato e aproximação recuperadas a partir das fontes, nos permitem concluir que as relações entre os gêneros do universo popular eram estabelecidas mediante intensos contatos na esfera pública, intimamente ligados a um período específico da história da cidade, onde as transformações advindas do processo de urbanização possibilitavam, entre outras coisas, novos espaços e formas de sociabilidade. As relações afetivo-sexuais desenvolvidas entre estes segmentos eram, em grande medida, estabelecidas e orientadas a partir destas amplas redes de sociabilidade.

E, por mais que muitos espaços públicos e formas de sociabilidade, criados a partir do contexto urbano, aproximassem homens e mulheres, raças e nacionalidades, eles eram distintamente representados e desenvolvidos conforme as várias classes sociais aí presentes. Entre os segmentos populares, a frequência a determinados locais, em diversos horários, as maneiras de vestir, estabelecer contatos, conversar, flertar, eram elementos que claramente demarcavam suas condições socioeconômicas.

Referências Bibliográficas

- BOSCHILIA, Roseli T. *Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
- _____. O cotidiano de Curitiba durante a segunda guerra mundial. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 22, n. 107, out. 1995.
- BOUDON, Raymond (Org.). *Tratado de sociologia*. Trad. por Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. por Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

36 Processo n.º 2596. Nelson E. 1945.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- DÉCHAUX, Jean-Hugues. N. Elias et P. Bourdieu: analyse conceptuelle comparée. *Archives Européennes de Sociology*, Cambridge, 34, 1993.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. por Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL - 1.º de setembro de 1940. Série Regional: Parte XVIII - Paraná. Censos demográfico e econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
- RECENSEAMENTO GERAL DE 1950. Série Regional: v. 16 - Paraná. Censos demográfico e econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.
- RONCAGLIO, Cynthia. *Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania*. Curitiba: Pinha, 1996.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. por Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.
- SILVA, Luiz Geraldo. A noção de sociabilidade nas obras de Kant e Norbert Elias. *História: Questões & Debates*, Curitiba: APAH, n. 26/27, jan./dez.1997.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. Trad. por Dinah de Abreu Azevedo. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 34). São Paulo: Ática, 1983.
- SINOPSE ESTATÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA. Curitiba: IBGE, 1950.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.
- WAIZBORT, Leopoldo (Org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1999.

ESPAÇO URBANO E CIDADANIA FEMININA NO PARANÁ DA VIRADA DO SÉCULO

Etelvina Maria de Castro Trindade*

RESUMO

A virada do século XIX para o XX marcou um momento de presença das mulheres nos espaços públicos, determinando, inclusive, uma certa inserção feminina no cenário político. Esse fenômeno, ocorrido em âmbito mundial, teve seus reflexos no Brasil e também no nascente Estado do Paraná. Assim, o espaço urbano paranaense foi palco de inúmeras manifestações femininas – e também feministas – onde é possível detectar uma crescente reivindicação dos direitos de cidadania que iria alterar o próprio cotidiano das cidades. Consciente das possibilidades que se abriam para ela, a mulher paranaense se colocou como sujeito de sua história, como suas companheiras em todo o mundo. E buscou afirmar-se igualmente no campo dos direitos civis. Palavras de ordem como voto, trabalho, educação e igualdade no matrimônio foram, pois, as tintas que passaram a colorir a trama do dia a dia paranaense num tecido social cada vez mais permeável à participação feminina.

Palavras-chave: mulheres, cidadania, espaço público.

ABSTRACT

The turn of the XIX to the XX century benchmarked women's presence in the public scene, setting for a certain female insertion into political scenery. Such worldwide phenomenon had extended reflections over Brazil and also over the State of Paraná. Thus, the urban outline in Paraná set the scene for a number of women's – and also feminist – manifestations, whereas it is possible to observe a growing demand for citizenship rights, which was to change the quotidian in the cities. Being aware of the possibilities which were made available for them, the women in Paraná touched their selfhood as subjects of their own history, likewise their counterparts around the world. They also searched for equal civil rights. Issues like vote, work, education, and equal rights in marriage were, then, the paint which colored the daily weave in Paraná, within a social thread that became more and more sensitive to women's participation.

Key-words: women, citizenship, urban outline.

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Até o início do século XIX, as cidades européias haviam apresentado um certo equilíbrio nas atividades desenvolvidas dentro de seus espaços, onde se conciliavam trabalho, religião, artes e diversões. A industrialização acelerada trouxe porém consigo uma excessiva preocupação com o sucesso material, em detrimento de outros aspectos da convivência urbana. A cidade tornou-se palco do desenvolvimento de atividades que tiveram como consequência a poluição do ambiente, acompanhada de pesados custos sociais. As classes operárias, submetidas a uma pesada exploração, viram-se obrigadas a ocupar desordenadamente as áreas mais insalubres das cidades, passando a viver de forma desconfortável e promíscua.¹

Na verdade, as grandes marcas do espaço urbano desse período foram a fábrica, a estrada de ferro e o cortiço. E apesar do progresso técnico, as grandes metrópoles industriais possuíam menos conforto do que uma pequena aldeia interiorana. Sequer o campo político teve força para transformá-lo em associações humanas que produzissem melhorias em sua qualidade de vida. Os mais elementares serviços públicos municipais estavam ausentes dos ambientes citadinos.

Com a ausência dos elementos indispensáveis à higiene e saúde da população, as moradias transformaram-se em ambientes propícios para a disseminação de doenças contagiosas. E o medo das epidemias atingiu toda a sociedade, trazendo aos governos a responsabilidade de sanar os males que ameaçavam os habitantes das cidades.

As ações desenvolvidas em função do saneamento contaram, então, com a ação dos médicos e engenheiros ligados aos princípios do sanitarismo e também com as iniciativas dos administradores e as exigências da própria população.

Porém, grande parte das comodidades atingiu, a princípio, apenas uma pequena parcela dos habitantes que podia arcar com os custos desses benefícios. Mas os altos preços dos serviços individuais da higiene moderna acabaram por induzir sua aplicação em equipamentos coletivos, o

1 Sobre as cidades industriais ver MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 483-520. Sobre cidade e meio ambiente nos séculos XIX e XX, ver OLIVEIRA, D.; SANTOS, A. C.; TRINDADE, E.M. *Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais em Curitiba*. Curitiba: Secretaria Municipal do Meio Ambiente/Universidade Livre do Meio Ambiente, 1997.

que deu origem ao “socialismo municipal”. Em função dele, a longo prazo, toda a população de uma cidade pôde ter, democraticamente, acesso aos benefícios do sanitarismo, mesmo à custa de impostos mais pesados.

Assim, foi somente com o tempo que a engenharia sanitária e uma legislação mais efetiva conseguiram implantar melhorias como água encanada, rede de esgotos e iluminação, aplicáveis a um maior contingente da população. Ao mesmo tempo, introduziam-se nos meios urbanos novas concepções que valorizavam a luz, o arejamento e a limpeza – inclusive a corporal – enquanto escuridão e sujeira tornaram-se sinais de barbárie.

Ao final do século XIX e início do XX, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, o Estado tomou cada vez mais a frente nas intervenções urbanas, sobretudo no desenvolvimento de políticas que conduzissem às melhorias necessárias a uma vida mais saudável e prazerosa da população.

Outra característica desse período foi a preferência de inúmeros moradores pela vida afastada do núcleo central da cidade, dando origem ao chamado fenômeno da suburbanização que marcou a paisagem citadina e afastou as camadas mais favorecidas dos perigos mais imediatos produzidos pela nova sociedade industrial.

O Brasil na virada do século

No decorrer do século XIX, começaram a aparecer no Brasil os primeiros sinais de preocupação com os problemas urbanos e a aventar-se a possibilidade de intervenções estatais para solucioná-los. Várias cidades, sobretudo litorâneas, apresentavam-se como focos de epidemias e de insalubridade e a solução para tais condições seria recorrer às práticas já difundidas em boa parte dos países do mundo ocidental.

Com o advento da República, em várias cidades brasileiras as tentativas de acompanhar os modelos estrangeiros deram origem a planos que visavam, não apenas a questão higienista, mas também a modernização de seus espaços. Nas *urbes* litorâneas, sobretudo, começaram a ser tomadas providências que visavam resolver situações críticas, como o controle das doenças infecto-contagiosas que as assolavam periodicamente.

O combate à degradação do ambiente das cidades e a disciplinarização dos hábitos de seus habitantes passou, cada vez mais, a fazer parte das preocupações das elites dominantes e das famílias de classe média, para quem os bairros residenciais representavam uma fuga aos desconfortos urbanos. Práticas esportivas e atividades recreativas realizadas ao ar livre passaram a ser comuns entre essas populações.

Paralelamente, uma modernização dos costumes acompanhou a do espaço urbano. Pois, mesmo que o governo federal demonstrasse uma certa preocupação com os recursos naturais do país, seriam as cidades que efetivamente receberiam maior atenção, já que a intenção era atingir os parâmetros de uma sociedade urbana moderna, progressista e “avançada”. Nesse contexto, as medidas tomadas nas áreas de higiene, sanitarismo e lazer abririam o caminho para que o Brasil viesse a conhecer as vantagens trazidas pela nova maneira de se administrar o espaço citadino.

O Paraná em tempos modernos

No sul do Brasil, o final do século XIX marcou o momento da expansão capitalista, acompanhada por inovações que iriam melhorar a vida material e agilizar os meios de transporte e comunicação.

Para o Paraná, esse período caracterizou-se pelo fortalecimento de relações capitalistas de trabalho no âmbito da indústria ervateira, madeireira e, em menor grau, do setor agropecuário. Outro grande fator determinante de transformação em todo o Estado, nesse momento, foi a política imigratória que propiciou a instalação de colônias estrangeiras próximas aos sítios urbanos.

Por obra dos imigrantes, surgiram nas cidades pequenas fábricas e introduziram-se modificações nos negócios, na arquitetura e no cotidiano da cidade. O setor de serviços e o comércio acompanharam o ritmo imposto pelo avanço dessas atividades.

Mas, para todo o Estado, o trem foi efetivamente o grande arauto do progresso. Após a construção da linha férrea Curitiba-Paranaguá, em 1885, os trilhos se estenderam para o norte e para o sul, integrando todas as regiões. As melhorias em transportes e comunicação não pararam por

aí: desenvolveram-se as estradas de rodagem que, em 1917, iriam atingir 6.000 quilômetros em tráfego.

No interior das localidades já cortadas por linha férrea, o trem trazia o progresso e, ao mesmo tempo, revelava carências. Insalubres, mórbidas e despidas de infra-estrutura até a última década do século passado, as cidades se apresentavam ainda como palco de epidemias, endemias e desconforto. Numa delas um jornal reclamava, em 1905, da falta de pavimentação de uma rua, pois ao atravessá-la, “um professor enterrou-se até o fio do lombo.”²

Diante dessa situação, restava às autoridades governamentais agir com rapidez para fazer da cidade um local *perfeitamente habitável*, conforme declarava sobre Curitiba, no mesmo ano, o Presidente Vicente Machado: “Dotar nossa principal cidade, sede do governo do Estado, de um serviço mais ou menos perfeito de uma rede de esgotos e de abastecimento de água potável, afigurava-se, aos meus olhos como coisa inadiável e cuja protelação poderia acarretar desastrosíssimas conseqüências para o futuro”.³

A preocupação com salubridade e higiene foi, pois, marca registrada do período, dirigida a alguns pontos fundamentais: infra-estrutura e saúde pública. Na infra-estrutura incluíam-se o calçamento, alargamento de ruas e novas posturas de urbanização. Pelas iniciativas higienistas aprimoraram-se instituições, como o lazareto, o hospital de alienados, o quartel, o matadouro, entre outros.

Em contrapartida, a estética espacial estaria presente no discurso do governo somente a partir de 1912, com Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Então, o embelezamento das cidades teve prioridade: as ruas receberam árvores ornamentais e novas praças e logradouros públicos foram criados.

Nas *urbes* que se reformulavam, os sinais do progresso estavam cada vez mais visíveis nos avanços da tecnologia. O telégrafo era uma conquista do mundo ocidental, mas a telefonia ainda não havia atingido o Paraná até o final do século XIX, passando a ser uma realidade nas outras cidades no Estado, a partir das duas primeiras décadas do século XX.

2 LEANDRO, J. A. *Palco e tela em Castro: teatro, cinema e modernidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

3 PARANÁ. Relatórios do Governo. 1889-1930.

Já o uso da energia elétrica foi efetivamente implantado entre 1900 e 1910. A reboque da eletricidade vieram muitos avanços na área industrial e de serviços; dentre eles, os bondes elétricos.

Paralelamente, houve um rápido crescimento populacional. De 126.722 em 1872, o número de habitantes aumentou para 327.136 em 1900. Com o agrupamento de todas essas pessoas nas cidades, os governantes trataram de providenciar a criação de forças policiais encarregadas da vigilância e repressão de desordeiros e desajustados. Procurava-se, assim, criar padrões de comportamento adequados a um novo convívio urbano.

Mas, para além dos benefícios e melhorias introduzidos pelas tecnologias inovadoras, o contingente populacional é que iria dar sentido aos espaços da cidade, pelo estabelecimento de uma nova sociabilidade, conduzida agora em padrões modernos. Foi esse o momento em que a população das cidades paranaenses saíria às ruas.

Cidades, espaço público e cidadania

Na virada do século, a modernização que atingiu as cidades paranaenses revestia-se da característica de chamar as pessoas ao convívio no espaço público. A cidade não era mais um aglomerado de casas e ruas mal traçadas onde as mulheres pouco assomavam às janelas. Era agora um espaço de encontro, de trabalho ou de recreio – masculino, feminino e familiar.

A cidade moderna passou a abrigar parques e praças onde as famílias faziam piqueniques, os mais velhos conversavam, os jovens “flirtavam” e as crianças corriam pelo gramado. Em Curitiba, o Passeio Público foi recuperado e os frequentadores podiam usufruir de seu carrossel, das gôndolas que cortavam o rio e do quiosque para “botequim”; no Batel, o parque da Cervejaria Cruzeiro propiciava à população espaço para o saudável hábito da ginástica. No Colyseo Coritibano, um parque de diversões aguardava prováveis usuários.

A partir daí, a relação das pessoas com os espaços públicos urbanos tomou aspectos mais íntimos e saudáveis. Em Curitiba, a imprensa elogiava a reformulação de praças, antes *campinhos* onde as lavadeiras estendiam roupas, agora encantadores *squares*. Elogiava também a vigilância dos

jardins públicos que, sob a guarda da própria população, não permitia acontecerem os atentados dos garotos contra as árvores e os bancos, freqüentemente danificados. Para gozo da população, “as flores, que deleitavam a vista e perfumam o ambiente, podem fazer sem sobressalto no seu hastil delicado: nenhum vândalo ousará privar a população do espetáculo sempre novo da sua policromia incomparável”.⁴

Nas praças, ocorriam retretas e concertos que também congregavam a população que os ouvia em *religioso silêncio* e aplaudia entusiasmadamente. Nos parques e arredores da cidade, as pessoas se reuniam em excursões e piqueniques patrocinados pelas diversas sociedades recreativas, nacionais ou estrangeiras. Sob a influência dos imigrantes, foram introduzidos os novos hábitos dos exercícios físicos e dos esportes conduzidos em logradouros públicos, uma prática que seguidamente sensibilizava os viajantes: “Visitei o bosque da ‘Providência’, lindo recanto, onde a gente pode passar alguns momentos de descanso. Um grupo de cavalheiros e senhoras jogava o ‘tênis’”.⁵

Para as crianças, o espaço preferencial na cidade era a escola. Públicas ou particulares, religiosas ou laicas, masculinas, femininas ou “promíscuas”, as edificações escolares pontuavam o cenário urbano, acolhendo ruidosos estudantes em seus corredores, pátios e salas.

Foi igualmente na cidade moderna que a divisão entre público e privado, separando homens e mulheres, tornou-se menos nítida. Eles se encontravam então nas ruas, compondo o movimento dos transeuntes. Os homens sentavam-se nos cafés, freqüentavam os bares e disputavam nos salões de bilhar; as mulheres *faziam avenida* nas artérias por onde transitavam os bondes e os automóveis, apreciavam *vitrines*, seduzidas pelas ofertas de sedas, chapéus e calçados vindos de Paris e outros centros da moda.

Ao visitar Curitiba, em 1912, o intelectual Nestor Victor descrevia os novos hábitos introduzidos na sociedade paranaense, comentando a diferença no porte das senhoras, agora bem menos “acanhado e provinciano”, e na atitude dos homens “muito mais cidadã que a de outrora. [...] todos de barba feita como no domingo de antigamente.” Observava, inclusive, “que os cumprimentos agora já eram mais comedidos e sobretudo

4 LOYOLA, L. Curitiba Moderna. *A República*, 26 abr. 1915.

5 LUIZA, Maria. Curitiba Jornal. *Diário da Tarde*, Curitiba, 26 out. 1914.

menos familiares, sem a incômoda facécia igualitária de aldeia a que todos tinham de submeter-se ainda há vinte anos atrás.”⁶

O masculino e o feminino misturavam-se também nos camarotes dos teatros. Na Curitiba de 1894, Verdi, Mascagni, Donizetti, Gounod e Carlos Gomes causam “verdadeiro entusiasmo na numerosa audiência” de uma temporada de ópera. Tempos depois, outra apresentação lírica atraía um público refinado: “Logo à entrada, assistindo o desfilar do cortejo pomposo de damas e cavalheiros, tive a idéia da Ópera de Paris ouvindo o farfalhar das sedas amassadas, o decote tentador, o evolir do mais caro perfume de Houbigaut, as cintilações de muita jóia rara, sem falar no irrepreensível corretismo dos cavalheiros [...]”⁷

Nas cidades do segundo planalto, Ponta Grossa, Lapa e Castro, ou nas do litoral, Paranaguá, Antonina e Morretes, dramas, revistas, comédias, farsas e operetas faziam grande sucesso.

Foi também nos teatros que se exibiu, primeiramente, o moderno *cynematographo*, logo objeto de muita procura e intensa exploração financeira. A febre das “fitas” acabou por reduzir a frequência aos espetáculos do palco, inebriando espectadores que acorriam às suas exhibições.

Teatro e cinema eram também ambiente ideal à expressão dos últimos ditames da moda. Sugerida nos *magazines* estrangeiros, a moda transformava o vestuário de ambos os sexos. Para os homens, cabelos engomados, terno ajustado, botinas e palheta; para as mulheres, saias até o tornozelo, *redingotes*, chapéu *cloche* e cinturas altas.

Na cidade de Castro, o cronista recomendava “belíssimos modelos em gêneros *tailleur*, incontestavelmente muito elegantes, confortáveis e possuidores de um irrepreensível talhe de mais pura estética...”⁸ Ao final dos anos vinte, a moda ordenava que as saias subissem, as cinturas e os decotes descessem, acompanhando a evolução de uma nova mulher.

Outro local privilegiado para as exhibições e diversões, eram os clubes que proliferavam nas grandes e pequenas cidades. Fundadas para beneficência, cultura e lazer dos associados, essas agremiações davam preferência aos bailes e reuniões festivas, sem descuidarem, porém, das

6 VICTOR, N. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913. p.122.

7 REPORTER. No Guayra. *O Olho da Rua*, Curitiba, 4 abr. 1908.

8 LEANDRO, *op. cit.*, p.79.

conferências e palestras dirigidas “às senhoras e aos cavalheiros do nobre quadro associativo”.

Os clubes abriam também opções para a prática que se tornou a verdadeira coqueluche do período: a cultura do físico através do exercício desportivo. Introduzidos no Paraná por influência dos imigrantes alemães, os esportes encontraram espaço em inúmeras associações fundadas para esse fim. Enquanto o futebol e o remo eram atividades tipicamente masculinas, as mulheres dedicavam-se ao basquetebol, ao tênis, ao ciclismo, à ginástica ou até ao montanhismo. Em uma vitrine elegante de Curitiba, exibia-se uma medalha de ouro, acompanhada do seguinte texto: “Expomos em nossa vitrine uma medalha de ouro, que à Srta. Hercília Lima vão oferecer as senhoras de Morretes. A medalha tem no verso a seguinte inscrição: à intrepidez de d. Hercília Lima, a primeira excursionista ao Marumby – as senhoras de Morretes”.⁹

Os clubes de elite encontravam sua contrapartida em recintos que já eram uma tradição nas cidades paranaenses: as casas de jogo. Tais locais eram considerados pela opinião pública como “antros do vício” que roubavam os pais de família aos seus sagrados deveres. Lá jogava-se a roleta e dançava-se o maxixe, uma prática que incorria na queixa das esposas descuradas, que vinham por vezes à imprensa “clamar por uma providência que lhes fizesse voltar ao lar a felicidade que uma vida fácil, em época dinheirosa, lhes roubara”.¹⁰

Lugar oposto ao “recinto sagrado do lar” eram, nesse período, como em todos os outros – na capital ou no interior – as chamadas “casas do vício”. Nelas, segundo a ótica da sociedade local, perpassava um clima libertino e divertido, justificando a idéia que se tem da alegre “vida fácil”. Contra os bordéis, o moralismo desencadeava uma série de medidas restritivas: fichamento das prostitutas, prisão por vadiagem, interdição de algumas casas de tolerância. No entanto, a interpenetração entre o bordel e o lar era mais freqüente do que o admitido; pela via masculina chegavam à família grande parte das doenças e dos hábitos sexuais.

Mas se a sociedade marginalizava as chamadas mulheres de “má vida”, a indústria e o comércio abriam suas portas às trabalhadoras paranaenses. Nas fábricas, nas lojas, nos serviços públicos e particulares, elas

9 NOTÍCIAS e factos. *Diário da Tarde*, Curitiba, 1.º out. 1901.

10 EM DEFESA da sociedade. *Diário da Tarde*, Curitiba, 11 jan. 1917.

ombream com os homens em múltiplas tarefas. Em Prudentópolis, manufaturavam o mate; em Ponta Grossa, operavam os teares; em Paranaguá, completavam ligações telefônicas; em Curitiba, produziam balas, bolachas, fitas e porcelanas. Sua participação no universo do trabalho implicava também aderir aos movimentos reivindicatórios que opunham patrões e empregados:

É sabido que nossa gente operária, quando foi do último movimento grevista, percorreu, em massa, as casas comerciais e industriais, ali procurando adesões de colegas. Os membros mais em evidência da turba em parede parlamentaram com os operários e operárias, convencendo-os da necessidade que havia em todos acompanharem o movimento grevista, com ele se identificando.¹¹

Dessa forma, o progresso das cidades paranaenses do início do século trazia consigo não apenas a reformulação dos hábitos das camadas privilegiadas. Ele impunha um novo ritmo às relações familiares, redimensionava os papéis de homens e mulheres e trazia à cena grupos que estavam à sombra no sistema capitalista, mostrando a face escura da modernização.

Mulher e cidadania no espaço urbano paranaense

Uma vez adquirida a visibilidade nas cidades, pôde a mulher reformular seus papéis nesses espaços. Até então, a divisão entre o público e o privado contribuía para diferenciar as atribuições masculinas e femininas na sociedade. Para as mulheres, a apresentação no espaço público podia constituir-se em uma ameaça à virtude e à respeitabilidade. Já para o homem, sair em público dava acesso a uma liberdade que nem sempre gozava no recinto do lar. E embora essa dicotomização estivesse em grande

¹¹ FARIA, G. Do meu canto: episódio interessante da última greve. *Diário da Tarde*, Curitiba, 27 jul. 1917.

parte presente nas sociedades do início deste século, o próprio ambiente citadino propiciou o rompimento das fronteiras entre as duas esferas, permitindo às mulheres um primeiro contato com as atividades do mundo exterior.¹² Afinal, nem todo o público é exclusivamente masculino e nem todo o privado totalmente feminino. A casa se abre para o exterior e a autoridade masculina se exerce na família. Homens e mulheres acabaram trazendo a público questões privadas.¹³

Foi nesse momento que o desejo expresso de participar da vida pública – e, conseqüentemente, de exercer os direitos da cidadania – começou a ser divulgado pela campanha feminista do final do século XIX e início do XX. Ela teve como objetivo despertar na mulher a consciência de suas condições de vida, incitando-a a reagir contra os procedimentos discriminatórios a que era submetida. Oscilando entre o igualitarismo e o dualismo, o movimento feminista consubstanciou-se numa prática que era ao mesmo tempo social e política e tinha como meta principal modificar as leis, para que se reconhecesse a mulher enquanto cidadã.¹⁴ Para tanto, o feminismo lançou mão de reivindicações que ficariam circunscritas, por longo tempo, em quatro necessidades fundamentais à participação efetiva das mulheres em uma sociedade urbana: os direitos políticos, o direito ao trabalho, os direitos no casamento e o direito à instrução. O direito de participarem, finalmente, da soberania coletiva e usufruírem a proteção da lei.

Primeiro votar...

A luta pelo sufrágio foi o grande carro-chefe das reivindicações feministas por reclamar não apenas uma condição de igualdade e cidadania para a mulher, mas por conduzir a uma discussão sobre o próprio exercício

12 RONCAGLIO, C. *Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania*. Curitiba: Pinha, 1996. p. 17-29.

13 FRAISE, G.; PERROT, M. (Org.) *O século XIX*. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*. v. IV. Porto: Afrontamento, 1994. p. 542-544.

14 FRAISE, G.; PERROT, M. *Ibid.*, p. 542-544.

do poder. Objeto de polêmica renhida na maior parte dos países – e também no Brasil da Primeira República, onde proliferavam conflitos entre radicais e conservadores, Igreja e governo, abolicionistas e escravocratas, monarquistas e republicanos – a questão do voto feminino mobilizou o Congresso, a imprensa e a opinião pública.

Grande parte dessa polêmica chegou ao Paraná, na época em que os habitantes das cidades se viam submetidos à influência da modernização incipiente que o conservadorismo de algumas lideranças locais ameaçava frear. Começou com a professora portuguesa Mariana Coelho, radicada em Curitiba, e francamente favorável ao exercício feminino do voto, que inaugurou a campanha na imprensa:

[...] sou suficientemente sensata para admitir que a mulher abandone o atraente lugar que desde sempre lhe está marcado no lar, mas sou também essencialmente progressista para não admitir que ela acompanhe convenientemente o progresso, porque entendo que aceitá-lo, excluindo-a, equivale ao absurdo imperdoável de nivelá-la, em parte, com os irracionais.[...] ¹⁵

Em sua fala, Mariana já se antecipava às posições antisufragistas cujas argumentações mais recorrentes se escudavam na divisão “natural” ou “cultural” entre o homem e a mulher; na vocação feminina para as funções de esposa e mãe que a circunscreviam aos espaços domésticos; e até na assumida corrupção do processo eleitoral brasileiro ao qual se deveria subtrair a mulher, “muito pura e muito delicada” para este tipo de prática.¹⁶

Demais, a mulher não se acha ainda convenientemente aparelhada para os encargos da vida pública, mormente aqui na América meridional, onde a influência dos costumes europeus sofre, consideravelmente a ação neutralizadora da atmosfera calma do ambiente. [...] Depois, convenhamos, essa questão do voto, tão insistentemente debatida pelas sufragistas

15 COELHO, M. Emancipação da mulher. *Diário da Tarde*, Curitiba, 4 mar. 1901.

16 ALVES, B.M. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. p.180.

inglesas e norte-americanas, que de lamentáveis ocorrências não traria à estabilidade da paz doméstica, desde que aí houvesse diversidade de opinião! E, já que estamos falando em voto, vem a propósito a espirituosa frase de Jules Clarté: “se a mulher não vota influi nos que votam, e se votasse talvez fizesse o mesmo que os que votam por ela [...]”¹⁷

Como os demais antifeministas em todo o mundo, os brasileiros temiam que a atuação da mulher na política pusesse em risco o que chamavam “a homogeneidade das idéias no lar” e que o direito feminino à opinião própria fosse de encontro à manutenção da “harmonia doméstica” – homogeneidade e harmonia possivelmente atreladas à aceitação submissa das idéias e práticas políticas do marido. Todos esses temores refletiam-se nas posições defendidas pela imprensa nacional ou local:

Telegramas ontem publicados pelos jornais desta capital transmitem-nos a notícia segundo a qual a parte feminina da população do Rio está trabalhando intensamente para que o Parlamento nacional conceda ao seu sexo o direito de voto nos pleitos eleitorais. E, ao que parece, apesar de todos os inconvenientes que aquela regalia concedida à mulher nos trará, o desejo feminino sairá triunfante. [...]

Pelo caráter que a vitória do feminismo vai tomando entre nós parece que, dentre em pouco, a mulher do nosso país, cantando de galo, vai se colocar em situação idêntica das suas irmãs da Europa, para eterna tortura do homem.¹⁸

Mas apesar das ridicularizações e da oposição que o movimento feminista em prol do sufrágio desencadeava e do esgotamento de suas reivindicações por falta de um atendimento cabal a suas pretensões, ele desempenhou um papel importante no redimensionamento ideológico da posição atribuída ao sexo feminino no espaço público pela via política. Um direito que o próprio regime republicano permitia que fosse estendido a todas as mulheres.

17 RECADOS a Rachel. *Revista Moderna*, Curitiba, 15 jul. 1916.

18 A MULHER e o direito de voto nos países civilizados. *Diário da Tarde*. Curitiba, 12 maio 1920.

Depois trabalhar.

A partir do preconceito inicial que se opôs à conquista do voto feminino, outros se lhe acresceram sempre com base na tese das tendências “inatas” e da fragilidade física, intelectual e moral da mulher. Dentre eles, a restrição ao trabalho era questão de honra reforçada pelo velho argumento da inadequação da mulher às tarefas que ultrapassassem os limites do lar e permitissem sua circulação nos espaços da cidade. Nesse sentido, pareciam conspirar a medicina, a sociologia, a psicanálise e a estética, para reiterar a essência do feminino frágil e desamparado.¹⁹ Mais do que isso, para reafirmar o estatuto jurídico de incapaz atribuído à mulher, impedida de assumir por si mesma a reivindicação de seus direitos trabalhistas – opinião esposada pela maioria dos trabalhadores do sexo masculino. A ela se negava a possibilidade de defender seu direito ao exercício profissional, e também de subtrair-se à exploração a que era submetida na jornada de trabalho, nos serões noturnos, na discriminação salarial, nos assédios sexuais, entre outros desconfortos.

E da mesma forma que a obtenção da cédula eleitoral não superaria por si só a discriminação jurídica da cidadã, uma licença profissional não liberaria a mulher da discriminação masculina à sua inclusão nas frentes trabalhistas, fosse ela casada ou celibatária. No Paraná, o preconceito masculino contra a invasão feminina dos mercados de trabalho reproduzia-se de forma simétrica à da Europa na crise do pós-guerra:

Se antes da guerra os homens de ciência especialmente os políticos e os sociólogos, muito se ocupavam com o papel da mulher em face da organização do trabalho particular ou do Estado, da administração pública e das fábricas e usinas, hoje em dia [...] todos examinam com especial atenção os frutos do trabalho feminino e as conseqüências que eles trazem à raça e à sociedade.[...]

Parece, todavia, pouco mais ou menos provado que para os serviços que reclamam atividade e resistência, a mulher não

19 FRAISSE G.; PERROT M. p. 554-564.

serve. Haja visto o que ocorre nos caminhos de ferro, nos metrô, nos cafés e restaurantes, donde as mulheres vão desertando por incapacidade ou fadiga. [...]²⁰

Ameaçando o homem em seu campo econômico e alterando a divisão sexual das tarefas, as atividades femininas fora do lar reforçavam, em momentos cruciais, propostas trabalhistas até então descuradas, como igualdade salarial, melhoria de condições e possibilidade de ascensão profissional. A conquista de cada direito conduziria ao estabelecimento de campos propícios a vários tipos de luta: em primeiro lugar, uma luta de gênero; e, depois, uma luta de classes.

A luta entre masculino e feminino foi, antes de tudo, uma disputa de espaços que terminaria em um jogo de poder onde o homem, temendo as pretensões femininas, tentaria fechar-lhes os campos de trabalho e restringir-lhes as chances de emprego. Para tanto, usava-se a designação preconceituosa de “trabalho de mulher”, pretendendo que às mulheres deveriam caber as tarefas mais delicadas e adequadas à sua fragilidade “natural”. Às pobres e às solteiras reconhecia-se, todavia, maior liberdade de circulação em função de atividades profissionais, visto necessitarem trabalhar para complementar a economia doméstica ou prover o próprio sustento.

Na argumentação contra a atividade profissional das mulheres casadas condenava-se igualmente o marido que rompia os tabus da ascendência masculina, abrindo caminho à participação feminina nas finanças domésticas. Valia para ele, a aplicação do antigo adágio português: “Mal vai a casa onde a galinha canta e o galo cala”.²¹

Mais grave, no entanto, que a luta de gênero, era a luta de classes que opunha os interesses dos grupos sociais, fazendo divergir em forma e nível, as aspirações profissionais das mulheres. Compondo um contingente heterogêneo em origem, ocupação, cultura e posses, as trabalhadoras brasileiras, bem como as paranaenses, uniam-se apenas no fosso comum de sua discriminação. Era freqüente que as operárias repudiassem o papel

20 PELO FEMINISMO. A mulher e o homem no trabalho. *Diário da Tarde*, Curitiba, 20 set. 1921.

21 SILVA, M.B.N. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 1984. p. 158.

tutelar que as mulheres de categorias socioeconômicas privilegiadas, incluindo-se aí as feministas, queriam exercer sobre elas por considerá-lo alienado em relação às suas verdadeiras necessidades. Elas sentiam-se usadas como mera massa de manobra das feministas de classe média, já que, para elas, as condições de trabalho seriam apenas mais uma forma de exploração que lhes era imposta pela sociedade.

Paralelamente, o feminismo de modelo cristão, protetor das camadas desprivilegiadas, manifestava-se pela via das associações caritativas, entidades assistenciais e campanhas de saneamento das diversas “questões sociais”. Para o pensamento cristão, trabalho feminino, casamento e divórcio, problemas da mãe solteira, da sexualidade da mulher, dos infanticídios ou do menor abandonado entravam em cogitação apenas sob o aspecto discriminador de uma patologia social. Ignorância, miséria e prostituição eram problemas “morais” das classes desprivilegiadas, extremamente distantes das camadas altas e médias, cujas representantes se propunham, em casos extremos, a atender de passagem algum sofrimento maior.

Mas, por bem ou por mal, a atuação assistencial do feminismo trabalhista abriu caminho à formação profissional de mulheres, ricas ou pobres, concedendo-lhes o direito de romper a cadeia dos encargos domésticos, e iniciando uma luta por maior possibilidade de emprego, pela ampliação das oportunidades educacionais, pela proteção à maternidade e à infância, e ainda pela eliminação da incapacidade civil da mulher casada.²²

Enfrentando o casamento

Nesse último caso, o pensamento feminista desenvolveu toda uma linha de questionamento, preocupada com os direitos da mulher no contexto do casamento. E apesar das diferenças geográficas entre campo e cidade, ou das socioeconômicas entre as classes, marcaram pretensões

²² LEITE, M. M. *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984. p. 35.

diferentes de mulher a mulher, o estatuto nivelador da esposa na sociedade conjugal conduziu, inevitavelmente, à necessidade de uma luta comum que abrisse ao sexo feminino um lugar igualitário no casamento – condição muito clara para um lúcido jornalista da imprensa local:

Como diz o Sr. Chastand, num artigo por ele assignado na “Bibliothèque Universelle”, sopra no mundo inteiro o vento da emancipação e da liberdade, que tende a fazer da mulher, não mais um ente subordinado ao homem, mas sua colaboradora, sua igual, juridicamente e intelectualmente.[...]

Além dessas mudanças na lei civil e religiosa, Sr. Chastand acha imprescindível uma radical alteração na concepção do estado matrimonial. Antes de tudo convém que se cesse de inculcar na mulher a idéia de que o casamento deve constituir o objetivo constante dos seus pensamentos. A celibatária cuja existência é, com freqüência, feita de abnegações e de sacrifícios, exerce por vez uma ação mais nobre do que a vida frívola de muitas mulheres casadas.²³

A nota otimista do periódico parecia indicar vias de solução para o papel da mulher na relação conjugal; um pensar avançado que denotava talvez um certo consenso da sociedade local sobre a situação da esposa no lar. Havia, portanto, um campo propício ao argumento da necessidade da emancipação da mulher casada, cabendo ao feminismo derrubar, na prática, as velhas barreiras que se antepunham ao atingimento desse objetivo. Resumiam-se esses obstáculos a duas questões, diversas na origem, mas interligadas na realidade.

A primeira, de cunho jurídico, referia-se à subordinação da mulher à permanente tutela do marido, situação a que a celibatária e a viúva escapavam. A sutileza da medida jurídica sobre a autoridade marital estava em conceder direito à mulher, tirando-lhe, entretanto, a possibilidade de exercê-lo sob a justificativa de proteger sua “fragilidade”. Dessa forma, cabia ao esposo prover o necessário à sua subsistência. Acrescentava-se a essas formas de coerção a obrigação de residir no domicílio conjugal, para

23 VIDA SOCIAL. Os direitos da mulher. *Diário da Tarde*, Curitiba, 27 out. 1913.

o qual poderia ser reconduzida à força pelo marido, em caso de abandono do lar.

A segunda questão, dizia respeito à situação econômica no casamento, subordinada ao poder decisório do homem na gestão do patrimônio comum. Essa extrema dependência econômica, que atrelava a mulher ao arbítrio financeiro do homem, fazia urgente sua co-participação na gestão dos bens do casal e no exercício profissional, independente do consentimento do cônjuge. A situação em que se achava, impedia que usufruísse livremente das comodidades proporcionadas pela cidade, como ir às compras, usar os serviços bancários, frequentar uma escola, internar-se numa casa de saúde. Sobre as possibilidades jurídicas da aquisição destes direitos, manifestava-se, em Curitiba, o famoso advogado Dr. Pamphilo D'Assumpção:

Mas como se observa pelo rápido exame que fizemos da situação da mulher nos diversos estágios da civilização, ela vai cada vez mais conquistando terreno em busca da igualdade de direitos com relação ao homem. E, sem dúvida, após os grandes acontecimentos que vieram transformar a ordem geral dos povos, nos quais a mulher substituiu o homem, com a maior eficácia, nos trabalhos mais rudes e necessários à vitória das armas do direito, os homens abandonando esse egoísmo que não lhes permite dividir com a sua eterna companheira os frutos da vitória na ordem jurídica, acabarão por consentir que a maioria da espécie goze dos direitos que eles usurpam. É confortante verificar que o nosso Código Civil, antecipando-se a esta próxima época de justas reivindicações para a mulher, fez notavelmente evoluir o nosso direito em proveito delas.²⁴

O discurso avançado do conceituado jurista esbarrava, contudo, na resistência antifeminista concretizada nas denúncias do que se considerava os excessos das feministas; ou na idealização do papel específico da mulher no lar, como canal de preservação das funções sociais, expressa no texto de um jornalista curitibano:

24 ASSUMPÇÃO, P. Os direitos da mulher. *Diário da Tarde*, Curitiba, 25 jun. 1919.

[...] A esposa que procura compreender o gênio do marido, a que se alegra com as alegrias dele, a que lhe aplaina o caminho escabroso da vida diária, a que se mostra sempre contente ou ao menos resignada, dócil e sem exigências, a que sabe cativar o marido com meigos sorrisos, sem falar sempre fora de propósito, que é econômica e modesta, cuidadosa e de atividade silenciosa – tal mulher é bendita por Deus. Ela é a mulher ideal. A mulher pode ser ignorante e ao mesmo tempo ser uma excelente companheira de vida para o marido ilustrado, contanto que tenha outras qualidades que valem mais que a instrução. Ela deve ter caráter bondoso, cordato; deve ser modesta, sempre serena e amável, sempre pronta a ouvir o marido, dócil ao ensinamento. [...] Homens de gênio, de muito trabalho mental, preferem para companheira, a mulher moça, sadia, de bons dentes, de corpo flexível e graça feminil. É um contrapeso ao excessivo espiritualismo.[...] ²⁵

Dando guarida à tese da menoridade feminina, o texto lhe acrescentava o elogio da alienação, da ignorância e da submissão. Tal posição, bem aceita por homens, agradava também a muitas mulheres que – temendo movimentos agressivos ao recato e à discrição inerente ao seu sexo ou ameaçadores à sua posição social – furtavam-se a uma adesão cabal ao movimento feminista. Assim, era-lhes preferível a aceitação da ideologia da submissão, ao perigo da classificação vexatória da marginalidade, caso ocorrente com muitas feministas: mães e companheiras que, em repúdio às leis masculinas, negavam-se a ratificar legalmente suas uniões, estas mulheres incorriam no julgamento social de sua moralidade.²⁶ Para outras ainda, era mais aceitável o celibato que lhes possibilitava ser juridicamente iguais ao homem ao atingirem a maioridade.

Por esses motivos, as aspirações atinentes aos direitos da mulher na sociedade conjugal foram por longo tempo retardadas devido, inclusive, à própria resistência da mulher em exigí-las; dirigiam-se, então, as solicitações feministas a outros interesses menos questionados pela sociedade – caso do direito da mulher à instrução.

25 A MULHER. *Diário da Tarde*, Curitiba, 26 fev. 1921.

26 SAFFIOTI, H.I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 115-116.

Vitória na educação

Existia realmente uma solicitação insistente pelas oportunidades de educação da mulher, não apenas em função de um possível casamento, mas como fator indispensável à sua emancipação. À maneira das feministas do século passado, Flora Tristan, George Sand, Mary Wollstonecraft e Lucy Stone, defensoras da transformação da sociedade pela reforma do ensino e pela igualdade das oportunidades educacionais para ambos os sexos, a jovem paranaense Júlia Wanderley revolucionou os padrões conservadores da cidade, solicitando permissão judicial para ser a primeira mulher a frequentar a Escola Normal de Curitiba, até então um tradicional reduto masculino. De forma menos combativa e mais atrelada às convenções, porém de maneira bastante graciosa, a curitibana Elvira Faria Paraná dedicava ao marido Sebastião Paraná, Diretor da Instrução Pública do Estado, um extenso artigo no jornal, onde defendia a causa emergente da instrução feminina:

A causa do progresso de um povo – disse notável escritor – está na instrução geral da mulher. Esta verdade é lógica. A mulher, não tendo noções exatas da formação do planeta que habitamos, não conhecendo rudimentos de meteorologia, de física, etc., só poderá transmitir à sua prole noções errôneas a respeito dos mais simples fenômenos que se passam na atmosfera.[...]

A mulher que já faz concorrência ao homem nas lides espirituais e nas lutas cotidianas da vida, deve conhecer noções fundamentais de história e psicologia. Por meio da história ela terá idéia nítida do sentimento de liberdade e do amor da pátria, predicados indispensáveis a toda mãe de família, a toda aquela que recebe a difícil e dignificante tarefa de formar o cérebro de futuros cidadãos.

Cônsua de seus direitos e deveres, bem orientada, bem norteadada pela ciência e pela observação, saberá melhor escolher o companheiro de seus dias; conhecerá mais prontamente as tendências boas ou más de seus filhos e de seus alunos, graças às leis gerais da ciência psicológica. Em suma é necessário que a mulher adquira noções claras de todos os conhecimentos humanos. Só assim as nações serão grandes e felizes, visto como o desenvolvimento material, a expansão econômica, depende da cultura racional da mulher, em cujos

regaços se formam, os bons e os maus elementos, que constituem a força dos Estados.²⁷

Embora atrelado à ideologia vigente que direcionava os objetivos da instrução feminina, o artigo de Elvira Paraná mostra um avanço no nível da discussão, questionando os conteúdos e as possibilidades igualitárias da educação de homens e mulheres. Compartilhar da instrução ministrada aos homens foi a grande bandeira do feminismo nesse período; ambição que atingiu partes significativas do conjunto social admitindo, todavia, que a mulher permanecesse um mero canal da mensagem educativa. Sua educação tinha como meta final os cuidados com o marido, a harmonia do lar, o diálogo igualitário no seio da família e o direito do sexo feminino à participação na vida social – sendo exatamente essa a ordem das prioridades, constando, por último, o direito pessoal da educanda.

O feminismo acrescentava ainda a esse programa a extensão do direito à educação para todas as mulheres, independentemente de sua posição na escala social, o que não impedia que ocorressem, na prática, privilegiamentos que beneficiavam as categorias de condições socioeconômicas mais elevadas. Houve sempre uma elite favorecida, camadas médias que tinham acesso a determinados níveis do ensino e grupos marginalizados que, segregados das oportunidades educacionais, eram preferencialmente orientados para o mero treinamento de tarefas manuais. A carreira universitária ficava, obviamente, reservada aos dois primeiros grupos, em detrimento do terceiro a que se destinava um mínimo grau de instrução.

De qualquer maneira, a luta pelo ensino gratuito e universal para a mulher fez parte do programa feminista e encontrou apoio nos projetos do governo republicano, mesmo que a considerasse necessária apenas para prevenir a ausência de amparo masculino ou para ser a base indispensável à missão de esposa e de mãe. Nesta linha de raciocínio, o movimento feminista paranaense tinha apoio, não apenas da comunidade feminina, mas de significativos representantes de grupos masculinos. Dentre eles, destacava-se o escritor Nestor de Castro que, em longa argumentação em um periódico local, condicionava a concessão do direito de voto às possibili-

27 PARANÁ, E. F. Álbum feminino. A mulher. *O Olho da Rua*, Curitiba, 5 out. 1911.

dades educacionais da mulher, o que relegava a questão a oportunidades vindouras:

[...] é claro que a mulher não deve ser portadora de um título acadêmico como simples objeto de luxo, mas para utilizar-se dele, mui legalmente, em sua labuta na vida prática. Realizado este grande plano pedagógico, poder-se-á dizer que está totalmente feita a emancipação jurídica e social do sexo feminino.²⁸

A resistência ao programa feminista de uma forma geral – em que pesem muitas posições favoráveis à educação da mulher – influenciou significativamente nas manifestações públicas do movimento feminino, em que se evidenciava, por vezes, uma falta de autonomia e uma subordinação freqüente a objetivos políticos ou a necessidades sociais do momento.

As eventuais fraquezas da campanha estavam, além disso, na orientação das próprias lideranças, que muitas vezes colocavam os partidos políticos, a causa operária, a classe social ou a posição civil acima das questões de seu próprio sexo. Com o tempo, ao perder sua autonomia, o feminismo do início do século perdeu também grande parte de sua força, e acabou mistificado em suas conquistas e resolvendo apenas em parte as problemáticas que lhe deram origem.

Mas, apesar de tudo, foi também esse o momento em que a mulher assumiu sua condição de sujeito, de indivíduo, de atriz política e futura cidadã. Ela redimensionou trabalho e família; o mundo da aparência e o da subsistência; a prática de um ofício e a prática religiosa; o exercício espiritual e a regra social; e atingiu os novos espaços de educação na escola laica. Na realidade, a figura feminina ultrapassou os limites do doméstico, sem abdicar, porém, das prerrogativas e deveres que a atrelavam a esse campo. A figura feminina tornou-se pública e privada, na casa, na cidade, no parentesco e na sociedade.

No caso do movimento feminista brasileiro, embora tenha desempenhado funções sociais construtivas, não obteve, mesmo em sua fase de apogeu, a adesão de grandes massas femininas. Cumpriu, entretanto, papel

28 CASTRO, N. O Feminismo. *Diário da Tarde*, Curitiba, 14 mar. 1901.

importante, permitindo à mulher urbana penetrar em espaços públicos até então reservados exclusivamente aos homens. Despertou igualmente nas mulheres uma consciência social para as questões de liberdade e emancipação pessoal, que Simone de Beauvoir coloca como base das aspirações feministas no período: “Elas querem que em si próprias, como no resto da humanidade, a transcendência supere a imanência; elas querem que lhe sejam concedidos, enfim, os direitos abstratos e as possibilidades concretas, sem a conjugação dos quais a liberdade não passa de mistificação”.²⁹

Vista sob esse ângulo, a importação, de certa forma prematura, do feminismo para a sociedade paranaense do início do século, representou um avanço em determinadas áreas como as do trabalho fora do lar, educação e participação na vida social em geral. É o que conclui, sob um ponto de vista prático, a mesma Elvira Paraná:

A mulher já não precisa, no entanto, de sustentar seus direitos à alegação de teorias de liberdade, nem necessita evocar a igualdade das criaturas humanas perante as leis que indistintamente as governam; o mais sólido argumento é hoje constituído pela constante extensão da atividade feminina em todas as categorias da produção material ou intelectual.³⁰

Seriam, porém, necessárias várias décadas para que um novo feminismo, mais afinado com as questões de base que direcionavam as relações de gênero, conseguisse atingir os fundamentos da sociedade. Só então

sérias várias décadas para que um novo feminismo, mais afinado com as questões de base que direcionavam as relações de gênero, conseguisse atingir os fundamentos da sociedade. Só então o confronto masculino/feminino foi realmente posto às claras, tornando-se possível à mulher reivindicar, na prática, o pleno exercício da cidadania.

29 BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 172.

30 PARANÁ, E. F. *Álbum feminino. A mulher. O Olho da Rua*, Curitiba, 5 out. 1911.

Fontes

1.1 JORNAIS

DIÁRIO DA TARDE - (1899-1930)
GAZETA DO POVO - (1919-1930)
O OPERÁRIO - (1915)
A REPÚBLICA - (1889-1930)

1.2 REVISTAS

ALMANACH DO PARANÁ - (1896-1929)
ALMANACH PARANAENSE - (1896-1909)
CLUB CURITYBANO - (1890-1913)
A COLMEIA - (1898)
O FLIRT - (1911-1919)
FOLHA ROSEA - (1898)
ILUSTRAÇÃO PARANAENSE - (1927-1928)
O OLHO DA RUA
PARANÁ ILUSTRADO - (1895)
PARANÁ MODERNO - (1910)
VERITAS - (1916-1920)

Publicações do Período

COELHO, M. *Evolução do feminismo*. Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, 1933.
VICTOR, N. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Typographia do
Jornal do Commercio, 1913.

Referências Bibliográficas

- ALVES, B.M. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HAHNER, J.E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais políticas (1850-1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOBBSAWM, J. E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MELLO E SOUZA. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MOREIRA LEITE, M. S. *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec/ Brasília: INL, 1984.
- _____. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1985.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes. [s.d.].
- PENA, M. V. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, M. (Org.). *História da vida privada*. v. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- PRADO, D. *Ser esposa: a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAMARA, E.M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SILVA DIAS, M. O. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, M. B. N. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1984.
- SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

DA FESTA À SEDIÇÃO: SOCIABILIDADES, ETNIA E CONTROLE SOCIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA (1776-1814)*

Luiz Geraldo Silva**

RESUMO

O presente artigo examina as sociabilidades existentes entre corporações profissionais e as comunidades étnicas (“nações”) da Vila do Recife e Cidade de Olinda, na Capitania de Pernambuco, entre 1776 e 1814. Essas incluíam tanto homens livres negros como escravos, e tinham o duplo papel de instrumento de controle social e de instituição reiteradora das identidades étnicas africanas e de ofício. Pretende-se, ademais, verificar como instituições ancilares àquelas corporações profissionais e comunidades étnicas – como a do Rei dos negros – concorriam para a conformação de um quadro mais geral de práticas simbólicas existentes entre as camadas populares. Finalmente, analisa-se a introdução, sob a inspiração da ilustração portuguesa, de novos mecanismos de controle social por dois governadores coloniais: José César de Menezes (1774-1787) e Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1804-1817). Tais mecanismos implicaram em vários cerceamentos às práticas religiosas e festivas levadas a efeito pelas corporações profissionais e comunidades étnicas antes indicadas, bem como, no Governo Caetano Pinto de Miranda Montenegro, à extinção sumária destas instituições e de suas hierarquias. A introdução destas novas modalidades de controle social teve, como um de seus principais resultados, a tentativa de levante detectada pelo governo da Capitania de Pernambuco em 1814, e da qual faziam parte Domingos do Carmo, “Rei dos Congos, e de todas as nações do gentio da Guiné”, e outros representantes das então extintas corporações étnicas e profissionais.

Palavras-chave: controle social, política ilustrada, etnia, escravidão.

* Versões diferentes deste artigo foram apresentadas nos eventos *II Jornada Setecentista* (Departamento de História/CEDOPE/UFPR, Curitiba, Julho de 1999) e *Festa: cultura e sociabilidade festiva na América Portuguesa* (FFLCH/USP, setembro de 1999). O autor agradece pelos comentários e sugestões da platéia presente em ambos os eventos.

** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor adjunto do Departamento de História e professor participante do Curso de Mestrado em Antropologia Social da UFPR. Pesquisador do CNPq. E-mail: lgerald@humanas.ufpr.br

ABSTRACT

The article herein investigates the existing sociabilities between professional corporations and the ethnic communities (“nations”) in the village of Recife and the town of Olinda, in Pernambuco, from 1776 to 1814. Those included black freemen and slaves, and presented a double feature, working as instruments of social control as well as institutions where African ethnic and craft identity were renewed. It is also the objective to study how the strategies carried out by institutions ancient to those professional corporations and ethnic communities – such as “the King of the Blacks” one – contributed to the outline of a more generic set of symbolic practices existing among popular ranks. Finally, it analyzes the introduction of new mechanisms of social control – inspired by the Portuguese enlightenment – by two colonial governors: José César de Menezes (1774-1787) and Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1804-1817). Such mechanisms implied several restrictions to religious practices and festivals carried out by professional corporations and ethnic communities, which had been set to brief termination of their institutions and hierarchies within the Caetano Pinto de Miranda Montenegro’s government. The introduction of these new ways of social control had – as a major result – an attempt of rioting, exposed by the government of Pernambuco in March, 1814, in which Domingos do Carmo, “King of the Congos and of all the nations of Guinea”, as well as other representatives of the extinct ethnic and professional corporations took part.

Key-words: social control, enlightenment, ethnic groups, slavery.

Entre a segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX, a América portuguesa presenciou mudanças consideráveis no que diz respeito às modalidades de controle social exercidas pelas autoridades coloniais sobre homens livres de cor e escravos. Estas transformações se inscrevem não apenas nas linhas mais amplas das crises do antigo regime e do antigo sistema colonial; elas apontam, igualmente, para processos de longo prazo internos à dinâmica histórica da América portuguesa. Ao mesmo tempo, a configuração destas novas modalidades de controle social emergiu não apenas enquanto decorrência de necessidades estratégicas de uma elite luso-brasileira cada vez mais imbuída de valores do reformismo ilustrado (Novais, 1983 e 1984); ela também se apresentou como resultado da percepção de cativos e de homens livres de cor do que então se passava no mundo e no universo colonial. Aspectos como a Revolução Francesa (Mattoso, 1969), a revolução haitiana (Mott, 1982; Freyre, 1961 e Gomes, 1998) e a abolição da escravatura em Portugal (Novais & Falcon, 1971),

por um lado, e a emergência, na América portuguesa, de projetos políticos consubstanciados na inconfidência mineira (Maxwell, 1977), na Insurreição Pernambucana (Mota, 1972 e Leite, 1987), no ensaio de sedição de 1798 (Jancsó, 1995 e Mota, 1979) e nas revoltas baianas de escravos e da plebe livre (Reis, 1987 e Verger, 1987), por outro, causaram um impacto profundo sobre a visão de mundo de autoridades coloniais e camadas populares.

Contudo, aspectos internos à dinâmica histórica da América portuguesa e padrões culturais de longo prazo tiveram, igualmente, um peso considerável na explicação das mudanças nas modalidades de controle social ocorridas entre fins do século XVIII e inícios do século seguinte. Assim sendo, cabe também examinar tais mudanças a partir das formas tradicionais de controle social sobre as camadas populares existentes no mundo colonial (Schwartz, 1988 e Lara, 1988), e em correlação com as manifestações religiosas e festivas de caráter católico levadas a efeito por estas (Melo, 1948-1949; Reis, 1991 e Nishida, 1998), com as instituições ibéricas, africanas e coloniais subjacentes a tais manifestações (Arboleda, 1962; Brásio, 1969; Mello, 1983-1985 e Silva, 1996a) e, sobretudo, com o crescimento significativo de uma vigorosa camada de homens de cor livres (Klein, 1969, 1978 e 1987). Estes aspectos, inscritos numa perspectiva de longo prazo, acenam para uma nova configuração do mundo social em questão; o crescimento paulatino da camada constituída pelos homens de cor livres, por exemplo, implicará na constante preocupação das autoridades coloniais com estes “homens sem senhor”, isto é, indivíduos não submetidos às pressões do cativo e às suas formas senhoriais de controle social.

Levando-se em conta o caso da Capitania de Pernambuco, ver-se-á, neste sentido, que esta possuía no século XVIII vários corpos paramilitares formados por cativos e pessoas de cor livres. A constituição desses corpos obedecia a determinações passadas através do Regimento dos Governadores da Capitania, de 1670, e de outros textos legais da primeira metade do século XVIII, mas as divisões do mundo social (Durkheim, 1996) que eles evocavam sintonizavam-se tanto com a estrutura da sociedade colonial como com dadas instituições ibéricas e africanas. Como se verá adiante, esses corpos possuíam “governadores” e uma ampla hierarquia inferior subordinada a estes, que incluía Secretários de Estado, Gerais, Tenentes Gerais, Marechais, Brigadeiros, Coronéis, Coronéis Conselheiros e outras patentes; acima dos governadores, nesta hierarquia,

havia apenas um “Rei do Congo” residente na própria Capitania, o qual, segundo um documento, deveria respeitar, reconhecer, honrar, estimar e conferir a “posse e juramento de estilo”¹ ao governador de cada corpo paramilitar. Ao mesmo tempo, estes corpos paramilitares apontavam para critérios de divisão do mundo social baseados precipuamente em aspectos étnicos e profissionais. Assim, havia tanto governadores de “nações” africanas como governadores de corporações profissionais, ou de ofícios, cujas cartas patentes eram passadas pelos Governadores da Capitania de Pernambuco. Por fim, cabe indicar que estas hierarquias de pessoas comuns possuíam vínculos profundos tanto com o mundo católico, mediante suas relações com irmandades e confrarias, como possibilitavam a realização regular, a cada três anos, de festas de posse de governadores e de suas hierarquias inferiores.

Na verdade, se, por um lado, tais corpos étnicos e profissionais *eram importantes instrumentos de controle social do ponto de vista das autoridades coloniais*, por outro lado, *do ponto de vista do negro livre e do cativo, eles se apresentavam enquanto importantes instituições propiciadoras de identidades e coesão grupal*, sejam estas de caráter étnico (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998), sejam de caráter profissional. As sociabilidades aí estabelecidas pela simples reiteração dos valores grupais e as festas, motivadas pela necessidade de promover eleições e posses dos governadores e de suas hierarquias inferiores, constituíam elementos de grande significação para os cativos e para os homens sem senhor existentes sobretudo no mundo urbano da Vila do Recife e Cidade de Olinda.

Assim sendo, tanto os “homens sem senhor” como os cativos encontravam no reduzido espaço urbano da Cidade de Olinda e da Vila do Recife formas de trabalho e de identidades étnicas que lhes permitiam construir laços e estabelecer redes que implicavam em formas de sociabilidades internas ao universo das camadas populares de então. Uma das mais flagrantes provas da presença significativa dessa camada social no meio urbano é o grande número de corpos étnicos e profissionais existente na segunda metade do século XVIII. Dentre estes destacam-se as corporações profissionais dos “Pretos Ganhadores da Praça do Recife”, dos “Pretos

1 Cf. “O Preto Domingos da Fonseca, Governador dos Pretos Camaroeiros dessa Vila e seu termo”. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (doravante APEJE). Série Patentes Provinciais. Cód. 07, fls. 114v.-115, 05.XII.1792.

Carvoeiros do Recife e Olinda”, dos “Pescadores da Vila do Recife”, dos “Pescadores do Alto da Cidade de Olinda”, das “Pretas Boceteiras e Comerciantes do Recife”, das “Pombeiras da Repartição de Fora das Portas” [do Recife], dos “Canoeiros da Repartição de Olinda”, dos “Canoeiros do Recife”, dos “Pretos Marcadores de Caixas de Açúcar e Sacas de Algodão”, dos “Capineiros da Praça da Polé, Cinco Pontas, Rua da Praia, Quatro Cantos, Boa Vista e Cidade de Olinda” e dos “Pretos Camaroeiros desta Vila [do Recife] e seu termo”.²

Entre os corpos paramilitares de matrizes étnicas, designados pela categoria nativa de “nação”, sublinhe-se a existência da “Nação dos Ardas do Botão da Costa de Mina”, da “Nação Dagome”, da “Nação da Costa Suvaru” e a da nação dos “Pretos Ardas da Costa da Mina”.³ Paradoxalmente, todas as etnias indicadas são provenientes da Costa da Guiné, quando a maior parte do tráfico de escravos para a Capitania de Pernambuco se dirigiu desde 1760 para a África Central; os Arda (ou Ardra ou Allada) viviam, entre os séculos XVII e XVIII, numa ampla região compreendida entre os rio Mono e o porto de Lagos, ou entre os Jêje (Ewes) e

2 Cf. “Feliciano Gomes dos Santos, Governador dos Pretos Ganhadores”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 3, fl. 158, 14.XI.1778; “O Preto Antônio Duarte, Governador dos Carvoeiros do Recife e de Olinda”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 07, fl. 51, 1791 (mês e dia ilegíveis); “Germano Soares, Governador dos Pescadores da Vila do Recife”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 3, fl. 92, 20.II.1778; “Bernarda Eugênia de Souza, Governadora das Pretas Boceteiras e Comerciantes”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 6, fl. 75 v., 30.VI.1788; “A Preta Josefa Lages, Governadora das Pombesiras da Repartição de Fora das Portas”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 11, fls. 279-279v., 12.XI.1802; “O Preto João Manoel Salvador, Governador dos Canoeiros da Repartição de Olinda”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 6, fl. 102v., 4.XI.1788; “João Gomes da Silveira, Governador dos Pescadores do Alto da Cidade de Olinda”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 6, fls. 74-74v., 16.VI.1788; “O Preto Manoel Nunes da Costa, Governador dos Pretos Marcadores de Caixas de Açúcar”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 2, fl. 198, 13.IX.1776; “José Nunes de Santo Antônio, Governador dos Canoeiros” [do Recife]. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 9, fls. 136-136v., 4.XII.1797; “O Preto Domingos da Fonseca, Governador dos Pretos Camaroeiros desta Vila e seu termo”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 7, fls. 114v.-115, 5.XII.1792; Livro de Registro das Missas do Ofício dos Capineiros da Praça da Polé, Cinco Pontas, Rua da Praia, Quatro Cantos, Boa Vista e Cidade de Olinda. (1757-1826). *Apud*: Mello, 1983-1985, Vol. X: DX.

3 Cf. “O Preto Narciso Correia de Castro, Governador da Nação dos Ardas do Botão da Costa da Mina”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 7, fl. 10, 10.V.1795; “Simião da Rocha, Governador da Nação Dagome”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 2, fls. 114v.-115, 23.II.1776; “O Preto Bernardo Pereira, Governador da Costa Suvaru”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 2, fl. 129, 1779 (dia e mês ilegíveis); “Ventura de Souza Garcez, Governador dos Pretos Ardas da Costa da Mina”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 2, fl. 133v., 14.VII.1776.

os Popo ao Norte e os Ioruba ao Sul. A nação Dagome (dAgome ou Adangme) vivia mais ao Norte, entre o Rio Volta e o Rio São João, dividindo sua região com os Akin e os Fanti, e fazendo fronteira de sua área, a qual era cortada pelo Rio Volta, ao Sul, com os Jêje (Ewes). Por fim, os Suvaru (Savanu) habitavam a região do reino de Daomé, próxima à extensa área dos Arda (Verger, 1988; Boxer, 1981; Ribeiro, 1948-1949 e Davidson, 1981). Estas hierarquias étnicas existentes nas três últimas décadas do século XVIII enquadravam um número significativo de pessoas provenientes da Costa da Mina, as quais desembarcaram no Recife sobretudo entre 1742 e 1760. Nestes dezoito anos, foram desembarcados 16.488 escravos daquela região. Entre 1761 e 1779, esta região foi responsável pelo desembarque de apenas 5.601 cativos no porto do Recife (Ribeiro Jr., 1976, p. 130-131). Se os escravos da África Central eram maioria na Capitania em questão, por que todos os governadores de nações desse período eram vinculados a etnias da África Ocidental? Essa é uma questão a ser investigada.

Para além das sociabilidades e das formas identitárias evocadas por tais instituições, as corporações aqui examinadas cumpriam o importante papel de instrumento de controle social sobre a camada de homens livres de cor e escravos. Todas as cartas patentes passadas aos Governadores desses corpos paramilitares eram rigorosas no sentido de incitar a submissão dos membros das corporações urbanas e das comunidades étnicas ao governo da Capitania e às “[...] ordens relativas ao Real Serviço”.⁴ Segundo a carta patente passada ao “Preto” João da Assunção, Governador dos Pescadores da Vila do Recife, pelo Governador da Capitania de Pernambuco, José César de Menezes (1774-1787), em 22 de setembro de 1784, cabia ao primeiro “[...] evitar entre eles [pescadores] desordens, fazendo-os conter em boa harmonia, e prontos para as operações do Real Serviço, quando a ocasião o permitir; e por esperar deles que inteiramente cumpram com sua obrigação e muito com dever e boa confiança que da sua pessoa façam”.⁵ Esta carta expressa tanto o caráter paramilitar desses corpos, uma vez que cabia a eles a defesa da América portuguesa

4 Cf. “Agostinho Ferreira Cardoso, Governador dos Pescadores da Ilha de Itamaracá”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 8, fl. 1v., 22.X.1794.

5 Cf. “O Preto João da Assunção, Governador dos Pescadores”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 5, fls. 6-6v., 22.IX.1784.

“quando a ocasião o permitir”, como o papel de instrumento de controle social em que os mesmos se constituíam: evitar desordens entre seus subordinados, “fazendo-os conter em boa harmonia” era a obrigação primeira dos “Governadores” de corporações urbanas. Nada de diferente era ordenado aos governadores das nações africanas. Nesse sentido, o mesmo José César de Menezes, em 1776, recomendava ao “Preto” Bernardo Pereira, Governador da Nação da Costa Suvaru, “[...] muito o sossego e vigilância que deve ter o governo de seus súditos, *digo* dos seus subordinados, a quem também ordeno que lhes obedeçam e cumpram suas ordens relativas ao Real Serviço, *digo* ao Bem Público assim como devem e são obrigados”.⁶

É nessa linha que se pode observar entre algumas corporações a freqüente destituição de governadores de seus cargos por praticarem atos descritos como “desordens”. Em fevereiro de 1778, por exemplo, o “Pardo” Germano Soares foi feito Governador dos Pescadores da Vila do Recife pelo fato de que “[...] Manoel dos Santos que atualmente exercia o dito posto era incapaz em cumprir com suas obrigações a que era obrigado pelas contínuas desordens que andava fazendo”.⁷ Por sua vez, em setembro de 1784, um outro “Governador” da corporação dos pescadores da Vila do Recife, Thomáz Francisco, havia sido substituído “pelas desordens praticadas...”.⁸ Numa corporação próxima à dos pescadores – a dos “Pretos Camaroeiros” – também se verificou caso semelhante: em Dezembro de 1792, o “Preto” Domingos da Fonseca tornou-se Governador da mesma por “[...] não dever continuar no exercício dele o atual José Pereira de Azevedo pelas desordens que tem praticado entre seus súditos”.⁹

Cabe considerar agora, à luz de alguns exemplos, como funcionava esta importante instituição. Em primeiro lugar, enquadrando cativos e, sobretudo, aquela camada social constituída pelos homens de cor livres,

6 Cf. “O Preto Bernardo Pereira, Governador da Costa Suvaru”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 2, fl. 129, 1779 (dia e mês ilegíveis).

7 Cf. “Germano Soares, Governador dos Pescadores da Vila do Recife”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 3, fl. 92, 20.II.1778.

8 Cf. “Thomáz Francisco, Governador dos Pescadores da Vila do Recife” e “O Preto João da Assunção, Governador dos Pescadores”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 3, fl. 166, 19.XII.1778 e Cód. 5, fls. 6-6v., 22.IX.1784, respectivamente.

9 Cf. “O Preto Domingos da Fonseca, Governador dos Pretos Camaroeiros desta Vila e seu termo”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 7, fls. 114v.-115, 5.XII.1792.

observa-se que praticamente todos os “Governadores” daquelas corporações eram descritos enquanto “pretos” ou “pardos” e, ocasionalmente, “forros”. Domingos Ferreira Ribeiro, por exemplo, feito Governador dos Pretos Ganhadores da Praça do Recife em 26 de outubro de 1777, era um negro “forro”;¹⁰ este era igualmente o caso de Josefa Lages, Governadora das Pombeiras da Repartição de Fora das Portas do Recife em Novembro de 1802,¹¹ e de Germano Soares, feito Governador dos Pescadores da Vila do Recife em fevereiro de 1778.¹² Não se encontram na documentação quaisquer referências a Governadores cativos; estes ou são designados apenas como “forros”, em alguns casos, ou, como quase sempre, como “Preto” ou “Pardo”. O enquadramento de caráter racial era tão rigoroso, ademais, que corporações inteiras recebiam a denominação de “Pretos”, supondo-se que todos os seus membros eram homens de cor, tais como nos exemplos das corporações dos carvoeiros, dos ganhadores, das boceteiras e comerciantes, dos marcadores de caixas de açúcar e sacas de algodão e dos camaroeiros.

Em segundo lugar, tal como os reis de Benin antes de 1400, os reis Mossi e Ioruba, da região da Guiné, e os reis do Congo, na África Central, após o século XVII (Davidson, 1981 e Brásio, 1969), os governadores de comunidades étnicas e de corporações eram, via de regra, eleitos por seus pares. Curiosamente, o mandato durava 3 anos e este era igualmente, em geral, o tempo de governo dos Governadores das Capitânicas da América portuguesa. O “Preto” Manuel Nunes da Costa, por exemplo, foi nomeado Governador dos Pretos Marcadores de Caixas de Açúcar e Sacas de Algodão em 13 de setembro de 1776 em decorrência de ter sido “[...] eleito pelos pretos Marcadores das Caixas desta Praça [do Recife] para Governador dos mesmos”.¹³ Este era igualmente o caso do “Preto” João de Mello, feito Governador dos Canoeiros da Vila do Recife em 13 de março de 1799. Este enviou requerimento ao governo da Capitania informando

10 Cf. “Domingos Ferreira Ribeiro, Governador dos Pretos Ganhadores desta Praça”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 3, fl. 49, 26.X.1777.

11 Cf. “A Preta Josefa Lages, Governadora das Pombeiras da Repartição de Fora das Portas”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 11. fls. 279-279v., 12.XI.1802.

12 Cf. “Germano Soares, Governador dos Pescadores da Vila do Recife”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 3, fl. 92, 20.II.1778.

13 Cf. “O Preto Manoel Nunes da Costa, Governador dos Pretos Marcadores de Caixas de Açúcar”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 3, fl. 198, 13.IX.1776.

“[...] se achar eleito em mais votos para ocupar o Posto” mencionado.¹⁴ Por sua vez, o “Preto forro” José Dias, cuja carta patente foi passada a 16 de junho de 1788, havia se tornado Governador dos Pretos Ganhadores em decorrência de ter sido “[...] eleito pelos mesmos a mais votos”.¹⁵

Nas cartas patentes passadas a estes homens e mulheres que trabalhavam no limitado universo urbano da Capitania de Pernambuco ao longo da segunda metade do século XVIII e primeiros anos do século seguinte observa-se que as hierarquias que lhes eram subjacentes tinham um papel funcional e dinâmico. Antes de se tornarem governadores ou governadoras de suas respectivas corporações ou comunidades étnicas, estes indivíduos já tinham passado por cargos inferiores das hierarquias que agora encabeçavam. A “Preta forra” Josefa Lages, por exemplo, estava, em novembro de 1802, “[...] servindo o posto de Coronel das Pombeiras da Repartição de Fora das Portas” quando foi feita “Governadora” da mesma corporação.¹⁶ Feliciano Gomes dos Santos, por sua vez, foi eleito Governador dos Pretos Ganhadores da Praça do Recife por volta de novembro de 1778 por “[...] haver exercido com boa satisfação o Posto de Coronel Conselheiro dos mesmos”. Nada de diferente ocorria aos governadores das comunidades étnicas. O “Preto” Ventura Garcez, por exemplo, antes de tornar-se governador de sua “nação” – a dos Ardas da Costa de Mina –, em julho de 1776, havia sido, e “com procedimento”, Tenente Coronel da mesma Nação.¹⁷ O caso mais notório de ascensão no interior destas hierarquias de homens de cor é o do liberto Ventura de Souza Barbosa, membro da corporação dos Capineiros da Praça da Polé, Cinco Pontas, Rua da Praia, Quatro Cantos, Boa Vista e Cidade de Olinda, cujo santo de devoção era São Benedito, conhecido protetor dos homens contra os perigos representados pelas cobras. Com efeito, o modo de vida dos Capineiros consistia em cortar, beneficiar e vender capim de porta em porta. E nada mais comum que encontrar cobras em capinzais. Em 1768, Ventura

14 Cf. “O Preto João de Mello no Posto de Governador dos Canoeiros”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 9 a, fls. 13v.-14, 13.III.1799.

15 Cf. “O Preto José Dias, Governador dos Pretos Ganhadores”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 5, fl. 72, 18.I.1788.

16 Cf. “A Preta Josefa Lages, Governadora das Pombeiras da Repartição de Fora das Portas”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 11, fls. 279-279v., 12.XI.1802.

17 Cf. “Ventura de Souza Garcez, Governador dos Pretos Ardas da Costa da Mina”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 2, fl. 133v., 14.VII.1776.

Barbosa fora eleito Capitão da corporação dos Capineiros; em 1770, este se torna Mestre de Campo da mesma; finalmente, em 1773, Ventura Barbosa ascende ao cargo máximo de sua corporação – o de “Governador”. Em 1802, ele transcende a sua corporação, ocupando o cargo mais destacado em meio a tais formas populares de sociabilidade: o de Rei do Congo da Praça do Recife (Mello, 1983-1985, v. X).

Por fim, constitui tarefa importante examinar a natureza de tais instituições, bem como as festas e rituais que se realizavam em função delas. Ademais, faz-se mister discutir os vínculos que tais instituições possuíam com o universo da religião católica existente na América portuguesa, o qual era amplamente marcado pela presença de instituições leigas – irmandades, confrarias e ordens terceiras (Boschi, 1986) – que apontavam para importantes categorias de divisão social (Durkheim, 1996) – tais como as noções nativas de “corporação” e “nação” e as categorias analíticas de gênero e raça (Nishida, 1998).

Como foi observado, as relações entre as corporações profissionais e as comunidades étnicas, ou nações, e a instituição do Rei do Congo eram por diversas vezes reiteradas nas cartas patentes. Cabia ao Rei do Congo, como também já foi observado, respeitar, reconhecer, honrar, estimar e conferir a “posse e juramento de estilo” a cada governador de corporação ou nação; cabia, igualmente, a ele, nomear alguns governadores, como foi o caso do “Preto” José Nunes de Santo Antônio, feito Governador dos Canoeiros da Vila do Recife em Dezembro de 1797 em decorrência do fato de “[...] ser nomeado em primeiro lugar pelo Rei do Congo”.¹⁸ Inversamente, ser um Rei entre os negros do mundo urbano do Recife e de Olinda daquele período era uma possibilidade que acenava a quaisquer governadores de corporações ou nações. O caso de Ventura de Souza Barbosa, eleito Rei do Congo em 1802 após ter sido governador da corporação dos Capineiros, como se viu, é bastante ilustrativo neste sentido.

Ora, sabe-se que era no interior das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário que os Reis e Rainhas negros eram eleitos, aspecto que evidenciava as relações dessas instituições com o universo do sagrado. Exemplo dessa afirmação é que em Olinda, em 10 de setembro de 1666, Urbain Souchou de Rennefort observou que

18 Cf. “José Nunes de Santo Antônio, Governador dos Canoeiros” [do Recife]. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 9, fls. 136-136v., 4.XII.1797.

Após irem à missa, cerca de quatrocentos homens e cem mulheres, elegeram um rei e uma rainha, e marcharam pelas ruas cantando, dançando e recitando os versos que fizeram, acompanhados de oboés, trombetas e tambores bascos.

Estavam vestidos com as roupas de seus senhores e senhoras, com correntes de ouro e brincos de ouro e pérola, alguns mascarados. Todas as diversões desta cerimônia lhes custaram cem escudos. O rei e seus oficiais não fizeram nada em toda essa semana, além de andarem solenemente, com a espada e a adaga ao seu lado (*Apud* Castagna, 1991, v. 3, p. 484-5).

Rennefort referia-se à eleição e festa de posse do Rei de uma irmandade na Cidade de Olinda, a qual, portanto, existia, com ou sem igreja, antes de 1666. Provavelmente, a primeira irmandade de invocação Nossa Senhora do Rosário no Recife foi criada, sem capela, no interior da igreja de São Frei Pedro Gonçalves, no atual bairro do Recife, no emblemático ano de 1654 – o ano da restauração pernambucana (Costa, 1983, v. 4, p. 395). Entre 1662 e 1667, erguia-se a igreja da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila do Recife. Contudo, a documentação mais antiga referente a esta irmandade é de 1674.

No Recife, as eleições e festas de posse eram realizadas anualmente, incluíam vários reis, rainhas e juízes de etnias diversas – incluindo a “comunidade imaginária”, derivada de “rótulos coloniais” (Schwartz, 1996, p. 378) dos crioulos – e consumiam gastos que aumentavam ano após ano. Entre os anos de 1674 e 1676, por exemplo, foram gastos com a festa de eleição e posse vinte e sete mil e quarenta réis no primeiro ano (1674-1675) e cento e vinte mil réis no segundo (1675-1676). Em 1674 foram eleitos os escravos Antônio Carvalho, Rei dos Angolas, e Antônio Ramires, Rei dos Crioulos. Foram ainda eleitos o escravo Pascoal de Abreu, na função de Juiz dos Angolas, e o escravo Domingos Correia, enquanto Juiz dos Crioulos. Sugerindo que questões de gênero são também pertinentes ao estudo do mundo das irmandades, como sublinhou Nishida (1998) para o caso das irmandades baianas, Rainhas e Juízas negras apareciam por último nas listas dos eleitos. Assim, também em 1674, foi feita Rainha dos Angolas a escrava Angela Ribeira, e das Crioulas, Luzia Dias, bem como também elegeram-se Juízas das Crioulas e das Angolas, as escravas Joana Leitoa e Brígida Roiz, respectivamente.¹⁹ Curiosamente, entre os séculos

19 Cf. Manuscritos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do

XVII e XVIII, a denominação do Rei dos negros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila do Recife sofre uma mudança: de “Rei dos Angolas” este transforma-se em “Rei do Congo”. É provável que esta mudança decorra de razões africanas, de transformações políticas ocorridas na África Central – região da qual, aliás, era proveniente a maior parte dos cativos da Capitania de Pernambuco.

E, de fato, os vínculos entre aquelas corporações urbanas e comunidades étnicas e o universo do catolicismo colonial eram intensos. A corporação dos Capineiros, por exemplo, possuía um livro de registro de missas exclusivo na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila do Recife entre 1757 e 1826 (Mello, 1983-1985, v. X). Do mesmo modo, algumas corporações existentes no século XVIII possuíam confraria, às vezes com capela própria. Este era o caso da corporação dos canoeiros, cuja importância para a Vila do Recife foi muitas vezes ressaltada em face da dependência do transporte fluvial no período de abertura dos novos bairros (Mello, 1978; Silva, 1996a e 1996b). A capela, embora não passasse de um “[...] Oratório com emblema da Redenção que existe na rua do antigo porto das canoas colocado debaixo de um telheiro”,²⁰ não deixa de testemunhar a relação profunda entre aquelas instituições e o universo da religião católica. Ademais, é bastante provável que governadores de corporações e nações e seus subordinados fossem, concomitantemente, membros de irmandades maiores, fundadas em critérios raciais ou étnicos – aspecto constitutivo do *habitus* dos indivíduos coloniais (Elias, 1993b). Em suma, no interior do catolicismo barroco existente na América portuguesa não havia quaisquer impedimentos ou interdições ao fato de segmentos das camadas populares constituídas por negros livres e escravos inserirem suas instituições – como as corporações e nações africanas – no universo religioso prevalente.

As fontes ibéricas, africanas e coloniais da instituição dos Reis e Rainhas negros contêm muitos dos elementos que, mais tarde, estarão presentes à sua efetivação na América portuguesa. A intimidade entre as visões de mundo dos povos subjugados e o catolicismo desde aí encontra-se

Recife. In: SILVA, Leonardo D. (Org.). *Alguns documentos para a história da escravidão*. Recife: Massangana, 1988. p. 126-129.

20 Cf. APEJE. Série Câmaras Municipais. Cód. 31, fls. 97-97v., 25.XI.1850.

presente. No mundo ibérico, as primeiras referências a esta instituição são do século XV: o Rey do Congo do caso português (Saunders, 1994) e o Mayoral do caso espanhol (Arboleda, 1962). Em 1475, os reis católicos de Espanha, Fernando e Isabel, fizeram de seu porteiro de câmara, um negro chamado Juan de Valladolid, “Mayoral e Juez de todos los Negros e loros libres o captivos que están e son captivos e Horros en la muy noble e muy leal ciudad de Sevilla e en todo su arzobispado, e que no puedan facer ni fagan los dichos Negros y Negras y Loros y Loras ningunas fiestas ni juzgados dentre ellos, salvo ante vos el dicho Juan de Valladolid Negro Nuestro juez e Mayoral de los dichos Negros” (Arboleda, 1962, p. 4-5).

As fontes africanas dessa instituição fazem convergir aspectos do catolicismo com práticas rituais tradicionais, como a *eleição* do Rei. No caso do Reino do Congo no século XVII, o sucessor do Rei era escolhido entre os filhos deste, sem considerações por critérios etários ou de legitimidade; por vezes, julgava-se que o mais capaz era o irmão do Rei, preterindo-se todos os seus filhos. Os eleitores eram o Mani-Efunda, chefe religioso e principal eleitor, o Mani-Bata e o Sonho, estes chefes civis do Reino. Esta eleição não se realizava sem um altar, no qual tomava assento um bispo ou, na falta deste, o vigário geral do Congo (Brásio, 1969). Os aspectos presentes tanto às instituições medievais ibéricas como às estruturas rituais africanas – fazendo convergir certos africanismos e certas concepções católicas – concorreram para a configuração da instituição colonial antes examinada, na qual faziam-se presentes não apenas “Reis do Congo” locais, mas também governadores de corporações e de comunidades étnicas cujos membros eram oriundos da África Ocidental.

Finalmente, constitui um fato que a guerra de restauração pernambucana entre 1645 e 1654 fez emergir uma importante representação mental referente ao que Evaldo Cabral de Mello (1997, p. 195-239) denominou de “panteão restaurador”. Neste constavam, conforme escritos dos séculos XVII ao XIX, numa tetrarquia, um reinol, João Fernandes Vieira, um mazombo, Vidal de Negreiros, um índio, Felipe Camarão, e um negro, Henrique Dias. Tem-se sublinhado na historiografia pernambucana a força mobilizadora dessa representação no que tange aos eventos encabeçados pelas elites locais nos anos de 1710, 1817 e 1824, por exemplo (Mello, 1975, 1995 e 1997); pouco se tem examinado, em contrapartida, como a população negra da Capitania também se imbuíu dessa representação mental da restauração pernambucana para fazer valer certas prerrogativas políticas.

Neste sentido, na segunda metade do século XVIII, por volta de abril de 1782, o então governador da Capitania, José César de Meneses, queixava-se dos muitos pretendentes aos postos nos corpos dos Henriques e de Antônio Felipe Camarão que se diziam “seus herdeiros e sucessores, e nada é mais falso do que isto”. Segundo o governador, “D. Antônio era índio, e sua família se acha na Serra de Ibiapaba, condecorada e com honra”. Por sua vez, alertava José César de Meneses,

Henrique Dias nem um filho deixou, onde se conservasse o seu nome, ao mesmo tempo, que qualquer Negro, que daqui vai para essa Corte requerer, vai logo dizendo que é neto de Henrique Dias, como fizeram 2 capitães, que aqui andam, os quais ambos escaparam ao Cativo, e como de presente estão fazendo nessa Corte dois sargentos Mores Pardos destes Terços, que ambos há poucos anos foram cativos, e hoje requerem as honras, e soldos de sargento mores, sem merecimento ou utilidade.²¹

No início do século XIX, Henry Koster sublinhava, e com razão, as possibilidades de que “a conduta heróica de Camarão e Henrique Dias, um indígena e outro negro, chefes da famosa e impressionante campanha entre os Pernambucanos e os Holandeses, e as honrarias subsequentes oferecidas pela Coroa de Portugal a ambos, tenham exaltado o caráter da humilha da espécie humana a que pertenciam” (Koster, 1942 [1817], p. 475).

Efetivamente, dois terços do total do exército restaurador de 1645-1654 foram recrutados na própria Capitania de Pernambuco (Mello, 1975), e isto significava, em boa medida, escravos africanos em combate. Em janeiro de 1646, por exemplo, no início da guerra de restauração, Henrique Dias comandou um batalhão de soldados negros com a ajuda do Capitão dos pretos Minas, Antônio Mina. Este participou da batalha, conforme um relato contemporâneo, “com seus soldados, os mais dos quais haviam sido escravos do governador João Fernandes Vieira, e lhes havia

21 Cf. Códices de registro de cartas do governador de Pernambuco, José César de Meneses. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Doravante A.I.H.G.B.). Livro Quarto (1781-1783), DL 864.2, fls. 75v.-76v., 13.IV.1782.

dado alforria, porque o ajudaram com muito esforço na batalha do monte das Tabocas” (*Apud* Mello, 1988, p. 38). O fato de Henrique Dias, particularmente, ter sido feito, “governador dos crioulos, negros e mulatos [...] e de todo o Brasil”, mediante carta patente escrita na Bahia e passada pelo Conde da Torre em 1639, a qual depois, em 1658, foi confirmada em Lisboa pela Rainha Regente D. Catarina, criou certas prerrogativas para a criação não apenas dos corpos militares dos Henriques em toda América portuguesa, mas, também, para as hierarquias paramilitares de corporações urbanas e nações africanas existentes na Vila do Recife e Cidade de Olinda na segunda metade do século XVIII.

Estas instituições eram de suma importância para os negros livres e cativos da América portuguesa e particularmente da Capitania de Pernambuco. As festas religiosas, as procissões e as sociabilidades aí estabelecidas, como já foi observado, constituíam, por um lado, elementos fundamentais para a recriação de identidades coletivas, nas quais certos africanismos e certas concepções decorrentes do Ocidente cristão, ambos transformados, encontravam um ambiente novo. Por outro lado, tais manifestações festeiras e religiosas serviam de suportes para criação, por parte das autoridades coloniais, de importantes instrumentos de controle social. Em outras palavras, as festas, particularmente, eram não apenas palco de danças “acompanhadas de oboés, trombetas, tambores bascos”, como descreveu Rennefort no século XVII, ou de “toques de instrumento, zabumba, clarinetes e fogos de ar”,²² como as observou Caetano Pinto de Miranda Montenegro em inícios do século XIX. Elas também constituíam uma “razão de Estado”, como disse um governador colonial em fins do século XVIII.

Até hoje atentou-se com mais ou menos rigor para os efeitos das idéias e das práticas da ilustração portuguesa em termos de formação de alianças políticas envolvendo grupos de aquém e além mar (Lyra, 1994 e Maxwell, 1973 e 1977), em termos de formulação de políticas econômicas (Novais, 1983 e 1984 e Falcon, 1982), ou do ponto de vista da introdução de práticas educacionais e da produção de conhecimentos (Maxwell, 1996 e Novais, 1984). Ademais, estudou-se aspectos referentes ao significado

22 Cf. “Carta ao Dr. Desembargador Ouvidor Geral da Comarca de Olinda sobre a licença que pediram o Juiz e Irmãos de Nossa Senhora do Rosário”. APEJE. Série Ofícios do Governo. Cód. 14, fls. 159-159v., 16.XII.1815.

das concepções políticas e filosóficas presentes à peculiar ilustração ibérica (Boxer, 1981) e, recentemente, viu-se como o governo pombalino, particularmente, atuou como mecenas, financiando a produção de obras literárias (Teixeira, 1999). Pouco se observou, por outro lado, o quanto esta forma de pensamento criou balizamentos importantes no sentido de redefinir as modalidades de controle social sobre os cativos e sobre a cada vez mais numerosa camada social formada pelos homens de cor livres na América portuguesa.²³ Neste sentido, é sabido que a ilustração portuguesa procurou harmonizar as inovações provenientes do pensamento das Luzes com a tradição e o atraso cultural que caracterizavam Portugal ao longo do antigo regime (Novais, 1994 e Boxer, 1981). Ao mesmo tempo, esta tentativa de harmonizar tradição com inovação visando a defesa do absolutismo monárquico possuía um acentuado caráter religioso, pois, se, por um lado, procurou-se editar livros até então considerados nocivos à religião católica – como as obras de Montesquieu, Locke e Voltaire –, reformar o ensino superior, laicizando-o, ou mesmo aprofundar o *regalismo*, isto é, a doutrina que defendia a supremacia do Estado sobre a Igreja, os pensadores e governantes ilustrados portugueses, desde Pombal, não queriam, por outro lado, “ver o catolicismo derrubado”, como sublinhou Kenneth Maxwell (1996, p. 102). Após meados do século XVIII, não obstante a expulsão dos jesuítas do império e a extinção paulatina dos autos de fé, tratava-se, antes, de purificar a religião católica – sobretudo aquela levada a efeito nos Trópicos – e de remover os obstáculos que impediam sua subordinação às razões de Estado, e não de destituir sua importância.

Em Portugal, ações e pensamentos das autoridades ilustradas da segunda metade do século XVIII tendiam a considerar o excesso de exteriorismo católico ali praticado nocivo à “indústria do Povo” e um estímulo à “dissolução”. Em carta de maio de 1777, o próprio Marquês do Pombal sugeriu que “[...] o grande número de dias Santos e Procissões em Portugal é uma manifesta taxa sobre a indústria do Povo, e tende mais depressa a depravar, que a corrigir sua moral”. Os padres seculares, ainda conforme o primeiro-ministro, “[...] são a peste do Estado, não servindo para algum bom propósito; mas antes pelo contrário tendendo a fazer o Povo ocioso, e a introduzir todas as castas de vícios, e dissolução” (Boschi,

23 É verdade que Maria Odila Leite da Silva Dias acenou para este campo de análise já há duas décadas (Dias, 1984).

1986, p. 38). Em carta de 7 de março de 1794, o então ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, temia pela preservação da ordem na América portuguesa em decorrência do grande número de instituições leigas ali existentes: “É muito para recear que todo o Brasil se acha inundado de semelhantes Associações debaixo do título de Confrarias, e Irmandades, sem que se saiba o número delas, nem os indivíduos de que cada uma compõem [...] E sendo bem conhecidos os danos que tem resultado aos Estados Soberanos de muitas das ditas Associações eretas ao princípio debaixo do título de piedade, e devoção, e convertido depois em Conventículos sediciosos, e origem de muitos e muito funestos acontecimentos” (Boschi, 1986, p. 28).

E, com efeito, estes parâmetros “ilustrados” referentes à religião e ao controle social sobre as camadas populares não demoraram a deitar raízes na América portuguesa. Constitui um admirável exemplo dessa assertiva o fato de que, no segundo semestre de 1779, durante uma manifestação religiosa e festiva levada a efeito por negros livres na Vila do Recife, alguns frades capuchinhos recém-chegados da Itália e dois padres seculares “[...] se lançaram pelas casas onde moravam os Negros que guardavam os instrumentos das danças e os entraram a quebrar”. Naquela ocasião, “[...] os negros se quiseram levantar, e foi preciso um dos ditos frades tirar um Santo Cristo e dizer-lhes que aquele Senhor é que mandava; isto fez logo aquietar os Pretos”. O então governador da Capitania de Pernambuco, José César de Menezes, mostrou-se indignado com o procedimento dos frades; para ele, sua “[...] obrigação e emprego deve ser de instruir-nos, não só nos pontos da Fé, senão na Humildade e na mansidão cristã” e não “[...] que os Missionários usem da força em lugar da persuasão”. Mais ainda, o governador da Capitania tinha claro para si que os negros “[...] nada conservam nas tais danças de seus ritos gentílicos, como falsamente se representou”; com efeito, caso tais danças e manifestações religiosas não fossem católicas, autoridades políticas e religiosas já as teriam proibido anteriormente: “[...] não é verossímil que estando aqui um Bispo, tantos párocos, e Prelados, como tantos Antecessores meus, nenhum deles achasse razão para se proibirem as tais danças”. Indo mais além, o governador sublinhava a natureza política daquela permissão: “[...] antes se fecha os olhos a isso por uma razão de Estado; porque uns homens constituídos em um Cativoiro pesado desesperariam,

senão tivessem no Domingo aquele divertimento, se lançariam a distúrbios mais sensíveis”.²⁴

O governador da Capitania falava pela boca da tradição. Mas esta, fundada naqueles mecanismos de controle social antes indicados em nome de uma “razão de Estado”, se achava em seu ocaso. Por um lado, as autoridades religiosas, e sobretudo os frades capuchinhos recém chegados à Capitania, o denunciaram ao “Santo Tribunal” mediante uma “Representação caluniosa e falsa”, segundo José César de Menezes. Defendendo-se desta, o governador argumentou que tinha “[...] o coração inteiramente católico para proteger qualquer pessoa eclesiástica, e muito mais aqueles que promulgam a Palavra de Deus”.²⁵ Tal argumento, contudo, não era suficiente para deter o avanço notório de uma certa ortodoxia católica no mundo religioso da América portuguesa em fins do século XVIII. Por outro lado, novas razões de Estado se impunham, uma vez que a ilustração portuguesa preconizava naquele momento uma maior pureza dos rituais católicos, como já foi observado.

Desse modo, José César de Menezes recebeu carta de Martinho de Melo e Castro, do Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos, datada de 4 de julho de 1780, segundo a qual devia-se distinguir entre duas danças dos negros, umas “pouco inocentes, ainda que não [...] dignas de total reprovação”, e outras que “[...] se devem inteiramente reprovar, como supersticiosas e gentílicas”. As primeiras, informava o Ministro, “[...] ainda que possam ser toleradas, com o fim de evitar com este menor mal outros males maiores, deve Vossa Senhoria contudo usar de todos os meios suaves que sua prudência lhe sugerir para ir desterrando pouco a pouco um divertimento tão contrário aos bons costumes”.²⁶ Assim sendo, as práticas animistas e fetichistas levadas a efeito sobretudo por africanos recém-chegados e seus descendentes – nunca toleradas ao longo de todo o período

24 Cf. “Carta de José César de Menezes ao Arcebispo de Lacedemonia”. Códice de registro de cartas do governador de Pernambuco, José César de Menezes (1779-1781). A.I.H.G.B. Livro Terceiro, DL 864. 1-2, fls. 101v.-102, 22.III.1780.

25 *Ibid.*

26 Cf. “Carta de Martinho de Melo e Castro a José César de Menezes”. Códice de registro de cartas oficiais recebidas pelo governador de Pernambuco, José César de Menezes, e expedidos pelo Ministério da Marinha e Negócios Ultramarinos (1778-1785). A.I.H.G.B., DL 864. 3, fl. 22, 04.VII.1780.

colonial²⁷ e que constituíam um desvio mesmo no interior da população de cor – deveriam ser suprimidas radicalmente; já as manifestações festivas, coloridas e cheias de sons do catolicismo dos negros deveriam ser “suavemente” erradicadas, em nome dos “bons costumes”.

A resposta de José César de Menezes a Martinho de Melo e Castro, em carta de 3 de outubro de 1780, é exemplar no sentido de dar cumprimento, enquanto fiel vassalo, às ordens então recebidas: “[...] e daqui por diante”, escreveu ele, “darei todas as providências que achar mais conducentes para ir desterrando pouco a pouco este divertimento tão contrário aos bons costumes”.²⁸ Traduzida não apenas em idéias, mas também em ações, tal determinação pode ser observada em outros documentos contendo ordens internas à Capitania de Pernambuco. Em carta de 19 de janeiro de 1781, José César de Menezes revela nitidamente que, em matéria de impor restrições às manifestações lúdicas e religiosas dos negros da Capitania, havia aprendido rigorosamente a lição enviada do Reino. Cerca de um ano após ter sido denunciado ao Tribunal do Santo Ofício, escreveu ao Capitão Mor de Goiana, Gregório José da Silva, “[...] que os batuques dos pretos não deixam de ser nocivos; ordeno a Vossa Mercê que pouco a pouco os faça extinguir para cessarem [...] desordens que destes resultam”.²⁹ Desse modo, em breve tempo, José César de Menezes passava de perseguido a perseguidor, de reprimido a repressor.

A obra de cerceamento ao mundo das representações religiosas negras, bem como a destruição das identidades e das sociabilidades étnicas e profissionais dos homens de cor foi completada pouco mais tarde, ao longo do governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1804-1817).

27 Cf. “Sobre as muitas mortes dos seus escravos originadas pelos feiticeiros”. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Cód. 276, fl. 74, 06.XI.1642 (Microfilme da Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE); “Relação dos pretos que declarou o que vossa mercê remeteu preso por feiticeiro”. APEJE. Série Offícios do Governo. Cód. 01 (1769-1773), fl. 225, 18.08.1772; “Carta ao Doutor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca sobre os que se acham fazendo artes mágicas como abaixo se declara”. APEJE. Série Offícios do Governo. Cód. 14 (1811-1814), fls. 58-58v., 27.XI.1811.

28 Cf. “Carta de José César de Menezes a Martinho de Melo e Castro”. Códice de registro de cartas do governador de Pernambuco, José César de Menezes (1779-1781). A.I.H.G.B., Livro Terceiro, DL 864. 1-2, fl. 144, 03.X.1780.

29 Cf. “Carta do governador da Capitania José César de Menezes para o Capitão Mor de Goiana, Gregório José da Silva”. APEJE. Série Offícios do Governo. Cód. 03 (1780-1783), fls. 47v.-48, 19.I.1781.

Este, profundamente imbuído dos valores ilustrados, tinha claro para si que em “um país de escravos e de poucas luzes”, como escreveu em novembro de 1811,³⁰ fazia-se premente evitar os “ajuntamentos de pretos”, as festas religiosas noturnas, com seus fogos de artifício e outros recursos cênicos, bem como devia-se terminantemente destruir as corporações profissionais e as comunidades étnicas africanas da Vila do Recife e Cidade de Olinda. Uma de suas primeiras medidas, ao início de seu governo, consistiu precisamente no desbaratamento das hierarquias dos homens de cor antes descritas. As cartas patentes destinadas àquela camada da população deixaram de ser emitidas após 1804, e as que haviam sido distribuídas anteriormente foram recolhidas. Segundo o governador, os “pretos do Recife e de Olinda”, através de seus “Reis e Governadores”, nomeavam “Secretários de Estado, Generais, Tenentes Generais, Marechais, Brigadeiros Marechais, Brigadeiros, Coronéis e todos os mais postos militares: pois tudo isso havia em Pernambuco: os tratamentos de Majestade, Excelência e Senhoria vogavam entre eles: tal era o desaforo a que os deixaram chegar”. Mais ainda, Caetano Pinto de Miranda Montenegro não apenas recolheu as cartas patentes dos governadores de corporações profissionais e nações africanas, mas, igualmente, procurou fazê-los esquecer suas antigas instituições mediante ameaças e repreensões: “Tendo recolhido muitas dessas negras patentes, muitas vezes eu tenho repreendido e ameaçado; mas somente desde o ano passado [1814] vejo os pretos mais submissos, depois que eles viram tão bem as prontas medidas que tomávamos no caso de meditar alguma desordem”. Concluía o governador ilustrado: “Cumpre, pois, desenganá-los de todo, e arrancar pela raiz os sobreditos abusos: cumpre acostumá-los por algum tempo à maior sujeição possível”.³¹

As idéias religiosas de Caetano Pinto de Miranda Montenegro não distavam dos argumentos antes examinados expostos por Pombal e por Martinho de Mello e Castro. Segundo o governador, antes de conceder licenças para festas religiosas dos negros, devia-se “[...] conseguir que os habitantes de Olinda não misturassem nas suas festas cousas profanas com

30 Cf. “Carta ao Doutor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca sobre o que se acham fazendo artes mágicas como abaixo se declara”. APEJE. Série Ofícios do Governo. Cód. 14 (1811-1814), fls. 58-58v., 27.XI.1811.

31 Cf. “Carta ao Dr. Ouvidor Geral da Comarca de Olinda em resposta a um ofício”. APEJE. Série Ofícios do Governo. Cód. 14, fls. 160-161v., 24.XII.1815.

divinas” e que “o culto se praticasse com a maior pureza e santidade, cuidando-se mais em gravar nos corações os princípios da verdadeira moral do que em distraí-los com aparatos profanos, com os quais e com algumas práticas minuciosas, muitas vezes o povo ignorante julga ter cumprido os deveres da Religião”. Se antes as festas católicas eram toleradas por uma razão de Estado, agora elas passavam a ser cerceadas pela mesma razão. O temor do governador pelos “ajuntamentos” era aspecto central de justificação de sua prática. Estes, tal como nos exemplos da Bahia e das Antilhas Francesas, freqüentemente então evocados, poderiam propiciar a eclosão de revoltas e distúrbios violentos, os quais deveriam não apenas ser temidos, mas meticulosamente evitados. Conforme escreveu Caetano Pinto em Dezembro de 1815, “[...] nem foi à minha mente que se embaraçasse e mandasse castigar um pequeno número de escravos que nos Domingos e dias Santos estivesse brincando em qualquer canto de Olinda. Pequenos ajuntamentos de dia não podem ser de conseqüência: grandes ajuntamentos, e com mais razão os noturnos, devem acautelar-se: e não podendo afirmar-se raias e limites em cousas vagas e incertas, só um juízo providencial combinando as circunstâncias pode regular isto com acerto”.³²

A resposta dos negros do Recife e de Olinda a este estado de sítio festivo foi dada por volta de março de 1814. No dia 27 daquele mês e ano “[...] derramou-se um rumor geral por esta Vila [do Recife] de que os pretos se levantariam no dia 29, Domingo do Espírito Santo”. Nesta circunstância, o governador da Capitania, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, agiu com a rapidez costumeira: “[...] e tendo eu dado todas as providências necessárias para tranqüilizar os ânimos assustados, e para conter em respeito os pretos, tive o gosto de ver desvanecidos os receios que haviam, observando-se naquele dia, e nos dois seguintes, o maior sossego e tranqüilidade em todos os bairros desta extensa povoação”.³³ Aparentemente, tratou-se de um simples “levante”, no dizer das fontes coevas, o qual foi rapidamente abafado; o significado do mesmo, porém, remete às linhas mais amplas a partir das quais procurou-se levar a efeito esta análise.

32 Cf. “Carta ao Dr. Ouvidor Geral da Comarca de Olinda em resposta a um officio”. APEJE. Série Offícios do Governo. Cód. 14, fls. 160-161 v., 24.XII.1815.

33 Cf. “Carta ao Senhor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca sobre os Pretos que se queriam levantar”. APEJE. Série Offícios do Governo. Cód. 15, fls. 21-21v., 01.VI.1814.

Grosso modo, pode-se sugerir que a tentativa de levante atribuída a 17 homens e uma mulher em abril de 1814 era uma decorrência direta das ações levadas a efeito pelo governador José César de Menezes em fins do século XVIII e, sobretudo, por Caetano Pinto de Miranda Montenegro já nos primeiros anos do século seguinte. O sentido da tentativa de levante era claro: procurava-se restaurar as hierarquias étnicas e profissionais antes existentes e retomar os rituais, as festas e sociabilidades que elas ensejavam. Em suma, tratava-se de um movimento voltado menos para a construção de uma nova sociedade no futuro e mais para a restauração de formas sociais do passado.

Em primeiro lugar, as lideranças do movimento e suas motivações são sugestivas nesta direção. A mais destacada delas foi, sem dúvida, o “preto forro” Domingos do Carmo, “denominado Rey dos Congos, e de todas as nações do Gentio da Guiné” – o qual representava, portanto, escravos, libertos e negros livres oriundos de todos os pontos do tráfico para o Brasil. Como num efeito retardado, Domingos do Carmo ainda pensava nos termos da hierarquia que o governo da Capitania tinha tentado extinguir anos antes, uma vez que, com ele, foi encontrado um requerimento “[...] feito ao Governo, em que representava algumas desordens de outros capatazes, e que no caso de não se dar providência haveria um levante”.³⁴ Contudo, foi o escravo de nação Benguela João Maranhão, morador no bairro de Afogados, o principal suspeito de ser “[...] um dos cabeças do motim”. Este, por sua vez, era “[...] Capitão Mor dos Capineiros, e por dizerem solicitava também a outros pretos para o mesmo fim da referida Povoação dos Afogados”. Usando de sua patente de Capitão Mor dos Capineiros, João Maranhão tentava, provavelmente, mobilizar outros colegas de corporação residentes em Afogados, concitando-os a participar do levante. Um outro preso nesta circunstância foi o “preto forro” Joaquim Barbosa. Embora a razão pela qual tenha sido preso decorra apenas do fato de “ser suspeita a sua conduta”, Joaquim também ocupava uma função naquelas hierarquias de homens comuns: era “Capataz dos Ganhadores”.³⁵

34 Cf. “Relação dos Pretos que tem sido presos em consequência das vozes e rumor geral que se derramou na Vila [do Recife] no dia 27 do mês próximo passado de que eles meditavam fazer um levante no Domingo 29, Dia do Espírito Santo”. APEJE. Série Offícios do Governo. Cód. 15, fls. 21v.-24v., 01.VI.1814.

35 Cf. “Relação dos Pretos que tem sido presos em consequência das vozes e rumor geral que se derramou na Vila [do Recife] no dia 27 do mês próximo passado de que eles meditavam

Em segundo lugar, os documentos e falas deixadas pelos acusados revelam seu envolvimento com aquelas hierarquias antes existentes entre as camadas populares, bem como expõem as redes de sociabilidades que permeavam o interior destas. O “preto forro” João Nunes Barbosa, por exemplo, foi preso porque “[...] figurava em primeiro lugar em um requerimento em que ele com outros meninos pediam licença para fazerem um brinco pelas ruas no dia do Espírito Santo”.³⁶ O escravo João, de Nação Cassange, também morador na povoação dos Afogados, foi “[...] preso por ir dizendo pela rua do Motocolombó no dia 28 de Março que os pretos se levantariam, e que ele havia de dar também a sua pancadinha”. A preta forra Mariana, que vivia de vender frutas, era a única mulher arrolada entre os acusados de participação na tentativa de levante; ela tinha sido vista conversando com outras vendedeiras “[...] dizendo-lhes que os brancos eram maus, e por que não deitava fora a pólvora e chumbo que tinha em casa Fulano”. As sociabilidades cimentadas por sentimentos étnicos ou de ofício ainda existiam intensamente entre aqueles homens. O escravo açougueiro Manoel e o negro forro Francisco Bento foram presos no Beco de João Francisco, no Bairro da Boa Vista, “[...] em uma casa em que poucos entravam de dia e de noite em maior número”. Os escravos João, Antônio e Joaquim foram presos na mesma circunstância porque o primeiro, tendo entrado “[...] no dia 28 [de março] em uma casa defronte dos Martírios onde se ajuntam os da sua Nação mandando-se examinar a dita casa foram achados os outros dois”.³⁷

Os recursos materiais, armas e munições encontrados em poder dos acusados sugerem que estes não estavam brincando, bem como que a capacidade de mobilização de recursos daqueles homens e mulheres era

fazer um levante no Domingo 29, Dia do Espírito Santo”. APEJE. Série Offícios do Governo. Cód.

15, fls. 21v.-24v., 01.VI.1814. Os ocupantes do cargo de Capataz de corporações urbanas também recebiam cartas patente e, igualmente, eram homens de cor. Ver, por exemplo, “O Preto Paulo Silvestre Henrique no cargo de Capataz dos Marcadores das Caixas de Açúcar e Sacas de Algodão”. APEJE. Série Patentes Provinciais. Cód. 8, fls. 193-193v., 07.XI.1796. Suas funções eram igualmente honoríficas: conforme esta mesma carta patente, “[...] não haverá soldo algum, mas perceberá os prós e percalços que diretamente pertencem na mesma forma que seus antecessores”.

36 Cf. “Relação dos Pretos que tem sido presos em consequência das vozes e rumor geral que se derramou na Vila [do Recife] no dia 27 do mês próximo passado de que eles meditavam fazer um levante no Domingo 29, Dia do Espírito Santo”.

37 *Ibid.*

alta. Na mesma casa em que o escravo Manoel e o negro liberto Francisco Bento foram presos “[...] foram achados duas facas, dois chuços e uma fouce, além de muitos queriz”. O escravo Francisco, do Tenente Coronel João de Oliveira Paim, procurou obter munição de uma forma ingênua: “Foi preso porque poucos dias antes pretendeu muito encarecidamente, e em particular, comprar um barril de pólvora ao Negociante Domingos Rodrigues Passos, o qual não lhe a vendeu e lhe disse que a fosse buscar em outra parte”. Já o “preto forro” Joaquim da Cunha tinha consigo, no ato de sua prisão, uma espingarda, dois feixos, dois chuços, duas verrumas grandes, um formão e um “pouco de pólvora”. Teoricamente, o “preto forro” Estanislau Dias era o tesoureiro do levante. Em sua casa, na Rua do Mundo Novo, a qual ele dividia com um outro forro chamado Domingos, foi encontrada uma caixa de madeira com dois contos, trezentos e setenta e dois mil réis em dinheiro de ouro, cento e sessenta e quatro e sessenta réis em dinheiro de prata e dez mil seiscentos e trinta réis em dinheiro de cobre. Além disso, foram encontrados duas peças e meia de paninho, um pedaço de cordão de ouro, um par de brincos, um par de botões e um anel, todos de ouro, bem como três colheres de prata.³⁸

A despeito do fato de constituir um movimento sufocado desde o seu nascedouro, a tentativa de levante de 1814 revela aspectos extremamente importantes. Em primeiro lugar, ela sugere que as hierarquias étnicas e de ofícios que existiam entre os cativos e os negros livres da Vila do Recife e Cidade de Olinda ainda estavam vivas, e que apesar do projeto político de extinção delas, os cantos, as casas de reunião e o sentimento de pertença a um grupo étnico ou profissional ainda constituíam fortes referências identitárias entre as camadas populares. Acresce-se a isto o fato de que a composição social dos acusados era rigorosamente bipartida: metade dela era escrava, e a outra metade livre. Isto sugere que formas verticais de divisão do mundo social – mediante noções como as de etnia, raça ou ofício – poderiam ser tão ou mais importantes como as divisões horizontais, baseadas na escravidão ou na liberdade – ou, em uma palavra, na classe.

Em segundo lugar, as motivações para realizar um levante, com todos os riscos que tal prática envolvia, bem como a mobilização de

38 Cf. “Relação dos Pretos que tem sido presos em consequência das vozes e rumor geral que se derramou na Vila [do Recife] no dia 27 do mês próximo passado de que eles meditavam fazer um levante no Domingo 29, Dia do Espírito Santo”.

pessoas, de corporações inteiras, e de recursos materiais, como armas, dinheiro e objetos de valor de modo a levar a efeito tal objetivo, parece apontar para a importância extrema que tinham para esses indivíduos suas corporações e suas comunidades étnicas, com suas hierarquias, suas distinções e honrarias. Na verdade, aquelas divisões sociais entre as camadas populares, suas formas de distinção e classificação, eram parte de um mundo que, até fins do século XVIII, era representado mentalmente de uma forma mais ou menos coerente, mais ou menos articulada. Mesmo reiterando as relações vigentes de poder, reiterando a supremacia do governo da Capitania e, em última análise, do antigo regime, aquelas corporações e comunidades étnicas constituíam, ao mesmo tempo, um espaço para a festa, para a efetivação das sociabilidades existentes no mundo das camadas populares e para a recriação de identidades coletivas que envolviam negros livres e escravos. A crise de tais instituições sintonizava-se com a crise de um mundo social cujas balizas se situavam não apenas nas relações entre a metrópole e a colônia, mas também no confronto entre as identidades étnicas, profissionais e raciais que deram vida à América portuguesa.

Referências Bibliográficas

- ARBOLEDA, J. Rafael. La historia y la antropología del Negro en Colombia. *América Latina*, ano 5, n. 3, jul./set. 1962.
- BOSCHI, C. César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOXER, C. R. *O império colonial português*. Trad. por Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BRÁSIO, Antônio. C. S. Sp. O problema da eleição e coroação dos reis do Congo. *Revista Portuguesa de História*, t. 12, v.1, 1969.
- CASTAGNA, Paulo. *Fontes bibliográficas para a pesquisa da prática musical no Brasil dos séculos XVI e XVII*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - ECA/USP.
- COSTA, F. A. P. da. *Anais pernambucanos*. 10 v. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966.
- DAVIDSON, Basil. *Os africanos: uma introdução à sua história cultural*. Trad. por Fernanda Maria Tomé da Silva. Lisboa: Edições 70, 1981.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. por Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. por Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- FALCON, F. C. & NOVAIS, F. A. A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina. *Anais do VI Simpósio dos Professores Universitários de História*. São Paulo: Anpuh, 1973.
- FALCON, F. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- GOMES, F. dos S. História, protesto e cultura política no Brasil escravista. In: SOUZA, Jorge Prata de (Org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1995.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. Trad. por José Eduardo de Mendonça. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, n. 17, 1978.
- _____. The colored freemen in brazilian slavery society. *Journal of Social History*, v. 3, n. 1, 1969.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. por Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942 [1817].
- LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEITE, Glacyra L. *Pernambuco, 1817: estruturas e comportamentos sociais*. Recife: Massangana, 1987.
- LYRA, Maria de L. V. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MATTOSO, Kátia M. de Q. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. Trad. por João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Marquês do Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. por Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MAXWELL, Kenneth. The generation of the 1790s and the idea of Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, D. (Ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University California Press, 1973.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates - Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. Canoas do Recife: um estudo de micro-história urbana. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 50, 1978.
- _____. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/Edusp, 1975.

- _____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. Aditamentos e correções. In: Costa, F. A. P. da. *Anais pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983-1985.
- _____. *Henrique Dias, governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*. Recife/Brasília: Massangana/CNPq, 1988.
- _____. Um governador colonial e as seitas africanas. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 62, 1948-1949.
- MOTA, Carlos G. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTT, Luiz R. B. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano 13, v. 2, n. 1, 1982.
- NISHIDA, Mieko. From ethnicity to race and gender: transformations of black lay sodalities in Salvador, Brazil. *Journal of Social History*, v. 32, n. 2, Winter of 1998.
- NOVAIS, F. A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, v. 4, n. 7, mar. 1984.
- _____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de *Grupos étnicos e sua fronteiras*, de Fredrik Barth. Trad. por Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
- REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo : Cia. das Letras, 1991.
- _____. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, René. O negro em Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 62, 1948-1949.
- RIBEIRO JR., José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.
- SCHWARTZ, S. B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814. Trad. por J. J. Reis. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Trad. por Laura Teixeira Motta. São Paulo/Brasília: Cia. das Letras/CNPq, 1988.
- SILVA, L. Dantas (Org.). *Alguns documentos para a história da escravidão*. Recife: Massangana, 1988.
- SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: gentes do mar e cultura marítima no Brasil (dos séculos XVII ao XIX)*. São Paulo, 1996a. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP.
- _____. Canoeiros do Recife: história, cultura e imaginário (1777-1850). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996b.

- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII ao XIX*. Trad. por Tasso Gadzanis. São Paulo: Curripio, 1987.

CORTESIA, CIVILIDADE, URBANIDADE: CONVERSANDO COM NORBERT ELIAS SOBRE A CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO E DAS SOCIABILIDADES NA CIDADE MEDIEVAL PORTUGUESA

Magnus Roberto de Mello Pereira*

RESUMO

O presente artigo busca entender em que medida a origem do processo civilizador, tal como proposto por Norbert Elias, deve ser buscada na sublimação dos impulsos guerreiros de uma nobreza obrigada a viver na corte (cortesia) ou no processo mais geral da urbanização medieval (urbanidade). Caso privilegiemos o viver na corte, entenderemos o processo como universalização de valores cortesãos: do palácio para a rua. Já a hipótese urbana tende a ampliar a questão, pois considera que o processo atinge indistintamente os moradores da cidade, configurando o espaço citadino e as sociabilidades que nele se desenvolvem.

Palavras-chave: sociabilidade, etiqueta, posturas municipais, sanitarismo urbano, Françoise Choay, Norbert Elias.

ABSTRACT

This article tries to understand to what extent the civilizing process – as proposed by Norbert Elias – has to be searched for in the sublimation of the warrior impulses of a nobility, forced to live in a court (courtesy); or else, in the more general medieval urbanizing process (urbanity). In case we choose the life in court, will understand the process as universal adoption of courtesan values: from the palace to street. On the other hand, the urban hypothesis tends to enhance the problem, for it considers that the process affects in equal manner all the inhabitants of the city, creating the city space and the sociabilities which develop in it.

Key-words: sociabilities, etiquette, municipal posture, urban sanitation, Françoise Choay, Norbert Elias.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

Venho me dedicando ao tema da legislação urbana das cidades de origem portuguesa há quase duas décadas, quando comecei a estudar o conjunto das posturas municipais elaboradas pelas câmaras municipais paranaenses do século XIX.¹ Naquele momento, um dos aspectos que me chamou atenção foi o fato de que, a partir da década de 1860, algumas câmaras reuniram a maioria dos dispositivos que se voltavam à morigeração dos costumes sob títulos específicos que tratavam dos “Objetos que ofendem a moral e os bons costumes”. Entre as posturas congregadas nesse título, estavam aquelas que procuravam interditar certas maneiras de se expressar consideradas grosseiras:

Toda a pessoa que em lugar público injuriar a outrem com palavras infamantes, ou indecentes, ou gestos de mesma natureza; pena de 20\$000 e posto em custódia à ordem do fiscal, até o pagamento da multa, e não tendo com o que pagar, sofrerá oito dias de prisão.
Curitiba, 11 de julho de 1861.²

Este tipo de postura se enquadra numa longa cadeia que, quando seguida, nos leva à Idade Média, quando a legislação mandava pôr freios na boca das mulheres que diziam “más palavras” em público, semelhantes aos usados nas montarias. No presente caso, são desimportantes as explicações que eu possa ter dado ao fato de os vereadores curitibanos terem buscado no fundo do baú legislativo uma medida de tal natureza para reeditá-la naquele momento. Importa reter que a secular reiteração de posturas de tal ordem solicita interpretações menos, digamos, conjunturais.

Na mesma época, devido ao fato de estar lidando com legislação sobre “bons costumes”, minha atenção foi despertada para uma das eternas

1 PEREIRA, Magnus R. M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. _____. A gosto e capricho dos primeiros proprietários: a trajetória de uma cidade brasileira nos séculos XVIII e XIX. *Jarbuch Für Geschichte Von Staat, Wirtschaft Und Gesellschaft Lateinamerikas*. Köln, v. 32, p. 333-371. 1995. _____. Da civilidade urbana: a morigeração dos costumes no Paraná do século XIX. *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, n. 4, p. 165-191, 1995. _____. ; SANTOS, A. C. de Almeida. Códigos de posturas municipais. *Monumenta*. Curitiba, n. 3, p. 2-22, inverno de 1998.

2 PARANÁ. *Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná*. Curitiba: Typ. do Correio Oficial, 1862. p. 70.

arengas pessoais publicadas na imprensa do período. Tratava-se de uma pequena nota de jornal que, em outras circunstâncias, passaria despercebida. Naquele momento, no entanto, ela me sugeria uma conexão insuspeita:

“O Sr. João Marques que nunca leu mesmo algum exíguo compêndio de civilidade certo não compreenderá este texto mitológico: o tempo que o ensine e as palmatoadas do Comendador que não é.”³

Segundo o “Comendador que não é”, o Sr. João Marques era uma pessoa grosseira, sinal de que jamais havia lido um compêndio de civilidade. O seu “texto mitológico” dizia que civilidade se aprendia com o tempo ou com as palmatoadas que ele próprio estava disposto a dar. Da mesma forma, as câmaras paranaenses estavam dispostas a punir com prisões e multas a todos os que infringissem certas normas de civilidade, além de aplicar o castigo literal da palmatória, caso o infrator fosse escravo. Assim, de uma certa perspectiva, as posturas também compunham um manual de civilidade. Mais propriamente, um manual de civilidade urbana, ou de urbanidade, pois as regras de comportamento ali contidas referiam-se ao que se passava no espaço público urbano, eximindo-se os vereadores de adentrar as casas ou intervir nas áreas rurais. Essa similaridade me levou a indagar sobre as correlações entre os manuais de civilidade e os códigos de posturas, uma vez que ambos tinham por objetivo o estabelecimento de condutas consideradas aceitáveis.

A própria polissemia da palavra *urbano* dá indícios da problemática em questão. Urbano é tudo aquilo que diz respeito à cidade, mas, ao mesmo tempo, a palavra refere-se a determinados modos de comportamento. Viver na cidade implica numa urbanidade, termo que os dicionários apresentam como sinônimo de civilidade. Há séculos, a limpeza ou a contenção do gestual ou das palavras vêm sendo tomadas como indicador geral de civilidade, de urbanidade ou de cortesia. Segundo esse critério, os habitantes das cidades, ou mesmo povos inteiros, seriam civilizados em maior ou menor grau de acordo com a limpeza corpórea ou do ambiente em que vivem, ou então, de acordo com o grau de expansividade do tratamento entre indivíduos.

3 *O Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 5 fev. 1859, p. 4.

Como bem lembrara o “Comendador que não é”, estava em curso um tempo que civiliza. Eu conseguia identificar um processo de morigeração da população paranaense, mas percebia que era descabido pensá-lo como um “projeto social” ou que os envolvidos “dominassem a totalidade dos desdobramentos daquilo que procuravam pôr em curso”.⁴ Estava em andamento um processo de morigeração, sem sujeito definido, mas que era dotado de uma racionalidade interna, ainda que essa fosse construída *a posteriori* pelo historiador.

Assim cortesia como morador da cidade

Anos depois, deparei com a obra de um autor que havia enfrentado problemas semelhantes aos meus e os resolvera de forma semelhante. Refiro-me a Norbert Elias, que, genialmente, conseguiu concatenar uma história da civilização ocidental a partir de uma psicogênese da elite guerreira européia, desde o momento em que foi submetida à crescente tutela da realeza.⁵ Tal psicogênese estaria na origem de uma sociogênese, a que ele denomina “processo civilizador”. Processo desprovido de autoria, mas no qual ele detecta de um certo direcionamento: “O que aqui se coloca no tocante ao processo civilizador nada mais é do que o problema geral da mudança histórica. Tomada como um todo, essa mudança não foi ‘racionalmente’ planejada, mas tampouco se reduziu ao aparecimento e desaparecimento aleatório de modelos desordenados.”⁶

Segundo o autor, o crescente controle emocional imposto (que tende a tornar-se autocontrole) aos guerreiros obrigados a viver nas cortes da realeza está na origem do processo civilizador do ocidente. As chaves de tal processo seriam a autocontenção e sublimação da violência, nas quais a civilidade ou etiqueta cortesã desempenha papel fundamental.

4 PEREIRA, *Semeando iras...*, p. 178.

5 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990-1993.

6 *Ibid.*, p. 194.

Apesar das afinidades apontadas em relação ao que propõe Elias, é preciso anotar algumas discordâncias.⁷ Trabalhamos, ambos, com afins, mas é preciso restabelecer certas especificidades. A começar pelo fato de que legislação municipal e etiqueta cortesã, principal fonte utilizada por Elias, pertencem a ordens textuais muito distintas. As posturas são uma persistência do direito consuetudinário da Baixa Idade Média. Já os manuais pertencem a uma modalidade de texto culto, que reivindica para si o poder de civilizar. Nós, historiadores, herdeiros dessa tradição culta, costumamos dar primazia a tais textos, talvez por dever de ofício ou solidariedade corporativa. Acreditamos na equação proposta por Erasmo e outros, antes e depois dele, que acreditavam no poder civilizador do manual de etiqueta cortesã.⁸ O principal responsável por difundir tal noção na historiografia contemporânea foi justamente Norbert Elias.

Embora Jacques Ravel afirme justamente o contrário, supondo que a *Civilidade* de Erasmo “pretende ensinar a todos um código válido para todos”, não consigo ver nesta obra algo diferente dos *Espelhos de Príncipes*, manuais de comportamento que desde o século XII se propunham a educar os filhos da alta nobreza medieval.⁹ De forma alguma a *Civilidade* de Erasmo, assim como as outras, trata de valores universais. Perceba-se que a intelectualidade da época estava sujeita a um sistema de mecenato e que sua fala era prisioneira da corte. Ao assumirmos os seus pressupostos, somos levados a crer que os comportamentos passam, ou deveriam passar, da elite instruída pelos textos civilizatórios para o conjunto do corpo social: do palácio à rua. Desta forma, chega-se à noção corrente de que a civilização, ou urbanização, da burguesia é um mero processo de imitação da aristocracia. A meu ver, a autocontenção da violência e sublimação dos impulsos são, antes, inerentes à condição urbana. Pequeno mas essencial detalhe.

Voltemos à nossa indagação primária sobre a interconexão entre posturas municipais e manuais de civilidade. Uma resposta simples seria reconhecer uma homologia entre ambos, fazendo derivar as normas de

7 Lembrando que, nem ele, nem eu, conseguimos escapar do círculo de ferro de uma concepção hegeliana de história, que prima pela teleologia.

8 ERASMO. *A civilidade pueril*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

9 RAVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.). *História da vida privada*. v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. v. 3, p. 172.

comportamento à rua da etiqueta cortesã medieval e renascentista. Apesar de mais simples, não me parece a mais correta.

É verdade que o viver cortesão nasce da confluência entre a cidade e a corte, na época em que os reis param de itinerar, lá pelo século XIII, o que provoca, por isso mesmo, momentos de grande aproximação entre as duas etiquetas. Todavia, cidade e corte confundem-se apenas no caso das capitais, as cortes propriamente ditas. Em muitos casos, cidade e nobreza eram como que irreconciliáveis. Diversas cidades e vilas medievais tinham, inclusive, o privilégio da proibição de que a nobreza morasse na sede ou mesmo no termo do município. Alguns forais portugueses permitiam que os fidalgos fossem espancados e expulsos pelos moradores se desrespeitassem esses privilégios. O caso mais notório de cidade portuguesa vedada aos fidalgos é o Porto, onde, por séculos, eles estiveram proibidos de morar.¹⁰ Observa-se que mesmo nessas cidades, que se desenvolveram protegidas da vizinhança incômoda da nobreza de sangue, estavam em vigor detalhados códigos de comportamento, com efeitos semelhantes aos dos textos civilizadores.

O viver em contato constante e permanente com um grupo alargado de pessoas, com todos os efeitos que isso possa acarretar, é antes próprio da condição urbana do que da cortesã. Portanto, civilidade e etiqueta cortesã não se confundem e nem a primeira é uma mera extensão da segunda para além da esfera da corte, como Elias nos quis fazer acreditar. Considero que a civilidade, numa acepção mais ampla e correta, é a confluência entre as etiquetas cortesãs, que se voltam sobretudo à nobreza e, depois, às elites letradas, e as regras de urbanidade, cujos textos normativos originais são as posturas municipais. Dessa (con)fusão resulta a sinonímia entre cortesia, civilidade e urbanidade.

Da mesma forma que o cortesão, o morador da cidade sujeita-se a um longo processo de contenção e sublimação da violência e de outros impulsos, que tem as posturas como texto normatizador, não os livros de etiqueta. Tais normas são necessárias ao viver em cidade e atingem igualmente cortesãos e outros moradores, apanhados genericamente através de fórmulas consagradas pelo texto português: “de qualquer condição que seja” ou “de qualquer qualidade que seja”.

¹⁰ Ver, por exemplo, o interessante artigo de FERREIRA, J. A. P. O Porto e a residência dos fidalgos. *Boletim Cultural*, Porto, v. 11, fasc. 3-4, p. 266-338, set./dez. 1948.

Ouvide mandado do Corregedor, vereadores, procurador e almotacés da Mui Nobre e Sempre Leal Cidade de Lisboa, não seja nenhuma pessoa assim cortesão como morador da dita cidade tão ousado que leve espada nem punhal à carniçaria quando cortarem carne e qualquer que achado for na dita carniçaria com o dito punhal e espada seja preso e jaza 15 dias na cadeia e mais perca o dito punhal espada, nem isso mesmo nenhuma pessoa de qualquer condição que seja não suba nos telhados a tomar a dita carne sob pena de ser preso e jazer os ditos 15 dias na dita cadeia e pagará de pena duzentos reais a metade para os homens del Rei e a outra metade para a cidade. Feito a 30 dias do mês de setembro de [14]86 anos.¹¹

Estamos diante de um exemplo de postura municipal que não se ocupa apenas da contenção e sublimação dos impulsos das classes guerreiras. Ela visa controlar o cortesão e o cidadão violentos, capazes de transformar a ida ao açougue numa carnificina, e também o cidadão esperto, que se aproveita da confusão para subir aos telhados e quebrar as regras de precedência no atendimento.

11 *LIVRO das posturas antigas* [doravante LPA]. Lisboa: Câmara Municipal, 1979, p. 166. Na legislação de Coimbra e Braga, cidades que não se confundem com a corte real, como é o caso de Lisboa, também vamos encontrar dispositivos semelhantes. Ver COIMBRA. Posturas Municipais. *Arquivo Coimbrão*, v. 2, p. 173; BRAGA. Posturas municipais. *Bracara Augusta*, v. 4, n. 4, p. 321.

Ferir ou escalavrar ou romper véu ou touca

Se ficássemos neste tipo de exemplo, tenderíamos a dar razão a Norbert Elias. Poderíamos imaginar que este tipo de lei municipal é apenas mais um dos instrumentos usados na tentativa de limitar os efeitos da pulsão guerreira de fidalgos urbanizados, que, indiretamente, atinge os outros moradores da cidade. Mas não é isso o que acontece. A violência própria do viver urbano não é privilégio dos fidalgos, nem são eles o alvo mais visado pelas posturas. Existem normas que passam longe do guerreiro tornado cortesão, para atingirem personagens muito diferentes, mas nem por isso menos belicosas.

Item - Mandaram que qualquer mulher que doestar¹² outra mulher ou homem ou ferir ou escalavrar ou lhe romper véu ou touca ou doestar em feito de más palavras, por trejeito ou por remoque¹³ que pague por cada vez 14 reais e meio e se for vezeira que os ditos juízes a mandem presa e que fique aos vereadores da dita cidade de a mandarem degradar ou enfrear¹⁴ ou lhe dar outra pena que em semelhante caso couber. Lisboa, século XV.¹⁵

A mesma pena de enfreamento está presente no Regimento de Évora que lhes dedica um segmento específico, o “Título das bravas”. Nele está previsto que, na segunda reincidência, a infratora “seja enfreada e degradada publicamente com o freio na boca fora da cidade até mercê d’el-Rei”.¹⁶ Nos séculos seguintes, as penas foram reduzidas a multas somente, mas a trajetória das leis dedicadas a essas “bravas” continua.

12 Doestar: insultar.

13 Remoque: gestual de insinuação ou zombaria.

14 Enfrear: pôr freios, como nos animais de montaria.

15 LPA, p. 255.

16 ÉVORA. *Regimento da cidade de Évora feito pelo corregedor da corte João Mendes em tempo del Rei D. João I. In: PEREIRA, Gabriel Vítor do Monte (Ed.). Documentos históricos da cidade de Évora. Fascículo I: Foros e costumes ou direito consuetudinário municipal nos séculos XII e XIII. Évora: Typographia da Casa Pia, 1885. p. 189.*

Que toda mulher que guerrear ou armar pendências, pague por cada vez 240 réis, constando por fé de duas testemunhas, ou do porteiro do concelho.
Setúbal, século XVI.¹⁷

Acordaram mais, vista a grande devassidade que vai em as mulheres, e pouco sentido e desconhecimento de Si mesmo não olhando com as línguas danam a si e a outrem a se desonrarem e dizerem palavras desonestas umas às outras e que assacam testemunhos falsos donde se sucedem muitos perigos que é muito pouco serviço do Senhor Deus e menosprezo das mulheres e querendo ver se se pode remediar porque hajam repreensão com penas pecuniárias, acordaram e mandaram que quaisquer mulheres de qualquer sorte e condição que sejam que pelejarem, a cometedora pague pena por cada vez, para o Concelho e quem acusar quinhentos réis e a outra pessoa que lhe responder e não se calou que pague de pena por cada vez, para o Concelho e quem acusar duzentos réis.
Braga, 15 de outubro de 1550.¹⁸

Eis as avós da postura oitocentista de Curitiba que previa a punição de “toda a pessoa que em lugar público injuriar a outrem com palavras infamantes [doestar], ou indecentes, ou gestos de mesma natureza [remoque]”. Apesar de formuladas em termos genéricos, as ameaças contidas nessa modalidade de posturas do século XIX, encontráveis nos códigos da maioria das cidade, dirigem-se a um tipo urbano muito preciso: as vendedoras ambulantes. Talvez às peixeiras, proverbialmente desbocadas e beligerantes. Ou às tantas outras adelas e regatonas, essas mulheres desenvoltas que dominavam parcelas expressivas do mercado de abastecimento urbano. O que há de comum entre estas posturas que punem as arruaceiras e aquelas que tentam impedir o uso de armas nos açougues? Na verdade, estamos diante de dispositivos cuja intenção primária não é a contenção da violência pela violência, ou do impulso guerreiro da nobreza, mas impor a ordem do mercado.

17 SETÚBAL. Posturas municipais. Compilação editada em PIMENTEL, Alberto. *Memória sobre a história e administração do Município de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal, 1992. p. 97 (ed. fac-similar).

18 BRAGA. Posturas municipais. *Bracara Augusta*, v. 3, n. 19, p. 244-245.

A relação entre o mercado e a contenção da violência é facilmente perceptível se observarmos as feiras medievais. Por toda a Europa, elas eram realizadas sob estatutos especiais que objetivavam a manutenção da paz. Tais estatutos ordenavam que cessassem todas as disputas e vinganças, todos os atos de hostilidade ou mesmo a cobrança de dívidas antigas, enquanto a feira se desenrolasse. Cada um respondia apenas por atos praticados na própria feira. A quebra desta trégua era punida com severas penas. A vigência deste período de paz era marcada por símbolos especiais, preferencialmente uma cruz, que permanecia ereta apenas enquanto durasse a feira. Para alguns autores é esta a origem dos pelourinhos ibéricos, que simbolizam a existência de magistraturas urbanas. O símbolo da paz da feira transforma-se no da paz urbana, da qual tais magistraturas são guardiãs.¹⁹ Com isto estamos procurando mostrar que a sublimação dos impulsos violentos não é constitutiva tão somente do viver cortesão mas da vida urbana e que o mercado, o lugar por excelência das múltiplas relações, da desordem, fornece simultaneamente um modelo de ordem.

Não foi por acaso que o primeiro grande impulso das etiquetas teve lugar na Itália. A região, enriquecida pelo comércio com o Oriente, era dominada por um patriciado urbano, muito diferente das aristocracias do restante da Europa.²⁰ O caráter sóbrio e contido desse patriciado é resultado de sua sólida inserção urbana. A espalhafatosa etiqueta cortesã francesa, que depois espalhou-se pela Europa, é mais provavelmente uma deturpação disso por uma nobreza ainda mal situada na cidade do que origem de um processo civilizador. Trata-se de uma cortesia de aparências, onde o importante era a adesão a sinais exteriores. A sua idéia-força era a diferenciação das outras camadas sociais. Por isso a irritação com o “burguês ridículo” que a imitava. Esta é a origem do duradouro preconceito em relação à burguesia ascendente, que, sem perceber, muitos autores acabam reproduzindo. Muito provavelmente, este burguês era um participante, mais ativo do que a nobreza, do longo processo de aprendizagem de uma outra etiqueta, forjada nas ruas da cidade. Diziam os vereadores quatrocentistas

19 Ver RAU, Virgínia. *Feiras medievais portuguesas*: subsídios para o seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 1983. p. 41 e ss.

20 Este contato com o Oriente não pode ser desprezado, pois ali a ritualização dos comportamentos é muito mais presente e antiga do que no Ocidente. Peter Burke lembra a semelhança entre o patriciado de Veneza e o mandarinato chinês. BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*: um estudo das elites do século XVIII. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 89-90.

de Braga que “nas cidades e vilas o principal e melhor é a limpeza que se na rua há de haver”. Como havia “muito pouca cortesia em lançarem caqueiradas, ciscos, águas sujas” etc. pelas ruas, eles resolveram criar uma série de normas para atalhar estes hábitos.²¹ Quero crer que essa modalidade de etiqueta pregada pela câmara bracarense é, ainda hoje, tomada como parâmetro de civilidade.

O texto instaurador

Se as repúblicas italianas foram um dos principais centros de elaboração das etiquetas, o foram também da forma urbana ocidental. Nestas cidades, espaços e comportamentos foram, simultaneamente, submetidos a uma nova ordem formal, em que transparece tratar-se de processos afins de estabelecimento de limites.

De uma maneira muito ampla, podemos dizer que a arquitetura é a segmentação do espaço, dotando os segmentos de significação²² e destinando-os a práticas específicas. Neste sentido, arquitetura é a determinação do que pode ou deve ser feito onde. Não é necessário que tais determinações tenham uma expressão material. Entretanto, como mais freqüentemente a segmentação espacial ocorre materialmente, tende-se a identificar a arquitetura com o construído. Todavia, seja cidade, seja edifício, a arquitetura é criação de limites: vivências e comportamentos “contidos”. A urbanização não inventa a arquitetura, mas torna-a mais complexa, pelo processo de aglomeração que comporta. A cidade é o império dos limites. Nela, a todo momento cruzam-se as fronteiras visíveis ou invisíveis que separam o dentro do fora (da casa, da muralha, da cidade). A tais fronteiras correspondem outras, que separam o sagrado do profano, o público do privado, o íntimo do nem tanto. E a cada espaço assim delimitado, corresponde uma ordem de comportamentos e práticas.

21 BRAGA. Posturas municipais. *Bracara Augusta*, v. 1, p. 83.

22 Ver, por exemplo, ECO, Umberto. *Análise composicional de um signo arquitetônico*. São Paulo: FAU/USP, 1973. p. 4. (Tradução mimeografada de texto publicado em *Op. Cit.*, Nápoles, n. 22, set. 1971.)

Mantendo-me dentro do universo de indagações a que me propus, é preciso retornar às posturas. Em que medida e como elas intervêm na produção da arquitetura, entendendo-a da forma ampla que acabamos de apresentar? A maioria dos autores que exploraram a relação entre as posturas e o arquitetônico limitam-se a insistir no seu caráter normativo. Entre os poucos que foram além, está a arquiteta Françoise Choay, que ampliou a questão em seus comentários sobre o papel que os editos comunais de Siena, e de outras cidades italianas, desempenharam na produção do espaço urbano. Estamos diante de uma tradição legislativa municipal muitíssimo mais complexa que a portuguesa. Elas são um caso único na Europa, o que pode ser atribuído a um precoce enriquecimento mercantil e à condição de cidades-estado. Mantidas as especificidades e proporções, o correspondente português de tais editos são as posturas.²³

A leitura que a autora realiza dessa documentação é, inicialmente, apaixonada:

Assim, entre o início do *Trecento* e a segunda metade do *Quatrocento*, o texto argumentador [o edito comunal] realiza um equilíbrio, jamais reencontrado depois, entre a cidade como realidade material e como conjunto de instituições, entre as forças da tradição e o poder da inovação, entre a iniciativa dos indivíduos e o consenso da coletividade.²⁴

Note-se que é desta maneira que os historiadores da arte costumam referir-se à arquitetura medieval do período gótico. Arquitetura amada por realizar um múltiplo equilíbrio, exatamente o mesmo apontado por Choay em relação à prática expressa na regulamentação municipal. Todavia, ela envereda por comentários que demonstram uma leitura redutiva:

As decisões realizadoras enunciadas e argumentadas nos editos comunais²⁵ não se estribam num pensamento teórico. Não são

23 CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 26-29.

24 *Ibid.*, p. 29.

25 Precisamente, os editos são posturas municipais, uma vez que são a publicização das decisões normativas dos concelhos. No entanto, desde a Idade Média, ocorre uma amalgamação semântica entre as palavras utilizadas para indicar posturas e as que se referem a atos de vereação

aplicáveis fora do quadro espaço-temporal em que foram formuladas. A despeito de seu alcance prospectivo, elas são parciais e, de ano para ano, são completadas e modificadas retroativamente, levando em conta a evolução dos dados. Respondem às situações particulares, encontradas *hic et nunc* por homens que não são especialistas, mas cuja condição de cidadão qualifica-os, sem distinção de classe social ou profissional, a lidar com todos os problemas da cidade. Para eles, ocupar-se da edificação da cidade é parte integrante de uma gestão onde entram em jogo determinantes religiosas, sociais, econômicas e técnicas que contribuem, tácita ou explicitamente, para a produção do espaço urbano. Não se trata, pois, de uma autonomia dos editos e decretos comunais. Ao contrário dos tratados de arquitetura, eles não postulam uma disciplina específica independente.

Por isso, é conveniente renunciar à tentação de atribuir a esses textos o qualificativo *instaurador*. Todavia, na medida em que designam o edificado como seu campo próprio de aplicação e lhes reservam um tratamento reflexivo, será possível marcar sua especificidade e seu parentesco com os tratados instauradores, chamando-os argumentadores.²⁶

Que diferença haveria entre textos *instauradores* e textos *argumentadores*? Esta separação é o resultado de um raciocínio perfeitamente tautológico. Choay toma como modelo o tratado *De re ædificatoria*, de Leon Battista Alberti, decupa-o em algumas de suas características, batizando-o, em função delas, de instaurador. A seguir, compara-o com outros textos. O de Alberti é instaurador, porque apresenta as características por ela selecionadas para estabelecer que um texto é instaurador. Aqueles que não apresentam tais características não o são. C. q. d.

onde as normas são discutidas e aprovadas. Em português, a palavra que dá conta deste duplo sentido é vereação, que costuma ser usada para designar reuniões, atas e posturas. Choay refere-se tanto a normas quanto a atas camarárias. Todavia, optei por usar apenas o termo postura.

26 *Ibid.*, p. 28. A idéia de que as posturas são apenas uma resposta ao *hic et nunc* é desmentida pela circulação de cópias das mesmas entre diversos municípios, atravessando países e mesmo continentes. Muitas posturas tornam-se preceitos autônomos, e são copiadas por serem propostas de uma idéia de cidade, e não para atender a alguma questão imediata. Todos os indícios levam a concluir que a autora conhece esta documentação apenas indiretamente, através de autores que estudaram estes éditos.

Concluindo, as vereações e posturas não são textos instauradores. Ou seja, eles não são tratados do mesmo tipo do elaborado por Alberti. Simplificadamente, Choay afirma que os textos camarários criam espaço mas não instauram a Arquitetura. Trata-se de um preconceito que achou lugar na língua italiana na oposição entre os termos *architettura* (arquitetura) e *edilissia* (edificação).²⁷ A diferenciação terminológica expressa um recorte entre as arquiteturas renascentista e medieval, modernamente atualizada pelas novas academias da arquitetura para marcar um suposto fosso que existiria entre a arquitetura de arquitetos (arte) e a dos não arquitetos (simples edificação, arquitetura dita popular, etc.).²⁸

Não nos interessa discutir aqui o mérito da obra de Alberti, pois ninguém tem dúvida de que ele teve um papel fundante, junto com outros, na criação de uma arte ou ciência renascentista da arquitetura. O que se quer caracterizar é o poder, quase mágico, que certas leituras atribuem ao texto culto. Leitura acirrada por Choay, que atribui este poder a um único texto. Trata-se da mesma questão à qual me referi quando comentava algumas concepções de Norbert Elias. O intelectual do presente dá uma ênfase exagerada ao papel criador da produção de seus pares intelectuais do passado. Os tratados seriam textos maiores, por serem teóricos e sistemáticos, quando comparados com as posturas camarárias, miscelânea produzida assistemática e coletivamente, voltada a dar conta do dia-a-dia. Note-se, porém, que, apesar de algumas similitudes entre as concepções de Elias e Choay, enquanto a leitura proposta pelo sociólogo é enriquecedora, a da arquiteta, que, parte de uma oposição primária entre pequena e grande arquiteturas, é extremamente reducionista.

Ocorre que a produção “tradicional” da forma arquitetônica, bem como a sua regulamentação pelas câmaras, não cessaram abruptamente após o advento dos tratados renascentistas. Nem, tampouco, as posturas passaram a ser um mero veículo de transmissão do conteúdo tratadístico.

27 O segundo termo remete a *edil*, magistrado urbano de Roma, o que não deixa dúvidas em relação a um vínculo proposto entre o saber corrente e a ação das câmaras. Em português o edilício, ou edilitário, conforme têm proposto muitos tradutores, também reproduz este preconceito que atinge simultaneamente, igualando-os, o saber institucional dos concelhos e as práticas apontadas como de saber comum. Tratar-se-iam de práticas menores quando comparadas com as práticas renascentistas ou iluministas.

28 Umberto Eco, na obra citada (p. 3), refere-se à “deformação estética” dos estudiosos da arquitetura.

As câmaras, com suas posturas, continuaram a participar da produção dos espaços renascentistas dentro de sua lógica peculiar, assim como haviam feito nos da Idade Média. Com a diferença que, desde o renascimento, as posturas passam a coabitar com as sistematizações teóricas dos tratados. A relação entre posturas e tratados, e destes com a produção do espaço urbano, nada mais é do que uma vertente da velha questão da difusão cultural.

Entre os historiadores da arte e da arquitetura está ainda muito presente a noção de que há uma Cultura transmitida em mão-única, das elites econômicas e artísticas para a plebe rude, que se deturpa no processo de transmissão e vulgarização. A tal modo de conceber, poderíamos chamar de teoria do difusionismo abastardante. Por exemplo, este é um dos pressupostos em que se baseia a obra de Arnold Hauser, autor de um dos mais difundidos manuais de história da arte.²⁹ Pode-se argumentar, com razão, que é uma obra completamente superada. Contudo, mesmo aqueles autores que tecem ácidas críticas a Hauser pouco se afastam dele, neste aspecto.³⁰

Bem mais profícua tem sido a produção dos autores que partem da suposição de que há uma troca constante entre cultura popular e erudita. Refiro-me à noção de movimento recíproco entre tradições, utilizada por Peter Burke, ou ao conceito de circularidade, desenvolvido por Carlo Ginzburg, ou ainda ao de dialogia, de Bakhtin.³¹

No que diz respeito à produção do espaço urbano, a formação da rua pode exemplificar a complexidade dessas trocas. Não é descabido propor que a rua linear, composta por um contínuo de fachadas, é uma das experiências primárias de perspectiva a que estavam sujeitos os moradores das cidades medievais. O próprio Alberti estava atento para isso. Ele admirava as ruas mais estreitas e curvilíneas, tanto que propunha que nas

29 HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. v. 2. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

30 No Brasil, em todas as áreas acadêmicas, somos particularmente afeitos a análises desta natureza. Uma de nossas categorias analíticas mais caras (duplo sentido) é a do *fake*, do simulacro ou, simplesmente, das idéias fora de lugar. No entanto, em nosso caso particular, ela não se refere a uma transmissão cultural entre elite e populacho, mas entre as elites dos países centrais e as da periferia. Trata-se daquele sentimento de falta de autenticidade dos ex-colonizados.

31 BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. Quero esclarecer que tais noções estão presentes no meu horizonte como algo a levar em conta, o que não implica em assumir os respectivos jargões. O uso *ad nauseam* de certo vocabulário, querendo com isto exprimir uma filiação teórica, é, no mínimo, aborrecido.

idades menores elas tivessem a configuração de um rio que serpenteia no terreno. Buscava o efeito de contínuo afastamento, pois, nesse tipo de rua, o ponto de fuga se desloca a cada passo do observador. Este era um Alberti “conservador”. Quando ele escreveu o seu tratado, a noção de que a bela rua (*voluptas*) ou a boa rua (*commoditas*) era mais larga e retilínea já estava bastante difundida na Europa. Simultaneamente àquele conservador, existe um Alberti “inovador”. Para as cidades mais importantes ele prescrevia a rua larga e retilínea. Buscava os efeitos de ordem e monumentalidade produzidos pela perspectiva geométrica retilínea. Em qualquer dos casos, Alberti parte de uma percepção da rua, elabora-a abstratamente como espaço perspectivado, para depois voltar a ela, propondo uma normatização.

Note-se que estas ruas, que servem de ponto de partida a Alberti, não são representativas de um caos a ser ordenado. Há muito, estão submetidas a princípios de ordem ditados pelas posturas municipais. No entanto, essa ordem não é criada nem pelas posturas e muito menos pelo tratado. As ruas nascem, como veremos, de algo mais profundo, o compartilhamento do acesso ao espaço exterior, ao ar e à luz. São um modo de ocupar o espaço, uma forma específica de segmentá-lo, uma arquitetura, e simultaneamente uma ordem de comportamentos cabíveis e sua prática, uma dada sociabilidade, portanto. Essa rua não é instaurada por autores individuais ou institucionais, mas pelas pessoas detentoras de uma dada tradição cultural.

Referindo-se à modelação dos comportamentos pelo viver cortesão, Elias afirmou que da interdependência entre pessoas “surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem”.³² Não seria abuso dizer o mesmo sobre a produção da rua. Ela é o resultado de um fazer corrente, anônimo. Posturas e tratados nada mais são do que planos isolados, que elaboram sobre este saber, visando sistematizar, conter e sublimar comportamentos, entre os quais os de produção espacial. A noção de que a beleza é posterior estetização da necessidade já era corrente nos próprios tratados renascentistas.

32 ELIAS, p. 194.

Os tratados de arquitetura nada mais são que livros de etiqueta da forma urbana. São tentativas de cristalização do desejável. Já as posturas e vereações medievais, embora não sejam expressão do fazer anônimo, estão mais próximas dele. Apesar de sua opção pelo texto tratadístico, a própria Françoise Choay define com perfeição a ordem textual a que pertencem as posturas e vereações medievais.

Estes escritos se situam num lugar improvável e precário, entre o procedimento autoritário dos textos prescritivos ou consuetudinários e o processo racional dos tratados instauradores. Aqueles que tomam as decisões estão suficientemente distanciados da vida e do espaço urbano para poderem traduzir os problemas que colocam em termos de razão e eficácia. Mas, ao mesmo tempo, a rede institucional que os liga à cidade impede-os de considerá-la como objeto independente. De um lado, seu discurso somente se enuncia em várias vozes, é tomado numa estrutura de diálogo. De outro lado, sem estar subordinado a nenhuma, é ordenado por todas as práticas sociais.³³

As comunas italianas, ou as câmaras portuguesas, que me interessam mais de perto, foram instâncias mediadoras do fazer a cidade, seus espaços e sociabilidades específicas. O caráter mais vivo e mutável das antigas leis municipais permite acompanhar com vantagens este processo. Nelas se manifesta tanto o costume, quanto a articulação deste com as primeiras sistematizações medievais e depois renascentistas, que, na tradição portuguesa, se expressavam principalmente através de algumas intervenções régias, que iam desde o projeto de cidades inteiras, à abertura de algumas ruas nobres, ou à criação de praças. Todavia, essas intervenções urbanísticas são apenas eventos que, embora marcantes, não conseguem dar conta da totalidade do processo.

33 CHOAY, p. 28.

A polícia das ruas

Passamos, agora, a acompanhar a ação corrente das câmaras municipais na conformação espacial e comportamental da cidade, que suponho mais próxima do quotidiano dos moradores. Séculos antes de as câmaras municipais brasileiras reunirem em títulos específicos as normas que tratavam dos “Objetos que ofendem a moral e os bons costumes”, elas já haviam sido agrupadas sob o título de “Polícia das Ruas”, noção que procurava dar conta conjuntamente de questões espaciais e comportamentais. Polícia remete ao termo grego *paideia*, através do latim *politia*. A *paideia* é a ordem reinante (ou desejada) na cidade e, por extensão, as instituições e normas responsáveis por mantê-la.³⁴ Na tradição portuguesa essa polícia corresponde a um direito de almotacaria, que compreende aquilo que cabe à cidade administrar. O almotacé era o oficial camarário responsável pela vigilância das normas urbanas e sua competência era definida por regimentos específicos. O mais antigo regimento de almotacaria que se conhece está inserido numa recompilação de posturas municipais de Lisboa dos séculos XIII e XIV.³⁵

Das cousas que pertencem.

Em toda demanda que façam assim de parede como de portal que diz algum a outro que o não deve ali fazer ou que lha faz é no seu; ou sobre demanda que façam d’azevel³⁶ ou d’esterco³⁷ ou sobre água verter ou sobre demanda de ruas e de frestas e d’azinhagas e de pardieiros e de janelas e de madeira por nas paredes e sobre fazer ou alçar casas e sobre enxurros e canos e sobre balcões ou sobre taboados fazer e sobre feitos das ruas e das carreiras e das calçadas fazer e sobre monturos e as fontes

34 SCHIERA, Pierangelo. A “polícia” como síntese de ordem e de bem-estar no moderno estado centralizado. In: HESPAÑHA, António Manuel (Org.) *Poder e instituições na Europa do antigo regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 313.

35 *POSTURAS do Concelho de Lisboa*. (séc. XIV) Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974. Como era frequente em muitas recompilações, não houve a preocupação de datar todas as posturas. As datas que aparecem no documento são: 1281, 1316 e 1324.

36 Azavel: lixo, coisas sujas, porcaria, em árabe e hebraico.

37 Esterco: fezes, excrementos.

limpar e resguardar e adubar³⁸ e outrossim sobre vinho de fora pôr e sobre todas as coisas compradas que forem para vender todas estas cousas sobreditas fazem e pertencem à Almotaçaria.³⁹

A competência para resolver “demandas de janelas, paredes e portais” refere-se aos elementos construtivos existentes nas divisas dos lotes urbanos, confrontando-os com o terreno vizinho ou com o espaço urbano. Paredes, portais e janelas são, por excelência, locais de tensão que chamam para si o exercício da mediação ou o poder de legislar.

Para melhor compreensão das questões aqui colocadas em relação à forma das cidades cristãs vamos, inicialmente, recorrer à comparação com suas congêneres islâmicas. Quando examinamos a planta de uma cidade muçulmana, nossa atenção é chamada para os *darv*, aqueles becos que dão acesso às casas que compõem o núcleo interior dos maciços residenciais. Esses adarves são o mais característico acidente topográfico da geografia da cidade islâmica.

Em Portugal, *beco* foi o termo utilizado, desde a Idade Média, para indicar esse tipo de via, palavra que traz consigo uma carga semântica negativa. No entanto, para um muçulmano, os adarves eram altamente valorizados. Eles sintetizavam o ideal islâmico do bem morar, por propiciar o maior afastamento possível dos espaços públicos. Os adarves eram uma espécie de transição entre o universo público e o privado, este tendendo a confundir-se com a noção de intimidade.⁴⁰ Muitos deles dispunham de portões e eram policiados por guardas particulares postados à entrada.

O adarve é o resultado de relações específicas entre rua e casa. A sua existência e a forma que lhe é peculiar devem-se ao fato de que, no caso muçulmano, os episódios geradores do traçado são casas introvertidas, que recebem insolação por pátios internos. O verbo que rege a cidade islâmica é habitar. Como afirmou Torres Balbás, “nas cidade islâmicas são as casas que ao irem-se justapondo determinam o traçado das ruas”.⁴¹ No seu

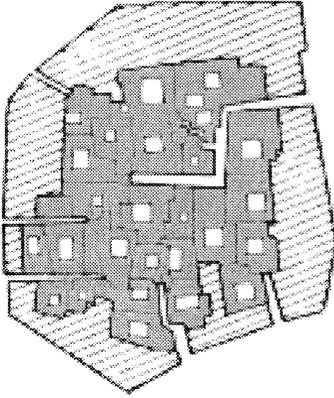
38 Adubar: aumentar, incrementar.

39 *POSTURAS do Conselho de Lisboa, op. cit.*, p. 45.

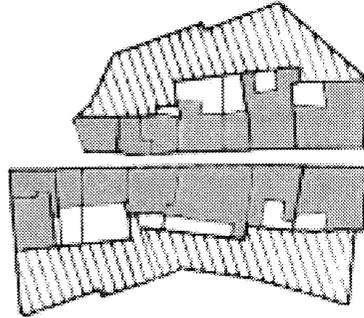
40 Ver CHUECA GOITIA, Fernando. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p. 11.

41 TORRES BALBÁS, Leopoldo. *Resumen histórico del urbanismo em España*. Madrid: [s.n.], 1968. p. 84.

traçado, prevalece a iniciativa individual dos moradores. As instâncias regulatórias permanecem no nível da mediação entre esses agentes individuais. Mediação simplificada pelo fato de que bastava preservar o acesso à casa.



Os adarves da cidade islâmica



As ruas da cidade cristã

Já na cidade cristã, que se volta para a rua, os conflitos se acirram, pois há uma estreita relação entre ruas e casas. As demandas de portal ocorriam pelo costume de se construir acessos exteriores aos pavimentos superiores dos sobrados, às vezes em prejuízo do vizinho. As posturas procuravam acautelar tais situações:

Outrossim não pode fazer nenhum nem por escada direito do portal doutro seu vizinho por que lhe embargue a entrada de seu portal.⁴²

Outros conflitos característicos da conformação das ruas medievais, que passam à Idade Moderna, são aqueles que dizem respeito à

42 LPA, p. 111.

aeração e iluminação das edificações. As posturas municipais de Lisboa e Évora no século XIV eram completamente omissas a este respeito. No entanto, a questão aparece plenamente desenvolvida no século XV. Pode-se presumir que, antes dessa codificação escrita, as questões fossem resolvidas pelo costume e pela intervenção mediadora dos almotacés, enquadradas nas suas atribuições relativas a “demandas de paredes e de portais”. O surgimento de um corpo específico de posturas sobre o tema pode também indicar que, neste século, ganhou força o fenômeno de verticalização das construções, agravando os problemas de ventilação e aeração das casas e gerando um novo foco de disputas entre moradores.⁴³ No século seguinte, estas posturas lisboetas foram incluídas nas Ordenações Manuelinas, alçando-se a leis gerais do reino, aplicáveis em todo o espaço português, incluindo as colônias.⁴⁴

As posturas municipais acompanham a tendência, permitindo a verticalização dos edifícios. Contudo, elas incorporam uma ressalva muito direta: “E quem quer pode-se alçar pelo seu quanto quiser que não *tolha lume* ao outro seu vizinho”.⁴⁵ A questão que se apresenta diz respeito à maneira como são abertas as janelas das casas.

Uma vez que as testadas dos imóveis eram bastante exíguas e voltadas para uma rua mal ventilada e mal iluminada, além de foco de odores pouco apreciados, é compreensível que aquele que transformasse sua morada térrea em sobrado fosse buscar luz e ar sobre os telhados e quintais dos vizinhos, procurando abrir frestas e janelas nas divisas dos lotes. Após “ano e dia”, uma janela aberta na lateral era um direito adquirido e não podia ser tapada se o proprietário ao lado resolvesse acrescentar pavimentos ao seu imóvel.

Por outro lado, essas janelas laterais devassavam os quintais alheios. Ainda que os cristãos tivessem um senso de intimidade menos desenvolvido que o dos muçulmanos, não quer dizer que fossem desprovidos dele. Os quintais eram considerados áreas íntimas a preservar do olhar

43 Corresponde ao surto urbano do século XV, identificado por Oliveira Marques e outros medievalistas. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1981. p. 81.

44 ORDENAÇÕES MANUELINAS. Livro 1, título 49. § 26 e ss.

45 LPA, p. 105.

dos vizinhos, situação complexa numa cidade em que as construções se verticalizam:

Item que nenhum não pode fazer fresta nem janela nem eirado⁴⁶ com beira sobre casa de outro nem sobre quintal per que o descubra pero se passar por ano e dia que aí seja feito ante em face do que o demanda e sendo na terra não lha pode depois tolher que aí não seja mais [...].⁴⁷

Percebe-se que, inicialmente, a tendência geral foi a de proibir essas janelas laterais, a não ser que houvesse acordo entre os vizinhos. Posteriormente, houve uma progressiva liberalização, a qual, todavia, foi acompanhada de tentativas de resguardar os proprietários contra a aquisição de direitos através do costume.

Item quem quer que tiver casa pode fazer eirado com peitoril e janelas e frestas quantas hende quiser e balcão saído e portais e alçar-se o quanto quiser e tolherá o lume a outro seu vizinho diante si se quiser e quem quer pode fazer na parede sua sobre casa d'outrem fresta estreita como seteira por lumeeira e quando o outro sobre que a faz se quiser alçar pode lha tapar como quer que passe ano e dia que aí fosse feita.⁴⁸

As inúmeras queixas encontradas na documentação mostram que estas janelas e aberturas, além de servirem à iluminação, eram usadas para o lançamento de lixo sobre os telhados e quintais alheios, o que as tornou um constante ponto de atritos vicinais. Em Guimarães, em 1449, Joana Domingues acusava Álvaro Martins de ter aberto janela por sobre seus telhados, de onde lançava água e sujeira.⁴⁹ Situação semelhante ficou registrada nos livros de vereação do Funchal. Em 1496, os oficiais da Câmara foram chamados para resolver “um litígio de uma janela que era

46 Eirado = terraço.

47 LPA, p. 105.

48 LPA, p. 107.

49 FERREIRA, Maria de Conceição F. Uma rua de elite na Guimarães medieval. *Revista de Guimarães*, v. 96, p. 112, jan./dez. 1986.

entre João Gonçalves filho de Gaspar Gonçalves e Fernando Álvares carpinteiro a qual era feita no frontal da casa do dito Fernando Álvares contra um quintal do dito João Gonçalves”:

E visto tudo pelos ditos oficiais em como a dita janela era feita em lugar odioso por bem do quintal do dito João Gonçalves e em como o regimento tal janela não dá lugar que se em semelhante lugar se faça e mandaram ao dito Fernando Álvares que ele tape ou pregue a dita janela por tal modo e maneira que ele nem outro nenhum *não possa por ela ver nem lançar nenhuma coisa* contra o dito quintal do dito João Gonçalves isto sob pena de quinhentos réis para o concelho por cada vez que lhe for aberta achada e que se por ventura para haver luz e claridade para a dita câmara quiser abrir uma lucerna no dito frontal que a abra alta que por ela se não possa ver nem lançar nenhuma coisa contra o dito quintal que abra de largura de dois dedos até três para por ela haver claridade e outra coisa não e doutra maneira não faça.⁵⁰

Note-se que o que está em jogo é uma trama de práticas e valores comportamentais e espaciais que articulam o arquitetônico com um sentido de privacidade, com o sanitário.

Água vai

A questão da salubridade urbana, na qual nos deteremos a partir de agora, é um dos aspectos do direito de almotaçaria que talvez melhor exemplifique a trama espacial-comportamental gerada pelo viver em cidades. A abordagem deste tema não é motivada por uma curiosidade pelo escatológico. As cloacas da cidade vão ser abertas e suas lixeiras reviradas não em busca das soluções tecnológicas aprimoradas para produzir o

50 FUNCHAL. Atas da Câmara. In: COSTA, José Pereira da (Ed.). *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*: século XV. Funchal: Região Autónoma da Madeira, 1995. p. 371-372. Sem grifo no original.

ocultamento, mas na tentativa de tornar visíveis certas peculiaridades do viver urbano, que só a abordagem do tema da salubridade torna possível.⁵¹ Atualmente, a percepção de que a salubridade é constitutiva do urbano tende a ser ocultada pelos mesmos fluxos invisíveis (esgotos e serviços de coleta de lixo) que procuram banir os dejetos do alcance da vista e do olfato.

Ocorre que, desde a Idade Média, quando o Ocidente começou a reurbanizar-se, até muito recentemente, a cidade abrigava diversas práticas trazidas do mundo rural. Apesar da existência de uma legislação restritiva, as ruas eram apropriadas como sucedâneo dos terreiros e passais, ou como projeção do mundo doméstico e das oficinas. Todavia, a condição urbana não permitia um processo de absorção de resíduos semelhante ao que ocorria na economia camponesa. O espaço urbano simplesmente não dava conta de digerir os restos associados ao artesanato e ao consumo doméstico. Os excrementos e os detritos (esterco e azavel) produzidos pelos moradores acumulavam-se, instaurando na cidade o reino do pútrido. A urbanização foi a grande inventora dos cheiros nauseabundos. A economia camponesa não gerava esses odores, pelo menos não na escala em que passariam a ser produzidos na cidade.

Assim, não é de estranhar que desde o século XII a legislação urbana comece a se ocupar com o destino dos dejetos. Os *Costumes e Foros de Castelo Bom*, 1188-1230, já determinavam que “*Toto homine qui in calle aud in castello uel in carcaua iectare sterco pectet I morabitinum al concilio*”.⁵² Assim, a competência administrativa sobre o sanitário configura uma das mais antigas agendas do viver urbano, a qual já aparece no regimento dos almotacés de Lisboa “sobre demanda que façam d’azevel ou d’esterco ou sobre água verter.” Nos regimentos de outras cidades, como no de Évora, de 1385, tais competências eram melhor detalhadas:

51 Aliás, como o leitor perceberá, foi feito um grande esforço para não empregar a palavra *merda*, mesmo contra a advertência de Alain Corbain que, ao referir-se a uma *História da merda* de autoria de Dominique Laporte, sugere que “já foi o tempo de procurar pudicamente sinônimos ou usar reticências”. A desodorização das palavras é ela própria integrante de um processo de ocultamento dos dejetos. CORBIN, Alain. *Sabores e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 297.

52 LANGHANS, Franz-Paul. *As posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1937. p. 33.

Item. Cada mês farão alimpar a cidade cada uns as portas das ruas dos esterco e maus cheiros e farão em cada freguesia tirar cada mês uma esterqueira e lançá-lo o esterco fora nos lugares onde se há de lançar.

Item. Não consintam que lancem bestas mortas nem cães nem outras coisas sujas e fedegosas na cidade e os que as lançarem façam-lhas tirar pondo-lhes pena se as não tirarem e aos negligentes dê-lhes logo a execução.⁵³

A insistência com que se passaria a tratar do assunto a partir do século XIV não é vazia. Deve-se a um motivo bem preciso. Simultaneamente ao pútrido, instalou-se no espaço urbano medieval o reino da peste, o que levaria os moradores a estabelecer uma interconexão de causa e efeito imediatos entre ambas as coisas. O *Regimento proveitoso contra a pestença* dividia as causas da peste nas de raízes superiores e inferiores, as quais, por vezes, agiam em conjunto.⁵⁴ Superiores eram aquelas atribuídas à má disposição dos astros, “os corpos de cima dos céus, dos quais se corrompem os espíritos vitais em a criatura vivente”. A passagem de cometas era um dos sinais aziagos que indicariam a chegada de epidemias. Já as causas de raiz inferior eram aquelas que provinham “de corpos mortos ou de corrupção de paúis e charcos ou de chafarizes sujos, podres e fedorentos, e isto acontece muitas vezes onde há lugares podres e corruptos”.⁵⁵ Em decorrência, a ciência tardo-medieval e renascentista sistematizaria a noção de que a podridão orgânica dos dejetos urbanos era uma das principais causas do adoecimento dos habitantes.⁵⁶ Note-se que os

53 ÉVORA. Regimento da cidade de Évora feito pelo corregedor da corte João Mendes em tempo del Rei D. João I. In: PEREIRA, Gabriel Vítor do Monte (Ed). *Documentos históricos da cidade de Évora*. Fascículo I: Foros e costumes ou direito consuetudinário municipal nos séculos XII e XIII. Évora: Typographia da Casa Pia, 1885. p. 166. Este item foi transposto, na íntegra, para as *Ordenações Afonsinas*. Livro 1, título 28, § 15.

54 Provavelmente uma versão portuguesa (circa 1500) do *Regimen Pestilentiae* escrito por Johannes Jacobi, professor da Faculdade de Montpellier e médico de Urbano V, em 1357. CORREIA, Fernando da Silva (Ed.) *Regimento proveitoso contra a pestença*. Separata do BOLETIM CLÍNICO DOS HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA, v. 24, n. 3, 1960.

55 *Regimento proveitoso...*, p. 344.

56 Mais tarde, essa capacidade vetora do ar seria sistematizada numa entidade etérea denominada miasma (partículas voláteis). No período medieval ou na idade moderna, não era este o termo empregado, mas já estavam lançadas as bases do sanitário miasmático, cujos princípios foram considerados válidos ainda no século XX.

tratados não são instauradores desta noção, mas simples sistematizações daquilo que é saber corrente. Esta mesma conexão aparece expressa nas posturas municipais e em outros textos administrativos, como é o caso do regimento dado por D. João I a Évora, em 1392.

Porque das sujidades e esterco e coisas podres e nojosas e fumos que se delas fazem nos lugares recrescem muitos danos e dores aos corpos e ainda parece mal os lugares onde tal cousa consentem.⁵⁷

Note-se que está expressa uma dupla rejeição ao pútrido: utilitária e estética. Além de danoso (*comoditas*) ele parece mal (*voluptas*).

As cidades portuguesas foram constantemente assoladas por surtos epidêmicos desde a grande pestilência de 1348. Nas colônias das Ilhas Atlânticas, da África, da América e da Ásia, as câmaras municipais cedo estavam às voltas com a queima de ervas aromáticas, a expulsão dos doentes e o enterramento apressado dos mortos, medidas emergenciais adotadas para debelar a peste. Concomitantemente, as epidemias eram momentos de acirrar a consciência do estado de insalubridade dos núcleos urbanos. Consciência que desembocaria numa farta produção de degredos e posturas voltadas a extirpar os monturos de lixo, ao desentupimento de canos e à preservação das fontes de abastecimento de água. Essas posturas, em oposição às práticas emergenciais, tinham um caráter permanente, a despeito de serem ou não respeitadas, configurando um dos aspectos mais recorrentes da polícia das ruas.

As posturas municipais, como discutido precedentemente, podem ser apontadas como textos formuladores de regras constitutivas de comportamentos urbanos tidos como aceitáveis. Nos textos normativos elaborados pelo poder municipal, percebemos que o sanitário é um dos componentes fundamentais na construção da urbanidade. A questão complica-se, se considerarmos que, ao mesmo tempo, o sanitário desempenha papel crucial na separação da vida em duas esferas: a pública e a privada. Como se articulam todas estas coisas?

57 ÉVORA, p.188.

A literatura sobre o tema tornou corrente a idéia de que é próprio da sociedade burguesa uma tendência a privatizar os excrementos e outros dejetos. A meu ver, a questão é mais complexa que isso, pois a condição de morador da cidade impõe pressões em sentidos contrários. Há, na realidade, um duplo movimento. O primeiro deles é o de privatização, ou domesticação, de resíduos e excrementos. Tal movimento ocorre por mútua pressão entre vizinhos, que não querem ver a frente de suas casas, ou as suas roupas, conspurcadas pelo lixo ou pelos excrementos alheios. Dupla objeção, estética e sanitária. Os poderes municipais passam a mediar tais conflitos para, finalmente, elaborar posturas referentes aos problemas sanitários.

Este movimento pode ser acompanhado na Ilha da Madeira, por onde se iniciou a expansão atlântica portuguesa. Muito cedo vamos encontrar os moradores do Funchal envolvidos com a questão dos lixos urbanos. Em 2 de setembro de 1472, os oficiais da Câmara foram chamados a resolver um conflito entre o ourives Lopo Vaz e seu vizinho, o escrivão Diogo Gonçalves. O ourives acusava o escrivão de lançar água suja “por uma sua janela a qual ia ter ante a sua porta e lhe fazia grande nojo”. Para evitar “brigas e arruídos”, a câmara reuniu as partes envolvidas e ordenou ao escrivão que “não lançasse nenhuma água suja nem fedorenta nem limpa tanta que fizesse nojo ao dito Lopo Vaz”, no que ele concordou afirmando que “tudo lhe aprazia”. Por fim, os oficiais mandaram passar transcrição da sentença a ambas as partes.⁵⁸

Esses pequenos atritos vicinais provocados pelo lançamento de águas servidas não foram incomuns na Madeira, ou em outras cidades de origem portuguesa. Tais conflitos demonstram, com perfeição, como as questões sanitárias agem na conformação das esferas pública e privada. A rua onde Diogo Gonçalves jogava as suas águas servidas não era extensão de sua casa, mas um espaço de uso comum, o que gerava reações indignadas dos vizinhos. Nas localidades novas, como Funchal, na qual não existia legislação específica proibindo o lançamento de água nas vias públicas, a Câmara era chamada a assumir o papel de mediadora, caracterizando a questão como de ordem pública. A própria pressão vicinal fazia com que o destino dos dejetos domésticos se tornasse questão de direito administra-

58 FUNCHAL, p. 43.

tivo, ainda que em nível local.⁵⁹ Duas décadas depois, a Câmara abandonaria o costume de mediar, caso a caso, os conflitos entre vizinhos, e criaria um dispositivo regulamentando o destino das águas servidas. Muito provavelmente é essa a primeira postura de uma vila colonial portuguesa a tratar do tema:

Se acordou que não seja nenhum e tão ousado de qualquer condição que seja que lance em a rua água suja em que antes estava ou tripas de pescado nem de carne salgada nem nenhuma sujidade que vierem de casas nem de testos⁶⁰ nas azinhagas⁶¹ [...] que estejam ao longo da ribeira ou rua e que todos levem ao mar sob pena de qualquer que o contrário fizer pague de coima 14 reais e meio.
S. C. M. do Funchal, 20 de janeiro de 1492.⁶²

Na seqüência que vai da mediação à norma, é determinante o reconhecimento da capacidade contaminadora da matéria orgânica em decomposição. Nada aqui é arbitrário ou vazio. Há, concretamente, o receio de ser contaminado pela podridão. Receio reavivado pelos freqüentes e variados surtos pestilenciais. O segundo movimento é o de tornar pública a matéria podre, o que deveria ser feito segundo normas expressas de urbanidade ou de cortesia. No caso, não arremessá-la à rua, mas no mar.

Esse duplo movimento tende a consolidar a separação da vida em duas esferas. Uma ação doméstica perfeitamente “natural”, como varrer para fora de casa algumas poucas sobras, que, no campo, seriam imediatamente consumidas pelos animais do terreiro, torna-se, na condição urbana, ato de ruptura de uma fronteira que passa exatamente na soleira da porta:

59 Em Lisboa, houve um caso semelhante: os moradores da Rua Direita, em 1458, foram citados pelo lançamento de águas sujas. Eles próprios solicitaram aos almotacés que fosse criada uma postura proibindo o lançamento de águas naquela rua e prevendo multa aos infratores. Ver LPA, p. 26.

60 Testo: testeira, testada.

61 Azinhaga: caminho rural, rua estreita.

62 FUNCHAL, p. 431-432.

170 - Item - Não lançarão escamas do pescado nem de sardinhas nas ruas nem terão cisco às portas sob pena de cinquenta réis.⁶³

Ultrapassado o limiar da porta ou da janela, entra-se num outro universo: o do público. A construção da urbanidade implica, portanto, num movimento inicial de privatização dos dejetos, sejam eles excrementos ou resíduos domésticos ou de atividades econômicas. A cidade não está aparelhada, física ou institucionalmente, para tratar dos excrementos e lixos, o que requer estabelecer o vínculo entre os dejetos e seus produtores. Vínculo definido por lei como privado, o que leva à punição de quem tentasse torná-lo público.

892 - Qualquer pessoa que fizer seus feitos na praça ou em ruas e quelhas públicas, se for homem ou mulher pagarão trinta réis e se for moço ou moça pagarão dez réis. E porém isto se não entenderá em meninos de quatro anos para baixo.⁶⁴

O “feito” pertence a alguém, que por ele é responsável. Não devemos, portanto, estranhar que na língua portuguesa a noção abstrata de privado tenha se tornado concreta nos objetos e locais onde se depositam as fezes. Para um português medieval, o privado nada mais é do que o penico e a privada, ou secreta, o local onde se defeca.⁶⁵

Todavia, o reconhecimento de que, no limite, a solução privada é impossível, leva a que o lixo e os excrementos ganhem uma dimensão social e sejam encarados como um ônus do viver urbano. Configurando o segundo momento do movimento dos dejetos, eles necessariamente voltam ao público. Todavia, para voltarem, devem obedecer a determinadas regras que desonerem a cidade ou que minimizem ou camuflem a sua existência.

63 COIMBRA. Posturas Municipais. *Arquivo Coimbrão*, v. 2, p. 174.

64 COIMBRA. Posturas Municipais. *Arquivo Coimbrão*, v. 5, p. 61.

65 Desde o século XIV, alguns concelhos construíam sanitários públicos. Em Lisboa, as posturas medievais faziam referência a um rego das privadas. No Funchal, existem referências a uma “ponte das privadas”, provavelmente sobre a atual Ribeira de Santa Luzia. Ver LPA, p. 6; ARAGÃO, António (Ed.). *A Madeira vista por estrangeiros: 1457-1700*. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981. p.216. O período coincide, também, com o aparecimento de privadas nas casas da alta nobreza. Ver MARQUES, H. O. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1981. p. 91.

165 - Item - Defendemos⁶⁶ que nenhuma pessoa lave privados senão do padrão [um marco beira-rio] que está defronte da casa onde se mata a carne para baixo e qualquer pessoa que do dito padrão para cima lavar privado pagará oitocentos réis da cadeia, metade para a cidade e a outra para quem os acusar. E levarão os ditos privados cobertos sob pena de cinquenta réis. Coimbra, século XV.⁶⁷

Como se percebe, a passagem de matéria fecal pelo espaço público deveria respeitar um código de etiqueta excrementícia que incluía cobri-la quando levada à rua ou avisar aos passantes de seu lançamento. “Que não lancem água nem lixo de janela que seja em cima de casa em rua pública sem primeiramente dizendo água vai”, exigiam as posturas de Évora, no século XIV.⁶⁸ Começa-se, assim, a apertar a trama que, ao mesmo tempo, estabelece uma etiqueta urbana e a separação entre público e privado.

A seqüência é o detalhamento destas normas. Em algumas cidades maiores, como Lisboa, Coimbra, Porto ou Évora, os códigos tornaram-se minuciosos. Em outras, permanecem restritos a esta que era a mais difundida das regras de etiqueta excrementícia: a obrigação de gritar “água vai”, sempre que algum líquido fosse atirado da casa para o espaço público.

816 - Quem lançar água nas ruas sem dizer água vai três vezes se for de noite pagará cinquenta réis e de dia dez réis. E se tal água que deitar de dia for fedorenta pagará os ditos cinquenta réis. E os que em tais penas incorrerem serão os senhores da tal casa sempre citados em pessoa e demandados. E se se a dita água lançar de noite o jurado que a tal água encoimar será obrigado a catar⁶⁹ a porta ou janela donde vir que se lançou a tal água. Coimbra, século XVI.⁷⁰

66 Defendemos: proibimos.

67 COIMBRA. Posturas Municipais. *Arquivo Coimbrão*, v. 2.

68 ÉVORA, Posturas municipais. In: PEREIRA, Gabriel Vitor do Monte (Ed.). *Documentos históricos da cidade de Évora*. Évora: Typographia da Casa Pia, 1885, p. 134.

69 Catar: apontar, indicar.

70 COIMBRA. Posturas Municipais. *Arquivo Coimbrão*, v. 4, p.178. No século XIV, norma semelhante já vigorava em Évora. Ver ÉVORA, Posturas municipais. In: PEREIRA, *op. cit.*, p. 134.

Uma particularidade da legislação municipal de Coimbra, era a distinção entre esterco e cisco – dejetos em geral, orgânicos e inorgânicos – e aqueles contidos nos “privados”, os recipientes para os excrementos humanos. Em relação às águas, a legislação municipal coimbrã procurou estabelecer uma diferenciação. O lançamento das águas servidas à rua, como em todas as outras cidades, deveria ser precedido do grito de “água vai”, enquanto o lançamento de urina estava proibido por dispositivo específico. “Não lançarão urina nem água fedorenta nas ruas sob pena de cem réis”, previam as mesmas posturas.⁷¹

É certo que a desobediência aos códigos municipais era generalizada, contudo, percebe-se que, lentamente, eles produziram algum efeito, até atingirem o seu ponto de maior eficácia, quando passam a ser obedecidos não apenas pelo efeito coercitivo das leis, mas por se transformarem em prática social corrente: o costume. No caso dos excrementos, o controle internalizado assume outras formas, como pudor ou educação. É o que se observa no relato de um viajante britânico, que, no final do século XVII, passou pela Madeira. Estabelecendo uma oposição ao que ocorria em sua terra de origem, John Ovington louvou os bons hábitos higiênicos que vigoravam nas reuniões sociais promovidas pela elite madeirense.

Quando a reunião se interrompe, são utilizados como mictórios certas partes nos átrios e entradas das casas e, muito especialmente, um recanto privada atrás da porta, isto porque urinar na rua é considerado indecente.⁷²

Neste caso específico, deixava-se de urinar na rua, não porque fosse ilegal, mas porque era indecente. Etiqueta resultante da vida cortesã ou da vida na cidade? Note-se que estamos diante de um fato excepcional. Levaria séculos ainda para que padrões semelhantes se generalizassem. Todavia, neste exemplo é possível perceber a nítida separação dos espaços e a gestão privada de determinadas práticas, a qual resulta numa configuração espacial específica: um recanto privada.

71 COIMBRA. Posturas Municipais. *Arquivo Coimbrão*, v. 4, p. 174.

72 OVINGTON, John. Uma viagem a Suratt no ano de 1689. In: ARAGÃO, *op. cit.*, p. 200.

O historiador francês Jacques Ravel aponta com exatidão o mérito do deslocamento historiográfico produzido pela obra de Norbert Elias.

Enfatizando os mecanismos de implantação e reprodução de normas sociais, ele desloca os termos de uma história à qual restitui sua unidade orgânica: pois é a interiorização individual da regra que lhe confere sua maior eficácia. A disciplina coletiva torna-se, assim, objeto de uma gestão pessoal e privada.⁷³

Justo, justíssimo quando se pensa metodologicamente. No entanto, permanece o impasse entre a noção elisiana de que o processo civilizador teve sua origem na contenção da pulsão guerreira da nobreza condenada a viver na corte (cortesía ou civilidade) e aquilo que tentei demonstrar explorando um objeto, digamos, pouco usual, ou seja, que este mesmo processo é antes provocado pelo viver em cidade (urbanidade).

Perceba-se que não se trata de uma disputa sobre fontes ideais: manuais de comportamento ou legislação urbana. Meu propósito é tentar ampliar possibilidades, chamando a atenção para fontes de outra natureza. Advertir para o reducionismo que é confundir a história das sociabilidades com a de sua norma culta, em que incorrem autores das mais variadas orientações teórico-metodológicas: “arqueologistas dos saberes” que se detêm apenas em manuais de médicos ou sanitaristas ou estudiosos das sociabilidades que as confundem com uma história dos manuais de civilidade.

73 RAVEL, *op. cit.*, p. 170.

La longue durée

As posturas sobre contenção da violência, questões sanitárias, ou produção do espaço, são apenas uma pequena parcela das normas legais que acompanham o longo processo do fazer-se cidadão. São fragmentos que, ao lado de muitas centenas de outras posturas, se acumulam, ao longo dos séculos, em camadas estratigráficas nos livros de registros. Cada uma dessas posturas tem uma longa história. Passaram por diversos processos de revisão e foram confirmadas, modificadas, revogadas ou simplesmente esquecidas. São sobrevivências do direito consuetudinário medieval, refletem a produção teórica do renascimento. Nasceram de acalorados debates entre vereadores, negociadas com as corporações de ofícios, impostas pelo rei, pelo capitão, pelo corregedor ou pelo ouvidor. Quem sabe foram copiadas da cidade vizinha? Ou de outro continente? No entanto, ao lado de todas estas variações, há um fundo de permanências. As posturas, como já dissemos, jamais saíram do quadro proposto pelos regimentos medievais de almotaçaria.

A instituição da almotaçaria, herdada das cidades islâmicas da Península e reiterada pelas ordenações do reino, desenham as principais agendas espaciais e de convívio do viver urbano. As demandas sobre “água verter” ou sobre “azevel” e “esterco”, são características da questão sanitária. As sobre portais, paredes e balcões remetem aos aspectos construtivos e formais da cidade. Por fim, a superintendência das “coisas compradas que forem para vender” coloca as relações de mercado no centro do urbano. Considerando que as Ordenações Filipinas continuavam em pleno vigor, no Brasil, até o início do século XIX, temos em mãos uma instituição mais do que milenar, mesmo descontados os seus antecedentes pré-islâmicos. Apenas no reino cristão de Portugal, foram mais de 700 anos em que se mantiveram o nome e a instituição.

Paramos por aqui para não nos aproximarmos perigosamente da atualidade. Entretanto, será que alguém teria dúvidas de que os atuais códigos de posturas das grandes cidades, cheios de tecnicismos, continuam tratando de “demandas de ruas e de frestas e d’azinhagas e de pardieiros e de janelas”, “sobre monturos e as fontes limpar” ou sobre “alçar casas”? E que, ainda hoje, “todas estas cousas sobreditas fazem e pertencem à Almotaçaria”?

Fenômeno *estructurale*? inscrito numa *longue durée*? Enveredando por uma especulação braudeliana, diríamos que esta reunião de funções, aparentemente desconexas, na figura do almotacé, revela um núcleo profundo e permanente daquilo que era entendido como o urbano. A almotaçaria expressa uma consciência específica de cidade (o urbano): trama onde estão inextricavelmente reunidos o sanitário, o construtivo e as relações de mercado. Por sua vez, esta consciência desemboca em três das principais agendas do viver urbano, as do podre, da forma e do mercado. Versão urbanizada de uma leitura triádica dos perigos do mundo, que correspondem, aproximadamente, aos mais temidos flagelos medievais: a peste, a guerra e a fome.⁷⁴

Referências Bibliográficas

- ARAGÃO, António (Ed.). *A Madeira vista por estrangeiros: 1457-1700*. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981. p. 216.
- BRAGA. Posturas municipais. *Bracara Augusta*, v. 1/4, n. 19/4.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- CHUECA GOITIA, Fernando. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- COIMBRA. Posturas municipais. *Arquivo Coimbrão*, v. 2/5.
- CORBIN, Alain. *Sabores e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CORREIA, Fernando da Silva (Ed.). Regimento proveitoso contra a pestenência. Separata de: *Boletim Clínico dos Hospitais Civis de Lisboa*, v. 24, n. 3, 1960.
- DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 1859.

⁷⁴ Ando preocupado com o alcance e a difusão de meus artigos publicados em revistas de divulgação científica. Será que vale a pena publicar?

Solicito que, em caso de citação, os leitores façam a gentileza de enviar um e-mail ou correspondência. Críticas e sugestões também são bem-vindas. magnus@coruja.humanas.ufpr.br. Departamento de História da UFPR. Rua General Carneiro, 460, 6.º andar. Curitiba – Paraná. CEP 80060-200

- ECO, Umberto. *Análise composicional de um signo arquitetônico*. São Paulo: FAU/USP, 1973.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990-1993.
- ERASMO DE ROTTERDAM. *A civilidade pueril*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- ÉVORA. Regimento da cidade de Évora feito pelo corregedor da corte João Mendes em tempo del-Rei D. João I. In: PEREIRA, Gabriel Vítor do Monte (Ed.). *Documentos históricos da cidade de Évora*. Fascículo I: Foros e costumes ou direito consuetudinário municipal nos séculos XII e XIII. Évora: Typographia da Casa Pia, 1885.
- FERREIRA, J. A. Pinto. O Porto e a residência dos fidalgos. *Boletim Cultural*, Porto, v. 11, fasc. 3-4, p. 266-338, set./dez. 1948.
- FERREIRA, Maria de Conceição F. Uma rua de elite na Guimarães medieval. *Revista de Guimarães*, v. 96, p. 112, jan./dez. 1986.
- FUNCHAL. Atas da Câmara. In: COSTA, José Pereira da (Ed.). *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*: século XV. Funchal: Região Autónoma da Madeira, 1995.
- GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. v. 2. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- LANGHANS, Franz-Paul. *As posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1937.
- LISBOA. *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1979.
- LISBOA. *Posturas do Concelho de Lisboa*: séc. XIV. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- MARQUES, H. O. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- PARANÁ. *Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná*. Curitiba: Typ. do Correio Oficial, 1862.
- PEREIRA, Magnus R. M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- _____. A gosto e capricho dos primeiros proprietários: a trajetória de uma cidade brasileira nos séculos XVIII e XIX. *Jarbuch Fur Geschichte Von Staat, Wirtschaft Und Gesellschaft Lateinamerikas*, Köln, v. 32, p. 333-371, 1995.
- _____. Da civilidade urbana: a morigeração dos costumes no Paraná do século XIX. *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, n. 4, p. 165-191, 1995.
- _____.; SANTOS, A. C. de Almeida. Códigos de posturas municipais. *Monumenta*, Curitiba, n. 3, p. 2-22, inverno de 1998.
- PORTUGAL. ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I, Título XXVIII, § 15.
- PORTUGAL. ORDENAÇÕES Manuelinas. Livro I, Título XLIX, § 26 e ss.
- RAU, Virgínia. *Feiras medievais portuguesas*: subsídios para o seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- RAVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.). *História da vida privada*. v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

- SCHIERA, Pierangelo. A polícia como síntese de ordem e de bem-estar no moderno Estado centralizado. In: HESAPANHA, António Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- SETÚBAL. Posturas municipais. In: PIMENTEL, Alberto. *Memória sobre a história e administração do Município de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal, 1992.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo. *Resumen histórico del urbanismo em España*. Madrid: [s.n.], 1968.

A CIDADE ILUMINADA: OLHARES SOBRE A CIDADE À NOITE DESTACANDO O TERRITÓRIO DE COPACABANA

Maria Izilda Santos de Matos*

RESUMO

Este artigo procura desvendar tramas de vidas encobertas na cidade à noite, recobrando o pulsar no cotidiano citadino noturno, suas ambigüidades e as pluralidades de possíveis vivências e interpretações, desfiar as múltiplas relações e suas diferentes dimensões de experiências urbanas. Assim, pretende-se focalizar a história urbana tendo como foco a cidade à noite, privilegiando um território: Copacabana anos 40/50, desvendando suas representações através das crônicas, canções e trajetórias de Antonio Maria e Dolores Duran.

Palavras-chave: Copacabana, anos 40-50, Dolores Duran, Antonio Maria, boemia.

ABSTRACT

The objective of this article is to reveal life schemes obscured in the city night, recovering the nocturnal urban quotidian cadence, its ambiguities and many possible experiences and interpretations, to challenge the multiple relations within and their different dimensions as urban experiences. Thus, the focus is on urban history, converged to the city night and outlined into a domain: the 1940's/50's Copacabana, revealing its representations through chronicles, songs and the courses of life of Antonio Maria and Dolores Duran.

Key-words: Copacabana, 1940s-50s, Dolores Duran, Antonio Maria, bohemian life.

* Professora titular da PUC/SP, autora de *Trama e poder: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999; *Melodia e sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997. *Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

*Um território*¹ - *Copacabana*

Vento do mar no meu rosto
 E o sol a queimar, queimar
 Calçada cheia de gente a passar
 E a me ver passar
 Rio de Janeiro, gosto de você
 Gosto de quem gosta
 Deste céu, deste mar
 Dessa gente feliz
 Bem que eu quis
 Escrever um poema de amor
 E o amor
 Estava em tudo que eu vi
 Em tudo quanto eu amei...
 Tinha alguém mais feliz
 Que eu
 O meu amor
 Que não me quis

Valsa de uma cidade, Antonio Maria

Rio de Janeiro, madrugada, tempo de samba-canção, num território – Copacabana, 1940-50 – cujo roteiro boêmio é melodiosamente descrito por Antonio Maria, cronista desse universo:²

Da guarita do Forte do Leme à guarita do Forte de Copacabana, de sentinela a sentinela, são 121 postes de iluminação, formando o “colar de pérolas”, tantas vezes invocado em sambas e marchinhas... No asfalto,

1 O espaço urbano, no seu processo de transformação, é simultaneamente registro e agente histórico. Nesse sentido, deve-se destacar a noção de territorialidade, identificando o espaço como experiência individual e coletiva, em que a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos, estão plenos de lembranças, experiências e memórias. Espaços que, além de sua existência material, são também codificados num sistema de representação que deve ser focalizado pelo pesquisador, num trabalho de investigação sobre os múltiplos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. ROLNIK, Raquel. *História urbana: história na cidade*. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura, 1992.

2 Beatriz Resende destaca que a crônica, por estar ligada ao imediato, como comentário subjetivo e quase impressionista, tem a capacidade de comover, provocar, modificar, formar opinião e fazer a história cotidiana da cidade, sendo considerado o momento por excelência deste gênero os anos 50 e 60. RESENDE, Beatriz (Org.). *Crônicas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

deslizam automóveis cada vez mais novos, compridos e mais conversíveis. Mão no cogote da namorada, outra na direção, cabelos louros esvoaçando. Freada súbita, baque de pára-choques, dois palavrões já muito batidos e o trânsito continua. Enquanto isso, a vida está acontecendo dentro dos bares e restaurantes. No Sorrento, um delírio de aipos e pizzas napolitanas. Artistas do rádio e do teatro falam em voz alta, de mesa para mesa, confraternizando mais do que devem. Ao lado, um cinema sem grande importância. Depois a Furna da Onça, o velho Alpino, o bar do toldo verde, o Bambú e as esquinas do Vogue. Entrando à direita, come-se um delicioso frango, no Vogue e, na saída, é fácil ver-se freqüentador da Tasca, em mangas de camisa, saindo, tranqüilamente, para urinar na calçada. Mais dois passos e o *neon* da Taberna, novo e sossegado restaurante, onde os garçons são muito educados e exibem, demoradamente, os rótulos dos vinhos, para comprovar a procedência do que servem.³

Seguindo pela avenida Atlântica encontrava-se o Lido, seguido do OK, o Bife de Ouro, Maxim's e outros restaurantes, também as boates da praia, que, no dizer de Antonio Maria, abriam e fechavam da noite para o dia.

No antigo cineminha do Cassino Atlântico, uma casa de uma porta só já teve mil nomes e, agora, está fechada, após a última tentativa da senhora Elvira Pagá, que dançou sem roupa para uma meia dúzia de fregueses tristes. Depois, o Ranchinho, já sem Alvarenga, com Caymmi de chamariz. Num corredor, o Perroquet, com a decoração mais feia do mundo, sustentado por um show de carnaval, *made by* Colé e Nélia Paula. Além disso, só vai ter o Bambú, lá pra longe, resistindo e morrendo, morrendo e resistindo. As transversais, porém, estão cheias de bares. O Siroco e o Mocambo começaram bem, mantinham uma freguesia agradável e se degradaram, com o tempo. Hoje, na porta de cada um, há um guarda e dois investigadores, para o que der e vier. La Conga, velha tabuleta de Mme. Lili, abriu, fechou e abriu outra vez, na Prado Júnior. Lá dentro – dizem – há lindas uruguaiaias da equipe de Mme. Lili, uma tentação para o marido em *habeas corpus*. Os restaurantes franceses, da marca do Bistrô, Cloche d'Or, French Can-Can, Cremaillère e Tout-en-bleu são mais de uma dezena. Atualmente, o mais freqüentado é o Bistrô, onde Henri tem uma

3 MORAES, Antonio Maria Araújo de. Roteiro de Copacabana. In: *Pernoite: crônicas de Antonio Maria*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989. p. 44.

cara muito cinematográfica, lembrando Jean Gabin em algumas cenas de *Trágico amanhecer*. De frente está o Michel e Mimi preserva um tom moreno iodado muito simpático, mesmo nos meses de inverno. Aí se encontram os donos da noite. Poetas e jornalistas vieram do Maxim's (depois que Freddy foi embora) e sentaram ao lado de políticos e banqueiros.⁴

No final de noite, em boates envoltas em ambiente esfumaçado, pares enamorados ainda permaneciam nas mesas dos cantos, de olhos baixos e conversa miúda, embalados na música de um piano sonolento. Esses *flashes* compõem um roteiro de Copacabana descrito por Antonio Maria, privilegiando o cotidiano e permitindo recuperar um território em intenso processo de transformação, em que as mudanças coexistem com as permanências, constituindo uma nova experiência urbana: a de vivenciar Copacabana, que engloba um novo estilo de vida, de viver na cidade e de se relacionar, explicitando experiências sociais e podendo refletir, expressar e/ou ocultar suas contradições.

“*Sou da noite*”:
A cidade à noite e as experiências boêmias

Sou da noite do Rio
 Da noite macia do Rio
 Sou desse bar que me chama
 Em nome de alguém que me ama
 Da noite tão bonita dou graças a Deus...
 A noite bonita do Rio
 Me prende
 Me toma em seus braços
 Me ampara
 Me ajuda meus passos

Carioca, Antonio Maria, 1954

4 MORAES, Antonio Maria Araújo de. Roteiro de Copacaba. In: *Pernoite...*, p. 45.

A historiografia contemporânea tem favorecido abordagens que procuram recuperar diferentes sensações e relações, promovendo a descentralização dos sujeitos sociais e permitindo a descoberta de experiências e aspirações de homens e mulheres freqüentemente ignorados ou apenas mencionados de passagem.

Assim, procurando focar o mundo da experiência,⁵ como ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática, tem-se discutido que o comportamento, valores e sentimentos que são aceitos em uma sociedade num certo momento histórico podem ser rejeitados em outras formas de organização e/ou em outros períodos.

Destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade social é histórica e culturalmente constituída, tornou-se um pressuposto do pesquisador que procura descortinar o dia-a-dia, permitindo perceber a existência de processos diferentes e simultâneos que compõem a trama social, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de reflexão, incorporando à análise um universo de tensões e movimento com toda uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo no qual se multiplicam formas peculiares de resistência-luta, integração-diferenciação, permanência-transformação, recusa-incorporação e no qual a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de formas múltiplas.⁶

Como o foco privilegiado das investigações na historiografia recai nas atividades diurnas e na cidade durante o dia, com abordagens que priorizam o mundo do trabalho, as poucas pesquisas sobre a cidade à noite e a cultura boêmia acabaram por interpretá-las como rejeição ao mundo do trabalho e à disciplina, identificando-as com o ócio e o não-trabalho.

5 Tem-se buscado aprimorar a categoria analítica *experiência*, superando sua visão a partir das simples coordenadas políticas e econômicas, incorporando também a cultural, englobando uma série de elementos - relações pessoais, redes familiares, étnicas e de amizades, ritos e sistemas simbólicos - que são focalizados na construção de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão de tradições. Contudo, a categoria *experiência* necessita ser discutida mais criticamente pelos historiadores, sendo impossível uma única definição dela. A questão da diferença dentro da diferença faz emergir as possibilidades de análise que trazem à luz a articulação entre gênero, classe, etnia e geração. Além disso, trabalhar a especificidade histórica é elemento de questionamento dos padrões universais, admitindo-se o contingencial, o fortuito, a inventividade, a liberdade de ação dos sujeitos históricos. Quanto aos sujeitos amorosos, em particular, vínculos afetivos e sensibilidades, merecem também ser focalizados como elementos constitutivos da experiência.

6 HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Para além da construção idealizada do boêmio – desvinculado de todas as normas familiares, do trabalho e das obrigações sociais –, o ser boêmio é múltiplo,⁷ mas na presente investigação significa viver diferentemente, estabelecer regras de modo distinto, ter uma experiência que escape à monotonia e ao previsível, respeitando, contudo, certos códigos de conduta estabelecidos nesse universo.

Cabe lembrar que a construção das experiências urbanas se constituiu na dinâmica de transformação por que passava o Rio de Janeiro nessa época, fazendo-se mediante a tecitura de uma trama em que estiveram presentes relações multifacetadas, constituindo-se por um processo dinâmico de diferenciação e também por integração, em que as formas de viver na cidade não são pura e simplesmente impostas, existindo sempre a possibilidade de múltiplas articulações e interpretações.

A princesinha do mar

Já é noite. Sairei pelas ruas, demorarei na
eterna procura de alguma coisa que não deve
haver...

Amanhecer em Copacabana, Antonio Maria

Nos anos 50, Copacabana era o centro da vida da então Capital Federal, e o samba-canção tinha como moldura esse Rio de Janeiro de Copacabana, o bairro “quente” da noite carioca: Na calçada preta e branca da praia, um vai-e-vem de príncipes, ladrões, banqueiros, pederastas, estrangeiros que puxam cachorros, mulheres de vida fácil ou difícil, vendedores de pipocas, milionários, [...] diplomatas, lésbicas, poetas [...]. Passam estômagos vazios e outros empanturrados, em lenta digestão”.⁸

7 Não se entende aqui boemia como um todo fechado, autônomo e homogêneo. A experiência boêmia deve ser focalizada de forma relacional, complementar e interdependente à vivência do dia e à do trabalho, e não em confronto a elas. Também não se pode simplesmente identificá-la como forma de resistência, de submissão e/ou ilegítima, devendo-se destacar toda a heterogeneidade de manifestações e vivências que circulam no universo da boemia.

8 MORAES, Antonio Maria Araújo de. Roteiro de Copacabana. In: *Pemoite...*, p. 44-45.

Naqueles efervescentes anos, conviviam no bairro estrangeiros e nacionais, banqueiros milionários e bancários, políticos, assassinos, *book-makers* e cocainômanos, intelectuais e cafajestes, todos compondo uma trama de relações multifacetadas e de infinitas conexões.

Nas novas avenidas, em particular as da praia, passavam velozmente automóveis conversíveis, criando-se uma sociabilidade na praia e novas formas de relação entre os gêneros estabelecidas legal e clandestinamente por detrás das múltiplas janelas dos prédios de apartamentos.

Esse território, com suas imagens e sons, traz representações fragmentárias como suporte de memórias diferentes, contrastadas, múltiplas, que delineiam cenários em constante movimento, permitindo perceber que o espaço não é uma categoria abstrata e universal, nem algo “congelado”, bloqueado, tal como na imagem de uma carta cartográfica ou como simples palco da história, mas sim um elemento constitutivo da trama histórica, de seus fluxos e de sua dinâmica em permanente ação, interação, transformação e reconstrução, emergente na memória coletiva e presente nas pedras e luzes da cidade.

Copacabana é um espaço-síntese de múltiplas memórias, que, para além de sua existência física, pode descortinar outras topografias, cidades análogas,⁹ planos urbanos invisíveis, tecidos de memórias conectados às várias experiências.

Logo após a Proclamação da República, em 1889, o Rio de Janeiro passou por uma completa remodelação urbana, com prioridade aos melhoramentos do porto e do cais, à abertura de avenidas, à demolição de cortiços no centro da cidade. Tendo como pressuposto as idéias de higienização, procurava-se modernizar e civilizar a Capital Federal com ações que significavam higienizar e embelezar a cidade, disciplinando seus habitantes.

Entre várias obras de planificação urbana, o prefeito-engenheiro Pereira Passos (1903-1906) procurou facilitar o acesso à zona sul pela Avenida Beira Mar, que passou a ligar diversos bairros, facilitando a criação de outros. Foi aberto um túnel até Copacabana, no qual foi construída a avenida Atlântica ao longo de toda a praia.

9 CALVINO, Italo. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Copacabana já tinha antigos proprietários, desde o século XVII, que ali edificaram seus engenhos, mas foi só no final do século XIX que se abriram diversas ruas no futuro bairro e construíram-se casas de veraneio.

O desenvolvimento do bairro de Copacabana está atrelado à chegada dos trilhos do bonde, quando começou a expansão. Para atrair visitantes, nos bondes da Companhia Jardim Botânico, entre outros anúncios, lia-se:

Grasiosas senhoritas, moços chiques
Fugí das ruas, da poeira insana
Não há lugares para piqueniques
Como em Copacabana

Assim, Copacabana, um areal procurado para lazer, fazer piqueniques, pelos que defendiam os milagres curativos do banho de mar,¹⁰ foi-se constituindo até se tornar um bairro propriamente dito. Em 1915, eram 20 mil habitantes, passando aos poucos a atrair outros moradores.

Em 1920, o presidente Epitácio Pessoa sugeriu a Otávio Guinle que construísse um hotel na área, que deveria ficar pronto para as comemorações do Centenário da Independência (1922), mas só foi finalizado em 1923: o Copacabana Palace, que se tornou um monumento desse território, tendo como pano de fundo a praia, signo de beleza que caracteriza a cidade tanto no âmbito do país como no exterior.¹¹

Tematizar o bairro de Copacabana dos anos 40 e 50 é resgatar as ambigüidades e tensões de uma nova maneira de viver. Como o bairro mantinha um sentido tradicional de antigos bairros cariocas, permanecia

10 No século XIX e início do XX, o banho de mar não era hábito social difuso, mas terapia recomendada para tratamento de saúde. Fotos do final do século XIX já exibem banhistas, e há uma gradativa ampliação da ida à praia como forma de lazer, prática esportiva e convívio social. As prescrições médicas recomendavam o hábito do banho de mar somado à ida até um estábulo que havia na rua Barata Ribeiro, para se tomar um copo de leite. As senhoras que iam até a praia para tomar seu banho deviam estar trajadas com vestuário apropriado e decente, eram proibidos os ruídos e vozerios, também havia horários estipulados para os banhos, de acordo com um decreto municipal. Os trajes de banho eram geralmente de sarja ou casimira escura, debruadas de cadaço branco; apenas algumas moças muito atrevidas chegavam a enfeitar sua roupa com cadaços vermelhos, o que provocava espanto e indignação. As calças, tanto masculinas como femininas, iam até os pés; as mulheres usavam toucas de bacta e sapatos de lona.

11 LUZ, Madel Terezinha. O corpo da cidade. In: PECHMAN, Robert (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

nele certa relação de convívio por meio de pequenas solidariedades, mas plena de vigilância e controle. Também já se podia perceber uma tendência clara de novas formas de se ver o mundo (um individualismo privatista), novas formas de ser, de agir e de sentir, aliadas à impessoalidade de certas relações, à frieza e à expansão crescente da violência urbana. O cronista Antonio Maria aponta exemplarmente esse processo:

Assassínios, roubos, desquites. Muita notícia de câncer em pessoas conhecidas e nenhum telegrama, de NY ou Teresina, dizendo que o *cachet* da cura foi descoberto. Ao longo da praias de Botafogo, naquelas avenidas macias onde o automóvel dá 90, uma fedentina de morte. Falta d'água na zona sul. Bares e boates, com pias e torneiras inúteis, lavando pratos e talheres só Deus sabe como. Contas altíssimas... E Copacabana, coitada, despolicada e perigosa, sofre o *trottoir* das mulheres sem dono e traz para a porta dos seus bares: pederastas, traficantes de maconha e desordeiros da pior espécie. Numa dessas madrugadas, saindo do Vogue, dei com uma cena lamentável, na porta da "Tasca"[...]

Pobre Copacabana! seu poeta, talvez por morar na zona norte cometeu a ingenuidade de dizer: "pelas manhãs, tu és a vida a cantar". De gente do governo, eu só conheço dona Alzirinha Vargas, por quem tenho serena simpatia. Aproveito-me desse conhecimento para pedir-lhe que dê um jeito na chamada "princesinha do mar". Uns três telefonemas seus serão o bastante para sanear e policiar um dos cantos mais famosos do mundo. Mas, talvez dona Alzirinha não seja de ler certos cronistas e esta nota se perca, envolta em todas as suas boas intenções.¹²

Assim, este eferescente território rapidamente se distinguia da Copacabana de vinte anos atrás. O processo acelerado de transformação relaciona-se à própria ocupação urbana primeiramente vinculada a uma elite e, posteriormente, a uma expansão de imóveis mais acessíveis – quitinetes baratas –, atraindo para a Zona Sul outros setores sociais.

Enquanto certos habitantes de Copacabana dormiam, em algumas ruas, bares, restaurantes, boates, em salas pouco iluminadas e enfumaçadas,

12 MORAES, Antonio Maria Araújo de. *Minha cidade. In: Pernoite...*, p. 91.

as tensões urbanas emergiam, vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus freqüentadores, fazendo desse território lugar para trabalhar, se divertir, viver as aventuras e desventuras da noite.

A vida noturna de Copacabana, a princípio, começou a se constituir em torno do Hotel Copacabana, que possuía cassino, bar e uma casa de shows na qual se apresentaram, além dos destaques nacionais, artistas internacionais, como Nat King Cole, Marlene Dietrich, Sammy Davis Jr., Yves Montand e muitos outros.

Durante a administração de Henrique Dodsworth (1937-45), na prefeitura do Rio de Janeiro, intervenções urbanas atingiram as tradicionais áreas da boemia, particularmente na Lapa, colocando abaixo centenas de edifícios, abrindo parques e avenidas e, ao mesmo tempo, fechando os prostíbulo no Mangue (1942) e reprimindo a boemia malandra da Praça Onze.

Em nome dos bons costumes, o coronel Etchegoyen determinou a prisão de malandros, prostitutas, boêmios, gigolôs. Esse ambiente repressivo afasta intelectuais e freqüentadores da vida noturna da Lapa e do Centro. Em 1946, o presidente Dutra fecha os cassinos (seguindo os conselhos da então primeira-dama, D. Santinha, de que acabasse com aqueles “antros de pouca-vergonha”), atingindo diretamente o meio artístico.¹³ A recuperação viria com uma transferência da boemia para as boates em Copacabana.¹⁴

O cotidiano noturno de Copacabana passou a ser vivenciado dentro dos bares, restaurantes e boates. No Sorrento e no Maxim's, os artistas do rádio e do teatro davam o tom; pela primeira vez, elegeram como ponto de encontro a Zona Sul. Os restaurantes eram vários, como o Forna da Onça, Alpino, Bambú, Tasca, Taberna, OK, Bife de Ouro, Maxim's, Alvear, Bolero, Cairo, Alcazar, Marrocos. Os restaurantes franceses eram

13 Destacava-se a efervescência do teatro de revista na praça Tiradentes. LENHARO, Alcir. *Cantores do rádio*: trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo. Campinas: Unicamp, 1995. p. 17-46.

14 “A ralé de camisa listrada ficou onde estava. Quem tinha dinheiro e queria se divertir à noite migrou para Copacabana, com seus hotéis luxuosos, boates em penumbra, uísque escocês, uma música chorosa, romântica e com *couvert* [...]”. Para além de uma mudança geográfica, surgia um estilo de vida que propunha charme e cosmopolitismo. SANTOS, Joaquim Ferreira. *Antônio Maria*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 43.

considerados chiques, entre eles se destacavam: Bistrô, Cloche d'Or, French Can-Can, Crémaillère e Tout-en-bleu.

Quanto às boates – Vogue, Copa, Beguine, Little Club, Baccarat, Casablanca, Acapulco, Montecarlo, Bambú, Siroco, Mocambo –, algumas atraíram freqüentadores fiéis e polidos, mantendo-se assim por longos períodos, e outras se degradaram em pouco tempo. Nelas, pares enamorados espalhavam-se pelas mesas dos cantos, envoltos na atmosfera da música de piano ou de um cantar sussurrado, que evocavam o amor magoado e a dor-de-cotovelo.

Copacabana era um território boêmio diferente da Lapa e do Estácio.¹⁵ Boates como Vogue eram freqüentadas pela nata da sociedade e da intelectualidade; o *high-society*, os cronistas da imprensa, a turma da música popular, paulistas ricos em férias, um território de solidariedade e refúgio para solitários. Teresa e Didu, Lurdes e Alvaro Catão, Lili e Horácio de Carvalho, Lúcio Rangel, Jacinto de Tormes, Beijo Vargas, Ibrahim Sued, Sérgio Porto, Aluisio Sales, Antonio Maria, Fernando Lobo e Valter Quadros lá se encontravam religiosamente.

Araci de Almeida, Linda Batista, Angela Maria, Inesita Barroso cantavam na pequena casa do Barão von Stuckart¹⁶ (um austríaco mais melancólico do que festivo), na qual se apresentavam com uma boa orquestra de negros americanos e o piano suave do Sacha, já de cigarro no canto da boca.

Na década de 50, também eram boas opções o Beco das Garrafas,¹⁷ o Little Club, o Baccará e o Club de Paris. As madrugadas no Beco eram intermináveis; tudo era música, bebida, papo livre, ensaios, promessas, talentos circulando à procura de um apoio. A música brasileira era a atração

15 Assim como a boemia da Lapa e do Estácio, a prática boêmia em Copacabana não era uniformizada pelo consumo de álcool ou de drogas. Era antes de mais nada um modo de vida musical e dançante. LENHARO, p. 22.

16 A boate Vogue funcionou na av. Princesa Isabel, de 1947 a 1955, iniciativa do barão austríaco Stuckart. Era identificada como um espaço sofisticado da noite, tornando-se um ponto obrigatório para o chamado *café society*, não só para a elite tradicional, mas para a de dinheiro novo, tanto para os cariocas quanto para quem circulava na Capital. “As mulheres tinham acabado de ser penteadas por Renauld, do Copacabana Palace. Os homens vestiam ternos do London Taylor’s [...]”. SANTOS, p. 43.

17 Beco das Garrafas porque às altas horas da madrugada, lutando insones contra o barulho dos boêmios, os moradores dos edifícios jogavam pelas janelas garrafas e outros objetos.

principal nas boates, nos pontos de encontros informais da boemia e também nas rádios, ainda no auge da popularidade.¹⁸

Também, nesses anos 50, a emergência do ser moderno generalizou-se por toda a sociedade e passou à esfera do domínio da vida cotidiana. A produção tanto material quanto cultural passou a ter destino nos mercados de massa e ficou ligada às diversas necessidades do dia-a-dia. Da mesma forma, a idéia de *moderno* estava relacionada a estilos de vida, comportamentos e hábitos, difundidos mais amplamente pelos meios de comunicação de massa.

A modernidade não implicou em uma padronização no estilo de vida, tanto nos seus aspectos materiais quanto nas escalas de valores, mas em uma veiculação de um modo de vida calcado em referenciais como funcionalidade, conforto, eficiência e racionalidade. Esse movimento, de uma certa referência cultural em padrão mais universal, tomou formas novas e singulares, dada a própria qualidade plural da cultura.

O viver moderno de Copacabana trouxe transformações culturais nos significados das experiências, mas sem que outras formas de vivência tenham desaparecido: mantiveram-se residuais, convivendo com experiências emergentes.¹⁹ Era possível reconhecer um certo campo de experiências em comum entre os sujeitos históricos que as vivenciavam. Estabelecia-se uma tendência, uma espécie de vetor comum homogeneizador que, ao mesmo tempo, comportava a resistência e/ou um inconformismo.

Essas modificações pautaram-se por novas vivências cotidianas, a partir das quais se constituíram novas organizações do tempo-espço, das quais se originou uma outra forma de homens e mulheres apreenderem os

18 Nos anos 60, o declínio da importância do rádio, o grande divulgador do samba-canção e do bolero, foi uma das principais causas da diminuição do sucesso desses dois gêneros musicais. “Da noite para o dia, o rádio, que já vinha em crise aguda, entrou em estado de coma. Sua triste gente, alarmada com a reviravolta, está de um jeito que não dorme e não come, não fala e não acha graça em nada. Os cortes, os atrasos e as diminuições de salários, o desemprego... A Rádio Clube fechou, outras estações entraram em regime de cortes severos... O panorama do rádio carioca, hoje, é exatamente este: resta a Nacional, ainda numa posição de liderança, equilibrando receita com despesa; resta a nossa heróica Mayrink Veiga, que vinha numa ascensão fabulosa, com os seus artistas e funcionários dispostos a suportarem a crise, custe o que custar, ajudando o esforço de sua direção: restam as Associadas, regando seus gastos supérfluos lutando por um faturamento mais digno e, também sem nada que lhes seja dado de mãos beijadas, mantendo, só Deus sabe como, um pouco de qualidade em seus programas montados. As outras – são umas 13, parece – vão tocando seus discos.” MORAES, Antonio Maria Araújo de. *Pobre rádio*. In: *Pernoite...*, p. 69-71.

19 WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

fenômenos que vivenciavam. Não que todos compulsoriamente passassem a viver de acordo com esses padrões e absorvessem as perspectivas de vida que se constituíram em Copacabana, mas a imagem desse novo ideal de vida não deixou de ser sonhada, desejada e incorporada por uns e refutada por outros.

Copacabana era palco de tensões entre valores tradicionais e modernos, numa dramaticidade não previamente definida, num dilema entre mudar ou permanecer, e até que ponto. Idealizava-se um novo modelo de conjugalidade, com a rejeição de vínculos formais, e questionava-se um duplo padrão de moralidade, com a exigência de uma fidelidade estrita por parte da mulher e a aceitação da fidelidade relativa por parte do homem.

Um automóvel deixou uma mulher à porta do prédio de apartamentos – pelo estado em que se encontra a maquiagem, andou fazendo o que não devia. Os ruídos crescem e se misturam. Bondes, lotações, lambretas e, do mar, que se vinha escutando algum rumor, já não se tem o que ouvir.²⁰

Na metrópole, Copacabana é o lugar que permite o anonimato e as alternativas de relações interpessoais, o ocultamento de múltiplas relações clandestinas e fora dos padrões tradicionais. Ali se conciliam traços mais tradicionais e mais modernos na vida a dois, mas as ligações fora dos parâmetros do casamento tradicional, mesmo que mais frequentes e em número cada vez maior, ainda são consideradas ilícitas.²¹

Cada edifício tem uma média de 50 janelas, por trás das quais se escondem, estatisticamente, três casos de adultério, cinco de amor avulso e solteiro, seis de casal sem bênção e dois entre cônjuges que se uniram, legalmente, no padre e no juiz. Por trás das 34 janelas restantes, não acontece nada, mas muita

20 MORAES, Antonio Maria Araújo de. Amanhecer em Copacabana. In: *Com vocês Antonio Maria*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

21 Diria que não existe um comportamento desviante em si; ele é assim rotulado pelas pessoas, fruto de um processo interativo. GOLDEMBERG, Mirian. *Ser homem-ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 90.

coisa está por acontecer. É só continuar comprando os jornais e esperar...²²

As transformações no espaço urbano são indissociáveis das transformações no espaço privado. Percebe-se, também, “porta adentro”, um processo de modernização, mas de forma lenta, irregular e, até, resistente, numa nova experiência urbana do viver em pequenos apartamentos, em geral só:

Sua casa deve ser pequena, não mais que um quarto e uma sala. Teria ainda uma cozinha, um banheiro e um terracinho ao fundo, com o lavador de roupa. Quanto aos móveis, os da sala seriam: um sofá, duas poltronas, uma mesinha baixa de centro e outra, desmontável, dessa que ficam pela metade e são encostadas na parede. Sobre esta mesa, um jarro de flores e um retrato de parente; uma mesa para almoçar e jantar, se viesse gente de fora. Na mesinha baixa de centro, dois cinzeiros, com o nome de uma boate. Sobre o assoalho, sem tomá-lo todo, um tapete branco de cordão grosso. Haveria ainda uma vitrola portátil e os discos estariam na cadeira ao lado. Nas paredes, duas ou três reproduções (uma de Gauguin) e mais um quadrinho pequeno, de pintor nacional.

Agora, por exemplo, se são duas da tarde, a moça estaria tomando uma xícara de café, em cima de um guardanapo de matéria plástica... Estaria vestida como dormiu, porque mora sozinha e gosta de ficar nesse deus-dará, até que lhe chegue coragem de tomar banho, vestir-se...

Defronte na penteadeira um aviso de banco e uma conta de luz e gás. O vidro de perfume nas últimas. Existir é difícil. Matar-se ou prosperar. No chão, revistas, quase todas com fotografias de Teresinha Morango. Noutra, várias poses de Colette Marchand. A angústia e a inutilidade dos tímidos. Gostaria de ser beijada silenciosamente na frente. Gostaria de entender o seu misticismo. Gostaria de ter um amigo íntimo. Gostaria de ter a vida menos minha (diz e pensa), não sei

22 MORAES, Antonio Maria Araújo de. Roteiro de Copacabana, *In: Pernoite...*, p. 44-45.

intimidade nenhuma. Lembra-se de um certo cidadão que a ama, ou a amou. Se ele entrasse, ela fecharia os olhos...²³

A par do sentimento de estar só no espaço, o “sentir só”, expresso na crônica de Antonio Maria, persiste nas canções de Dolores Duran.

A noite do meu bem – Dolores Duran

Hoje eu quero a rosa mais linda que houver
e a primeira estrela que vier
para enfeitar a noite do meu bem...
Eu quero toda a beleza do mundo
Para enfeitar a noite do meu bem

Noite do meu bem, Dolores Duran

Como artista e boêmia, Dolores se movia com destreza nesse território urbano, Copacabana, que conhecia como ninguém, identificando com esse universo suas regras e formas de expressão que se diferenciavam das do dia, mas nem por isso eram marginais ou desvinculadas dos elementos fundantes da sociedade, como trabalho e família.

Para Dolores Duran a noite começava no Cangaceiro. Quando estava especialmente feliz, bebia um coquetel de frutas, mas quando sentia que “a solidão vai acabar comigo” tomava uísque puro. Lá batia um papo, soltava algumas piadas e depois ia cantar no Little Club, outra boate da área, do mesmo dono do Cangaceiro. No final da noite, antes de começar outro circuito, “duas cafiaspirinas, uma colher-de-açúcar em um cálice e meio de água” e estava pronta. Dificilmente dormia antes do início da manhã, cantava até tarde nas boates, prolongava por alguns locais e chegava a ir assistir a primeira missa do dia no Mosteiro de São Bento, sob o fundo musical dos cantos gregorianos.

23 MORAES, Antonio Maria Araújo de. Previsão à maneira de Prévert. In: *Com vocês Antonio Maria...*, p. 138-141.

Assim, como artista reconhecida nas rodas da boemia do Rio de Janeiro, suas canções captavam muito desta atmosfera enfumaçada da boemia carioca dos anos 50 e do samba-canção, de uma Copacabana de colunas sociais emergentes, de cronistas como Antonio Maria, Sérgio Porto e de figuras como Lúcio Rangel, Mariozinho de Oliveira, Comandante Edu.

A música de Dolores Duran ficou na memória desse território como representação dos anos dourados de Copacabana, em que se vivenciava um clima de pós-guerra com crescente esperança de se redescobrir o ser humano, com um querer crescer e ultrapassar barreiras, num país assentado numa “tenra democracia” que duraria pouco. As pessoas começavam a libertar-se de tabus ancestrais e dependências existenciais. Com rara sensibilidade, conseguiu flagrar o mistério: sem esclarecê-lo, expressou de forma melódica o que todos sentiam.

As composições de Dolores Duran identificam o espaço público como “mundo mau”, com conotações negativas de perigo, indiferença e estranhamento, enquanto o mundo privado, espaço feminino, representa refúgio seguro. Trata-se de uma visão do lar como espaço balsâmico da paz, abrigo, espaço do amor idílico; é ninho, é santuário, no qual as relações se diluem sob um etéreo apelo ao enlace sublime.

A nossa casa, querido
 Já estava acostumada
 Aguardando você
 As flores na janela
 Sorriam, cantavam
 Por causa de você!
 Olhe meu bem, nunca mais me deixe, por favor
 Somos a vida, o sonho
 Nós somos o amor!
 Entre, meu bem, por favor
 Não me deixe o mundo mau lhe levar outra vez
 Me abrace simplesmente
 Não fale, não lembre
 Não chore, meu bem!

Por causa de você, Dolores Duran e A. C. Jobim

Nos espaços, e com eles, delineiam-se as funções e estabelecem-se as relações entre os gêneros. A casa, além de lugar do “repouso do guerreiro”, é o espaço onde o homem deve ser companheiro dedicado e

constante, e a mulher deve propiciar um ambiente aconchegante, agradável, como um espaço da espera do amado.

Nas canções, o espaço, dependendo do sentimento do sujeito amoroso, pode ser pleno de luminosidade e felicidade, momento-espaço de reconstrução – o amanhecer, um novo dia, uma nova possibilidade.

O vento alegre que me traz esta canção
 Quero que você me dê a mão,
 Que eu vou sair por aí,
 Sem pensar no que foi que sonhei,
 Que chorei, que sofri
 Pois a nossa manhã
 Já me fez esquecer
 Me dê a mão vamos sair
 Pra ver o sol

Estrada do sol, Dolores Duran e A. C. Jobim

A noite é vista como momento do prazer e da boemia, mas é representada como escura, triste, identificada com amargura, dor e solidão:

Ai, leva-me contigo
 pela noite eterna
 da tua amargura

Leva-me contigo, Dolores Duran

A noite é o escuro em que o sujeito apaixonado vaga abandonado na sua dor.

No ar parado passou um lamento
 Riscou a noite e desapareceu
 Depois a lua ficou mais sozinha
 Foi ficando triste e também se escondeu
 Na minha vida, uma saudade meiga
 Soluçou baixinho
 No meu olhar, um mundo de tristeza
 Veio se aninhar
 Minha canção ficou assim sem jeito
 Cheia de desejos
 E eu fui abandonado pela rua escura
 pra poder chorar

Pela rua, J. Ribamar e Dolores Duran

A dor da solidão no espaço público, do espaço que oculta e que oprime, a dor da saudade assolada pelo vento frio...

Ai, a rua escura, o vento frio
 Esta saudade, este vazio
 Esta vontade de chorar...
 Ai, esta amargura, esta agonia

Ternura antiga, J. Ribamar e Dolores Duran

Mas a noite também é o aconchego preparado ao homem amado, e para ele a mulher apaixonada quer tudo de melhor.

Hoje eu quero a rosa mais linda que houver
 e a primeira estrela que vier
 para enfeitar a noite do meu bem
 Hoje eu quero paz de criança dormindo,
 E o abandono de flores se abrindo
 Para enfeitar a noite do meu bem
 Quero a alegria de um barco voltando
 Quero a ternura de mãos se encontrando,
 Para enfeitar a noite do meu bem
 Ah, eu quero amor
 O amor mais profundo
 Eu quero toda a beleza do mundo
 Para enfeitar a noite do meu bem
 Ah, como esse bem demorou a chegar
 Eu já nem sei se terei no olhar
 Toda a pureza que quero lhe dar

Noite do meu bem, Dolores Duran

As representações da noite e dos seus territórios são múltiplas, diversificadas e até contraditórias. As crônicas e músicas são focos privilegiados para recuperar o cotidiano de um território – os anos dourados de Copacabana –, em que as pessoas começavam a libertar-se de certos tabus, convivendo com as tensões entre valores tradicionais e modernos, numa dramaticidade não previamente definida, num dilema sobre até onde mudar ou permanecer.

Referências Bibliográficas

- AVANCINI, Marta. Marlene e Emilinha nas ondas do rádio: padrões de vida e formas de sensibilidade no Brasil. *História & Perspectiva*, Uberlândia: UFU, n. 3, p. 113-135, 1990.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- BOFF, Adriane de Mello. Histórias de (des)amores no “namoro no rádio”: afetos e narrativas. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 3, p. 65-195, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velho*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1987.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien*. Paris, 1980.
- _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- GOLDEMBERG, Mirian. *Ser homem-ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LENHARO, Alcir. *Cantores do rádio: trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- LUZ, Madel Terezinha. O corpo da cidade. In: PECHMAN, Robert (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.
- MATOS, Cláudia Neiva de. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MATOS, M. Izilda; FARIA, Fernando A. *Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- MATOS, Maria Izilda. *Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MORAES, Antonio Maria Araújo de. *Pernoite: crônicas de Antonio Maria*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.
- _____. *O Jornal de Antonio Maria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *Com vocês Antonio Maria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- OLIVEN, Ruben George. A mulher faz e desfaz o homem. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 2. n. 376, p. 55, 1987.

- PARANHOS, Adalberto. Novas bossas e velhos argumentos: tradição e contemporaneidade na MPB. *História & Perspectiva*, Uberlândia: UFU, n. 3, p. 5-111, 1990.
- PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- RAMA, Angel. *Cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RESENDE, Beatriz (Org.). *Crônicas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos 19 e 20*. Salvador: Fac. de Arquitetura, 1992.
- SALVADORI, Maria Angela Borges. Malandras canções brasileiras: cultura e linguagem. *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 17, 1986/87.
- SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara: a imagem da mulher na música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SANTOS, Joaquim Ferreira. *Antônio Maria*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes/Funarte, 1988.
- TATIT, Luiz. *O cancionista: composições de canções no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.
- TOTA, Antonio Pedro. *Samba da legitimidade*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - FFLCH-USP.
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar /UFRJ, 1995.
- VINCENT-BUFFAULT, Anne. *História das lágrimas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Músicas

- Estrada do sol*, Dolores Duran e Antonio Carlos Jobim, 1958
- Leva-me contigo*, Dolores Duran, [s.d.]
- Minha toada*, Dolores Duran, [s.d.]
- Noite de paz*, Dolores Duran, [s.d.]
- Noite do meu bem*, Dolores Duran, 1959
- O negócio é amar*, Dolores Duran e Carlos Lyra, [s.d.]
- O que é que eu faço*, Dolores Duran e Ribamar, [s.d.]
- Olha o tempo passando*, Dolores Duran e Edson Borges, 1959
- Pela rua*, Dolores Duran e Ribamar, 1959
- Por causa de você*, Dolores Duran e Antonio Carlos Jobim, 1957
- Se é por falta de adeus*, Dolores Duran e Antonio Carlos Jobim, [s.d.]
- Se eu tiver*, Dolores Duran e Ribamar, 1959
- Só ficou a saudade*, Dolores Duran e F. César, 1957
- Solidão*, Dolores Duran, 1958
- Ternura antiga*, Dolores Duran e Ribamar, 1960
- Tome continha de você*, Dolores Duran e Edson Borges, 1959.
- Valsa de uma cidade*, Antonio Maria.
- Carioca*, Antonio Maria, 1954, [s.d.].

ESPACIOS DE SOCIABILIDAD Y DESENCUENTRO EN LA ALDEA CHILENA TRADICIONAL, 1700-1900*

René Salinas Meza**

RESUMO

En este artículo, intentamos precisar los rasgos de la violencia social que caracteriza a la sociedad chilena tradicional (siglos XVIII y XIX). Apoyados en los archivos judiciales, hemos tratado de desenmarañar la compleja red de problemas que vivía el mundo tradicional, especialmente en la vida cotidiana, tales como injurias, riñas, pendencias, insultos, etc. Estos problemas se dan en espacios relativamente bien acotados, tales como el ámbito doméstico, el barrio, la taberna, y otros. En ellos, los individuos interactúan siriéndose de mecanismos de sociabilidad que intentamos comprender como funcionan, y el rol que asume en ellos cada persona. En estos ámbitos de socialización se generan tanto los mecanismos de coerción como las conductas desviadas, dejando en evidencia un escenario social en el que la violencia parece estar presente cotidianamente. Las conductas desplegadas por estos individuos llegaron a construir una mentalidad colectiva capaz de dar origen incluso a formas de interacción y sociabilidad específicas. La violencia está en el centro de las relaciones de la gente, es un componente habitual de la existencia, que el cuerpo social admite como tal; del mismo modo, estudiamos específicamente los factores sociales, anímicos y culturales que caracterizan la violencia intrafamiliar, uno de los rasgos más persistentes de esa sociedad. Muchas de esas situaciones se explican por el ejercicio masculino de las prerrogativas patriarcales. Sin embargo, su observación permite comprender también el funcionamiento de otros factores: los circuitos de vigilancia, la legitimación y el castigo de la violencia.

Palabras-llave: sociabilidad, violencia, cotidiano, Chile (1700-1900).

* Este artículo se ha beneficiado de los recursos aportados por los proyectos de investigación *Transgresión, disciplinamiento y violencia social. Las pautas de la violencia interpersonal en Chile, 1700-1890*, Proyecto Fondecyt, Santiago de Chile y *Violencia y disciplinamiento social en Chile tradicional, 1700-1900*, Proyecto Dicyt-Usach, Santiago de Chile.

** Departamento de Historia – Universidad de Santiago de Chile.

ABSTRACT

This article intends to outline the main features of social violence – a characteristic of the traditional Chilean society (XVIII and XIX centuries). Upon evidence provided by law archives we have tried to untie the complex entanglement of quotidian altercations such as fights, quarrels, grievances, and so forth. These issues took place in relatively marked spaces, such as the home, the neighborhood, the tavern and others. The study herein tries to explain the socialization mechanisms through which people related to each other in the aforementioned places, and the roles played there by each of these individuals. Within such spaces of socialization, both coercive and deviated behavior came up, revealing a social structure where violence seems to be always present. The deviated behavior of those people built up a collective sense which could generate particular forms of interaction and sociability. Violence was central to the relations among people, it was a common side of their existence, accepted by society. Finally, a specific study was carried on social, behavioral and cultural factors which characterize violence within the family, one of the most common and lasting features of this society. Many of those circumstances can be explained by the prevailing male aspect of parental prerogatives. Nevertheless, the study also shed light over other relevant factors such as vigilance, legitimization and punishment of violence.

Key-words: sociability, violence, quotidian, Chile (1700-1900).

Presentación

Los estudios referidos a la violencia al interior de la sociedad tradicional han experimentado en los últimos veinte años un avance significativo. Ha sido precisamente la historia de las mentalidades la que ha contribuido de manera más relevante a la promoción de esta temática con el énfasis que ha puesto en la vida cotidiana, las manifestaciones afectivas, la sexualidad, las transgresiones a las normas civiles y eclesiásticas y las actitudes ante la vida y la muerte.¹ El corolario de dichos enfoques está

¹ A este respecto existe una extensa bibliografía que se puede consultar con provecho en estudios devenidos clásicos como *La historia de la vida privada* (Bajo la dirección de Philippe

dado por la agresividad y su expresión en los fenómenos de violencia individual y colectiva. A partir de ellos la sociedad nos devela los valores y los contravalores que en un momento dado intervienen en la conformación del ethos cultural que identifica una época y a sus protagonistas.

A través de las fuentes documentales contenidas en los archivos judiciales se ha hecho posible acceder a la compleja maraña de problemas que sacudían el mundo tradicional. Especialmente a aquellos que se sucedían cotidianamente: injurias, riñas, pependencias, insultos, insubordinaciones, y que, en cuanto hechos habituales, desnudaban el carácter violento de las comunidades tradicionales. En esta oportunidad nos interesa dilucidar algunos rasgos de la violencia social al interior de las villas urbanas del Chile de los siglos XVIII y XIX. En este sentido, no hay que olvidar que – al menos hasta muy avanzado el siglo XIX– sólo existieron en Chile cuatro ciudades que podían ser definidas propiamente como tales: Santiago, La Serena, Concepción y Valparaíso. Su tamaño, la concentración de un alto porcentaje de la riqueza del país, las residencias de las familias más importantes de la élite política y la existencia de un sector comercial relativamente dinámico y pujante las diferenciaban del resto del territorio en el que la ruralidad dominaba por completo o recién iniciaba un lento y resistente proceso de repliegue. Aquí, no sólo era el espacio físico dominado por la hacienda y el verde del campo y sus cultivos lo que caracterizaba a la sociedad, sino también las formas de vida campesina que asumían sus habitantes. Sólo en algunos pequeños enclaves de este extenso territorio es posible percibir una realidad dual, moderna y a la vez tradicional, pero ello muy a finales del periodo que estudiamos. Es precisamente al interior de

Ariès y Georges Duby), Madrid 1987, 5 volúmenes. Para una actualización de las discusiones más recientes, véase los trabajos de Peter Burke (Ed.), *Formas de hacer historia*, Madrid, 1994. *Historia a debate*, (Carlos Barros, editor), Santiago de Compostela, 1995, 5 volúmenes. SEMINARIO Familia y Elite de Poder en el Reino de Murcia, Siglos XV-XIX. *Historia de la familia. Una nueva perspectiva sobre la sociedad europea*. Murcia, España, 1997, 5 volúmenes. Para América Latina, si bien estos temas recién comienzan a interesar, pueden consultarse los estudios originados en el Seminario de Historia de las Mentalidades dirigido por Sergio Ortega en el Instituto de Antropología e Historia de México: *El placer de pecar y el afán de normar*, México, 1987. *Del dicho al hecho: transgresiones y pautas culturales en la Nueva España*. México, 1989. *Casa, vecindario y cultura en el siglo XVIII* (Dolores Enciso, coordinadora), México, 1998. También hay algunas monografías específicas para algunos países que se deben tener en cuenta. Pablo Rodríguez, *Sentimientos y vida familiar en el nuevo Reino de Granada*. Santa Fe de Bogotá, 1997. Ronaldo Vainfas, *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, 1989.

esta realidad urbana, profundamente permeada por la cultura rural, donde se desarrollan los conflictos y tensiones que detonan las situaciones de violencia. Veamos entonces los ámbitos específicos en los cuales ésta se desarrolla, las características que ofrece y cómo se manifiesta al interior de las unidades de coresidencia del Chile tradicional.

Ámbitos y mecanismos de sociabilidad aldeana

Los avances y transformaciones materiales y culturales experimentados por la sociedad chilena y muy especialmente por las emergentes villas y ciudades durante los siglos XVIII y XIX – proletarización de la mano de obra, concentración urbana de la población, modernización productiva, etc. –, generaron las condiciones para el desarrollo de un conjunto de relaciones intra e interpersonales entre sus habitantes las que, a medida que se profundizaban dichos cambios, se fueron haciendo más variadas y complejas.

Pero estos cambios no se dieron de manera vertiginosa ni simultáneamente en todas las regiones del país. Por el contrario. Se avanzó lentamente y de manera desigual. Al punto que, por mucho tiempo, sobrevivieron en las villas y aldeas aquellas formas de sociabilidad propias del mundo rural tradicional. De esta manera, la eclosión y coexistencia de las formas de sociabilidad tradicional con aquellas más propias del mundo urbano contemporáneo, se convirtió en el rasgo distintivo de los dos siglos precedentes.

La sociabilidad aldeana se convierte, de esta manera, en uno de los objetos de estudio más interesantes para el conocimiento de la sociedad tradicional. En ella, los circuitos que identifican la convivencia permiten conocer la cotidianeidad y las diferentes formas de conflictividad que caracterizan la sociedad de la época. Esta sociabilidad, construida a partir de una intrincada red de relaciones callejeras, facilitaba el equilibrio interno de la comunidad controlando las tensiones que habitualmente la conmovían. Efectivamente, la información que se transaba en dicha red constituía la referencia válida y verdadera del grado de compromiso del individuo con la escala de valores éticos que reconocía la comunidad o, a

la inversa, con el grado de marginalidad en que se sitúa quien contravenía la norma.² De esta manera adquieren más valor para estos grupos sociales aquellos códigos implícitos que el sujeto cumple por encontrarse persuadido de que debe comportarse de este modo para adecuarse a lo que la comunidad espera de él.³ Toda la sociedad aprende por *el 'oído decir'* o *'visto hacer'*, o sea mirando y escuchando en el lugar donde se encuentran. De esta manera, y de acuerdo con los grados mayores o menores de adaptación de los sujetos a los códigos de conducta legitimados por la sociedad, se comenzaba a constituir la marginalidad específica que cada comunidad originaba en su propio seno. Por lo mismo, las actitudes desviantes, pese a ser minoritarias, no dejan de ser reveladoras de las tensiones y conflictos latentes al interior de la comunidad.⁴

Los espacios más característicos de la sociabilidad aldeana son, para el caso de la mujer: la calle inmediata al hogar, el patio, la cocina.⁵ Al interior o entorno a éstos ámbitos, las mujeres asumen un rol prioritario en la organización de una variada gama de actividades: preparan fiestas y ceremonias (familiares y religiosas); transmiten leyendas y los miedos; enseñan cuentos, acertijos y trabalenguas; monopolizan el misterio de la vida (parto); ofician de *sanadoras* (función acentuada por la ausencia de médicos o de recursos para pagarlos), y sobre todo controlan el mundo de la cocina y la formación de los niños. La mujeres son también, productoras, generadoras y defensoras de la cultura popular, y esencialmente el epicentro de la socialización y culturización de su prole.⁶ Para los hombres, por el

2 Respecto de este tema ver nuestro trabajo, "La transgresión delictiva de la moral tradicional y sexual y su represión en Chile tradicional", *Contribuciones Científicas y Tecnológicas*, 114, 1996, p. 22.

3 Para las sociedades europeas de Antiguo Régimen véase los estudios de Robert Muchenbled, *Culture populaire et culture des élites dans la France Moderne, XV-XVIII siècles*, París, 1978, y *L'invention de l'homme moderne: sensibilités, mœurs et comportements collectifs sous l'Ancien Régimen*, París, 1988, y de J.A. Gutton, *La sociabilité villageoise dans l'Ancien France: solidarités et voisinage de XVIe au XVIIIe siècles*, París, 1979.

4 Solange Alberro, "Algunos grupos desviantes en México colonial. Conclusión", en Gabriela Becerra (Coord.), *Familia y sexualidad en Nueva España*, Memoria del Primer Simposio de Historia de las Mentalidades, Fondo de Cultura Económica, México, 1982. p. 303.

5 Teresa Lozano Armendares, "'Y es de pública voz y fama'. Conflictos entre vecinos en el siglo XVIII", en Dolores Enciso Rojas (coordinadora), *Casa, vecindario y cultura en el siglo XVIII*, VI Simposio de Historia de las Mentalidades, INAH, Ciudad de México, 1998, p. 117-119.

6 José Carlos Enríquez, *Sexo, género, cultura y clase. Los rumores del placer en las Repúblicas de los hombres honrados de la Vizcaya tradicional*, Bilbao, 1995, p. 150 ss.

contrario, los lugares clásicos de sociabilización se encuentran extramuros; son: la cantina – “pulpería”, bodegón, “chingana”, etc.– y los juegos y diversiones – “cancha” de carrera, reñideros de gallos, juegos de naipes – y las festividades religiosas y civiles.

La casa y la vecindad eran, habitualmente, lugares de solidaridad y de fraternidad, pero, también, se convertían en espacios de competencia de intereses sexuales, económicos y personales. La proximidad con que se vivía exponía a las personas a roces que se expresaban en forma verbal o de hecho y que generalmente herían el honor. Ello porque el comportamiento de una persona no era ajeno al interés de sus vecinos, pues se compartía con ellos los callejones, patios y solares. En el momento de un altercado o diferencia de opinión, lo íntimo se volvía materia de acusación.⁷

La casa en la sociedad tradicional cumple múltiples funciones. Por una parte opera como residencia y ámbito de existencia del grupo corresidente, pero es también el eje articulador de la economía familiar, de las redes de afectos y de los conflictos internos. Lentamente la casa va conquistando mayores espacios de intimidad y, en la misma medida, la vida comunitaria se hace menos cohesionada y se observan en distintos estratos sociales tendencias al resguardo de los aspectos afectivos.

Todas las paradojas de la vida comunitaria se albergan en la casa. Así, mientras existe una casa que sigue rigurosamente la normatividad que es promovida por las instituciones (civiles y eclesiásticas), también ampara la violencia contra la mujer, el sexo oculto/escondido con la servidumbre, el amancebamiento en el barrio, los delitos sexuales contra miembros de la familia y los acuerdos afectivos extramatrimoniales. La casa de día y la casa de noche. La casa del comedor y la casa de la cocina. La casa iluminada y la casa en tinieblas. La casa de respeto “temerosa de Dios” y la que cobija el escándalo público.⁸

Pese a lo anterior, también es factible reconocer espacios de sociabilización más colectivos; como la iglesia, la plaza, la esquina, etc. Así, el servicio religioso es el momento en que el sacerdote anuncia las novedades, lee los edictos y previene a los residentes. La iglesia, al igual

7 Pablo Rodríguez, “Casa y orden cotidiano en el Nuevo Reino de Granada. Siglo XVIII”, en *Casa, vecindario y cultura en el siglo XVIII*, p. 91-102.

8 René Salinas Meza, “Relaciones afectivas articuladas en torno al espacio doméstico en la aldea chilena. 1750-1850”, *Casa, vecindario y cultura en el siglo XVIII*, p. 17-33.

que la plaza, se convierten en espacios privilegiados del aprendizaje social. En ese sentido es necesario señalar que, el agrupamiento urbano en torno a la plaza (iglesia, edificios públicos, casas de notables) favoreció notablemente el desarrollo y expansión de esta tendencia. Por su parte, la casa, el barrio, la aldea, la villa, el monte, también fungieron como otros tantos lugares de un macroespacio global.⁹

Es precisamente en estos ámbitos de constitución de la identidad aldeana, en los cuales se desarrollan y confrontan los mecanismos de comunicación social de la comunidad. Ellos se convierten, entonces, en la estructura no escrita de control social. No puede extrañarnos, entonces, que parte importante de las conversaciones aldeanas, especialmente aquellas que se deslizan como parte de la estrategia de control y sanción colectivas, se refieran al honor de los sujetos. En consecuencia una de las preocupaciones principales de la comunidad era vigilar las uniones de pareja, rechazando y denunciando a aquellas que se constituían al margen de las disposiciones eclesiásticas. Debido a ello la injerencia de la comunidad era determinante en algunas parejas: permitía la convivencia de las constituidas bajo la protección de la Iglesia y repudiaba y expulsaba a las que transgredían dichas normas.¹⁰

En consecuencia podemos considerar el barrio, siguiendo a Arlette Farge, como una especie de ser vivo que reacciona a los acontecimientos, a la suerte y desgracia de cada uno. De ahí que en pleitos y conflictos judiciales su presencia y testimonio sea constante. Ser conocido por la población del barrio era necesario e importante, por el contrario, pasar por extraño o por vagabundo constituía un problema, que podía provocar la indignación colectiva.¹¹

9 Al respecto se puede revisar la primera parte del artículo de Igor Goicovic Donoso, "El amor a la fuerza o la fuerza del amor. El rapto en la sociedad chilena tradicional", *Contribuciones Científicas y Tecnológicas*, 118, 1998, p. 98-100.

10 Dolores Enciso Rojas, "Uniones matrimoniales sancionadas por el consenso de la comunidad. Siglo XVIII", en *Comunidades domésticas en la sociedad novohispana. Formas de unión y transmisión cultural*, Memoria del IV Simposio de Historia de las Mentalidades, Seminario de Historia de las Mentalidades, Instituto Nacional de Antropología e Historia, México, 1994, p. 148-153 y Adelina García Muñoz, *La memoria, la mirada y la palabra. Chismorreo y los límites de la comunidad*, *Estudios D'Antropología Social y Cultural*, Universidad de Barcelona, Barcelona, 1997, p. 63.

11 Arlette Farge, *La vida frágil. Violencia, poderes y solidaridades en el París del siglo XVIII*, Instituto Mora, México, 1994, p. 20.

Pero esta actitud vigilante, al igual que muchas otras, se presenta condicionada por las relaciones y redes de solidaridad y clientelismo construidas por los sujetos. Por ello no es extraño observar junto a la actitud fiscalizadora y punitiva una disposición solidaria que apunta a impedir el castigo, cobijar, o simplemente atestiguar en cuanto a la calidad moral de sus vecinos. La solidaridad de los vecinos se muestra tanto para acompañar “el mal camino” como para proteger a los transgresores.¹²

De esta manera, la fama pública, tanto buena como mala, se transformaba en un producto derivado del sistema del honor que establecía categorías sociales y reputación en virtud de la opinión pública. Al igual que su fuente inspiradora, la fama pública, tenía la fuerza de un mecanismo de control: propagaba estereotipos y otorgaba posición en la escala social, confería derechos y obligaciones y unía a los miembros de la sociedad contra lo que fue identificado como inmoral o indeseado, legitimando, de esta manera, sus propios criterios.¹³

Se erige, de esta manera, un sistema de relaciones sociales en el cual la discriminación, la exclusión y la autopercepción de superioridad, se construyen a partir de los grados de cohesión, identificación colectiva y mancomunidad de normas que el grupo dominante se da a sí mismo. Como señala Norbert Elias, “Un grupo puede estigmatizar a otro efectivamente sólo mientras esté bien establecido en posiciones de poder de las cuales el grupo estigmatizado se encuentra excluido”. A su vez, el “[...] estigma lanzado por el grupo más poderoso sobre otro de poder inferior, normalmente entra a formar parte de la autoimagen de este último, y por esta vía lo suele debilitar y desarmar aún más”.¹⁴

Pero pese a la gravedad de las transgresiones y a la radicalidad de la ofensa al honor, las familias, al margen de la justicia, efectuaban arreglos para reparar los agravios. En ellos participaban los familiares involucrados, los amigos, el cura, las monjas, etc., y sólo cuando éstos fracasaban se

12 Silvia Mallo, “Justicia, divorcio, alimentos y malos tratos en el Río de la Plata, 1766-1857”, *Investigaciones y Ensayos*, 42, Buenos Aires, enero-diciembre, 1992, p. 399.

13 Tamar Herzog, *La administración como un fenómeno social: La justicia penal de la ciudad de Quito (1650-1750)*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1995, p. 266.

14 Norbert Elias, “Ensaio teórico sobre las relaciones entre establecidos y marginados”, en *La civilización de los padres y otros ensayos*, Editorial Norma, Santa Fé de Bogotá, 1998, p. 89-90.

acudía a la autoridad civil.¹⁵ En todo caso esta defensa del honor, al igual que la agresión, no correspondía exclusivamente a la familia; era más bien una función social, ya que si bien el honor se fundaba en el buen nombre y buena fama de una persona o una familia, estas se representaban ante la comunidad.¹⁶ Por ello el ocultamiento de su pérdida o el desprecio de su valor, eran delatados por la comunidad. Es precisamente en función de ello que la comunidad recurría a los actos simbólicos: rumores, injurias verbales y escritos satíricos.¹⁷

En este espacio juega un papel de gran relevancia el *chismorreo*, que actúa como canal imprescindible de información por la estrechez del medio social y que, con el tiempo, se transformará también en algo así como el espejo de los valores morales.¹⁸ La complejidad creciente que va conociendo la forma de vida de estas comunidades complicó todavía más esta forma de relación humana, asociando al ‘chismorreo’ expresiones de odio o inquina por problemas familiares y sobre todo, por divisiones sucesoriales. El rumor, el chismorreo, las habladurías, se constituyeron en una poderosa arma de disciplina y control comunitario, en manos principalmente de las mujeres, ya que éstas asumen papeles comunitarios que les relacionan más directamente con sus vecinos/as que con sus ocupaciones laborales propiamente tales. En ese entramado femenino, las habladurías – padecidas y esgrimidas por las mujeres –, son usadas como mecanismo de

15 Pablo Rodríguez, “Seducción, amancebamiento y abandono en la colonia”, *Colección Historia*, 2, Fundación Simón y Lola Gubereck, Santa Fe de Bogotá, 1991. p. 67.

16 Un estudio realizado por Alfred Soman, en el París del siglo XVII, acreditó que la mayoría de los avenimientos notariales tienen que ver con situaciones relacionadas con el honor de las personas: excesos, injurias e ilegitimidad. Los acuerdos, normalmente, se producen rápidamente (primera o segunda entrevista), “L’infra-justice a Paris d’apres les archives notariales”, *Histoire, Economie et Societé*, 3, 1982.

17 Una interesante aproximación al tema del “control social” de las conductas afectivas en Europa, lo podemos encontrar en el artículo de E. P. Thompson, *Rough music, la cencerrada inglesa*, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, Ciudad de México, 1994. Es evidente en las sociedades tradicionales que en coyunturas de tensión social el público y el sistema usaban la fama como un instrumento mediante el cual acusaban a ciertas personas de ser responsables de la mala situación experimentada por la comunidad.

18 Este punto lo tratamos ampliamente en nuestro trabajo, “Espacio doméstico, solidaridades y redes de sociabilidad aldeana en Chile tradicional, 1750-1880”, *Contribuciones Científicas y Tecnológicas*, 118, Santiago de Chile, 1998. Para la sociedad obrera londinense del siglo XIX se pueden consultar los textos de Ellen Ross, *Love and toil: motherhood in outcast London, 1870-1918*, Oxford, 1993 y de Melanic Tebbutt, “Gossip”, en Davies, A. y Fieldine, S. (Ed.), *Workers world*, Manchester, 1992.

sujeción al orden comunitario. Se debe tener presente, además, que el rumor es también un mecanismo de información emotivo que hace posible la necesidad de proclamar públicamente los acuerdos privados. Los rumores tendían a agrandarse y hacerse creíbles en la medida en que testimoniaban resentimientos anteriores.¹⁹ El chisme fue usado a menudo como una forma de represión y la murmuración se extendió con el fin de sembrar un sentimiento de rechazo hacia los involucrados en ella.²⁰

La violencia en la sociedad tradicional

Sólo con el desarrollo del capitalismo industrial, y a partir de los problemas económicos y sociales que le son inherentes, comenzaron a cobrar importancia los estudios relativos a los circuitos de la vida popular. De esta manera, el asistencialismo (caridad) y los mecanismos punitivos, monopolizaron la atención de la intelectualidad europea del siglo XIX. Se comenzó a arraigar, a partir de este momento, una de las ideas fuerza más potentes del mundo contemporáneo: el pobre como un criminal en potencia. Desde mediados de la década de 1960 en adelante la historiografía europea relativa a violencia social se articuló en torno a dos grandes tendencias: los estudios cuantitativos, derivados de la construcción de series judiciales y los estudios cualitativos, entre los cuales encontramos los case study, la microhistoria, la antropología cultural la sociología histórica y la etnohistoria.²¹

Los estudios referidos han permitido realizar algunas aproximaciones teóricas de gran valdes para diferentes áreas de estudio. Reconocer, por ejemplo, que la violencia colectiva es una representación cultural de

19 Al respecto, R.L. Rosnow y G.A. Fine, *Rumor & gossip: the social psychology of Herasey*, New York, 1976, p. 19-37 y 105-119. Sobre los contextos sociales del rumor, vease T. Shibutani, *Improvised news: a sociological study of rumor*, New York, 1986.

20 Vease para la sociedad neogranadina, el estudio de Alonso Valencia, "El chisme y el escándalo en la sociedad colonial", *Estudios Sociales*, 3, 1988, p. 35-47.

21 Doris Moreno y José Luis Bertrán, "Justicia criminal y criminalidad en la Cataluña moderna", en Carlos Barros (Ed.), *Historia a debate. Retorno del sujeto*, v. 2, Santiago de Compostela, 1995, p. 104-111.

los códigos asumidos e internalizados por la sociedad en un momento determinado. Tanto mirado desde la perspectiva de su aceptación como de su rechazo. Esto significa que en todos los actos violentos existen aspectos románticos, trágicos, míticos e irónicos que juegan un rol fundamental para el desencadenamiento de la conducta transgresora. Lo imaginario y lo ritual operan como una dialéctica entre metáfora (componentes mítico-recreativos del pasado; alegórico-culturales, etc.) y sacramento (componente de guerra, trágicos, ritualizados, autotranscendentes).²²

Efectivamente, cada grupo social, mediante mecanismos de socialización, impone a todos sus integrantes unos valores, unas creencias y unos símbolos, de tal forma que se produce en ellos una nivelación y uniformidad de conductas; es decir, se hacen partícipes de un modelo conductual de conformidad o normalidad. Así, el estudio del mundo criminal nos pone de manifiesto hasta que punto los valores culturales han sido asimilados, o si se ha optado por el rechazo de los mismos.²³ En este contexto, el crimen se convierte en el marco de referencia, por antítesis, de la gramática de la conducta, mientras que la reacción contra las actitudes criminales (penas) nos permiten conocer la intensidad de los sentimientos colectivos que el crimen ofende.

Es precisamente en el complejo sistema de los valores y sus contrarios donde radica el origen de la violencia individual e institucional. Pero es el poder político el que dicta y define los valores y sus contrarios, organiza y administra los antagonismos concibiendo la sociedad como un espacio cerrado y dominado, pensado para la moralización. Debido a lo anterior son los códigos institucionales que explicitan las desviaciones los que nos permiten identificar las proyecciones de la violencia: la violencia contra los cuerpos (aborto, tormento, riña, duelo, violación, rapto, suicidio, homicidio, asesinato, ejecución de la pena de muerte), violencia contra la propiedad (hurtos, asaltos, robos, falsificaciones, fraudes, corrupción) y violencia contra el pensamiento (la más difusa de todas: censura, índice de libros prohibidos, expurgatorios).²⁴

22 Joseba Zulaika, "Violencia, texto y parodia", *Antropología*, 6, Madrid, 1993, p. 37-64. p. 42.

23 Iñaki Bazán, "La historia social de las mentalidades y la criminalidad", en Carlos Barros (Ed.), *Historia a debate. Retorno del sujeto*, v. 2, Santiago de Compostela, 1995, p. 95.

24 Ángel Rodríguez, "La historia de la violencia: espacios y formas en los siglos XVI y XVII", en Carlos Barros (Ed.), *Historia a debate. Retorno del sujeto*, v. 2, Santiago de

Son los ámbitos de sociabilización a los cuales concurren los sujetos, los que permiten la eclosión entre los mecanismos de coerción y las conductas desviadas.²⁵ De ellos el más relevante es, sin lugar a dudas, la calle; en ella se “exponen” los sujetos ante los demás; es el escenario que el Estado intenta organizar y vigilar; pero es también un espacio abierto e incontrolado en el cual opera la delincuencia organizada. En ella también se representan la suntuosidad y simbolismo del poder “[...] desde los paseos vergonzantes, hasta las ejecuciones de la pena de muerte, la calle se convierte en un teatro repleto de protagonistas, de personajes secundarios y de espectadores”. Por su parte la Iglesia opera, fundamentalmente, como el espacio de la transgresión laica y de la represión eclesiástica. Se trata de escenarios, culturales, funerarios y vivenciales en los cuales lo divino y lo terreno se entremezclan, complejizando la fiscalización y el accionar punitivo. Por último se encuentra la cárcel, concebida como espacio especializado en la tortura, la reyerta, el juego y la corrupción. Su particularidad radica en que logra diferenciarse en múltiples espacios de acuerdo con el sexo, la clase, las jurisdicciones y los delitos.

Para acceder al mundo de la transgresión y la violencia es imprescindible la revisión de los archivos judiciales. Son ellos los que nos permiten realizar el estudio de las relaciones entre los poderes públicos y los administrados, las normas y las normalidad, la modernización de las costumbres y el asentamiento del Estado, y conocer las mentalidades de los involucrados (acusados, testigos, jueces, etc.).²⁶ A través de estos documentos es posible que el historiador conozca los valores sociales y morales desplegados en unas formas de pensar, sentir y actuar. Ello nos permite conocer, a su vez, hasta que punto se ha producido la interiorización de las disposiciones culturales, el rechazo de las mismas y los procesos de marginación. También facilitan el conocimiento de los mecanismos de infrajusticia (avenimientos privados) utilizados en el proceso. Si disponemos de las sentencias es posible conocer la consideración social del delito, la relación entre delito y legislación penal y la presencia o inexistencia de uniformidad de criterios entre los jueces al aplicar las sanciones.

Compostela, 1995, p. 117-118.

25 *Ibid.*, p. 119-124.

26 Iñaki Bazán, *op. cit.*, p. 96.

Esta extraordinaria fuente incluso nos permite elaborar una sociología del crimen (tipología), al seriar los datos o referencias que aporta: lugar, fecha, hora, ámbitos, armas empleadas, etc. Por último, las alegaciones de víctimas y victimarios permiten conocer los requisitos que deben reunir las personas a objeto de disponer de una buena consideración social.²⁷

No cabe duda que uno de los problemas que nos presentan las fuentes judiciales es que el mundo del delito nos llega a través de las imágenes que sobre él nos proyectan sus antagonistas sociales, es decir a través del discurso de las clases dominantes. Pero ello no invalida las fuentes judiciales, sólo nos obliga a contrastarlas con otras fuentes: memorias, romances populares, política penal, etc.²⁸ De la misma manera las eventuales falsedades en las cuales incurren los testigos o protagonistas de las causas criminales, no cuestionan la validez de la fuente, ya que los aspectos contextuales contenidos en sus declaraciones son regularmente verdaderos. Como señala María Celina Tuozzo, “El crimen se constituye, así, en la anomalía inscripta sobre el escenario de la rutina que le sirve de contexto; anomalía y rutina se implican mutuamente de tal manera que uno se define en función del otro”.²⁹ De esta manera queda asegurada la funcionalidad histórica del documento: recrear la realidad social que sirve de entorno a los sujetos y sus acciones.

También es necesario destacar que en un escenario social en el cual la violencia emergía como una convulsión cotidiana, el ejercicio de la justicia operó más como un mecanismo de control social que como una expresión del derecho. No es extraño entonces que el discurso público le asigne a los tribunales la responsabilidad de mantener la paz y la justicia, insistiendo en la importancia de castigar los delitos y “pecados públicos”, de enmendar las costumbres y de suprimir los escándalos. No es extraño entonces que el paso del crimen al castigo sea expedito y que se hable habitualmente de “conveniencia” más que de justicia.³⁰ Ello porque la criminalidad operativizaba las relaciones entre el poder, la sociedad y los sujetos a través de la mediación del derecho, como norma y como prác-

27 Iñaki Bazán, *op. cit.*, p. 97 ss.

28 Doris Moreno y José Luis Bertrán, *op. cit.* p. 111-115.

29 María Celina Tuozzo, “Apuntes metodológicos: el problema de la verosimilitud en el estudio de los sumarios criminales”, *Actas Americanas*, 4, 1996, p. 6.

30 Tamar Herzog, *op. cit.*, p. 31-32.

tica.³¹ Así, la aplicación de las sanciones se orientaba más a la reivindicación de la venganza de los ofendidos y al restablecimiento de la seguridad, que al impartir justicia.³²

De esta manera la comunidad se siente impelida a jugar un rol más activo en el control y sanción de las conductas desviadas. Por ello, frente a la ausencia de mecanismos institucionales de control ella conforma un sistema informal de vigilancia. De ahí que muchos aprehendidos se lleven a cabo por la población involucrada y no por los responsables del orden. Es habitual, además, que la comunidad ayude a las víctimas a descubrir la identidad de los delincuentes, las asista durante el crimen e incluso colabore en la localización y captura de delincuentes. Tampoco es extraño que esta misma comunidad castigue extrajudicialmente a los imputados, antes de entregarlos a los agentes de la administración.³³

Los estudios de estos fenómenos para el Chile tradicional permitieron establecer que las manifestaciones de violencia social no obedecieron a un patrón unívoco, sino que, por el contrario, discurrieron por múltiples vías. Desde el enfrentamiento cotidiano de la pareja al interior de la vivienda, hasta el bandolerismo rural.³⁴ Entre ambas experiencias se pudo observar una amplia variedad de formas de violencia que involucran, regularmente, al conjunto de la comunidad.

En Chile la violencia social y la conducta criminal, durante los siglos XVIII y XIX, estuvo representada por las agresiones personales, los asaltos y el robo de animales. Estas conductas llegaron a constituir una mentalidad colectiva que, incluso, dio origen a formas de interacción y

31 Doris Moreno y José Luis Bertrán, *op. cit.*, p. 115.

32 Los cambios operados en el mundo occidental contemporáneo, respecto de la aplicación de justicia se pueden ver en Norberto Bobbio, *El tiempo de los derechos*, Editorial Sistema, Madrid, 1991.

33 Tamar Herzog, *op. cit.*, p. 96.

34 La violencia social en el Chile tradicional no ha convocado el interés de los historiadores. Para el caso de la violencia rural (bandolerismo), disponemos del excelente estudio de Jaime Valenzuela Márquez, *Bandidaje rural en Chile central*. Curicó, 1850-1900, DIBAM, Santiago de Chile, 1991. También en el estudio general sobre la agricultura en Chile de José Bengoa (*Historia social de la agricultura chilena*. Tomo 1. *El poder y la subordinación*, Ediciones Sur, Santiago de Chile, 1988), existe un acápite en el cual se aborda el tema: Los campesinos alzados: el bandolerismo, p. 103-115. Para el Chile urbano no existen estudios similares. En todo caso el excelente estudio de Luis Alberto Romero, *¿Qué hacer con los pobres? Élite y sectores populares en Santiago de Chile, 1840-1895*, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1997, nos permite recrear una visión panorámica del mundo urbano popular del Chile decimonónico.

sociabilidad específicas. El bandolerismo rural, quizás la manifestación más extendida de violencia social, operaba como un contrasistema valórico frente a las pautas formales y explícitas por las cuales se regía la sociedad de la época. Siguiendo a Jaime Valenzuela, se trata de

personas que, en base a una realidad objetiva –de marginación económica y social– recrean una marginación subjetiva de valores, costumbres, actitudes y conductas diferentes a las de los grupos integrados. Por ello, no sólo rompen las normas sociales explícitas, sino también aquellas que devienen de lo que los grupos integrados consideran como normal, moral, correcto y adecuado.³⁵

Los protagonistas de la violencia eran, en general, personas provenientes de los estratos más pauperizados de la población: gañanes (peones), es decir sujetos sin tierras ni posibilidad de acceso estable a ellas y, además, carentes de trabajo permanente y calificado. La mayoría de ellos eran solteros, por lo tanto sin ataduras familiares. Eran jóvenes, con edades que fluctuaban entre los 20 y los 34 años y, normalmente, originarios de la misma localidad en la cual se cometía la falta o el delito.³⁶

Los delitos más recurrentes se vinculaban, como lo señalamos previamente, con la sustracción de bienes y con la ofensa verbal o física contra las personas. La violencia intrafamiliar, específicamente, era un fenómeno de frecuencia reiterada; al punto que nos permite reconocer parte importante de las claves culturales que explican la agresividad al interior de la sociedad tradicional.

35 Jaime Valenzuela Márquez, *Bandidaje rural en Chile central: Curicó, 1850-1900*. Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, Santiago de Chile, 1991, p. 14-15.

36 Jaime Valenzuela Márquez, *op. cit.*, p. 37-65.

La violencia intrafamiliar

Ni la legislación colonial, ni la republicana, concedían explícitamente al hombre la facultad de golpear sus esposas, pero pese a ello la cultura patriarcal dominante consideraba aceptable que el marido mandara dentro de la casa y que castigara a su mujer y a sus hijos para corregir sus faltas. Ello, claro está, sugiriéndole que lo hiciera con suavidad. Inclusive la violencia doméstica era aceptada como parte legítima del ejercicio de los fueros del marido y sólo era mal visto que éste abusara de sus derechos.³⁷

Muchas de las situaciones de violencia intrafamiliar que es posible observar en la sociedad tradicional se explican, precisamente, por el ejercicio masculino de esta prerrogativa que la cultura patriarcal le concede a los varones. El maltrato se convierte, entonces, en una de las expresiones más masivas de violencia. Pero, dadas sus características, es también uno de los aspectos que permite conocer de manera más directa el funcionamiento de la sociedad y el funcionamiento de los circuitos de vigilancia, legitimación y castigo de la violencia.

La violencia aparece en el centro de las relaciones de la gente. Aparece como un componente habitual de la existencia y admitida como tal por el cuerpo social, al menos cuando no supone ciertos difusos límites. Parece una sociedad permanentemente en conflicto, tanto en el ámbito público (conflictos de interés) como en el privado (desacuerdos y relaciones intrafamiliares agresivas). Los conflictos de interés se originan por el dominio de bienes, préstamos, o pactos incumplidos, y los intrafamiliares oponen principalmente a los esposos y, en menor medida, a padres e hijos. Muchos de estos dramas familiares se explican por la exasperación que se da entre gente que vive en un círculo estrecho, sin medios de evasión. Las acciones violentas se precipitan sin motivos o causas que parezcan claras. El estado de embriaguez, alguna ofensa menor al “honor” o a la “masculinidad”, alguna sospecha de engaño o adulterio, deudas de dinero o de confianza, condicionan el desencadenamiento de la acción violenta. Así, en 1788 Santiago Barraza, mientras transitaba por las calles de Petorca, en estado de ebriedad, asesina a Juan Collado, porque éste le soltó el refrán

37 Teresa Lozano Armendares, “Momentos de desamor...”, en *Amor y desamor...*, p. 62. Eduardo Cvieres y René Salinas, *op. cit.*, p. 119.

“mulato hijo de puta, para tu madre”. La ofensa conmovió a Santiago quien extrajo su puñal con el cual le dio algunas estocadas a Collado causándole la muerte a consecuencia de las heridas.³⁸ En este caso el honor del sujeto, incluso de un miembro de casta, aparece como el factor que precipita la agresión y para ello recurre al arma predilecta de las clases populares: el puñal.³⁹

Dos años más tarde el diputado de Las Lagunillas informó al diputado del distrito de San Ambrosio de Chanco, don Martín Verdugo, del asesinato del oficial de zapatero Rosauro Añasco, a quien le habían “[...] pasado por la cara un puñal hasta la garganta, la cabeza se la hundieron a macanasos, la nariz y la boca hicieron lo mismo, la dentadura se la hicieron perder [...]”⁴⁰

Cuatro años después un hecho similar conmovía a la villa de Cauquénes. En 1803 el diputado Luca Retamal con jurisdicción sobre el distrito de San Ambrosio de Chanco, denunció ante el Alférez Real del Cabildo de la villa de Cauquénes, que el 9 de noviembre de ese año, en el paraje de Reloca, había sido asesinado a 5 cuadras de su casa el inquilino Bentura Catalán. En su exposición de los hechos Retamal señalaba que Catalán había sido muerto, “[...] de un fuerte garrotazo que le dieron en la sien, derribándole el hueso del carrillo, dejándole al mismo tiempo un dogal en el pescuezo con dos fuertes nudos con su mismo lazo [...]”⁴¹

En todos estos casos el grado máximo de violencia fue el homicidio. La comisión de este acto es, por lo general, muy cruel, llamando la atención el escaso uso de armas de fuego, las que parecen haber sido muy escasas. Es así como las armas más usadas son las cortopunzantes, muchas de las cuales forman parte de la indumentaria cotidiana de los individuos.

Las agresiones intrafamiliares, a su vez, aparecen justificadas por el desencadenamiento de una ira o furor ciego que empuja a los maridos a castigar a sus esposas de manera desmedida, causándoles involuntariamente la muerte. En estos casos los argumentos judiciales de los esposos apuntan a responsabilizar a las propias víctimas de la situación que les causó

38 Judicial de Petorca, Legajo 11, pieza 21, Santa Ana de Briviesca, 1797.

39 De acuerdo con el informe del cirujano Pedro Chena, la herida fue del lado izquierdo de la ingle “con un cuchillo de marca mayor, la que tiene de boca cuatro dedos concentrando hasta cinco dedos, que presume le cortó algún miembro”.

40 Judicial de Cauquénes, Legajo 97, pieza 14, Cauquénes, 1799.

41 Judicial de Cauquénes, Legajo 100, pieza 1, Cauquénes, 1803.

la muerte. Así, la irreverencia o rebeldía de algunas o la sospecha o comprobación de un adulterio, aparecen como causales de la agresión y, por ende, de las muertes.

En 1842 Basilio Huerta fue acusado ante el juez de Los Andes de golpear a su esposa María Gaete. En sus propios dichos Basilio reconoció que le dio a su mujer golpes de manos, pero como reacción a los insultos, difamaciones y agresiones de que fue objeto de su parte. La acusó, además, de sustraerle periódicamente dinero, de vender algunas mercaderías de su propiedad (trigo y harina) sin su autorización y de tener que cancelar algunos hurtos cometidos por ella.⁴²

En este caso la agresión u ofensa verbal jugó un rol determinante en las agresiones físicas posteriores. En su declaración ante el tribunal María reconoció que trato a su esposo de “viejo sinvergüenza y flojo, hijo de una gran puta, borracho, cochino”, mientras que este la llamó “gran puta ladrona”. En un acto de suma ecuanimidad el juez José María Bari, condenó a Huerta a 20 días de prisión por la agresión que infringió a su esposa, pero amonestó a esta última por el trato injurioso que le había dado a su esposo.

Por su parte Julián Miranda castigó a su esposa María Quesada, porque esta lo comenzó a celar mientras cenaba. Al respecto señaló ante el juez que,

[...] el lunes catorce del corriente habiendo llegado a su casa se recostó mientras su mujer preparaba la sena y como esta la recordase se levantó y comenzó a incomodarlo dándole selos. El confesante insistió en que le diese la sena y como se la negaba fue a prepararla y entonces botó la olla su esposa y le dio un puñete. Al instante le dio un puñete y la mujer lo agarró rompiéndole la camisa. El confesante trataba de contenerla dándole de empujones y bofetadas porque ella le acometía.⁴³

El tenor de las declaraciones de los testigos que concurrieron hasta la residencia del matrimonio para socorrer a la mujer difería de los dichos anteriores. Eloi Navarro, vecino de la pareja indicó que el maltrato que daba Julián a su esposa era algo habitual,

42 Judicial de Los Andes, Legajo 22, pieza 3, Los Andes 7 de mayo de 1842.

43 Judicial de San Felipe, Legajo 77, pieza 38, San Felipe 16 de octubre de 1844.

[...] el martes en la noche quince del corriente yendo el declarante para su casa sintió mucha bulla en el cuarto de Julián Miranda y habiendo entrado a cerciorarse de lo que pasaba, halló a Miranda que estaba peleando con su mujer arrastrándola y pegándole. El exponente trato de contenerlo, pero Miranda insistía en pegarle a la mujer, asta que llegó casi al momento la madre de Miranda y le ayudó a contenerlo. Al rato de haber sucedido esto llegó un sereno y acompañado de su cabo lo condujeron a la cárcel. Que Miranda le da muy maltrato a su mujer pegándole continuamente y que en la noche del pleito oyó decir que se le había descompuesto un brazo que tenía quebrado anteriormente [...]

A su vez el médico Manuel Carmona, convocado por el juzgado para emitir una opinión científica de las lesiones de la mujer señaló,

[...] constituido el día de hoy a las doce del día en la pieza habitación de María Quesada, mujer de Julián Miranda y habiéndola examinado profesionalmente, a fin de poder informar sobre el estado en que se encuentra su salud después de los golpes que se dice recibió de su citado marido, he reconocido lo siguiente: 1° se queja la paciente de un dolor agudo en la parte anterior y posterior del costado derecho del pecho; 2° en el punto del dolor hay tumefacción; 3° la región derecha del hígado esta sensible al tacto; 4° el pulso está débil y últimamente el semblante inicia una alteración en la economía animal

En consideración a lo expuesto y arreglándome a lo que enseña la experiencia soy de la opinión que la referida Quesada ha sido golpeada con las manos y no con instrumento más sólido; que semejante contusión ha sido la causa ocasional del estado morbozo en que se encuentra y en conclusión que aunque la contusión parece haber sido leve, puede tener malas consecuencias, atendiendo la nobleza de los órganos afectos, si no se cura oportunamente la irritación que se ha desarrollado en ellos [...]

La resolución del juez, emitida el 19 de octubre de 1844, condeno a Julián Miranda a “15 días de presidio urbano, contados desde el día que entró a la cárcel, apercibiéndolo que si en lo subsesivo vuelve a cometer esta clase de falta se tomaran otras providencias más serias.”

En un caso de homicidio de fines del siglo pasado, el protagonista de la acción, Blas Toro, señaló que asesinó a su esposa debido a que lo había desobedecido.

[...] el año pasado de setecientos noventa habiendo amonestado a mi dicha finada esposa no admitiere a cierto hombre sospechoso en mi casa y menos comunicarse con él atendiendo a que teníamos hijas y no se les diere mal ejemplo y finalmente porque no era mi voluntad por ciertos recelos que con el tenía; me pidió licencia una de aquellas noches para salir a cobrar no me acuerdo que dependencias y haviendose dilatado y ser ya hora incompetente salí en su busca y la encontré en la calle con el mismo sujeto con quien le prohibí no comunicarse, de que yo violentado le tire un puñete con una piedra que la tome de la misma calle receloso de que el citado mozo me ofendiese, como en efecto me hirió en la frente, y nos separamos sin haber pasado otra cosa; la herida que di en la cabeza a dicha mi mujer no fue de momento alguno pues estando [?] y enteramente buena a los pocos días procedió a labarse la cabeza de que le resulta un fuerte espasmo y expiró en breves días y yo mal aconsejado hice fuga [...].⁴⁴

Por su parte en el asesinato de Mercedes Bega a manos de su esposo Pedro José Figueroa, el juez de subdelegación no logra precisar una causal clara; sólo la brutalidad del hecho. Efectivamente, al ser consultado por el juez instructor Pedro señaló,

Preguntado que motivo tuvo para haberla muerto? Responde que no tuvo motivo alguno, que fue una tentación diabólica. Preguntado con qué instrumento la mató? Responde que con una navaja... por qué fue de tan mal corazón con una pobre mujer? Responde que porque le convendría.⁴⁵

Uno de los casos de uxoricidio más interesantes es el que protagonizó Domingo Martínez, en la villa de San Felipe en 1832. Martínez fue

44 Judicial de Petorca, Legajo 11, pieza 26, Santa Ana de Brivesca, 1797.

45 Judicial de San Felipe, Legajo 69, pieza 12, Quillota, 1830.

acusado de oficio por el juez local del homicidio de su amante Isabel Gana.⁴⁶ Los hechos se desencadenaron de la siguiente manera. De acuerdo con la, en declaración de Tadea Gana, hermana de Isabel,

El lunes 5 de Noviembre se encontraba en casa, Don Domingo Martínez, que vivía en mala amistad con mi hermana, estuvo en el cuarto bebiendo un vaso de ponche hasta las diez de la noche, que después Martínez se fue a la cama con su hermana Isabel [...]

Posteriormente Domingo se retiró de la vivienda y se dirigió hacia la plaza de la ciudad. En esta circunstancia, como lo relata la testigo, entró en la vivienda un sujeto llamado Justo Acuña

[...] a solicitar a su hermana y que habiéndose quitado la chaqueta y el sombrero, llegó por segunda vez a caballo a eso de las once el dicho Martínez; diciendo: Tadea, ábreme la puerta, y diciendo eso se metió a caballo dentro del cuarto, a cuyo acto Acuña que se hallaba dentro dejando el sombrero tiró a esconderse debajo de la cama de Isabel, enseguida se desmontó del caballo Martínez y le preguntó a la finada de quién era aquel sombrero, y diciendo esto, empezando a golpearla; mas la declarante salió luego a pedir auxilio al guardia y como viese al llegar a la esquina que salía Martínez del cuarto se volvió atrás, y encuentra a su hermana en el suelo envuelta en la ropa y bañada en sangre y desmayada; a esto como ella no pudiese por sí sola valerla suplicó a Don Juan Carmona, Don Agustín de N, y su mujer María Cardenas que la ayudaran, que luego que medió la curó, fue a llamar al médico Don Manuel García, que este recetó sangrías y que esa misma noche la sangró el maestro Diego [...] La declarante además informa que no acudió a la Guardia posteriormente, ya que el médico dijo que las heridas no eran mortales, expresando finalmente que la relación que Martínez llevaba con su hermana no era buena.

46 Judicial de San Felipe, Legajo 69, pieza 24, San Felipe , año de 1832.

Consultado Juan Acuña, el otro de los testigos del hecho, confirmó lo declarado por Tadea Rocha, señalando que el objetivo de su visita a aquel cuarto esa noche, fue empeñar la chaqueta y que en el momento que apareció Martínez a caballo se escondió en un cosell y no debajo de la cama, presenciando desde allí la golpiza. Por último, señalo que no salió en defensa de Isabel producto del miedo a Martínez.

Según el parte médico, Isabel fue brutalmente golpeada, dejándola con graves lesiones, que causaron una conmoción general que derivó en su muerte. Posteriormente se constató que Isabel presentaba un conjunto de enfermedades anteriores que se agudizaron a causa de la golpiza.

Los testigos que concurrieron al proceso afirmaron, que el acusado, Don Domingo Martínez, era “una mala persona”, con mal carácter, golpeador y pendenciero, incluso se le vinculaba a la muerte de otra persona [...] su conducta, se ha oído, decir, no es muy buena, porque en tiempos pasados, se dice que él fue quien hizo la muerte de un cleriguito [...]”.

Domingo Martínez tenía 27 años de edad, era soltero y natural de la ciudad de Santiago. Se encontraba vecindado desde hacía poco tiempo en San Felipe, donde trabajaba junto a su padre en una chacra. En su exposición al juez indicó,

[...] la noche del cinco del mes pasado de noviembre de 1832, estando lloviendo, como conociese a Isabel Gana, para favorecerse de la lluvia, pasó a su cuarto, donde entró a caballo con alguna precipitación, y por este hecho fue recibido con insultos hasta llegar a cargar con él, a cuyos hechos se vio también obligado a usar de la natural defensa, por cuyo motivo le dio algunas trompadas y luego salió del cuarto... a su entrada sólo vio a su hermana Tadea, y todo el tiempo que estuvo dentro hasta que salió no vio a nadie [...]

También afirmó haber estado en el cuarto de la Gana anteriormente, y que en ningún momento increpó a Isabel a causa del sombrero y la chaqueta como lo establece el sumario, y que sólo golpeó a Isabel con las manos, negando haberla dejado bañada en sangre como consta en anteriores declaraciones de testigos. A pesar de aceptar que en anteriores situaciones él había discutido a golpes con la mencionada Isabel, indicó que “siempre guardaba muy buena armonía con ella”. Continuando con su declaración señaló que en las noches subsiguientes volvió a la casa de las

Gana, encontrado a la afectada en buenas condiciones, a excepción de “[...] una pequeña hinchazón por encima de la ceja del ojo derecho, que era de lo que se quejaba”. Martínez entonces le recombinó por su accionar en la noche anterior, reconociendo Isabel, según la versión del declarante, su mala actitud con él, lo cual justificaba el trato que el inculpado le había proporcionado. Sostuvo, también, que la posterior gravedad de la víctima se produjo debido al mal que denomina el flato, “[...] como así mismo por ser el flato una enfermedad habitual en ella, como que cinco o seis días antes había estado confesada y dispuesta para morir [...].”

Los testigos presentados por la defensa del reo, sólo declararon acerca de la rectitud y buenas costumbres de Martínez, de la tendencia al alcohol de la “finada” y de la animadversión que sentían contra él, tanto la hermana de Isabel como Juan Acuña, principales testigos en la causa. Nadie, en todo caso, se pronunció sobre la supuesta inocencia del acusado. Por el contrario, en muchas de las preguntas formuladas en este sentido se declaraban ignorantes sobre el tema, recalcando solamente el atenuante de la figura de hombre juicioso de Martínez. Un último aspecto que llama la atención en las declaraciones presentadas por la defensa, es la condición de beneficio hacia Isabel Gana que realizaba Martínez por el solo hecho de mantener una relación con ella. La situación social pauperizada de Isabel, hacía que Martínez se presumiera de un mejor rango social que la agredida.

El escrito final de la defensa de Martínez, además de desacreditar y cuestionar la capacidad e idoneidad de los principales testigos, justifica el ataque, argumentando que Martínez, en el momento de la disputa, se encontraba en una aprisionado en pasiones incontrolables, durante lo cual “no se está sano de juicio”. Más adelante señaló que el resto de los testigos no presenciaron el hecho y que sus declaraciones en relación al estado posterior a la golpiza de Isabel difieren unos de otros, no siendo constantes y por lo tanto nulos para la causa. Por último argumentó que no existía certeza sobre el motivo real de la muerte de Isabel, ya que ella padecía de diversas enfermedades las cuales, en rigor, habrían sido las causantes de su muerte. Con esto pidió su absolución por considerar que no existían suficientes argumentos para reafirmar su culpabilidad.

El fiscal de primera instancia que seguía el caso en la localidad de San Felipe, en su vista dio la razón en prácticamente todos los puntos a la defensa de Martínez,

Atendiendo a la disposición legal, que no encontrando mérito suficiente por creer fundada la opinión de juicio el fiscal, vengo en acusar al Reo Don Domingo Martínez a la pena de 8 meses de destierro fuera de la provincia, inclusive el tiempo de su prisión, quedando con esta pena (salvo concepto) compugnada la injuria hecha por Martínez, en la persona de Isabel Gana [...].

Frente a esta tímida petición de condena, el tribunal recombino inmediatamente al fiscal Oyanedel declarándolo indigno de ejercer dicha función y aplicó a Martínez la sentencia definitiva:

[...] fallo atento a los actos y méritos del proceso a que en caso necesario me refiero, el dicho reo Don Domingo Martínez le debo condenar y condeno a la pena de ocho años de destierro fuera de la República [...] por haber golpeado, aporreado y maltratado principalmente y gravemente en la cabeza a Isabel Gana, la noche del cinco de Noviembre del año próximo pasado de 1832, de que resultó morir a los tres días [...].

Teniendo como antecedente la sentencia final de la Justicia, un primo del inculpado, el Sargento Mayor y Comandante del Escuadrón de Usares, Don Pedro Soto Aguilar, solicitó el Indulto o Recurso de Gracia a las autoridades de la época. En forma posterior a esta petición y luego de diferentes trámites de orden judicial, se determinó lo siguiente,

[...] El Señor Ministro del Interior ha pasado a esta Corte un oficio en el que transcribe un indulto concedido por S.E., de acuerdo con el Consejo de Estado a Don Domingo Martínez [...] Don Domingo Martínez pasaría a cumplir su condena a la Plaza de Tuapel, dando fianza de satisfacción del Juez de la Provincia de Aconcagua y bajo las condiciones de presentarse a cada tres días al Comandante de la Plaza a quien se hace responsable de su cumplimiento [...].

Finalmente, después de la aceptación del indulto, Martínez pidió por tres veces sucesivas una prorroga de su viaje a Tuapel, aduciendo una dura y persistente enfermedad que lo tenía prostrado. Esta enfermedad, con la respectiva ratificación del facultativo que lo atendía, aplazó su viaje por

más de diez meses, hasta que finalmente con fecha diez de Octubre de 1834 Martínez emprendió su viaje para cumplir su pena de destierro en la plaza de Tucapel.

Una forma particular de desacuerdo intrafamiliar es el “conflicto conyugal”, cuyas razones exigen un análisis profundo del tipo de relación que se da en la pareja y el modelo matrimonial. Al respecto se puede establecer que, en la mayoría de los casos en que el desenlace del conflicto es la muerte de uno de los cónyuges existe una conducta de infidelidad o una actitud descontrolada causada por los celos. Es por ello que en este tipo de conflictos, si bien el desenlace no siempre es la muerte, no es menos efectivo que ella se encuentra permanentemente presente como alternativa de resolución de la pugna afectiva. Así se desprende del testimonio de José Riveros, quien al hacer presente el adulterio de su mujer Petrona Soto con Juan Suárez, establece que éste último le “robo” su esposa en tres oportunidades y que en la segunda

[...] llegó Suárez con un puñal en las manos y agarrándolo lo insultó y amenazó y a su mujer le dijo que si no le seguía la mataba y ésta así lo hizo. La tercera vez la sacó de su casa por medio de un tal Narciso Villanueva por lo que ahora piensa que su esposa ha ido gustosa todas las veces para cometer adulterio.⁴⁷

De la misma forma en el adulterio de Isabel Guajardo con el guarda del puerto de Valparaíso Andrés Ormaza, también existe la posibilidad que el amante de muerte al marido legítimo, en un arranque de celos. Al respecto la adúltera informó al tribunal que “No sabe si Ormaza intenta matar a su marido, pero que le ha oído decir que si entra cuando él está en casa le tiraría con una mesa”.⁴⁸

Este tipo de desenlace también era previsible en las relaciones adulterinas que mantenía el peón Manuel Aguirre con Jesús Villarroel, esposa del hacendado y alcalde ordinario Rafael Ruiz de Arbulú. Uno de los testigos de cargo informa al respecto al tribunal que

47 Judicial de Los Andes, Legajo 13, pieza 40, Los Andes, 1829.

48 Capitanía General, Vol. 546, pieza 11, 1791.

El supo que Aguirre esperaba a su patrón para matarlo y por eso lo vino a avisar. El amancebamiento era tan público que todos sabían que cuando el marido no estaba doña Jesús dormía con Aguirre, pero él no había dicho nada por temor a que sucedieran desgracias mayores.⁴⁹

La otra variante de la violencia intrafamiliar es el homicidio del esposo, amante o pareja estable, por parte de la mujer. Matar al marido es mucho más que un simple asesinato. Es un rechazo consciente del orden establecido, que obliga a la esposa a obedecer al marido, sin poner en duda la legitimidad de ese poder. También es un atentado al sacramento del matrimonio (consagrado por la religión) que es la base de la sociedad. Por ende matar al marido es debilitar las bases de la sociedad. Algunas de las causas que motivan este acto aparecen como irracionales. Así, la ebriedad está presente en muchos de ellos, como también reacciones impulsivas descontroladas. Pero las más evidentes son racionales, y a veces, incluso previsibles, cuando la situación cotidiana comienza a hacerse insoportable para uno de los cónyuges, tales como el castigo a los hijos que afecta mucho a las madres. También puede ser una respuesta de la mujer a las agresiones furiosas de su marido. Sin embargo, más frecuentemente son los celos o el conocimiento de una conducta ilícita. Muy ilustrativo al respecto es el asesinato del músico militar Eusebio Hodar por su amante María Nuñez en 1842 en la ciudad de Vallenar.⁵⁰

En 1842 María Nuñez tenía aproximadamente 24 años. Había nacido en Vallenar, ciudad en la que se desempeñaba como lavandera. En su declaración ante el juez local, pronunciada el día 24 de Enero de 1842, afirmó que le había

[...] pegado anoche a uno de los músicos, porque éste la provocó y pegó puñetes hasta el extremo de no sólo hacerle este maltrato sino también romperle la ropa que llevaba puesta, en cuyo caso precisada a defenderse hizo uso de un puñalito que casualmente tenía consigo para pelar fruta con el que le pegó e hirió [...]

49 RA, v. 2551, pieza 2, 1805.

50 Archivo judicial de Vallenar, Legajo 30 , pieza 7, Vallenar, 1842.

En la misma declaración María reconoció que la conexión que tenía con este músico era la “de cuidarlo y lavarle su ropa”.

Por su parte el músico Eusebio Hodar, prestó su declaración pocos días antes de su muerte. En esa oportunidad señaló que era soltero y que

[...] aquella noche salió acompañado de la tal María Nuñez de la chingana de Venaraba, como siempre lo acostumbraba y que como había bebido licor, tuvo con ella una pequeña diferencia, pero nunca al extremo de resultar o motivar daño grave, pues en otras ocasiones y siempre les sucedía aún de más gravedad, pero que lo cierto fue, que era de noche en una calle de atraveso le dio o recibió de la tal mujer las puñaladas que hoy lo tienen enfermo y motiva esta causa. Que no ocurrió más persona que José Antonio Montaña al que el declarante reconvinó de retirarse exigiendo que no le sucedería daño y mucho más de una mujer con quien había guardado siempre y conservado amistad y buena armonía. Que verdaderamente le hizo pedazos el vestido o camisión que el mismo le había obsequiado [...].

En una declaración posterior, María Nuñez ratificó sus dichos y reivindicó su acción como defensa propia, ya que, según ella, Hodar, aquella noche, la siguió y la golpeó

[...] que los maltratos ella los recibió, y que es falso que Hodar se fugó (como él lo había sostenido en su declaración), que al contrario ella más bien trataba de escaparse de él, y que de el mismo modo es falso que ella lo hirió en el suelo estando indefenso, pues fue como ella lo ha dicho fastidiada de los muchos maltratos que recibía [...].

En la misma declaración y ante la pregunta de si en otras ocasiones había tenido pleitos o disputas con Hodar y de la relación que llevaba con éste, María indicó,

[...] que ante este hecho que hoy ocupa al juzgado, tres y en todos estos fue golpeada por Hodar hasta romperle la ropa, cuyos motivos la primaron a separarse ni pensar más en él. Reconvenida, si supuestamente tenía formada la resolución de no juntarse más con Hodar, cómo es que esa noche faltó a su

propósito, contestó: que por mera condescendencia y por evitar un escándalo público en la fonda, pues él imprudentemente la invitaba a salir de allí, a lo que acudió no figurándose que sus negativas para con él tocaran al extremo de recibir golpes y maltrato [...]

Posteriormente, ya con el juicio en marcha, sobrevino la muerte de Hodar en el mes de mayo de 1842. La defensa de María Nuñez cuestionó el que la muerte del soldado se hubiese producido como consecuencia de las heridas que le propinara María y adujo, al respecto, una “notable falta de cuidado en las personas encargadas del enfermo, sobre sus alimentos y medicinas”.

Vistas las declaraciones presentadas por diferentes testigos durante el proceso, las cuales ratificaban ampliamente los dichos de la defensa de la Nuñez, con respecto a los sucesivos maltratos de que era víctima y sobre todo aquellos de que había sido víctima el día de los hechos, la procedencia y origen del cuchillo, lo fortuito de su presencia en aquel incidente; el honor, la buena conducta y las buenas costumbres de la defendida; el abogado expresó,

[...] que hallándose plenamente probado que la Nuñez hirió a Hodar defendiéndose en su tenacidad en tratarla y por otra parte no constando del sumario que la muerte de este fuese precisamente una consecuencia de las heridas recibidas, pido a usted que la acusada sea absuelta y puesta en libertad [...]

Por otro lado, la fiscalía insistía en la necesidad de condenar a María a 10 años de destierro, como responsable de la muerte de Hodar, ya que reconocía haber portado arma blanca y que llevaba una vida adúltera, pues como expresaba en una de sus primeras declaraciones su estado civil era el de casada.

Finalmente, vistas todas las declaraciones de testigos y los diferentes argumentos tanto de fiscalía como de la defensa el Juez de Copiapó resolvió lo siguiente:

Copiapó, Mayo 9 de 1843.

Vistos: María Nuñez resulta confesa de haber herido gravemente con cuchillo a Eusebio Hodar: Aunque este murió

al poco tiempo, y hay fuertes presunciones de que fuese por causa de las heridas, no se sabe si serían precisa y necesariamente mortales; por otra parte consta de autos que la Nuñez fue provocada por Hodar y que cometió el delito con encendimiento de rabia. Por estas razones y cumpliendo lo mandado en las leyes 26, sit°. 1° y 16 sit°, la absuelvo de la pena de muerte y en virtud del Art. 5° del Senado; consulto de 20 de Marzo de 1824; la condeno a dos años en casa de corrección en la Serena [...]

Muy a menudo los conflictos que oponen a la gente terminan en acciones violentas. Pero la misma violencia conoce ciertos grados de intensidad que van desde la injuria al homicidio, pasando por la amenaza y los golpes. La violencia física es cotidiana y omnipresente. Forma parte de las relaciones habituales en el hogar, entre padres e hijos y entre esposos. Esta violencia intrafamiliar dominaba parte importante de la cotidianidad de los hogares en conflicto. Así, el abandono de su hogar por parte de Isidora, para mantener una relación adulterina con un funcionario de ferrocarriles en San Bernardo, le significó una seria confrontación con su esposo, la cual impactó al personal de servicio de su hogar. Al respecto la nodriza señaló

Sintió que (la señora) altercó con el patrón por su salida, pero ella decía que nada le importaba su marido, que ya sabía lo que debía hacer con él. Hace como 15 días que la sra. salió y no volvió en 3 días y preguntando que decía su marido, los sirvientes le dijeron que estaba muy enojado. Entonces la señora tomó un cuchillo y se puso a afilarlo en las bases de los pilares del corredor, poniéndoselo enseguida en la falda. Poco después llegó el patrón y le dijo que se fuera, que aquella no era su casa puesto que se había quedado fuera. Ella botando el cuchillo en un descuido, respondió que estaba en su casa y siguieron altercando.⁵¹

La comunidad es regularmente la que se manifiesta a través de la conducta de sus miembros. De ahí que todos se vigilen permanente y

51 Archivo del Arzobispado de Santiago, B-278, 1865.

mutuamente. Se observa sigilosamente desde las ventanas, se escucha a través de los delgados tabiques, se hace eco de los chismes y rumores... y se delata. La mayoría de las causas de oficio iniciadas por los jueces de subdelegación se amparan en estas voces colectivas que precipitan el procesamiento de los infractores. Así lo manifiesta Gabriel Ortíz, teniente de infantería del batallón de Quillota y alcalde ordinario de la villa de Santa Ana de Brivesca quien en 1791, resolvió expulsar de la villa a una pareja de adúlteros luego de enterarse

[...] por varias personas fidedignas y temerosas de Dios de que Eduardo Villanueva, menospreciando el Santo temor de Dios y respeto debido a la dicha justicia trata ilícitamente, de siete años a esta parte, con Francisca Cáceres, mujer casada, por cuyo motivo dicen la abandonó su marido; de que resulta y a resultado un grande escándalo en esta villa [...]⁵²

En la mayoría de estos casos la preocupación principal de la comunidad y de las autoridades es prevenir el “escándalo” público. De ahí que en general sean las mujeres solas las que se vean afectadas por las denuncias de los vecinos y sobre las cuales viene a recaer todo el peso de las sanciones administrativas. El mismo alcalde antes mencionado, unos meses después de dictar la disposición anterior, resolvió expulsar de la villa a Josefa Burgos, porque ésta

[...] menospreciando el Santo temor de Dios y respeto a la Real Justicia, mantiene ilícita amistad con Miguel Milán, sin haber bastado las muchas y repetidas moniciones que a fin de cortar semejante escándalo se les han intimado, así por el eclesiástico como por otros jueces seculares [...] Por lo tanto y atendiendo que la nominada Burgos es mujer soltera y sola y que aunque se le quite al expresado Milán no se consigue enmienda ninguna en ella, por estar constituida en una pública prostitución como lo acredita el hecho de tener otros consabidos al mismo tiempo y para cortar radicalmente

52 Judicial de Petorca, Legajo 11, pieza 4, Santa Ana de Brivesca, 20 de diciembre de 1791.

escándalos de esta naturaleza debo de mandar y mando que la mencionada Josefa salga dentro de tercero día de toda esta jurisdicción al lugar que más le convenga [...] ⁵³

Los locales de diversión y de venta de bebidas alcohólicas, regentados por mujeres solas, aparecen como el objetivo principal de la política de fiscalización comunitaria y de su subsecuente persecución administrativa. Ellos son, regularmente, el ámbito por excelencia del enfrentamiento masculino y, por ello, foco de escándalo y conflictividad. En el caso de Clara Parrona nuevamente se puede observar el celo de la comunidad y del juez de subdelegación para castigar a la transgresora.

Por cuanto las continuas y repetidas quejas de personas fidedignas que han ocurrido a denunciar ante mi a Clara Parrona sobre el juego tan ilícito [deparo] y primeramente que cotidianamente mantiene en su casa consintiendo en ella a toda clase de gente en donde se ocupan estos individuos todo el día y mucha parte de la noche, con notable abandono de sus casas y familias, llegando no sólo a el extremo de gastar o jugar con lo que debían socorrer a sus mujeres e hijos sino que expuestos a que en una de las muchas quimeras que cada instante se ofrecen por circunstancias del juego, se pierdan todos los que allí concurren, como que así me lo han hecho presente muchas mujeres casadas. Por tanto y habiendo bastado las muchas y diversas reprensiones con multa que se le ha hecho expedir a dicha Parrona a conseguir que en su casa no consienta semejantes juntas, ni encierros, debo de mandar y mando se le notifique que en lo subsesivo no admita a hora ninguna sujetos ocupado en esta clase de entretenimientos, ni aun con el pretexto de que sea lo que juegan para gasto, con apercibimiento que en su reincidencia se procederá a despatriarla de esta jurisdicción, por inquietadora de la república. ⁵⁴

53 Judicial de Petorca, Legajo 11, pieza 4 , Santa Ana de Brivesca, 17 de enero de 1792.

54 Judicial de Petorca, Legajo 11, pieza 4, Santa Ana de Brivesca, 12 de enero de 1792.

Este es el mismo caso de Francisca Cartagena, la que fue denunciada por sus vecinos de San Fernando, en 1807, por prostitución. Uno de los testigos de cargo, Antonio Araneda, dando cuenta del profundo conocimiento que tenía de la vida de la acusada, indicó ante el magistrado

Vive a dos cuadras de la casa de la Cartagena y por eso sabe y le consta desde sus más tiernos años que la Cartagena y su hija son unas mujeres prostitutas, escandalosas, de continuo se ven en esa casa hombres no conocidos entran unos y salen otros. La madre consiente ilícitas amistades de sus hijas en especial de una llamada Manuela. También sabe que nunca oyen misa no se confiesan, lo único que sale de sus bocas son blasfemias.⁵⁵

Muy similar es la denuncia que se realiza en 1821 contra José Farías. En esa oportunidad el juez de San Fernando señaló,

Se ha informado por varias denuncias y repetidas quejas de mujeres casadas y varios hombres que la casa de José Farías, alias “el ratón” es un público cagüin de tomaduras y cachazas y se cometen varios excesos de tratos ilícitos entre su familia con hombres casados, de lo cual han resultado sinsabores y desunión de matrimonios.⁵⁶

Pero las situaciones de maltrato antes aludidas tampoco pasan inadvertidas para la sociedad local. Por el contrario, la prevención del “escándalo” exige que los “abusivos” sean denunciados tanto, o quizás más, que aquellas mujeres que “sin temor de Dios” acometen transgresiones de carácter moral. Es por ello que en 1849 José Sepúlveda señaló ante el juez de Rancagua que Dionicio Lizana era un sujeto que,

[...] tiene en su esposa una esclava para que le sirva en lo que se le antoje y que es un hombre cruel que la ha maltratado

55 Judicial de San Fernando, Legajo 191, pieza 3, San Fernando, 1807.

56 Judicial de San Fernando, Legajo 193, pieza 16, San Fernando, 1821.

mucho y que la última vez sintió voces en su casa y era la esposa de Lizana que rogaba con voz ahogada que no la mataran.⁵⁷

Los avenimientos entre las partes constituían en muchas ocasiones una forma recurrente y por lo demás bastante acertada de resolución de conflictos. Era habitual que incluso en aquellas ocasiones en las cuales el honor de los esposos aparecía gravemente ofendido, como en los casos de adulterio, se accediese a la “composición” de las relaciones. Ello ocurrió con el matrimonio de Mateo Segobia y Rosario Riquelme, los cuales, tras verse envueltos en un juicio por adulterio ante el juez de Los Andes, en 1842, en el cual incluso existió una agresión armada al amante de la mujer, determinaron reconciliarse, señalando que

[Mateo] es conforme con absolver a su mujer de todo delito hasta aquí cometido, con tal que en lo sucesivo se abstenga y se sujete al cumplimiento de sus deberes en el matrimonio, casa y familia; pues que si así no le cumple la entregará a la justicia para que obre en su deber.

[Rosario] se compromete a sujetarse a los deberes de su cargo como su esposo lo solicita y ambos unánimemente quedaron reconciliados, pidiendo ambos que la justicia obre en su deber. Y el señor juez entregando la mujer al marido para que vivan profligamente, asiendo levanta la presente diligencia para agregar la causa a su referencia.⁵⁸

También la denuncia de maltrato e incluso con amenaza de muerte que presentara Carmen Sotomayor en contra de su esposo Manuel Baeza, en Rancagua en 1842, desembocó en un avenimiento de las partes. En un momento determinado ambos cónyuges hicieron llegar al juez local un avenimiento notarial que entre sus partes más relevantes señalaba,

Ambas partes deciden no litigar después de presentada la querella que inicia el proceso. En este acuerdo se decide 1) La señora Sotomayor se desiste de la querella 2) El sr. Baeza

57 Judicial de Rancagua, Legajo 41, pieza 18, Rancagua, 1849.

58 Judicial de Los Andes, Legajo 22, pieza 30, Los Andes, 27 de agosto de 1842.

residirá fuera de esta ciudad por un año y no irá con ningún pretexto a casa de su esposa 3) Baeza no atentará directa ni indirectamente contra su familia 4) Aportará a su familia \$ 50 mensuales 5) Faltando a todos o alguno de estos puntos, la Sra. Sotomayor podrá revivir la acción criminal.⁵⁹

Por su parte el avenimiento de Agustina Silva y Domingo Marcoleta resulta más impresionante por el dramatismo mostrado por la pareja ante las autoridades locales. Esa es la impresión, a lo menos, que le dejaron al juez que llevaba la causa por maltrato en contra de Domingo.

El marido confiesa la ligereza del trato que tuvo con su esposa e imploró el perdón de ella. La señora lo perdona y anegados ambos en lagrimas de ternura piden el fin de la causa. El juez así lo concede amonestando al marido a que no repita sus excesos.⁶⁰

La violencia social superaba la capacidad del Estado para imponer orden. Ni la legislación, ni la prédica moral ni los cuerpos cívicos se mostraron lo suficientemente persuasivos para someter la beligerancia de las comunidades tradicionales. Así entonces, para muchas personas la violencia cotidiana se convirtió en una forma normal de sociabilidad o, a lo sumo, un simple desliz de esa sociabilidad, totalmente admisible si no ha sobrepasado cierto límite. En ese contexto la violencia intrafamiliar formó parte de los comportamientos considerados como normales en la conducta del marido y del padre. El rigor paterno fue concebido, entonces, como una prueba de amor y una necesidad pedagógica y su ausencia como una debilidad perjudicial para el niño y la madres. Es por ello que la violencia intrafamiliar sólo será objeto de un procedimiento judicial cuando se haga *excesiva* (heridas o muerte de la esposa) o *anormal* (cuando la ejerce la mujer sobre el hombre). Este tipo de conflicto se ventila poco fuera del hogar, sea porque no alcanza un nivel de *desagrado* lo suficientemente intenso para hacerlo o porque la moral aconseja no llevar al marido o a la

59 Judicial de Rancagua, Legajo 33, pieza 1, Rancagua, 1842.

60 Judicial de San Felipe, Legajo 69, pieza 25, San Felipe, 1832.

mujer ante los tribunales (acto considerado como *escandaloso*). Las dificultades conyugales deben arreglarse dentro del hogar, a lo más, con la intervención conciliadora de un tercero como por ejemplo el cura.

En la esfera pública, la violencia cotidiana es tan admitida como la intrafamiliar, y se recurre muy poco a la justicia para arreglar los conflictos criminales. No así los asuntos civiles. En el primer caso la gente tiende más espontáneamente a arreglar sus asuntos entre ellos mismos, sin la intervención de una autoridad exterior. Estamos en presencia de una sociedad en la que actúan al mismo tiempo dos fuerzas: un cuerpo social habituado a absorber y resolver sus tensiones por sí mismo, pero a la vez un ordenamiento social administrado desde arriba que trata de impregnar y normalizar al cuerpo social a través del Estado y de la justicia. La impunidad de que parecen gozar la mayoría de los violentos es un buen testimonio de la distancia que hay entre una fuerza y otra. Aunque también es cierto que esta impunidad relativa se ve grandemente facilitada por la propia institución judicial, cuya aspiración de reprimir sistemáticamente todos los delitos es irrealizable.

El *desarreglo de las conductas* obligó a las autoridades a redoblar sus esfuerzos para regular las transgresiones, pacificar las comunidades y asentar definitivamente el monopolio estatal de la violencia. Para ello, a nivel rural los alguaciles espían los caminos y los ríos donde se guarecían los bandoleros, mientras que en los centros urbanos los alcaldes vigilaban las cañadas, los terrenos baldíos y los sitios sin urbanización, lugares ideales para la celada o el encuentro de antagonistas.

El ideal era sancionar toda transgresión. Tarea necesaria pero altamente difícil de llevar a cabo. Las sanciones, por lo general, variaban desde la amonestación verbal hasta las penas de cárcel o destierro. En todo caso las sanciones más drásticas afectaban regularmente a los sectores populares y a las mujeres. A los primeros como una forma de cautelar la estabilidad del orden social y a las segundas como una manera de no afectar el modelo patriarcal.

Al Estado le correspondía, entonces, aplicar las sanciones a aquellas conductas transgresoras conceptuadas como *graves insubordinaciones* contra el orden establecido. El destierro a zonas de frontera solía ser una de las medidas más recurrentes. En estos espacios de colonización el Estado esperaba *civilizar* a los transgresores, mediante la dedicación y disciplina del trabajo. La sanción, ante similar condición social de los involucrados, era pareja; pero cuando se trataba de uniones entre segmentos diferentes,

los más humildes recibían un castigo más ejemplarizador. De la misma forma las sanciones para el hombre eran más leves, ya que las transgresiones de las mujeres eran conceptuadas como más graves. De esta manera, la violencia, especialmente la intrafamiliar, se explicitaba también en su contenido de clase y de género.

Santiago de Chile, invierno de 1999.

Referências Bibliográficas

- ALBERRO, Solange. Algunos grupos desviantes en México colonial. Conclusión. In: BECERRA, Gabriela (Coord.). *Familia y sexualidad en Nueva España*. Memoria del Primer Simposio de Historia de las Mentalidades. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- ARCHIVO del Arzobispado de Santiago, B-278, 1865.
- ARCHIVO Judicial de Vallenar, Legajo 30, pieza 7, Vallenar, 1842.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, George (Org.). *La historia de la vida privada*. 5 v. Madrid, 1987.
- BARROS, Carlos (Ed.). *Historia a debate*. 5 v. Santiago de Compostela, 1995.
- BENGOA, José. *Historia social de la agricultura chilena*. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 1988.
- BOBBIO, Norberto. *El tiempo de los derechos*. Madrid: Editorial Sistema, 1991.
- BURKE, Peter (Ed.). *Formas de hacer historia*. Madrid, 1994.
- CAPITANÍA General. v. 546, pieza 11, 1791.
- DONOSO, Igor Goicovic. El amor a la fuerza o la fuerza del amor: el rapto en la sociedad chilena tradicional. *Contribuciones Científicas y Tecnológicas*, 118, 1998.
- ELIAS, Norbert. Ensayo teórico sobre las relaciones entre establecidos y marginados. In: *La civilización de los padres y otros ensayos*. Santa Fe de Bogotá: Editorial Norma.
- ENRÍQUEZ, José Carlos. *Sexo, género, cultura y clase: los rumores del placer en las Repúblicas de los hombres honrados de la Vizcaya tradicional*. Bilbao, 1995.
- FARGÉ, Arlette. *La vida frágil: violencia, poderes y solidaridades en el París del siglo XVIII*. México: Instituto Mora, 1994.
- GUTTON, J. A. *La sociabilité villageoise dans l'Ancien France: solidarités et voisinage de XVIe au XVIIIe siècles*. Paris, 1979.
- HERZOG, Tamar. *La administración como un fenómeno social: la justicia penal de la ciudad de Quito (1650-1750)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.
- JUDICIAL de Cauquenes, Legajo 97, pieza 14, Cauquenes, 1799.
- JUDICIAL de Cauquenes, Legajo 100, pieza 1, Cauquenes, 1803.
- JUDICIAL de Los Andes, Legajo 13, pieza 40, Los Andes, 1829.
- JUDICIAL de Los Andes, Legajo 22, pieza 3, Los Andes, 7 mayo 1842.

- JUDICIAL de Los Andes, Legajo 22, pieza 30, Los Andes, 27 ago. 1842.
- JUDICIAL de Petorca, Legajo 11, pieza 4, Santa Ana de Brivesca, 20 dic. 1791.
- JUDICIAL de Petorca, Legajo 11, pieza 4, Santa Ana de Brivesca, 12 ene. 1792.
- JUDICIAL de Petorca, Legajo 11, pieza 4, Santa Ana de Brivesca, 17 ene. 1792.
- JUDICIAL de Petorca, Legajo 11, pieza 21, Santa Ana de Brivesca, 1797.
- JUDICIAL de Petorca, Legajo 11, pieza 26, Santa Ana de Brivesca, 1797.
- JUDICIAL de Rancagua, Legajo 33, pieza 1, Rancagua, 1842.
- JUDICIAL de Rancagua, Legajo 41, pieza 18, Rancagua, 1849.
- JUDICIAL de San Felipe, Legajo 69, pieza 12, Quillota, 1830.
- JUDICIAL de San Felipe, Legajo 69, pieza 24, San Felipe, 1832.
- JUDICIAL de San Felipe, Legajo 69, pieza 25, San Felipe, 1832.
- JUDICIAL de San Felipe, Legajo 77, pieza 38, San Felipe, 16 oct. 1844.
- JUDICIAL de San Fernando, Legajo 191, pieza 3, San Fernando, 1807.
- JUDICIAL de San Fernando, Legajo 193, pieza 16, San Fernando, 1821.
- MALLO, Silvia. Justicia, divorcio, alimentos y malos tratos en el Río de la Plata, 1766-1857. *Investigaciones y Ensayos*, Buenos Aires, 42, ene./dic. 1992.
- MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. *Bandidaje rural en Chile central*: Curicó, 1850-1900. Santiago de Chile: Dibam, 1991.
- MEZA, R. S. Espacio doméstico, solidaridades y redes de sociabilidad aldeana en Chile tradicional, 1750-1880. *Contribuciones Científicas y Tecnológicas*, Santiago de Chile, 118, 1998.
- _____. La transgresión delictiva de la moral tradicional y sexual y su represión en Chile tradicional. *Contribuciones Científicas y Tecnológicas*, Santiago de Chile, 114, 1996.
- MUCHENBLED, Robert. *Culture populaire et culture des élites dans la France Moderne: XV-XVIIIe siècles*. Paris, 1978.
- _____. *Linvention de l'homme moderne: sensibilités, mœurs et comportements collectifs sous l'Ancien Régimen*. Paris, 1988.
- MUÑOZ, Adelina García. La memoria, la mirada y la palabra: Chismorreos y los límites de la comunidad. *Estudios de Antropología Social y Cultural*, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1997.
- ORTEGA, Sergio (Dir.). *El placer de pecar y el afán de normar*. México, 1987.
- _____. *Del dicho al hecho: transgresiones y pautas culturales en la Nueva España*. México, 1989.
- RA, v. 2551, pieza 2, 1805.
- RODRÍGUEZ, Pablo. Seducción, amancebamiento y abandono en la colonia. Colección Historia, Santa Fé de Bogotá, 2, Fundación Simón y Lola Gubereck, 1991.
- _____. *Sentimientos y vida familiar en el nuevo Reino de Granada*. Santa Fe de Bogotá, 1997.
- ROJAS, Dolores Enciso (Coord.) *Casa, vecindario y cultura en el siglo XVIII*. VI Simposio de Historia de las Mentalidades. México: INAH, 1998.
- _____. Uniones matrimoniales sancionadas por el consenso de la comunidad: siglo XVIII. In: *Comunidades domésticas en la sociedad novohispana: formas de unión y transmisión cultural*. Memoria del IV Simposio de Historia de las Mentalidades. México, 1994.

- ROMERO, Luis Alberto. *Que hacer con los pobres? Élite y sectores populares en Santiago de Chile, 1840-1895*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.
- ROSNOW, R. L.; FINE, G. A. *Rumor & gossip: the social psychology of Herasey*. New York, 1976.
- ROSS, Ellen. *Love and toil: motherhood in outcast London, 1870-1918*. Oxford, 1993.
- SEMINARIO Familia y elite de poder en el Reino de Murcia: siglos XV-XIX. *Historia de la familia: una nueva perspectiva sobre la sociedad europea*. 5 v. Murcia, España, 1997.
- SHIBUTANI, T. *Improvised news: a sociological study of rumor*. New York, 1986.
- SOMAN, Alfred. Linfra-justice a París dapres les archives notariales. *Histoire, Economie et Societé*, 3, 1982.
- TEBBUTT, Melanie. Gossip. In: DAVIES, A.; FIELDINE, S. (Ed.) *Workers world*. Manchester, 1992.
- THOMPSON, E. P. *Rough music: la cerradura inglesa*. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1994.
- TUOZZO, María Celina. Apuntes metodológicos: el problema de la verosimilitud en el estudio de los sumarios criminales. *Actas Americanas*, 4, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, 1989.
- VALENCIA, Alonso. El chisme y el escándalo en la sociedad colonial. *Estudios Sociales*, 3, 1988.
- ZULAIKA, Joseba. Violencia, texto y parodia. *Antropología*, Madrid, 6, p. 37-64, 1993.

CIDADE, CICLOS MATRIMONIAIS E ETNICIDADE: IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ORIGEM GERMÂNICA E LUTERANA EM CURITIBA; 1866-1939*

Sergio Odilon Nadalin**

Dos filhos de Anna e Johann Dietrich, perdemos o paradeiro de Louise e Marie; talvez tivessem se mudado, da cidade ou da comunidade. Os outros todos casaram-se na igreja da paróquia. Uma das filhas do casal, também chamada Anna, casou-se bem mais jovem do que sua mãe: não tinha, ainda, vinte anos. Friedrich, o marido, era alsaciano e quatro anos mais velho que a mulher. Casaram-se depois de um ano de namoro, relativamente vigiado pelos pais; [...] Dez meses após o casamento, no penúltimo dia de março de 1882, nasceu Ludwig, primeiro neto de Anna e Johann Dietrich. Mais fecunda que sua mãe, Anna teve nove filhos, um atrás do outro – tanto assim, que a diferença de idade entre eles era de um, não mais do que um ano e meio. Somente cinco deles sobreviveram; dos falecidos, três morreram com alguns meses de idade, dois deles de disenteria. O mesmo aconteceu com Lydia Therese, falecida alguns meses antes de completar seu oitavo aniversário. Em outras palavras, dos cinco últimos filhos, só Otto, o mais novo, sobreviveu. No entanto, todas essas desgraças familiares não impediram que o casal decidisse que a conta era suficiente, e tomaram precauções para que não viessem ao mundo mais crianças. Anna estava com trinta anos.¹

* Este artigo originou-se de uma comunicação apresentada na 6ª Sessão do Simpósio URB 3 “Questões urbanas: história e políticas públicas”, 49.º Congresso Internacional de Americanistas, Quito, Equador, 7-11 jul.1997 (viagem patrocinada pela CAPES-MEC).

** Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná; bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

1 BIDEAU, Alain; NADALIN, Sergio Odilon. Histórias de vida e análise demográfica da fecundidade: abordagens complementares para uma história de comportamento social. In: NADALIN, Sergio Odilon; BALHANA, Altiva Pilatti; MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Seade, 1990. p. 134.

RESUMO

Num quadro teórico determinado pela construção de uma identidade étnica inserida num processo de urbanização, este texto deixa-se envolver pela necessidade de saber *como* mudanças sociodemográficas puderam ocorrer num ambiente de origem imigrante estrangeira. Assim, uma tentativa de resposta foi esboçada, colocando em relevo indicadores demográficos e sociais obtidos de reconstituições familiares, cujos atores viveram seus ciclos matrimoniais no cenário do desenvolvimento de uma classe média urbana, dos contatos do grupo imigrante com uma sociedade escravista em desagregação, da procura de inovações no mundo do trabalho, na economia e nas estruturas políticas da nação.

Palavras-chave: identidade étnica, urbanização, imigrantes alemães.

ABSTRACT

Set in a theoretical scenery defined through the building of an ethnic identity which was inserted within a urbanizing process, this article is concerned to the need of knowing *how* the social-demographic changes could had taken place in an environment of a foreign migrant origin. Thus, an attempt to answer such question was sketched, stressing social and demographic evidences which were obtained through family reconstitution investigation. The individuals belonging to those families lived their marriage cycles within the development of a urban medium class, amidst the contacts of the migrant group to a falling apart slavery society and the search for innovations in the world of labor, the economy and the political structures of the nation.

Key-words: ethnic identity, urbanization, German immigrant.

Este texto configura-se como um recorte numa investigação que se desenvolve há alguns anos, sendo o sujeito uma cidade – Curitiba; ou, talvez melhor, seus habitantes. Em destaque, uma parcela deles constituída por imigrantes europeus e seus descendentes, congregados numa paróquia luterana.

Quando os primeiros estrangeiros começaram a se radicar na cidade, e mesmo na conjuntura em que o Paraná conseguiu formalizar sua separação da Província de São Paulo, Curitiba era ainda um “*logarejo de pouco comércio*”² e de pouco trânsito,³ “*quase uma simples vila, sem*

2 SCULLY, W. *Brazil, its cities and provinces*. London, 1866 *apud* CARNEIRO, Newton. *As artes e o artesanato no Paraná*. Curitiba: Requião, 1955. p. 20.

3 *Ein kleines Staedtschen mit wenig Verkehr*, como descreveu FUGMANN o cenário

quaisquer serviços públicos, nem edifícios próprios para a administração provincial”.⁴

No entanto, apesar de despreziosa em tamanho, foi escolhida como capital da Província, graças ao poder político da elite agrária paranaense. A cidade não era só modesta: pelo menos até os anos de 1880, apesar de um relativo desenvolvimento urbano que resultou da emancipação provincial,⁵ seus habitantes eram tributários de uma vasta maioria que vivia no campo. A sujeição ao mundo rural era, mesmo, completa nos meados do século. Nesse momento os habitantes da paróquia espalhavam-se de maneira um tanto rarefeita numa grande região, e alguns indicadores bem objetivos demonstram que a cidade era ainda, na prática, a extensão de um modo de vida “camponês”.

Com efeito, imagino traduzir o dia-a-dia de uma sociedade pelas suas celebrações, festas e ritos de passagem. Tendo em vista a existência de farta documentação seriada a respeito nos arquivos paroquiais, destacaria nesse cotidiano as celebrações de casamentos em Curitiba. Estas comemorações, de tempos em tempos, repercutiam aqui e ali, e com maior ou menor força, intensidade ou prestígio, na sociedade; celebrações e festas que, independentemente da sua maior ou menor magnificência e ostentação – do seu “tamanho”, enfim –, constituíam um fato social para as famílias concernentes.

Pois bem, nessa ótica, durante todo o século XVIII, e entrando no século XIX, as pessoas envolvidas por um casamento na Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba suspendiam sua lida diária na terça-feira⁶ ou,

inicial da imigração alemã em Curitiba FUGMANN, Wilhelm. *Die Deutschen in Paraná; das deutsche Jahrhundertbuch*. Curitiba: Olivero, 1929. p. 145.

4 BALHANA, Altiva Pilatti et al. *História do Paraná*. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 114.

5 Em 1850, a população da cidade era constituída de 7.861 indivíduos. *MAPPAS dos habitantes da mesma cidade (Curitiba) existentes no ano de 1850* – Província do Paraná, município da capital: estatística da população em 1850 – Manuscrito existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro; em 1854, a freguesia de Curitiba possuía 6.292 habitantes (incluídos 473 escravos); o censo de 1858 apurou 11.313 pessoas, em 1866, 13.627 (incluídos 856 estrangeiros); o primeiro recenseamento do Império (1872) contabilizou 11.730 habitantes para a Capital. Cf. MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos*; dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense, 1941. p. 89-98].

6 Alguns autores mencionam antigas tradições pagãs ligadas ao culto da terça-feira. Preferimos optar pela explicação relacionada à devoção popular de Santo Antônio, o “santo

mais eventualmente, em outros dias da semana, para o festejo das núpcias realizadas na Matriz ou suas capelas. Mas, por volta da primeira metade do século passado, um número cada vez maior de paroquianos decidiu que, melhor do que durante a semana consagrada ao trabalho, os ritos matrimoniais deveriam ser realizados no sábado. Essa mudança de hábitos torna-se de modo gradativo proeminente nos trinta anos que se seguem (1851-1880).

A acepção das mudanças referidas tem um significado mais profundo se pensarmos que está articulada a aquisições de atitudes laicas, relacionadas ao antigo respeito pelo final da semana. Cada vez mais o domingo e sua véspera convertiam-se em dias de descanso e de folguedos; cada vez menos, apesar da atenção à missa domingueira, venerava-se como dantes o Dia do Senhor e sua vigília de guarda.

Assim, à vista desses indicadores, o período do terceiro quartel do século passado parece determinar-se claramente como de transição, na perspectiva de um amplo processo de urbanização. Todavia, muitas famílias – cada vez em menor número, é fácil supor –, continuavam conservando suas antigas tradições, o que naturalmente era facultado pela manutenção de um modo de vida igualmente tradicional e camponês.

Essas evidências apontam – e é esta complexidade que eu gostaria, finalmente, de grifar – para a superposição e articulação de dois comportamentos num mesmo espaço. Um, ligado muito provavelmente a uma população de hábitos mais citadinos, e que dependia diretamente de uma economia e de um modo de vida cujos valores estavam mudando francamente. Essa parcela da sociedade curitibana já tendia ao aproveitamento de uma forma mais racional do tempo do trabalho: nesse sentido, nada melhor do que festejar um casamento no final da semana.

O outro comportamento – cuja atitude característica revela o peso das *durações* e costumes de um gênero de vida tradicional – articulava-se a uma economia de subsistência. A preocupação das pessoas envolvidas nessas permanências não era, seguramente, racionalizar a produção – e,

casamenteiro”, que na sociedade tradicional brasileira costumava ser homenageado nesse dia da semana. (CARDOSO, Jayme Antonio; NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos XVIII, XIX e XX. *História: Questões & Debates*, ano 3, n. 5, Curitiba, p. 105-129, dez. 1982. p. 118).

portanto, seu mundo do trabalho – de modo a gerar excedentes para comercializar.⁷

Evidentemente, o quadro descrito é bastante esquemático e corre o risco de se fundamentar numa simplificação. Entretanto, ajuda-nos a demarcar uma periodização do processo urbano em Curitiba e, assim, entender melhor o que estava se passando na sociedade que, justamente a partir dos anos 50, começava a incluir famílias de imigrantes europeus.⁸

Esta descrição é coerente com a própria estrutura urbana de Curitiba nos meados do século XIX. Uma minoria habitava permanentemente algumas casas aglomeradas num núcleo cujo centro relativo era a praça da Matriz, mas que se espalhava, de maneira um tanto rarefeita, pelo “rocio” da cidade e para “bairros” mais distantes. É muito provável que a famosa descrição que Saint-Hilaire fizera do seu plano urbano e sua paisagem em 1820 retratasse uma cidade que mudara pouco trinta anos mais tarde.⁹

Sem dúvida, essa nova etapa da história de Curitiba é coerente com as mudanças que romperam o lento ritmo das estruturas coloniais no Brasil. Esse cenário de nossa história é bem conhecido, e dele fazem parte importantes transformações institucionais. É preciso ainda salientar, nesse conjunto, o desenvolvimento de uma política imigratória, inserida na moldura que enquadrava um projeto de população para o país.¹⁰

Diria que a periodização geral deste processo – que contempla inclusive um fenômeno de urbanização – também é bem sinalizada, situando-se mais ou menos entre os anos de 1850 e a década de 1930. No

7 CARDOSO; NADALIN, p. 117-9.

8 É sintomático, por exemplo (e adiantando algumas constatações acerca das atitudes urbanas dos imigrantes alemães e descendentes cujos comportamentos foram recuperados com base nos registros dos matrimônios da mesma Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba) que, no período 1850-1894, quase 12% dos teutos casavam-se na terça-feira, 8% na quinta e 62% no sábado. Os restantes distribuíam-se quase de modo igual nos dias restantes da semana. No período subsequente, de 1895 a 1919, as diferenças durante a semana praticamente se anulam, aumentando significativamente a escolha pelo sábado (75%). Cf. RANZI, Serlei Maria Fischer. *Alemães católicos, um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919)*. Curitiba, 1996. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. p. 92.

9 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à comarca de Curitiba*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 106-107.

10 ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 11, n. 1, p. 63-70, jan./jul. 1994.

Paraná, e especialmente na capital, sua alavanca fundamental foi propiciada pelo crescimento da indústria ervateira, cujos lucros possibilitaram o deslocamento de capitais para comercialização de madeira, atividades agrárias, artesanais ou manufatureiras.¹¹

Pelo propósito desta comunicação, devo aqui grifar a participação dos estrangeiros, seus filhos e netos, nessas mudanças – seja como pequenos agricultores, como artesãos, operários, donos do seu próprio negócio ou vendendo serviços. O resultado foi uma contribuição substantiva para a ocorrência de alterações mais ou menos profundas nas estruturas sociais e econômicas tradicionais.

Foi nos anos de 1850 que uma parte desses estrangeiros, de origem germânica e oriundos da Colônia Dona Francisca, subiu a serra, certamente atraídos pelas possibilidades oferecidas pela cidade. A maioria adquiriu lotes principalmente na região ondulada pelas pequenas colinas situadas na periferia nordeste-norte-noroeste da capital, e é provável que esse local tenha sido a eles destinado pelas autoridades provinciais. Suas chácaras rapidamente mudaram a paisagem ao redor de Curitiba. Os imigrantes transformaram também o colorido da cidade, com suas presenças, suas falas, seus templos; com seu comércio e oficinas, seu labor e suas carroças, integrados cada vez mais a uma população que se tornava paulatinamente mais cidadina. Por trás de tudo – não é demais repetir – estava de modo igual o desenvolvimento dos engenhos de mate, que “tornara possível trazer à cidade todos os signos mais evidentes da condição moderna: o *boulevard*, a fábrica, a iluminação e o burburinho urbano das ruas.”¹²

Mas a cidade também propiciou de maneira especial um processo de integração entre os próprios imigrantes, tornados alemães em função da convivência e dos contatos culturais com o luso-brasileiro. De acordo com os registros paroquiais luteranos em Curitiba, tinham origens diversas.¹³

11 IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 88.

12 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: Ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p. 111. Ver também WALLE, Paul. *Au Brésil de l'Uruguay au Rio São Francisco*. Paris: Librairie Orientale & Américaine, [s.d.], p. 288.

13 Eram prussianos, posnanianos, silesianos, pomeranos, hanoverianos, hamburgueses, renanos, suíços; alguns eram naturais do Schleswig-Holstein, outros do Mecklenburgo, da Saxônia, Turíngia, Westfália, Alsácia-Lorena etc. Também foram encontrados alguns bávaros e austríacos, católicos por tradição. NADALIN, Sergio Odilon. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba: 1870-1969*. Curitiba,

As diferenças entre os estrangeiros seriam ainda mais pronunciadas se contássemos as intrincadas distinções culturais e os dialetos locais;¹⁴ igualmente, se considerássemos as proveniências distintas do campo e da cidade e, enfim, a heterogeneidade dos fatores que explicam o decurso da emigração no tempo.

Nossa dificuldade reside principalmente na compreensão dessa fase em que se inicia o referido processo de integração e de contatos culturais, fase que denominei “pioneira”. Localiza-se mais ou menos entre os anos de 1850 e a década de 1890, e esse período é caracterizado por transições complexas e contraditórias, tanto no Brasil como na sociedade “emissora”. Essa questão não pode ser minimizada, pois repercute no fluxo migratório germânico, que se mantém durante o período. Mencionei alguns sinais dessas mudanças, para o caso curitibano. Quanto às regiões “alemãs” na Europa, estavam saindo praticamente de uma situação política e social herdada da Idade Média e das guerras de religião do início da Era Moderna. Numa determinada perspectiva, as revoluções de 1848 e as agitações relacionadas às transformações da conjuntura e dos anos que se seguem traduziam atividades de uma sociedade cada vez mais aberta a novas idéias e, ao mesmo tempo, ao mercado.

Nos países alemães, essas mudanças evidenciavam verdadeiras rupturas e, o que é inerente, contradições. As diversas sociedades germânicas apresentavam profundas diferenças regionais, muitas delas resultado de longos períodos de contatos culturais diferenciados e que, em vários casos, confundiam-se com relações de dominação. Além disso, estavam ainda paradoxalmente marcadas por maiores ou menores heranças camponesas e práticas medievais, o que se destacava nas classes populares e na pequena burguesia urbana. E, na sua maioria, era essa justamente a origem social dos imigrantes teutos que aqui chegaram.

Em conseqüência, o quadro dessa complexidade se completa, ao considerarmos o fato de que a imigração colocou em contato direto duas culturas em mutação; uma, “luso-brasileira”, constituindo a sociedade

1975. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. p. 122.

14 WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980. p. 28-40.

receptora. Outra, rotulada pelos brasileiros como “alemã”. Olhando-se no espelho pelos olhos do outro, tendo como palco a cidade e seu horizonte, apararam-se gradativamente muitos dos contrastes oriundos da diversidade dos imigrantes ditos alemães, na práxis da construção de uma nova identidade étnica.

Esta história foi iniciada, pois, numa conjuntura com características que, certamente, demarcaram os comportamentos dos imigrantes e seus filhos que aqui procuraram um novo meio de vida. De um lado, estrangeiros que, se viviam da terra, estavam preocupados em produzir e encaminhar excedentes para o mercado. De outro, o ingresso de imigrantes cuja origem urbana levou-os a se instalar mais precocemente na cidade; no essencial, eram comerciantes e artesãos que, desde a década de 1860, desenvolveram atividades secundárias e de serviços em Curitiba.¹⁵

Participando da vida urbana, em breve tempo os alemães e descendentes dominaram o comércio de frutas, hortaliças, madeira, e subprodutos da criação de animais – enquanto não sofreram a competição dos poloneses e italianos. Como também dominaram, já nessa primeira fase, o mercado de secos e molhados em Curitiba, muitas vezes tendo sido acusados de praticarem preços de monopólio no comércio do pão e da cerveja. Essas indicações autorizam a interpretação de que, de fato, os imigrantes, transplantados ao novo mundo como parte de um projeto de modernidade, traziam consigo práticas medievais fundadas nas corporações de ofícios.¹⁶ Mas não só: muitos, igualmente, traziam consigo antigas práticas de origem camponesa, relacionadas ao casamento, ao amor e à procriação.

Nesse sentido, algumas estruturas, em particular aquelas de natureza demográfica, assinalam do mesmo modo a dificuldade da construção de um amálgama étnico e social comum, nessa primeira geração de imigrantes de origem germânica. Seus indicadores apontam para comportamentos e mentalidades que, ao que tudo indica, simultaneamente vinculam, contrastam e sobrepõem visões de mundo a respeito da família, do sexo e do matrimônio.

15 Já em 1868, o Presidente Jorge Feliciano Horta de Araújo afirmava que o gênio empreendedor e industrioso dos colonos alemães transparecia em diversas e novas fábricas por eles montadas [BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria, [s.d.]: – texto inédito].

16 PEREIRA, p. 42.

Assim, os estudos sobre a fecundidade dos alemães e descendentes em Curitiba entre os anos de 1866 e 1939 permitiram colocar em evidência um primeiro subgrupo de famílias, que iniciaram suas histórias matrimoniais no período coberto pela fase que denominei pioneira.¹⁷ Os dados obtidos por meio da conveniente associação de suas fichas de reconstituição de família assinalam que parcela significativa desses casais não se utilizou da contracepção durante o período virtualmente reprodutivo de seus ciclos vitais. Porém, em termos “médios”, as mães observadas tiveram sua fecundidade diminuída gradual e “naturalmente” até uma idade de 38,6 anos. Isso significa que uma fração importante dessas mulheres serviu-se, na prática, de todo o ciclo de vida fértil para constituir suas descendências, em torno de seis a sete filhos por casal.

Essa última referência deve ser enfatizada, pois a distribuição dos dados e o resultado dos cálculos realizados permite supor que, no primeiro subgrupo considerado, uma fração usava de forma difusa, ou talvez mesmo bem disseminada, métodos que visavam impedir a concepção, ou mesmo interromper a gestação.¹⁸

Essas análises salientaram que a maior parte das famílias pioneiras parece ter mantido um comportamento relacionado à natalidade semelhante ao de seus irmãos, pais e/ou avós na Europa.¹⁹ Contudo, de maneira diferente, os imigrantes anteciparam em Curitiba o início da idade reprodutiva. De fato, os rapazes e moças do grupo casavam-se em média mais cedo do que seus conterrâneos que não emigraram. Referimo-nos às mulheres em especial: aqui, em torno dos 21 anos; lá, entre os 26 e 27, se pudermos generalizar algumas estatísticas elaboradas por alguns estados

17 BIDEAU, Alain; NADALIN, Sergio Odilon. Étude de la fécondité d'une communauté évangélique luthérienne à Curitiba (Brésil) de 1866 à 1939. *Population*, v. 43, n. 6, p. 1035-1064, nov./dez. 1988.

18 Entre as famílias do subgrupo pioneiro, que tiveram uma descendência total calculada de 6,8 filhos em média, a distribuição das crianças geradas revela um certo equilíbrio entre o número de famílias pequenas, médias e grandes – respectivamente de dois a quatro, cinco a sete, e oito a dez filhos. NADALIN, Sergio Odilon. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la Communauté Evangélique Luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Paris, 1978. (Tese de Doutorado) – EHESS. p. 322-323. Por outro lado, descendências completas calculadas para o subgrupo católico de origem germânica em Curitiba revelam igualmente comportamentos diferenciados, estes tendendo aparentemente a terem menos filhos do que os luteranos (RANZI, p. 120).

19 NADALIN, 1978, *op. cit.*, p. 310; BIDEAU; NADALIN, *op. cit.*

alemães.²⁰ Ou seja, uma diferença beirando aproximadamente cinco anos e meio.

As médias exemplificadas para a Alemanha eram relativamente consistentes com o chamado padrão ocidental de casamentos, baseado em idades tardias tanto para os homens como para as mulheres. Por outro lado, ao iniciarem seus ciclos matrimoniais em Curitiba, tanto imigrantes de origem germânica como alguns dos seus descendentes, todos pertencentes ao primeiro subgrupo em análise, aproximavam-se de um padrão, digamos, “brasileiro” de início do ciclo reprodutivo.

É muito provável que a antecipação da idade ao casar tenha refletido, pelo menos para a maioria dos imigrantes, uma mudança na articulação terra e demografia – ou meios de produção e demografia –, fruto da migração. Parece que tal relação, no caso curitibano, estava ligada à concessão gratuita de terras (e/ou outros subsídios) aos colonos estrangeiros na periferia da cidade, o que teria facilitado o estabelecimento, pelos jovens nubentes, de um domicílio próprio. Em todo caso, as explicações encontram-se em aberto, pois poderíamos até nos perguntar em que medida a situação de pioneirismo, articulada às dificuldades iniciais de instalação, não teria levado os pais a incentivar um casamento mais precoce para os seus filhos.

No que concerne a este primeiro grupo, cujos casais uniram-se pelo casamento antes de 1895, temos a firme crença de que, sob as cifras apresentadas, revelava-se uma sociabilidade do tipo tradicional, ao menos para uma fração representativa de famílias. Uma natalidade relativamente alta e o predomínio substantivo de famílias grandes evidenciavam atitudes camponesas dos imigrantes em relação ao casamento, à mulher e esposa, aos filhos... Para os chacareiros alemães que se instalaram em Curitiba no terceiro quartel do século XIX, uma criança era um “bem útil a ser produzido”. Pois, instaurando na periferia da capital paranaense um sistema doméstico de produção, o tamanho da prole era fundamental para a sobrevivência do colono; constituíam os filhos um investimento necessário e lucrativo, no sentido de que não pretendiam somente produzir para a própria subsistência, mas criar excedentes para o mercado urbano.

20 MINISTÈRE DU TRAVAIL ET DE LA PRÉVOYANCE SOCIALE. *Statistique Internationale du mouvement de la population*. Résumé retrospectif depuis l'origine des statistiques de l'État Civil jusqu'en 1905. Paris: Imprimerie Nationale, 1907.

Observo que os jovens estrangeiros que se radicaram na cidade, tendo em vista algumas origens sociais ao que tudo indica semelhantes, também poderiam ter um número relativamente elevado de filhos. Contudo, alguns indicadores mostram a possibilidade de os imigrantes citadinos terem desenvolvido uma natalidade relativamente menos pronunciada em Curitiba.²¹ Enfim, o processo de mudanças já havia começado, porém somente na geração seguinte a diminuição da fecundidade seria realmente sensível à observação estatística.

As crianças nascidas num mundo onde esses mecanismos se enquadravam eram, via de regra, legitimadas pelo casamento – ou, excepcionalmente, por uma união estável de caráter consensual. Para esse contexto, pode-se afirmar que não passava pela visão de mundo desses imigrantes controlar a natalidade. No universo mental camponês, bem aproveitar a fertilidade de uma união significava vantagens sociais e econômicas e, numa relação de reciprocidade, amparo na velhice.

Na Europa, parece-nos que estas características tendiam a desfazer-se; a história da família havia tempo já descortinava práticas muito de acordo com as exigências do mundo do trabalho. Pai-mãe-filhos configuravam um modelo que se disseminava, traduzindo um processo de independentização e privatização do cotidiano familiar, embora se mantivesse alta a fecundidade, como vimos, indicando a ausência relativa de comportamentos neomalthusianos. Na perspectiva da natalidade, estas alterações espelham mecanismos flexíveis da fecundidade, regulados pela nupcialidade.²² Estamos tratando de um processo de periodização difícil, embora seus indicadores se inscrevam na longa duração. De qualquer forma, antes mesmo de Malthus, os camponeses da cristandade ocidental já tentavam escapar às barreiras da miséria retardando a união matrimonial ou mesmo – solução extrema – optando por não casar, em definitivo.

À medida que a emigração exprimiu a superação de uma série de obstáculos apontados por Malthus, podemos nos perguntar até que ponto

21 Principalmente se aventarmos a possibilidade de que esses imigrantes citadinos eram muitas vezes católicos RANZI, *op. cit.*, p. 120.

22 BIDEAU, Alain. Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 50-56.

isto não significou também a possibilidade da emergência de outro modelo familiar no país de acolhida.

E aqui voltamos a nos referir ao caso concreto e muito especial do subgrupo de imigrantes alemães pioneiros em Curitiba, cujo início de história familiar ocorreu no interior de um enclave. O adiantamento da idade do primeiro casamento das mulheres, por exemplo, para 21,1 anos, significou uma diferença de mais ou menos 5,5 anos em relação às práticas matrimoniais na Europa germânica. Essa mudança de comportamento combinava-se com a manutenção de uma fecundidade relativamente alta, o que provavelmente respondia aos traumas, medos e anseios da migração e, principalmente, ao choque cultural característico da fase marginal, ao se colocar pela primeira vez um contingente representativo de estrangeiros lado a lado com os nacionais. Tal comportamento demonstraria, mais uma vez, a flexibilidade dos regimes demográficos, não só em relação à economia, como mostram alguns autores, mas também em relação às condições socioculturais de existência.

Num sistema camponês herdado, no qual se inseria a maioria dos migrantes e imigrantes que se localizaram no planalto curitibano, os estímulos à nupcialidade e à maternidade afloravam. A facilidade de acesso à terra e a promessa de um mercado para a colocação dos produtos excedentes da subsistência combinavam-se com as exigências herdadas de definição de um *status* social fundado na projeção de uma família grande no seio da comunidade. Esse *status* harmonizava-se, outrossim, com uma tradição de masculinidade que se revelava no direito a uma esposa fértil e a muitos filhos – isso era tudo o que um homem podia desejar, sua satisfação, honra e riqueza. Na outra face da moeda, a feminilidade tradicional, camponesa, harmonizava-se com o valor expresso pela fertilidade da mulher.

De modo que, num tal ambiente “camponês”, também não é difícil entender a elevada frequência de concepções pré-nupciais entre os lutaranos, no primeiro grupo de casamentos observado em Curitiba (1866-1894).²³ Da totalidade dos casais que permaneceram na comunidade até

23 Essas eram práticas correntes ainda na segunda metade do século passado, pelo menos em várias regiões da Europa germânica, da Escandinávia à Suíça. SHORTER, Edward. *Naissance de la famille moderne: XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Seuil, 1977. SOLÉ, Jacques. *L'amour en occident a l'époque moderne*. Bruxelas: Edition Complexe, 1984, p. 30.

pelo menos o nascimento do primeiro filho, verificamos que, em cada dez noivas observadas, pelo menos duas (21,3%) não tiveram direito ao véu e à grinalda quando foram levadas ao altar. Provavelmente outras tantas, senão mais, mas certamente um número até importante, perderam sua virgindade antes das núpcias; contudo, não foram flagradas por uma concepção.²⁴

Entre essas, devemos incluir as noivas (8,5% do total) que comprovadamente viveram em união consensual durante um certo tempo com seus prometidos, antes do casamento. Dessas uniões resultou pelo menos o nascimento de um filho antes das núpcias – “ilegítimo” aos olhos da Igreja e da Lei. Outras tantas, não sabemos quantas, nunca se casaram. Os registros, com raras exceções, recusam-se a falar a respeito, o que simplesmente pode traduzir a pequena importância dada pela comunidade a essas ocorrências.

Queremos enfatizar, por conseguinte, uma indicação de comportamentos originais *vis-a-vis* à família, manifestados pelo grupo. É evidente que laços culturais não se rompiam com facilidade. Nessa perspectiva, constatamos a manutenção de uma prole numerosa e de comportamentos concernentes à sexualidade caracteristicamente camponeses. Talvez pudéssemos acrescentar que também a endogamia e uma economia “moral” definiam um horizonte para a maior parcela dos membros da comunidade imigrante, uma vez que faziam parte do mundo rural tradicional.

Contudo, é preciso grifar, de novo, que toda esta análise está centrada em frequências percentuais obtidas entre a comunidade dos luteranos. Numa tentativa de reconstituição do subgrupo católico, as cifras mostram-se sensivelmente diferentes: 12,8% incluídos 3,5% dos casais que tiveram filhos antes do casamento²⁵ representam bem menos do que a frequência total de 29,8% calculada para os evangélicos de origem ger-

24 BIDEAU, Alain; NADALIN, Sergio Odilon. Histórias de vida e análise demográfica da fecundidade: abordagens complementares para uma história de comportamento social. In: NADALIN, Sergio Odilon; BALHANA, Altiva Pilatti; MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.140. Estima-se que as possibilidades de concepção em uma só relação sexual num casal jovem e saudável estão entre 2% e 4%; isto significa que a concepção deve ser, com probabilidade, o resultado de várias semanas, e talvez meses, de relações sexuais sem proteção. STONE, Lawrence. *Familia, sexo y matrimonio en Inglaterra: 1500-1800*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 311.

25 RANZI, p. 103.

mãnica. Evidentemente, estas constatações diferenciadas, somadas a uma fecundidade um pouco menor para os católicos, demonstram mais uma vez minha hipótese inicial, relacionada à complexidade das atitudes e comportamentos desses imigrantes do primeiro período e que estavam em contato com os curitibanos nos primórdios da imigração.

Essas práticas iniciais – concernentes a comportamentos herdados –, dizem respeito a uma fração provavelmente importante entre os primeiros imigrantes. Localizados nos arredores de Curitiba e vivendo como colonos num modo de vida tipicamente rural, suas experiências praticamente foram perdidas pela memória curitibana. Do mesmo modo que foi esquecida a primeira igreja construída pela comunidade dos luteranos, de estilo pomerano e técnica enxaimel, com torre e lambrequins; demolida, em seu lugar foi edificado um novo templo, maior, mais sólido, gótico. Foi o templo que ficou, e a sociedade mitifica, racionalizando que a igrejazinha erguida na rua Inácio Lustosa, no mesmo “bairro dos alemães”, teria sido mais antiga, pelo estilo de sua construção.

Nesse contexto, a história do imigrante alemão em Curitiba foi marcada pelo senso comum: ele sempre foi visto como um elemento urbano que se imiscuiu desde os primórdios da “grande imigração” nas atividades comerciais e industriais da cidade – o que, como vimos, tinha sua dose de verdade – exercendo profissões liberais diversas, etc.

De fato, nessas lembranças, o que marcou foi a particularidade do perfil do imigrante que, na permanência do fluxo migratório, continuava a chegar ao Brasil. A partir principalmente dos anos de 1880, foram substantivas as transformações pelas quais passava a Alemanha, agora unificada. Curitiba, por seu lado, continuava a se desenvolver, e a atrair estrangeiros e descendentes. Muitos eram oriundos das antigas colônias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, num processo de migrações internas que, sabemos, acompanha o desenvolvimento capitalista.

Sem contar seu crescimento, o conteúdo do desenvolvimento urbano de Curitiba transformava-se com a mudança gradativa dos filhos dos chacareiros, que deixavam suas lavras, seja definitivamente, atraídos pelas luzes da cidade, seja complementando a renda com salários, empregando-se como criados domésticos e operários.

Na passagem do século,

o centro de Curitiba transformara-se numa espécie de síntese de várias propostas de cidade. O traçado racional se impusera

muito mais por questões formais do que por qualquer outro motivo, e agora se prestava principalmente ao tráfego dos bondes e aos 1.000 veículos diversos. As árvores e a água encanada garantiam a salubridade urbana. Enfim, não era mais preciso viver apenas das notícias de Paris ou Rio de Janeiro, graças à erva-mate.²⁶

A tradição de se comemorar Curitiba – principalmente a Curitiba imigrante e desenvolvida –, não é, portanto, de hoje. Até os estrangeiros que por aqui passavam deixavam suas notas a respeito:

Le facteur puissant du progrès de l'agriculture et du commerce paranaense est, sans aucun doute l'élément polonais et allemand. A Curityba la plus grande partie des maisons de commerce sont allemandes, partout on voit des enseignes aux noms allemands, cela n'implique pas que ces maisons soient étrangères, elles appartiennent seulement à des fils ou neveux d'Allemands, de Polonais e d'Italiens, l'Allemand restan l'élément dominant du commerce.²⁷

A comemoração à cidade permeia a documentação paranaense entre as décadas de 1890 e 1920; porém,

por detrás das fachadas ecléticas que começavam a tomar conta das ruas centrais de Curitiba, como a XV de Novembro, proliferavam os cômodos onde se empilhavam os caixeiros e as costureirinhas. Pelos *boulevards* da cidade perambulavam imigrantes andrajosos. A cidade fora tocada definitivamente por esse processo de modernidade universal capaz de arrancar camponeses de lugares inimagináveis como a Galícia, a Cracóvia, o Vêneto, o Tirol ou até mesmo a Islândia, para atrair-los junto com guarapuavanos ou parnanguaras numa

26 PEREIRA, p. 115-116.

27 WALLE, p. 287: "O fator poderoso para o progresso da agricultura e do comércio paranaense é, sem nenhuma dúvida, o elemento polonês e alemão. Em Curitiba, a maior parte das casas de comércio é alemã; em toda parte vêem-se tabuletas com nomes alemães, o que não implica que estas casas sejam estrangeiras; elas pertencem somente a filhos ou sobrinhos de alemães, poloneses e italianos, o alemão constituindo o elemento preponderante no comércio".

localidade ainda mais inimaginável da América do Sul, que atendia pelo nome de Curitiba.²⁸

Todavia, não cabem dúvidas de que, à parte os contrastes e os estrangeiros que não deram certo, uma parcela relativamente importante dos imigrantes germânicos e seus descendentes, nascidos ou não em Curitiba, passou a integrar a classe média que crescia e se fortalecia com o desenvolvimento urbano.

As transformações na contextura social – retomando um exemplo anterior –, traduzem-se igualmente por indicadores antes aventados, relativos à escolha das festas de casamento durante a semana, em Curitiba. Do terceiro para o último quartel do século XIX, o crescimento de uma nova mentalidade é evidente, expressando cada vez mais o domínio da cidade sobre o campo. A preferência do sábado para a realização das cerimônias matrimoniais revela, de uma vez por todas, uma racionalidade na utilização do tempo que demonstra valores de um mundo do trabalho assinalado por uma sociedade de mercado. Isso estava acontecendo na Curitiba cuja história, de certa maneira, reiniciava-se nos anos de 1880.²⁹

Assim, além de dominarem o comércio de secos e molhados (incluído o do pão), observadores também anotavam, na passagem para o século XX, que esses alemães e seus descendentes prevaleciam na capital paranaense, freqüentemente de forma absoluta, em vários tipos de atividades comerciais e industriais.³⁰ Em outros setores, seja como proprietários ou imiscuindo-se nas tradicionais atividades relacionadas ao engenho e exportação do mate, seja no setor de serviços, artesanato e como mão-de-obra operária, sentia-se sempre a presença “imigrante”, salientando-se aquela de origem germânica. Na verdade, a sociedade paranaense mudava

28 PEREIRA, p. 116.

29 CARDOSO; NADALIN, p. 119.

30 Na fabricação de bebidas gasosas e cervejas, brinquedos, cola, meias e tecidos, fósforos e pianos. Constituíam a maioria, igualmente, nas atividades de fundição, tinturaria, colchoaria, olaria, ferraria, marcenaria, beneficiamento do couro; da mesma forma, prevaleciam como proprietários de moinhos, ourivesarias, serrarias e serralherias. Finalmente, eram preponderantes, e às vezes únicos, no comércio de artefatos de couros, instrumentos musicais, carimbo de borracha, e muitas vezes predominavam como donos de açougues, charutarias, e lojas de louças e ferragens. MARTINS, Romário. *Almanach do Paraná*. Curitiba: A. Rocha & Companhia, 1901. p. 125-150.

suas estruturas – em função também do próprio fenômeno migratório – abrindo em consequência novos espaços no comércio e na indústria, ocupados pelos estrangeiros e seus descendentes.³¹

Esses alemães e descendentes costumavam praticar o canto, a ginástica, o tiro. Participavam de clubes de artesãos, ciclismo, excursões, leitura e teatro. Associavam-se para fazer caridade e constituíram a primeira instituição de bombeiros, voluntários, em Curitiba. Portanto, seus nomes podem ser encontrados na documentação relativa às dezenas de associações com finalidades diversas fundadas nos séculos XIX e XX.³² Em geral bastante religiosos, congregavam-se em diversas paróquias e, na sua maioria, numa paróquia luterana.

Esse importante pormenor permitiu que os imigrantes alemães e seus filhos, bem como as uniões matrimoniais interétnicas que desenvolveram durante a história que aqui está sendo narrada, fossem recuperados nos livros paroquiais. Já mencionamos, com esses fundamentos, as características dos pioneiros.

De modo que as famílias luteranas passaram do subgrupo cujas histórias matrimoniais iniciaram-se entre 1866 e 1894 para a *coorte* seguinte (1895-1919), de 6 a 7 filhos em média, para uma descendência de 4 a 5 filhos por casal. Finalizando, para o último conjunto de casais, constituídos entre 1920 e 1939, foi observado um número médio em torno

31 BALHANA; WESTPHALEN, *op. cit.*, p. 5, 17. Há algum tempo, foi realizada uma pesquisa objetivando “determinar em que medida a imigração, particularmente a alemã, criando novas necessidades de mercado e aumentando os efetivos populacionais, teria contribuído para a emergência de novos ramos de atividades comerciais e industriais, além da dinamização daqueles existentes”. Com base principalmente na documentação dos arquivos da Junta Comercial do Paraná, verificou-se que, “de 1854 a 1889, de 15 firmas comerciais e industriais constituídas em Curitiba, 13 pertenciam a imigrantes alemães e seus descendentes, uma a italianos e uma apenas a brasileiros”; entre 1890 e 1929, das 2.116 empresas estabelecidas na capital paranaense, “1.369 firmas, ou seja, 64,7%, tinham por proprietários imigrantes e, sobretudo, seus descendentes”. No que se refere às atividades setoriais, ainda nesse período, 28,4% de firmas comerciais registradas em Curitiba pertenciam a elementos de origem germânica, 24% do setor de serviços; nas atividades industriais, representavam 50% no setor de minerais não-metálicos, 80% couros, cortumes e similares, 65% de estabelecimentos químicos (fósforos, tintas, vernizes, etc.). Ainda, 40% setor têxtil, vestuário e calçados, 35,6% bebidas em geral, 31% atividades editoriais, gráficas, papel e papelão e, finalmente, 23% nos setores de fumo, charutos e cigarros (p. 10-12).

32 Em menos de setenta anos (de 1856 a 1926) cerca de meia centena de entidades alemãs foram criadas pela comunidade, muitas delas incorporando nos seus estatutos dispositivos de ajuda aos associados. NADALIN, Sergio Odilon. *Clube Concórdia*. Curitiba: Clube Concórdia, 1972. p. 4.

de 2 a 3 filhos nascidos vivos, o que permite supor uma queda significativa da fecundidade, principalmente no período entre-guerras.

Em outros termos, após 1894 a ruptura com o padrão apresentado na primeira coorte é evidente. Essas diferenças traduzem-se na redução dos níveis das curvas e, o que é talvez mais significativo, na concavidade delineada pelos seus traços. Na segunda coorte, observa-se com uma certa clareza que, uma vez atingida a descendência desejada pelos casais observados, estes começaram a utilizar o que os demógrafos chamariam de freios contraceptivos. No último grupo de casais da comunidade étnica as evidências parecem indicar comportamentos de controle da prole desde o início do casamento, o que explicaria a tendência a uma descendência mais débil.

A utilização de métodos contraceptivos revela-se, outrossim, pela diminuição da idade média em que as mulheres tiveram seus últimos filhos. Aqui também visualiza-se a ruptura: de 38,6 anos na primeira coorte para 34,6 anos na segunda.³³

Porém, a utilização da contracepção, pelas análises já realizadas,³⁴ não explica satisfatoriamente as mudanças nos comportamentos antes do casamento, entre os membros do grupo. De uma geração a outra, as frequências de concepções pré-matrimoniais diminuíram significativamente, dos 29,8% antes assinalados, para 18% (de 1895 a 1919) e 14,7% (entre 1920 e 1939). De fato, mesmo que em parte essas transformações possam ser tributadas a algumas precauções nas relações entre os namorados e noivos, estou convencido de que a maioria delas deve-se às transformações morais oriundas das mudanças qualitativas no grupo. Esta análise está relacionada à continuidade da imigração e, no principal, ao processo de urbanização e de formação de uma mentalidade burguesa originada da formação de uma classe média relativamente importante no interior do grupo étnico.

É interessante ainda anotar, pelo seu significado, que na realidade todas essas transformações fazem parte de uma tríplice revolução comportamental na história das famílias do grupo teuto-brasileiro. Ou seja, o

33 Tendo em vista o corte em 31 de dezembro de 1939, a grande maioria das mulheres da coorte iniciada em 1920-1939 não pôde ser acompanhada até pelo menos os 45 anos de idade, o que explica o fato de não ter sido calculada a idade média da última maternidade para estas mães.

34 NADALIN, Sergio Odilon. Sexualidade, casamento e reprodução. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 63-82, jul./dez. 1988.

aumento da castidade pré-matrimonial foi acompanhado por mudanças que, num determinado contexto, poderiam caracterizar-se como *malthusianas*, pois traduziam-se no adiamento da idade ao casar – 21,1 anos para as mulheres da primeira coorte, para 21,9 e 23,9, respectivamente, nas coortes seguintes, somando quase três anos de 1866 a 1939 –, e *neomalthusianas*, manifestando o emprego de métodos contraceptivos.³⁵ De modo que o decréscimo da fecundidade revela-se também pelo encurtamento das histórias maternas: na primeira coorte as mulheres atingiam sua descendência final ao cabo de 17,5 anos, em termos médios; nas coortes seguintes estes ciclos diminuíram substancialmente, para 12,7 e 11,5 anos.³⁶

Para concluir, a questão que nos envolve, a partir destas constatações empíricas, implica a tentativa de saber por que e como tais mudanças ocorreram na comunidade, considerando-se o quadro teórico da construção de uma identidade étnica inserida num processo de urbanização. Questão complexa, uma vez que carecemos de fontes documentais que permitam invadir tão francamente a intimidade desses casais. A única forma de tentar resolver o problema baseia-se numa metodologia de tateamentos sucessivos, a partir das cifras calculadas, e fundamentada em alguns sistemas teóricos já conhecidos.

Neste sentido, seríamos tentados, numa primeira aproximação, a linearizar a análise com base num esquema já clássico de *transição demográfica*. As primeiras explicações que pretendiam dar conta deste processo alicerçavam-se na idéia de que a fecundidade teria cedido em função da queda da mortalidade (principalmente a infantil). Portanto, as razões da transição deveriam ser buscadas numa única causação, ou seja, na melhoria das condições de saúde pública e do saber médico.

É evidente que os fatores mortalidade e morbidade não devem ser desdenhados, uma vez que esse fenômeno efetivamente parece ter se desenvolvido dessa forma durante o século XIX. No caso brasileiro, em especial, deve ter começado a diminuir por volta da passagem do século, podendo ter se refletido no grupo em questão. De fato, algumas análises

35 MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*: Inglaterra, 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 45.

36 A média para esse último período foi estimada, supondo-se, simplesmente, que a última maternidade manteve-se no mesmo patamar do segundo para o terceiro grupo, o que não deve ser o caso.

permitem aventar a hipótese, ainda muito preliminar, de uma situação privilegiada da comunidade nesse sentido.³⁷

Entretanto, não abstraindo a explicação pela mortalidade, cremos que deveríamos escapar às modelizações que tendem a ser um tanto mecanicistas, dada a complexidade da realidade social. Se, de um lado, a maioria dos autores tem concordado com a necessidade de se estudar de forma especial o casamento e a fecundidade como variáveis intervenientes no processo global da transição demográfica,³⁸ de outro lado vimos como as mudanças na nupcialidade e na fecundidade estão relacionadas às transformações nos padrões morais relativos à sexualidade. Os comportamentos sexuais, o início da idade reprodutiva e a fecundidade, é preciso insistir, antes de serem fenômenos puramente biológicos, constituem manifestações culturais e resultam de controles sociais.

37 MACEDO, Iara Simile de; BURMESTER, Ana Maria de O.; NADALIN, Sergio Odilon. *Estimativas de mortalidade adulta no grupo evangélico luterano em Curitiba; 1880-1919*. "Seminar on adult mortality and orphanhood in the past", CELADE e IUSSP; San José (Costa Rica), dez. 1984.

38 MACFARLANE, 1990, *op. cit.*, p. 34-62.

Referências Bibliográficas

- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.11, n.1, jan./jul. 1994.
- BALHANA, Altiva Pilatti, et al. *História do Paraná*. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BIDEAU, Alain. Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *População e sociedade*; evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 47-68.
- BIDEAU, Alain; NADALIN, Sergio Odilon. Étude de la fécondité d'une communauté évangélique luthérienne à Curitiba (Brésil) de 1866 à 1939. *Population*. v. 43, n. 6, p. 1035-1064, nov./dez. 1988.
- _____; _____. Histórias de vida e análise demográfica da fecundidade: abordagens complementares para uma história de comportamento social. In: NADALIN, Sergio Odilon; BALHANA, Altiva Pilatti; MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *História e população*: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação Seade, 1990. p. 131-141. 308 p.
- CARDOSO, Jayme Antonio; NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos 18, 19 e 20. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 105-129, dez. 1982.
- CARNEIRO, Newton. *As artes e o artesanato no Paraná*. Curitiba: Requião, 1955.
- FUGMANN, Wilhelm. *Die Deutschen in Paraná; das deutsche Jahrhundertbuch*. Curitiba: Editora Olivero, 1929.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MACEDO, Iara Simile de; BURMESTER, Ana Maria de O.; NADALIN, Sergio Odilon. *Estimativas de mortalidade adulta no grupo evangélico luterano em Curitiba; 1880-1919*. SEMINAR ON ADULT MORTALITY AND ORPHANHOOD IN THE PAST, promovido pelo Centro Latinoamericano de Demografia - CELADE (ONU) e pela International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP); San José (Costa Rica), dez. 1884.
- MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*: Inglaterra, 1300-1840. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- MAPPA *dos habitantes da mesma cidade [Coritiba] existentes no ano de 1850*. Província do Paraná, município da capital: estatística da população em 1850. (Manuscrito existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro).
- MARTINS, Romário. *Almanach do Paraná*. Curitiba: A. Rocha & Comp., 1901. p. 125-150.
- _____. *Quantos somos e quem somos*; dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empreza Grafica Paranaense, 1941.
- MINISTÈRE DU TRAVAIL ET DE LA PRÉVOYANCE SOCIALE (France). *Statistique Internationale du Mouvement de la Population*. Résumé retrospectif depuis l'origine des statistiques de l'État Civil jusqu'en 1905. Paris, Ministère du Travail et de la Prévoyance Sociale, Imprimerie Nationale, 1907.

- NADALIN, Sergio Odilon. *Clube Concórdia*. Curitiba: Clube Concórdia, 1972.
- _____. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969*. Curitiba, 1975. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.
- _____. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la Communauté Evangélique Luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Paris, 1978. Tesse de Doutorado. EHESS.
- _____. Sexualidade, casamento e reprodução. *Revista brasileira de estudos de população*. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 63-82, jul./dez. 1988.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- RANZI, Serlei Maria Fischer, 1996. *Alemães católicos, um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919)*. Curitiba, 1996. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Paraná.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Comarca de Curitiba*. São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1964.
- SHORTER, Edward. *Naissance de la famille moderne: XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Seuil, 1977. 379 p.
- SOLÉ, Jacques. *L'amour en Occident à l'époque moderne*. Bruxelas: Edition Complexe, 1984.
- STONE, Lawrence. *Familia, sexo y matrimonio en Inglaterra; 1500-1800*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- WALLE, Paul. *Au Brésil de l'Uruguay au Rio São Francisco*. Paris: Librairie Orientale & Américaine, [s.d.].
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional/ Brasília: INL, 1980.

MULHER E HERANÇA AFRICANA: UM ENSAIO*

Sheila de Castro Faria*

RESUMO

Este ensaio tem por objeto as mulheres forras, em particular as africanas, no acesso a recursos materiais. A mulher negra foi analisada pela historiografia com uma carga estigmatizante, pois teria sido triplamente penalizada – era mulher, escrava e estrangeira – talvez mais pelos europeus que a descreviam, contemporaneamente, e pelos historiadores do século XX, do que pelas circunstâncias materiais de vida que levava. A pobreza teria sido o resultado previsto e esperado para suas condições após a libertação, pois os recursos que porventura tivesse adquirido teriam sido gastos na alforria. Diversas pesquisas sobre várias partes do Brasil, entretanto, apresentam essas mulheres donas de bens significativos, destacando-se as africanas, fato incompatível com a pobreza que lhes é imposta. Outras abordagens, portanto, se impõem para rever as práticas femininas de mulheres forras africanas, sendo necessário levar em conta suas heranças culturais e as formas com que os costumes de suas terras de origem tiveram de ser moldados para a sobrevivência como libertas e para a evidente ascensão econômica. O discurso contemporâneo que as apresentava como “pobres” estava relacionado à sua situação social e não à posse de bens materiais.

Palavras-chave: história da mulher, mulheres negras forras, escravidão.

ABSTRACT

The object of this essay is an approach on free women, specially the Africans, as it regards access to material possession. Black women have been viewed by historiography through stigmatizing eyes – since they were three times penalized by the fact of being women, slaves and foreigners – perhaps more discriminated by the Europeans – who described them contemporaneously – and the XX century historians than by the material circumstances regarding their lives. Poverty was expected and predicted for an African woman's life after being set free.

* Este trabalho é resultado de uma pesquisa mais ampla, sobre a história da mulher, financiada pelo CNPq, cujos desdobramentos resultaram em um projeto sobre a mulher forra de origem africana que, agora, conta com financiamento do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes.

** Professora adjunta III do Departamento de História e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Any possession she might have had would probably be spent in the emancipation. Many studies on different parts of Brazil, however, has seen these women as owners of significant assets, in special the Africans. Such fact seems not to fit the idea of prescribed poverty. Thus, other approaches on free African women's practices are necessary. One has to take in account their cultural heritage and the way their motherland costumes had to be shaped in order to ensure their existence as free women and the evident economic prosperity. The contemporaneous discourse presenting them as "poor" regards their social status but not material possessions.

Key-words: women history, free black women, slavery.

Introdução

Durante anos a historiografia brasileira sobre o período escravista brasileiro vem qualificando as mulheres, em geral, que não têm maridos ou companheiros, e as ex-escravas, em particular, pela pobreza. Provavelmente esse tipo de enfoque tem como ponto de partida a idéia de uma sociedade escravista polarizada, com a dominação explícita entre os extremos: senhores sobre escravos; homens sobre mulheres. Transferia-se, assim, uma idéia de dominação ainda mais abrangente e aterradora – a da metrópole sobre a colônia.

A sociedade aqui criada teria sido caracterizada por pólos opostos e com forças opostas, num dualismo que referendou, teoricamente, a interpretação posterior e mais enfática ainda, vigente no século XX, da entrada do Brasil numa posição desprivilegiada no mundo industrial: a herança colonial brasileira – rural e “conservadora” – seria a causa da inexistência de um mercado interno forte e, como consequência, de uma ineficiente acumulação interna de capital, resultando numa industrialização através da importação de bens de produção e de capital externo.

Assim como os escravos, as mulheres e a própria colônia, o Brasil seria obviamente dependente, no período contemporâneo e industrializado. Era a reprodução cíclica da história colonial.

Já é meio senso comum a referência aos novos estudos que vêm questionando muitos desses pressupostos, inclusive a crítica à teoria da dependência e ao dualismo econômico. Em relação à História colonial, nos trabalhos da década de 1970, a forma de se produzir riquezas no período

escravista ganhou *status* de modo de produção, o “modo de produção escravista colonial”, de Ciro Cardoso (1973a, 1973b, 1980) e de Jacob Gorender (1978). O sistema passou a possuir, portanto, uma lógica interna.

No final da década de 1980 e início da de 90, pesquisas demonstraram, através de uma grande massa de dados, que havia um mercado interno expressivo, pelo menos no decorrer do século XVIII, e que os comerciantes com capital oriundo deste mercado interno eram os grandes detentores do poder econômico colonial (e não os comerciantes de Portugal nem os grandes senhores de escravos do Brasil; *cf.* Lenharo (1979); Gorenstein (1978); Fragoso (1992 – reedição pela Civilização Brasileira, RJ, em 1998); Fragoso e Florentino (1993); Guimarães e Reis (1986).

Ainda nos anos 80, mas principalmente nos 90, os escravos passaram a ser objeto de estudo e de acirradas discussões, questionando-se a interpretação anterior que afirmava o aniquilamento cultural e a dominação total que teriam sofrido a partir da travessia do Atlântico. *Cf.* Slenes (1988, 1991-92, 1994); Schwartz, Slenes & Costa (1987); Florentino (1997); Florentino e Góes (1997); Motta (1990); Faria (1998); Mattos (1998).

É justamente dentro desse contexto que situo meus estudos atuais. Meu propósito é analisar uma forma de enriquecimento pouco importante em termos de *status*, para a sociedade da época, distante do grande comércio e da lavoura agroexportadora, mas que no aspecto econômico foi fundamental para muitas mulheres, em particular as forras, que tiveram papel de destaque.

Pouco foi escrito especialmente sobre as mulheres, no período escravista brasileiro. Quando havia referência, na maior parte das vezes, a abordagem relacionou-as uma forma dependente de inserção, tanto política quanto social e econômica.

Se pouco foi escrito sobre as mulheres, menos ainda foi pesquisado sobre a mulher que veio da África. A mulher negra foi analisada com uma carga estigmatizante, pois teria sido triplamente penalizada – era mulher, escrava e estrangeira –, talvez mais pelos europeus que a descreviam, contemporaneamente, e pelos historiadores do século XX, do que pelas circunstâncias materiais de vida que levava.

Quero crer que, dentro das extremamente duras condições do cativo e da sociedade mais abrangente, as mulheres negras tiveram de criar mecanismos contundentes de luta para manter seus lares, seus filhos e sua sobrevivência. Valeram-se amplamente de identidades herdadas de suas culturas de origem e de maneiras de viver formadas no contexto da

sociedade escravista. Foram levadas a se inserir em teias econômicas já existentes ou, o que é bastante possível, que contribuíram para criar.

Escravos negros e herança africana

Já é bastante questionada a proposição de que os negros oriundos do tráfico atlântico e seus descendentes tiveram no engenho da escravidão todas as suas heranças culturais e identidades anuladas. Esse tipo de abordagem da História, mesmo revolucionária em seu tempo, encontra-se hoje em transformação. Para uma análise mais pormenorizada ver Slenes (1988, 1994); Faria (1998); Chalhoub (1990); Lara (1988). O caso não é mais de se centrar esforços para questionar pressupostos anteriormente aceitos, mas de partir para outros, mesmo tão datados quanto aqueles, que respondam melhor a nossas inquietações atuais.

Sem dúvida alguma, foi a família escrava a que mais atenção recebeu de pesquisadores nos últimos tempos. Não vou, aqui, entrar em detalhes sobre os caminhos e descaminhos sobre a história da família escrava, mas só ressaltar que foram esses estudos, principalmente os de Robert Slenes (1988, 1994). mas também os de Manolo Florentino e José Roberto Góes (Florentino; Góes, 1997), entre outros, que trouxeram dados instigantes para se pensar também a família e a economia dos ex-escravos e seus descendentes.

O principal balanço que se pode fazer com base nesses e em outros trabalhos é o de que se torna urgente explorar a história dos povos africanos, origem sem dúvida das variações encontradas nas diversas comunidades escravas do Brasil e que, ainda hoje, aparecem nos traços culturais fortes de cidades e estados que tiveram sua presença marcante e duradoura.

Dito de outro modo, penso que as tradições e costumes das culturas africanas, presentes no período escravista brasileiro, explicam as soluções que forros e seus descendentes encontraram na formação de suas famílias; na composição de suas atividades domésticas; nas escolhas de atividades econômicas; na atuação das mulheres.

Parto do pressuposto de que a família (*lato sensu*) representou um papel fundamental na vida das pessoas no período escravista brasileiro, se é que ainda não o representa nos dias de hoje. Por “família” não estou me

referindo à composta somente pelo “casal”, necessariamente. Considero como família também mulheres ou homens e seus filhos, mesmo sem cônjuges ou companheiros presentes, por exemplo.

Ter acesso à família era condição fundamental para a sobrevivência e para a melhoria das condições materiais de vida, em particular em áreas agrárias, além de representar uma estabilidade querida e perseguida pela grande maioria da população. Segundo conceituação da época, o “fogo” – a unidade doméstica – podia ser chefiado por pessoas que tinham nele as mais diversas relações. A mais comum foi, sem dúvida, a relação familiar, ritual ou consangüínea. Dentre os fogos, entretanto, alguns foram considerados pobres, quase todos chefiados por pessoas tidas como “solitárias”, fossem homens ou mulheres. Mas a historiografia tem ressaltado a figura feminina como especialmente atingida pela pobreza. Para essa historiografia, as mulheres seriam “sós”, “pobres” e “abandonadas” porque não teriam maridos ou companheiros presentes – seriam marginalizadas. Seriam essas mulheres realmente pobres?

Vitimização da mulher na história

Analisando os mapeamentos populacionais de São Paulo, para os anos de 1804 e 1836, Maria Odila Dias imprimiu um discurso de absoluta e total vitimização da mulher, qualquer que tenha sido a sua origem, desde que fosse chefe de domicílio (Dias, 1995). Todas as mulheres que identificou como “sós” eram “pobres” ou “remediadas” e viviam num “anônimo” acintoso. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a “pobreza”, em que, segundo a autora, vivem essas chefes de domicílio, vem acompanhada de um número razoável de escravos.

Das mulheres ditas por ela como “sós”, 40% tinham escravos. Esse percentual, 40%, é uma proporção nada desprezível. A autora explica a origem do acesso a esses escravos: favores, doações e pequenos quinhões de herança. Ou seja, receberam esses bens sem ter contribuído em nada para isso. Como considerava as mulheres, sem homens, pobres e vítimas, seria impossível construir outro argumento.

Esclareço que, pela documentação analisada, os mapeamentos populacionais, é impossível estabelecer a origem da aquisição do escravo.

Outras fontes seriam absolutamente necessárias. Em momento algum, por exemplo, Maria Odila Dias aludiu à possibilidade de muitas delas terem conseguido ser proprietárias de escravos por trabalho próprio, de qualquer natureza.

Justamente por não ver essa possibilidade, afirma que possuir escravos, para essas mulheres, é um luxo superior a suas forças, e que só o *status* poderia explicar o esforço para mantê-los.

Um outro dado importante a ser ressaltado é o da proporção da chefia de unidades domésticas por mulheres. Os historiadores ficaram visivelmente impressionados com a quantidade de fogos chefiados por mulheres em várias localidades do Brasil escravista. Os trabalhos com os mapeamentos populacionais de algumas freguesias de São Paulo, de Minas Gerais e da Bahia apresentaram dados surpreendentes, nesse aspecto, sobre a composição dos domicílios.

Em Ouro Preto e Cachoeira, em Minas Gerais, em São Paulo, em Santiago Mayor do Iguape, no Recôncavo baiano, em Salvador, entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, a proporção de mulheres chefiando fogos variava de 34% a 45%.¹ A proporção realmente impressiona, mas não se restringia ao Brasil.

No trabalho de Barbara Potthast-Jutkeit (1991), no Paraguai, em 1846, as mulheres chefes de domicílio perfaziam, na zona urbana, a esmagadora maioria dos fogos. Nos dois maiores centros urbanos do país, Encarnación e Villa Rica, mulheres chefes de domicílios detinham uma porcentagem nunca encontrada para o Brasil, de 64% e 57%, respectivamente. Nas freguesias rurais, as proporções também são grandes, mas mais parecidas com as das zonas urbanas do Brasil, entre 28% e 34%. Pablo Rodrigues (1997), para a Colômbia do século XVIII, encontra entre 18% e 27% de fogos chefiados por pessoas sem cônjuge presente, a maioria mulheres.²

1 Para São Paulo: KUZNESOF (1986); Minas Gerais: RAMOS (1986); Cidade da Bahia: MATTOSO (1992); Santiago Maior do Iguape: DÍAZ; STEWART (1991); Campos dos Goitacases: REIS (1785).

2 O autor analisa mapeamentos populacionais dos anos de 1777 e 1792, para as cidades de Cali, Cartagena, Medellín e Tunja.

É, portanto, um fenômeno geral para as sociedades coloniais e escravistas e muito interessante, sem dúvida, que surpreendeu os analistas que, a partir daí, consideraram ter sido a mulher penalizada pela sociedade mais abrangente, pois parte dos domicílios era chefiada por mulheres casadas com maridos ausentes, embora fosse igualmente grande o número de solteiras e viúvas. Como também a maior parte delas era pobre, concluíram pela visão que as vitimizava. Termos como “abandonadas”, “discriminadas”, “desclassificadas” e similares foram abundantemente utilizados para qualificar suas vidas.

Parto da premissa de que, apesar do fato de ter realmente havido um olhar contemporâneo a elas que lhes deu uma aparência de vitimização (embora eu interprete as palavras de contemporâneos mais como de perseguição e controle), elas próprias não se viam assim, ou não se sentiam “pobres”, “marginalizadas”, “desclassificadas”, etc. E, mais do que tudo, não eram necessariamente “pobres”.

Tenho como hipótese básica que a composição de domicílios chefiados por mulheres era escolha delas próprias, pois havia outras opções. A chefia de domicílio por parte de mulheres não significava que fossem as vítimas absolutas de uma sociedade perversa. Considero que, dentro de uma sociedade realmente perversa, as mulheres tiveram escolhas e recriaram certos esquemas para suas vidas.

Uma necessidade de revisão

A primeira questão a ser considerada é sobre elas serem “sós”. Para tanto, é necessário agregar outros dados para as considerações que faço. Ao agregá-los, percebe-se que essas mulheres estavam sempre acompanhadas, em seus fogos, por pessoas de variadas relações, nada tendo de “sós”.

No trabalho de Arlene Diaz e Jeff Stewart, sobre Sant’Ana do Iguape, no Recôncavo Baiano, na década de 1830, a maior parte dos agregados listados nos mapeamentos populacionais estava em domicílios chefiados por mulheres (Díaz; Stewart, 1991). Em minha pesquisa com Apiahy, da província de São Paulo, em 1817 (hoje parte do Paraná), das mulheres chefes de fogos designadas como “pobres”, somente uma não tinha filho coabitante. Dos homens sem mulheres presentes, ao contrário,

somente um tinha filho que com ele habitava. E nenhum tinha agregado. Os homens poucas vezes ficavam com seus filhos, quando a mulher morria ou os abandonava. Eram criados por parentes, compadres e vizinhos. “Sós” seriam, portanto, mais os homens do que as mulheres.

O primeiro dado a ser refutado, portanto, é o de que essas mulheres estavam “sós” – todas, ou a esmagadora maioria, tinham filhos ou agregados em seus domicílios. Não é a ausência de um marido/companheiro que qualifica a mulher de “solitária”. Se nos dias de hoje podemos imaginar o celibato como um fator de solidão, não podemos inferir o mesmo para épocas passadas.

A segunda questão é a da “pobreza”. A proporção de mulheres chefes e donas de escravos é extremamente significativa. Em São Paulo, por exemplo, entre o final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, 40% das mulheres chefes de domicílio eram donas de escravos. Em momento algum essas mulheres podem ser consideradas como pobres. Mais ainda: a proporção de mulheres chefes com escravos era a mesma do conjunto dos domicílios, incluindo homens casados, em que 38% tinham escravos. Ou seja, se 60% das mulheres poderiam ser consideradas pobres por não terem escravos, essa era uma situação que abrangia a sociedade como um todo, e não as mulheres em particular, pois 62% dos demais domicílios chefiados por homens também não tinham escravos. São Paulo era, naquele momento, um lugar de produção de alimentos, com pequenas escravarias e bem menos da metade dos domicílios escravos.

Em Campos dos Goitacases, área agroexportadora açucareira do Rio de Janeiro, em 1785 havia 1.491 fogos, 65% deles com escravos. Em termos numéricos, eram 202 os domicílios chefiados por mulheres, representando 14% (Faria, 1998). O mais impressionante, entretanto, é que desses 202 domicílios, assustadores 62% eram escravistas, praticamente a mesma proporção dos domicílios como um todo – 65%. Ou seja, elas reproduziam o mesmo grau de acesso a escravos que os homens chefes de domicílio. Portanto, fazer uma unidade funcionar com escravos não era prerrogativa só de homens, conforme várias vezes foi descrito pela historiografia.

Essas mulheres eram, em grande parte dos casos, ex-escravas ou descendentes de escravas – eram as pretas/pardas livres ou forras.

Herança cultural e opção de atividade econômica

Sempre parti do pressuposto de que as mulheres sem maridos/companheiros coabitantes eram mais comuns nas zonas urbanas do que nas rurais. Eu intuía que, nas zonas rurais, quando a mulher tinha filhos sem o pai da criança presente e sem escravos – solteiras, viúvas ou com marido ausente – era mais difícil arcar com a chefia de unidades domésticas. Elas, então, agregavam-se a outros fogos – de parentes, compadres, vizinhos ou amigos.

Nas zonas urbanas, por outro lado, o trabalho como rendeira, doceira, costureira, prostituta etc., muitas vezes consorciado (ou seja, no caso delas exercerem duas ou mais dessas atividades) permitia que também tomassem conta dos filhos e de sua unidade doméstica, sem necessidade de mudar sua habitação. Mantinham-se, portanto, como chefes.

Continuo achando que esse era um fato, mas havia outros que só agora incorporo.

O primeiro, e acho que mais importante, é que havia um tipo de trabalho das mulheres na zona urbana que me escapava e sinto ter sido um dos mais importantes: o de venda a retalho, sempre estigmatizado por ser feito pelas “negras de tabuleiro”, que se dedicavam à venda ambulante e a varejo de uma infinidade de alimentos e objetos. Assim como o das lavradoras, este trabalho pressupõe o distanciamento do local de moradia por um bom tempo.

Mas, é bom destacar, justamente por estarem essas mulheres chefes de domicílio com inúmeros agregados em suas habitações, os cuidados com filhos pequenos poderiam ser realizados por outras pessoas. Também é verdade que elas próprias poderiam levar os filhos, quase sempre amarrados às suas costas, ou andando ao seu lado, para suas atividades externas.

Quase todos os viajantes que passaram pelo Brasil e incluíram pinturas em seus relatos retrataram com muita frequência pessoas negras no comércio a varejo pelas ruas das cidades. Carlos Julião (1960), Henry Chamberlain (1822), Rugendas (s.d.) e Debret (1989), em diferentes períodos, são alguns entre vários outros. Nas gravuras, as mulheres dominam essas atividades.³

3 Cf. JULIÃO (1960); DEBRET (1989); RUGENDAS (s.d.); CHAMBERLAIN (1822).

Os homens, por outro lado, sempre, ou em sua maioria, brancos, foram retratados como donos de vendas fixas. O único caso em que um homem negro figurou dentro de uma loja é a prancha “Açougue de carne de porco”, de Debret. Segundo ele, é a loja mais repugnante – suja, com ratos, feia etc. Talvez por isso a representação do açougueiro seja a de um negro, provavelmente escravo do dono do açougue.

Os estudos atuais realmente indicam que a propriedade de uma venda fixa, de lojas ou negócios era masculina e, mais do que tudo, de brancos. Já a venda a varejo, menos estudada, principalmente a de “tabuleiro” (pela precariedade das fontes), aparentemente, assim como na África, tornou-se monopólio feminino.

Nas Minas Gerais, principalmente, a referência às negras quitandeiras ou “de tabuleiro” era extremamente freqüente, pela preocupação das autoridades em colocá-las distantes das principais áreas de mineração, lavras, morros ou aluviões. Em relações de solicitação às Câmaras de licença para venda de mercadorias em várias vilas de Minas Gerais, o número proporcional em mulheres aumentou consideravelmente, no decorrer do século XVIII.

Na vila do Carmo, por exemplo, em 1725, somente 7% de mulheres receberam licenças para comerciar; em 1796, elas eram responsáveis por 61% dessa atividade. Em Vila Rica, a proporção é ainda mais expressiva. Em 1716, apenas 10 mulheres (6%) obtiveram licença. Em 1746 elas já representavam 39%, chegando ao ano de 1773 como responsáveis por 70%. É necessário ressaltar que, no início do século XVIII, poucas eram as mulheres nas Minas. Também é bom lembrar que todos deviam pedir licença para exercer essas atividades, inclusive os donos de vendas fixas, o que não é explicitado no trabalho que consultei (Figueiredo, 1997). Provavelmente, inúmeros eram os que exerciam práticas comerciais sem as devidas licenças legais.

De qualquer forma, fica claro que a entrada de mulheres na atividade mercantil, provavelmente no comércio a varejo e ambulante, foi crescente e acabou dominando o comércio miúdo talvez não só nas diversas vilas e núcleos mineiros, mas em todo o Brasil, onde a presença africana se tornou mais marcante.

É preciso considerar que tomar conta de um domicílio, com filhos, arcar com seus gastos e demandas de todas as ordens só seria possível se um fundamento cultural estivesse presente.

Diversos estudos sobre a África indicam que o pequeno comércio era quase um monopólio feminino, quer se trate da Costa da Mina (Nigéria, Daomé, Senegal) ou da região banto, congoangolesa (Centro Africana) (cf. Bush, 1990; Verger, 1987). As atividades escolhidas por essas mulheres, então, estavam sendo ditadas por costumes distantes dos da sociedade ocidental cristã. Ligavam-se às culturas da África.

Por outro lado, o olhar e os ditames dos eruditos europeus estavam, no período moderno, conscientes de que as mulheres de “bom berço”, assim como os homens, não deveriam possuir o “defeito mecânico” – o trabalhar com as mãos. Trabalhar, portanto, com as mãos, principalmente na venda a retalho, estaria fora da expectativa de grande parte da população oriunda da Europa ou influenciada pelos costumes europeus.

Obviamente, as mulheres de origem cultural européia, mesmo as de “bom berço”, poderiam já estar, no século XVIII, distantes deste estereótipo. Mas havia hierarquia para a aceitação de trabalhos. Alguns seriam depreciadores. Outros, não.

No século XIX, costumes de mulheres e homens das colônias ou das repúblicas e impérios recém-fundados eram tidos como “estranhos” pelos relatos de viajantes e cronistas que por aqui passaram. Franceses e ingleses, em sua maioria, estes viajantes poderiam ter como premissa o fato de que o comércio a varejo, feito pelas próprias mãos, era absolutamente depreciado no Brasil. Sendo depreciado no Brasil ou na Europa, não importa, o que os viajantes não procuraram saber era como era visto pelos que a ele se dedicavam. E foi assim que qualificaram essas pessoas e suas atividades – depreciando-as. O mais interessante foi que muitos historiadores acreditaram neles e reproduziram trechos de seus discursos como se fossem expressões da verdade da época.

Ao que tudo indica, o trabalho de venda, para mulheres africanas ou suas descendentes, era a possibilidade de acumulação de capital, incluindo aí o acesso a escravos. Mais importante do que a constatação de que as mulheres africanas e suas descendentes praticavam largamente o comércio a retalho, é o fato da riqueza que pode estar aí potencialmente envolvida.

Em Minas, entre 1718 e 1804, variou muito a proporção de mulheres chefes de domicílio. Inicialmente, a grande quantidade proporcional de homens em relação a mulheres foi responsável por uma ínfima participação delas como chefes. Realmente, o perfil da migração, em inícios do século XVIII, configurava uma sociedade majoritariamente masculina.

Ainda em 1776, os homens perfaziam a maioria da população. Em Vila Rica, por exemplo, eram quase 50.000 homens, entre brancos, pardos e negros, e somente 29.000 mulheres. Na Comarca do Rio das Mortes, em Sabará e na Comarca de Serro Frio, as mulheres representavam em torno de 30% da população (Paiva, 1995).

Estes números surpreendem por um outro fator: a presença expressiva de mulheres como detentoras de monopólios em algumas atividades, principalmente no comércio a retalho, de tabuleiros ou de venda de secos e molhados (Figueiredo; Magaldi, 1984). O fenômeno não se restringia ao Brasil. Barbara Bush analisou o Caribe, entre os séculos XVII e XIX, e identificou a herança africana do papel econômico feminino (Bush, 1990).

A demografia mineira, caracterizada pela pequena proporção de mulheres no conjunto da população, também não consegue explicar o peso das mulheres forras como testadoras. Os testamentos eram feitos pelos que tinham algum bem a deixar. Devemos considerar, portanto, que os que testavam representavam os grupos mais favorecidos. Tratava-se, portanto, de uma elite (mesmo não sendo uma elite socialmente reconhecida).

Paiva (1995, p. 124) calculou, na Comarca de Rio das Velhas, em Minas, entre 1720 e 1784, que, entre 357 testamentos, 73 eram de mulheres forras, conformando o segundo grupo que mais testou, superado apenas pelo de homens livres.⁴ Este dado é fundamental.

A presença de mulheres como proprietárias e componentes de um grupo privilegiado economicamente, embora, com certeza, não socialmente, aparece em dados de outra natureza.

Nas primeiras décadas do século XVIII, na Vila de Pitangui, por exemplo, mais de 90% dos proprietários de escravos eram homens, reflexo da demografia de Minas na época, majoritariamente masculina. O mesmo acontecia em Serro Frio. Na freguesia de Congonhas do Sabará, em 1771, as mulheres passaram a representar 22,6% dos donos de escravos e, em 1790, a proporção passou para 30,6%. Já no início do século XIX, em Vila Rica e no Distrito de São Caetano, elas representavam 38% e 29%, respectivamente, dos donos de escravos (Luna; Costa, 1982), percentuais bastante significativos, sem dúvida, principalmente se levarmos em conta que muitas delas eram forras ou descendentes de forras.

⁴ 231 testamentos eram de homens livres, 23 de homens forros, 30 de mulheres livres e 73 de mulheres forras.

O mais esclarecedor, entretanto, foi a propriedade de escravos por parte de forros. Em Serro Frio, em 1738, as mulheres eram 63% das pessoas forras donas de escravos. Em Vila Rica, em 1804, a porcentagem aumenta ainda mais: entre forros proprietários, 78% eram mulheres (Luna; Costa, 1982, p. 46).

Deve-se ter em mente que a vida econômica em Minas Gerais, no decorrer do século XVIII, caracterizou-se pela presença marcante de núcleos urbanos, talvez mais do que em outras áreas coloniais, o que tornava a área bastante propícia às atividades tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres na África – o pequeno comércio.

Creio que, culturalmente, tanto brancas pobres quanto homens pardos ou pretos, livres ou forros, estavam distantes da tradição de venda a retalho trazida da África pela mulher negra. A proporção de testamentos a que aludi anteriormente, inclusive, indica os dois grupos mais enriquecidos: homens brancos e mulheres forras.

Talvez até mesmo pela evidente constatação de enriquecimento das mulheres, em especial, houve a tentativa de controle por parte da administração metropolitana sobre, no sentido de refrear suas atividades, pois muitas delas passavam ao largo da legalidade que se queria impor. No Bando de 1733, do Governador e Capitão General de Minas Gerais, a referência às “negras” de tabuleiros é bastante marcante:

[...] e contando-me juntamente, que nos córregos, e sítios onde se mineram diamantes andam negras com tabuleiros, e outras vendendo cachaça, o que em todas estas Minas é proibido, qualquer delas, que for achada nas ditas paragens, além de perder toda a mercância, que levar, será presa e não sairá da cadeia, sem primeiro pagar cem mil réis, ou seja, forra, ou cativa [...] (*Apud* Luna; Costa, 1982 p. 47).

O historiador Carlos Eugênio Soares (1999) fez, recentemente, uma pesquisa sobre as “tendas de angú”, existentes na cidade do Rio de Janeiro, que, no decorrer do século XIX, passaram a ser designadas como “casas de zungu”, recebendo uma localização fixa. Afirmou o autor que as primeiras eram procuradas para alimentação e armadas em praças e ruas de grande movimento. As segundas eram de grande procura por parte da população liberta e escrava, para alimentação e hospedagem. O dado surpreendente é a presença de mulheres negras, quase sempre africanas

forras, como proprietárias dessas casas. Para a polícia e a opinião jornalística da época, a visão é de que eram lugares de cultos mágicos, bagunça e prostituição. Em finais do século, houve intensa perseguição a esses estabelecimentos, sumindo sua referência nos últimos anos do século XIX. A argumentação do autor é de que, sendo lugares freqüentados por africanos, que seriam o elo de ligação entre escravos crioulos e forros não africanos, a diminuição da participação de pessoas originárias da África, com o passar dos anos, fez com que as casas de zungu perdessem seu sentido.

Ao que tudo indica, as formas de enriquecimento, no período escravista brasileiro, não se restringiam ao grande comércio liderado por brancos portugueses e às práticas agroexportadoras. Mesmo de pequeno porte, as formas de acumular capital variavam enormemente, mas sempre dentro do que seria culturalmente possível. Dentro do que era viável na sociedade aqui criada e passível de acúmulo de capital, o comércio era lugar privilegiado, fosse ele realizado pelo “grosso” ou pelo “pequeno” trato. Era uma sociedade, sem dúvida, dominada pelo capital mercantil.

Conclusão

Os dados apresentados sobre a posse de bens das mulheres forras, fossem africanas ou crioulas, impressionam pela forma significativa com que se diferenciavam do conjunto dos domicílios, principalmente pela maior propriedade de pecúlio. Acredito que seja correta a argumentação sobre a herança cultural africana na escolha de atividades que lhes garantiriam a sobrevivência.

Se as mulheres “brancas” poderiam administrar um conjunto de bens oriundo de um casamento, o mesmo não pode ser dito para as que foram escravas, particularmente as de origem africana, majoritariamente solteiras. Elas conseguiram juntar pecúlio, qualquer que tenha sido o montante, por seu próprio trabalho e pelo dos que com elas coabitavam, fossem filhos, companheiros ou agregados.

As condições dadas por suas culturas de origem permitiam que elas pudessem exercer atividades não consideradas culturalmente adequadas pelas mulheres ocidentais e cristãs. Pressuponho que há uma opção

pelo não casamento, da parte das forras africanas, que resulta de sua própria estratégia de vida, particularmente em área urbana. Baseando sua subsistência e a de sua prole numa atividade mercantil de pequeno porte, o objetivo poderia ser o de juntar pecúlio suficiente para se tornarem, de alguma forma, melhor situadas no mercado matrimonial. Talvez tenha sido esta a aspiração de muitas. Mas, pelo que os documentos deixam transparecer, mulheres que conseguiram juntar bens significativos eram muito ciosas deles.

Pode-se agregar a esse motivo material um outro, cultural, que colocaria as forras de origem africana menos interessadas em ligações sancionadas por um catolicismo que só de forma peculiar entrava em suas vidas. Costumes de suas culturas de origem poderiam, enquanto libertas, ser mais facilmente buscados.

Pelos dados apresentados, as mulheres chefes de domicílio que tinham escravos se destacavam do resto da população, configurando um estrato médio que dificilmente poderia ser considerado como despossuído pelos padrões da época. Elas não eram pobres. Particularmente as mulheres forras, com atividades de venda a retalho, principalmente alimentos, eram as mais propícias a ser proprietárias de escravos, bem fundamental de distinção econômica numa sociedade escravista.

Referências Bibliográficas

- BUSH, Barbara. *Slave women in caribbean society - 1650-1838*. Kingston: Heinemann, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Observações sobre o dossier preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial. In: PARAIN, C. *et al. Sobre o Feudalismo*. Lisboa: Ed. Estampa, 1973a.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Sobre los modos de producción coloniales de América. In: ASSAUDOURIAN, Carlos Sempat *et al. Modos de producción en América Latina*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente. n. 40, 1973b.
- CHALOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAMBERLAIN, Henry. *Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil*. Londres: Thomas M'Lean, 1822.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, 1979.
- _____. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: LUNA, Francisco Vidal.

- _____. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP Editores Ltda, 1992.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1831)*. Trad. por Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século 19*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DÍAZ, Arlene J.; STEWART, Jeff. Occupation class and a female-headed household in Santiago Maior do Iguape, Brazil, 1835. In: *Jornal of Family History*, v. 16, n. 3, 1991.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- FIGUEIREDO, Luciano; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do século XVIII. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos 18 e 19*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 (reeditado pela Companhia das Letras, São Paulo, 1997).
- FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre as famílias escravas em Parafba do Sul (1835-1872). *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 17, 1987.
- GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século 19*. Vitória: Lineart, 1993.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *A escravidão reabilitada*. Rio de Janeiro: Ática, 1991.
- GORENSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822*. São Paulo, 1978. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 2, jun. 1986.
- JULIÃO, Carlos. *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e do Serro Frio (1799)*. Álbum de aquarelas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development: São Paulo. 1765 to 1836*. USA: Westview Press, n. 18, 1986.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século 18. *Família e grupos de convívio*. *Revista da ANPUH*, São Paulo, n. 17, set.1988/fev.1989.

- LUNA, Francisco Vida; COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil - século 19*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século 19*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- _____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Bahia século 19: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século 18: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- POTTHAST-JUTKEIT, Barbara. The ass of a mare and other scandal: marriage and extramarital relations in nineteenth-century Paraguay. In: *Journal of Family History*, Londres, v. 16, n. 3, 1991.
- PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Unesp, 1997.
- RAMOS, Donald. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. In: *Journal of Family History*, 1986.
- _____. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Abep, 1990.
- REIS, Manoel Martins do Couto. Descrição geográfica, política e cronológica do Distrito de Campos dos Goitacases que por ordem do Exmo. Senhor Luiz de Vasconcelos e Souza, do Conselho de S. M. Vice-Rei e Capitão General da Terra e do Mar do Estado do Brasil, se escreveu para servir de explicação ao mapa topográfico do mesmo terreno que debaixo da dita Ordem se levantou. Manuscrito de 1785. Arquivo particular Arthur Soffiati.
- RODRÍGUES, Pablo. *Sentimientos y vida familiar en el Nuevo Reino de Granada*. Santa Fe de Bogotá: Editorial Ariel, 1997.
- RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil (1835)*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trad. por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____.; SLENES, Robert; COSTA, Iraci. A família escrava em Lorena (1801). *Revista de estudos econômicos*, São Paulo, 1987.
- SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século 19). *Estudos Econômicos*, v.17, n. 2, maio/ago. 1987.
- _____. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século 19. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16, 1988.
- _____. *Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Mimeog., 1994. No prelo.

- _____. Malungu, Ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil. In: *Redescobrir os Descobrimentos: as descobertas do Brasil*. São Paulo, *Revista USP*, n. 12 (dez./jan./fev. 1991-92).
- _____. *Slave family formation in the context of creolization and crop change: Campinas, 1776-1872*. Mimeog., 1989.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos 17 a 19*. Trad. por Tasso Gadzanis. São Paulo: Currupio, 1987.

Resenhas

A HISTORY OF WOMEN'S BODIES

Ana Paula Vosne Martins*

SHORTER, Edward. *A history of women's bodies*. London: Pelican Books, 1985. 398 p.

Edward Shorter é mais conhecido no Brasil como historiador da família e das sensibilidades modernas, mas em 1982 lançou um livro tratando de temas que, até então, estavam restritos às análises feministas, como o parto, as doenças femininas e as relações entre os médicos e suas pacientes. Entre 1973 e 1979 foi publicada a maior parte dos livros a respeito destes temas, nos quais há uma nítida defesa das práticas tradicionais das parteiras e a valorização da cultura feminina, bem como uma posição comum em relação ao caráter misógino e sexista dos médicos.¹

Numa direção diametralmente oposta à historiografia feminista, Shorter lançou seu livro sobre os corpos femininos, entrando de forma bastante polêmica numa seara dominada por interpretações bastante diferentes das suas. Invertendo o ponto de partida dos estudos feministas, Shorter não se mostrou interessado por ideologias ou, numa terminologia mais contemporânea, pelas representações, mas sim pelo que ele chama de realidade corporal das mulheres comuns do passado. Dando sua primeira alfinetada nas historiadoras feministas, o autor diz que boa parte do que se escreveu sobre as mulheres e suas experiências com seus corpos refere-se às elites sociais, mais precisamente às mulheres da aristocracia e das classes médias urbanas. Seu livro procura apresentar um relato sobre as experiên-

* Professora assistente do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e doutoranda na Unicamp.

1 DONEGAN, Jane B. *Women and men midwives: medicine, morality and misogyny in early America*. Westport: Greenwood Press, 1978. DONNISON, Jean. *Midwives and medical men: a history of inter-professional rivalries and women's rights*. New York: Schocken Books, 1977. EHRENREICH, Barbara & ENGLISH, Deirdre. *For her own good: 150 years of expert's advices to women*. New York: Garden City, 1979. LITOFF, Judy B. *American midwives: 1860 to present*. Westport: Greenwood Press, 1978. WERTZ, R.W.; WERTZ, D.C. *Lying-in: a history of childbirth in America*. New York: Schocken Books, 1979. RICH, Adrienne. *Of woman born: motherhood as experience and institution*. New York: W.W. Norton & Company, 1976.

cias das mulheres das classes populares da sociedade tradicional, já que, segundo o autor, a vida dessas mulheres era completamente diferente da vida das mulheres de elite.

Shorter não se detém numa região, como a maioria dos estudos feministas. Seu trabalho abrange alguns países europeus, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, e também os Estados Unidos. A periodização é relativamente longa, embora sem rígidos limites cronológicos, centrando-se no intervalo entre os séculos XVIII e XX, embora a maior parte de suas fontes sejam dos séculos XVIII e XIX. Quanto à documentação, o autor apresenta uma quantidade bastante significativa e variada de fontes primárias, que vão dos textos médicos aos provérbios e canções populares, passando por estatísticas demográficas, receitas populares, documentação oficial, religiosa e hospitalar.

O livro está dividido em três partes. Na primeira, o autor trata das realidades sexo-afetivas dos cônjuges na sociedade tradicional e da estrutura física dos corpos femininos. A segunda parte, com seis capítulos, aborda a experiência do parto, as transformações que ocorreram com a substituição das parteiras pelos obstetras e com a hospitalização do parto, havendo também um capítulo a respeito do aborto. A terceira e última parte do livro trata da vulnerabilidade das mulheres a certas doenças e das transformações nas relações afetivas entre homens e mulheres com a desestruturação das redes de sociabilidade feminina na sociedade moderna.

O principal argumento do autor é que, até o alvorecer do século XX, a feminilidade era um conceito negativo para a maioria das mulheres e que, somente a partir de então, quando estas conseguiram se livrar do “terrível fardo histórico” a que estavam submetidas, é que puderam viver a feminilidade como um conceito positivo, uma força vital.

Este fardo histórico que Shorter menciona refere-se a três grandes conjuntos de situações responsáveis pela subordinação das mulheres: primeiro, o acesso sexual ilimitado dos maridos, bem como uma experiência conjugal marcada pela frieza, pelo distanciamento e pela brutalidade; segundo, o desgaste físico exacerbado devido às gestações consecutivas e ao excesso de trabalho doméstico; terceiro, as diversas doenças de origem obstétrica e ginecológica que vitimavam as mulheres e para as quais não se conheciam nem as causas e nem as formas eficazes de combatê-las.

Para o autor, estas condições que vitimizavam as mulheres chegaram ao fim entre 1900 e 1930, com o acesso mais seguro ao aborto, os avanços da medicina e da cirurgia, o uso de métodos contraceptivos mais

eficazes e a mudança nas relações sexo-afetivas entre os cônjuges. Em suma, Shorter defende a tese de que houve uma plataforma física para que se dessem as pré-condições para a superação das desigualdades entre os sexos, e que isto ocorreu na transição entre a sociedade tradicional e a moderna, de acordo com as idéias anteriormente defendidas no seu livro *A formação da família moderna*, publicado em 1975.²

Demonstrando grande familiaridade com a história demográfica e da medicina, Shorter produziu um livro de grande valor, especialmente no que diz respeito à história da materialidade dos corpos. Neste sentido, seu livro é um exemplo do tipo de abordagem da história do corpo que Roy Porter denominou de materialista, ou seja, uma abordagem que procura valorizar os dados empíricos, como se pode observar na discussão muito apropriada que Shorter faz a respeito das relações entre a idade da menarca, as condições de nutrição e o raquitismo, problema de considerável extensão entre as mulheres européias até meados do século XIX, cujas deformações, especialmente nos ossos da bacia, afetavam diretamente as condições de parturição no passado.³

De posse dos dados estatísticos oriundos dos primeiros hospitais a prestarem atendimento obstétrico a partir da segunda metade do século XVIII, Shorter envereda por alguns caminhos obscuros da pesquisa, como a questão da mortalidade materno-infantil – questão esta denunciada em tons alarmistas por autoridades governamentais e religiosas e também pelos médicos – bem como as estatísticas a respeito das distocias, assuntos estes bastante polêmicos, pois remetem à discussão sobre a crescente intervenção médica no parto e suas consequências para as mulheres.

Com estes dados, o autor concluiu que as difíceis condições de vida das mulheres na sociedade tradicional se deviam às relações de gênero profundamente desiguais e assimétricas que contribuíram diretamente para uma estrutura corporal das mulheres mais debilitada e sujeita a doenças do que os homens, especialmente os problemas advindos das sucessivas gestações e dos partos difíceis. Para o autor, a medicina em muito contribuiu para a alteração do quadro terrível por ele descrito – o parto tradicional – ao desenvolver novas formas de intervenção, como as op-

2 SHORTER, Edward. *The making of modern family*. New York: Basic Books, 1975.

3 PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

erações obstétricas, o uso do fórceps, a anestesia e a cesariana, além da hospitalização do parto.

A formulação das idéias de Shorter, bem como seus argumentos, chocam-se frontalmente com as interpretações feministas sobre a história do parto. Resumidamente, a constituição de especialidades como a obstetrícia e a ginecologia foi entendida pelas leituras feministas como um processo de usurpação dos conhecimentos e das práticas curativas das mulheres, especialmente das parteiras. Já as intervenções que Shorter vê como uma contribuição da medicina à libertação das mulheres dos horrores do parto tradicional, as feministas vêem como formas de controle que, antes de resultarem em melhorias nas condições de parturição, significaram alienação do próprio corpo, submissão ao saber médico e perda de controle sobre o momento do parto com a rigidez cada vez maior dos protocolos hospitalares.

Shorter questiona estas leituras e em várias passagens do livro aponta para o que ele chama de análises equivocadas de certas pesquisas, especialmente na segunda parte do livro, onde discute a experiência do parto. Referindo-se diretamente aos autores de livros que se tornaram referência quando o assunto é parto e maternidade, Shorter procura desmontar algumas interpretações feministas que se consolidaram entre os anos 70 e 80. Destas, cabe destacar pelo menos duas críticas que são bastante representativas do pensamento do autor e da sua linha de argumentação. A primeira delas refere-se à visão das feministas sobre o parto tradicional e o papel das parteiras; a segunda diz respeito à hospitalização do parto.

Ao questionar as pesquisadoras feministas, Shorter diz que sua visão das condições do parto no passado é romântica, pois este momento da vida das mulheres nunca teria sido visto como um processo “natural”, mas como um evento coletivo e cercado de temores, no qual as parteiras intervinham, muitas vezes de maneira intempestiva, como muitas fontes produzidas não só pelos médicos, mas também pelas parteiras, denunciavam. A interpretação feminista sobre a entrada dos médicos na cena do parto e o subsequente afastamento das parteiras requer, necessariamente, uma narrativa deste processo onde, no passado, havia um domínio exclusivo das mulheres sobre o parto e as doenças femininas, baseado na solidariedade, na paciência e na capacidade fundada na sabedoria popular, daí o nome *midwife*, que significa mulher sábia, mulher experiente, e que acabou se tornando a denominação para parteira na língua inglesa, como

também na língua francesa, com a *sage-femme*. Se no passado predominava a sabedoria da parteira, com a organização do saber obstétrico nas universidades, o parto tornou-se paulatinamente um assunto restrito aos médicos, com suas práticas intervencionistas que podiam causar sofrimentos e danos às mulheres e aos recém-nascidos, além de transformar um evento da cultura feminina num ato definido, controlado e conduzido pelos médicos.

Assim, tem-se uma leitura marcadamente crítica à intervenção médica nos corpos das parturientes, como se, na época em que predominava o atendimento das parteiras, não ocorressem intervenções e o parto fosse, portanto, mais “natural” do que na época do fórceps e das cesarianas.

Shorter recorre a um grande conjunto de fontes anteriores à época da obstetrícia científica para mostrar que o parto não era considerado um evento natural e que as parteiras também faziam operações obstétricas e utilizavam os terríveis ganchos e o fórceps, além de usar drogas que aceleravam o parto, como também manuseavam o corpo da parturiente, às vezes produzindo traumas tão graves quanto os cirurgiões. Shorter não está dizendo que as parteiras eram mulheres ignorantes e brutalizadas, como alguns médicos o fizeram tentando desqualificar suas concorrentes. O que o autor questiona é a oposição entre um passado onde predominava a sabedoria das parteiras e a sua substituição por um saber médico cujos procedimentos trouxeram alienação e sofrimento para as mulheres.

O autor defende uma posição bastante coerente a respeito desta questão. Para ele, a discussão em torno da competência das parteiras estava sendo mal colocada, pois o mais importante a saber era o quanto elas estavam próximas dos padrões de conhecimento disponíveis na época. Para responder esta questão, Shorter traça a história da formação profissional das parteiras na Europa moderna, estabelecendo as diferenças entre as profissionais urbanas, formadas em escolas de parto ou supervisionadas por guildas, e as parteiras leigas ou tradicionais, sem nenhum tipo de formação e que atendiam a grande maioria da população feminina que vivia nas aldeias ou isolada no campo.

Esta análise sobre as diferenças sociais e culturais entre as parteiras é extremamente importante e levanta questões que não foram tratadas adequadamente pelas pesquisadoras feministas. Shorter faz uma análise bastante ponderada a respeito das relações entre médicos e parteiras, ao mostrar que havia parteiras muito melhor informadas e capacitadas do que os médicos, mas que também havia aquelas sem qualquer tipo de qualifi-

cação e que podiam realizar procedimentos muito perigosos nos atendimentos que prestavam.

A outra crítica de Shorter às feministas é sobre a hospitalização do parto, ou, melhor dizendo, sobre a escolha das mulheres em dar à luz nos hospitais. Vista como parte do processo de controle dos corpos femininos pelo saber médico, as pesquisadoras feministas atribuem esta passagem do parto doméstico para o parto hospitalar como o momento decisivo da história da obstetrícia e da tutela médica sobre as mulheres, além de levantarem questões de ordem ética, ao apontarem para problemas como o tratamento arrogante dos médicos e a iatrogênese, responsável pelo incremento das taxas de morbidade e mortalidade materno-infantil, devido ao excesso de cirurgias muitas vezes desnecessárias e ao uso de terapias inadequadas.

Sobre este assunto, Shorter diz que tal passagem se deu simplesmente porque as mulheres estavam procurando mais conforto e segurança para dar à luz, algo que elas não tinham nos partos domésticos. O autor recupera a cena dos partos domésticos anteriores ao final do século XIX, mostrando os problemas que as mulheres em trabalho de parto difícil enfrentavam ao ser atendidas por médicos não treinados ou por parteiras pouco experientes em situações críticas. Para Shorter, a hospitalização foi necessária para pôr fim aos excessos intervencionistas, tão criticados pelos obstetras famosos do final do século XIX. Com a anestesia, a assepsia e a cesariana, os partos difíceis podiam ser resolvidos sem traumas e rapidamente, pondo fim aos tormentos vividos pelas mulheres e seus bebês.

Esta leitura levanta alguns problemas para a pesquisa. Até meados do século XIX, parir no hospital era sinal de uma situação de desespero, somente enfrentada por mulheres abandonadas e que dependiam da caridade alheia. Contudo, no final do século, esse quadro começou a ser alterado e, apesar de considerarmos o parto hospitalar como uma mudança do século XX, estatísticas disponíveis mostram que era bastante significativo o número de mulheres pobres que procuravam os hospitais na Europa. Tendo em vista que a maior parte dos nascimentos ainda ocorria com parteiras, como explicar a tendência crescente do número de internações de mulheres grávidas nas maternidades? O fato de haver parteiras profissionais e bem treinadas nos conhecimentos obstétricos trabalhando nas maternidades contribuiu para essa mudança de comportamento? Teria, então, Shorter razão? Se a resposta for positiva, como ficam as interpretações feministas a respeito da cultura e da solidariedade femininas, para

as quais as mulheres estariam em maior segurança nas mãos das parteiras que nas mãos dos médicos?

Respostas para estas perguntas estão sendo formuladas nas pesquisas mais atentas à inter-relação entre abordagens materialistas, como a proposta por Shorter, e abordagens culturais, nas quais a dimensão ideológica é tão importante quanto o conjunto dos dados empíricos sobre o parto. Dessa forma, a questão não é escolher entre uma abordagem feminista *stricto sensu*, ou a abordagem materialista, pois se Shorter acerta ao analisar mais detalhadamente as diferenças entre as mulheres e ao utilizar uma grande variedade de fontes, ele falha ao não considerar os aspectos ideológicos e as relações de poder entre parteiras, médicos e parturientes. Sua análise deixa a impressão que a melhoria das condições físicas das mulheres ocorreu sem conflitos, decorrência de um processo muito caro para o autor: a transição da sociedade tradicional para a moderna e o desenvolvimento de novos sentimentos em torno dos cônjuges e da família.

Sem dúvida, trata-se de um livro polêmico e, em que pese a nítida intenção do autor em questionar as leituras feministas do passado para opor-se à crítica do movimento feminista à cultura e à sociedade modernas, ele produziu um livro cuja leitura é obrigatória para os interessados em história do corpo, da medicina e das sensibilidades modernas. Um livro que aguarda uma bem-vinda tradução para o português.

Referências bibliográficas

- DONEGAN, Jane B. *Women and men midwives: medicine, morality and misogyny in early America*. Westport: Greenwood Press, 1978.
- DONNISON, Jean. *Midwives and medical men: a history of inter-professional rivalries and women's rights*. New York: Schocken Books, 1977.
- EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. *For her own good: 150 years of expert's advices to women*. New York: Garden City, 1979.
- LITOFF, Judy B. *American midwives: 1860 to present*. Westport: Greenwood Press, 1978.
- WERTZ, R.W.; WERTZ, D.C. *Lying-in: a history of childbirth in America*. New York: Schocken Books, 1979.
- RICH, Adrienne. *Of woman born: motherhood as experience and institution*. New York: W.W. Norton & Company, 1976.

- SHORTER, Edward. *The making of modern family*. New York: Basic Books, 1975.
- PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

MULTIDÕES EM CENA: UM NOVO OLHAR SOBRE O VARGUISMO E O PERONISMO

Marcos Napolitano*

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus; Fapesp, 1998. 311 p. (Coleção Textos do Tempo)

O exercício da história comparada sempre foi um bom caminho para elucidar, através de um jogo de espelhos, aspectos instigantes de sociedades diferentes. Por se tratar de um tipo de reflexão histórica onde o objeto é produto de uma operação intelectual que, de antemão, justifique sua existência, a história comparada é um bom mote para exercícios refinados de análise. Foi o que conseguiu a professora do Departamento de História da USP, Maria Helena Capelato, em seu livro *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*.

A partir de uma ampla análise documental, a professora Maria Helena Capelato, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, coteja aspectos da propaganda varguista e peronista. O recorte espaço-temporal (e devemos nos lembrar de que nem sempre comparar experiências históricas significa se utilizar da mesma periodização para as formações sociais analisadas) procura ser coerente com a problemática, enfocando o momento notoriamente autoritário dos dois governantes: o Estado Novo brasileiro (1937/1945) e o primeiro governo de Juan Domingo Peron na Argentina (1945/1955). Nas palavras da autora: “A questão central do trabalho diz respeito à compreensão do caráter autoritário da propaganda veiculada através dos meios de comunicação, educação e produção cultural com o objetivo de conquistar ‘corações e mentes’” (p. 19). Nesta discussão, categorias importantes para a análise histórica, política e sociológica, como populismo, autoritarismo e totalitarismo, são examinadas sob um prisma não ortodoxo ou dogmático, num constante diálogo entre a teoria e a análise histórica.

A própria trajetória de constituição do objeto, calcada em múltiplas interfaces, demonstra essa abertura. A perspectiva básica é re-

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

tomar o tema da política sob o prisma da cultura e do imaginário, elementos que vêm renovando o campo da análise histórica. É precisamente no encontro destas duas instâncias, a política e a cultura, que a análise da propaganda se torna um elemento central para desvelar as íntimas conexões entre uma e outra. Não se trata de negar as vertentes consagradas da ciência política ou da filosofia política, mas de contribuir com o enfoque da face mais obscura da experiência política moderna, muitas vezes vista como manifestação do imponderável e do irracional, ou reduzida à pura denúncia da manipulação de consciências passivas e inertes. Maria Helena Capelato não segue nenhum destes dois caminhos de análise. A autora adverte que a eficácia da propaganda, mesmo sob a égide do autoritarismo, reside precisamente no diálogo com valores e imagens presentes em amplos segmentos sociais, reforçando elementos de agregação e de paixão, básicos para a constituição do “estado de multidão” do novo interlocutor político que emerge nestes sistemas, ditos “populistas”: as massas.

Na tentativa de neutralizar as tensões advindas da emergência deste novo interlocutor do poder no espaço público, líderes autoritários como Vargas e Peron se utilizaram amplamente da sedução e não apenas da repressão. Isto não torna os sistemas capitaneados por eles mais palatáveis às consciências democráticas, mas apenas quer demonstrar a extrema complexidade do jogo que envolveu líderes carismáticos, sistemas burocráticos e massas de trabalhadores. Normalmente, a ênfase das análises recai na explicitação dos mecanismos de manipulação ideológica ou na racionalidade da nova gestão sociopolítica, amplamente baseadas nas benesses trabalhistas, na cooptação de lideranças trabalhadoras ou na barganha racional entre elites e massas. Maria Helena tenta iluminar um novo lado deste importante momento histórico: a montagem de um sistema de estímulos passionais e simbólicos, no sentido de reforçar a idéia de unidade num corpo social e político estruturalmente marcado por interesses divergentes e conflituosos.

Ao se falar em propaganda de massa e sistemas autoritários, é inevitável o diálogo com os casos clássicos de manipulação política de consciências, o nazismo e o fascismo. A nítida inspiração que estes sistemas clássicos provocaram nas elites políticas do varguismo e do peronismo, não deve, entretanto, desviar a historicidade específica em questão nos dois últimos exemplos. Maria Helena Capelato não cai na armadilha das aparências, de se estabelecer uma relação direta entre os modelos analíticos oriundos da categoria “totalitarismo” para pensar o seu estudo comparativo.

Até porque, se no caso do Estado Novo o exercício do poder é altamente centralizado e a repressão policial se hipertrofia, no caso argentino o governo peronista se mantém dentro dos quadros institucionais do estado liberal, obviamente, sob tutela autoritária. Portanto, a imagem totalitária, entendida como a supressão completa do espaço privado e a mobilização permanente das massas dentro de um propósito ideológico integrador (nacionalismo, racismo, etc.) não deve ser o eixo de análise do varguismo e do peronismo, conforme a autora (p. 32). A nítida inspiração nazi-fascista, adaptada porém a questões e estruturas sociais e políticas diferenciadas, demonstra o quanto certas matrizes de pensamento sofrem a interferência de historicidades distintas, quando transplantadas para outras realidades. O ponto de convergência entre as experiências totalitárias européias e os autoritarismos latino-americanos em questão, também não é aleatório, e se encontra na propaganda, não graças a uma contingência de intelectuais ou ideólogos, mas num plano comum de crítica: “A propaganda política constitui, pois um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período entreguerras a partir das críticas ao sistema liberal considerado incapaz de solucionar os problemas sociais” (p. 39). Portanto, as políticas de massas do varguismo e do peronismo, na medida em que não queriam revolucionar as estruturas, mas gerenciar os conflitos sociais, através do binômio concessão-repressão, encamparam a crítica ao liberalismo, comum ao longo dos anos 20 e 40, e se esforçaram para criar a imagem de um novo ator coletivo, cujos interesses deveriam convergir para a figura do líder carismático.

Para entender os caminhos da propaganda de massas, Maria Helena Capelato não limitou sua análise às mídias clássicas onde a propaganda se desenvolve, normalmente reunidas sob o nome de “meios de comunicação” (naquela época, cinema, imprensa e rádio). A autora buscou fontes em outros dois importantes vetores: a educação e a cultura. Justamente nestes vetores, Maria Helena revela a relação, complexa e problemática, entre o Estado, os líderes políticos, e os intelectuais. Neste ponto, surge uma das mais interessantes conclusões de sua pesquisa: no Brasil, o Estado Novo procurou dar espaço para os intelectuais, até como estratégia para delimitar o campo de debate. Na Argentina, os intelectuais, como grupo social, tendo à frente literatos e jornalistas mais respeitados, não foram cooptados pelo peronismo, desenvolvendo uma relação bastante conflituosa durante todo o período. Outro aspecto importante, que explica em parte essa relação diferenciada entre Estado e intelectuais nos dois

países, é que o Estado Novo assumiu para si a tarefa de forjar a nacionalidade, ou melhor, a própria “brasilidade”, tarefa para a qual não podia dispensar a contribuição do debate intelectual. Na Argentina, o problema da nacionalidade estava relativamente “resolvido” e o movimento operário mais atuante. Tendo em vista este quadro histórico, a questão mais preeminente era neutralizar o conflito de classes. Neste caso, o sindicalismo surge como pólo convergente da política de massas peronista.

Através de sete capítulos, Maria Helena desenvolve estas e outras idéias. Sempre numa perspectiva comparada entre varguismo e peronismo, a autora inicia o livro com uma análise das imagens e espetáculos do poder (cap. 1), passando por temas variados, porém complementares: propaganda política e controle dos meios de comunicação (cap. 2), cultura política (cap. 3), enfatizando a nova política de massas (cap. 4), a representação de um tipo de cidadania baseada na figura tutelada do “trabalhador” (cap. 5), as tarefas impostas à educação naqueles dois contextos de reorganização nacional (cap. 6) e finalmente a relação entre identidade nacional e produção de sentimentos (cap. 7). O livro ainda apresenta várias ilustrações coloridas de época, onde a questão da articulação de categorias simbólicas para fins de manipulação fica bem exemplificada.

Numa época em que os projetos e debates políticos, mesmo dentro dos sistemas democráticos, parecem se diluir nas imagens vazias, a crítica das imagens geradas pelas práticas políticas e pelos lugares do poder é um exercício fundamental. Na verdade, o livro de Maria Helena Capelato mostra que a articulação entre representações simbólicas e imagens, postas em movimento pela propaganda mobilizadora de massas, não é um fenômeno recente. Em certa medida, este tipo de estratégia é indissociável do próprio conceito de política na sociedade de massas. Assumir este aspecto, como pressuposto de um novo campo da história política, não significa deslocar as determinações estruturais da instância econômica para a instância cultural. Antes, trata-se de refletir sobre as articulações mais contundentes entre as diversas instâncias da “realidade social” e, ao mesmo tempo, refletir sobre as formas pelas quais as representações simbólicas são colocadas em movimento, atuando sobre o conjunto do corpo político e social. Esta é uma importante contribuição teórica do livro de Maria Helena Capelato, que se soma à sua contribuição específica no desenvolvimento de um novo olhar sobre o varguismo e o peronismo, dois fenômenos políticos que marcaram a América Latina, neste século que termina.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação voltada para a História enquanto conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui. A revista é organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins, e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições de fontes comentadas.

Todos os trabalhos enviados são submetidos a dois pareceristas; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é submetido a um terceiro parecerista. Os editores, após a aprovação no Conselho Editorial da revista, reservam-se o direito de convidar autores ou traduzir artigos considerados relevantes.

O Conselho Editorial somente aprecia trabalhos que obedeçam aos seguintes critérios:

1. Extensão: os artigos devem ter no máximo 30 páginas e as resenhas, no máximo 5 páginas.
2. Os trabalhos devem ser apresentados em três vias impressas e em disquete devidamente identificado, com o texto digitado em Word for Windows. No material impresso não deve haver identificação do autor.
3. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte Times New Roman, tamanho 12, com entrelinhas 1½.
4. Resumo e palavras-chave: os artigos devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (*Abstract*), e de três palavras-chave, com tradução para o inglês (*Key-words*).
5. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé.
6. Os trabalhos deverão vir acompanhados de uma folha avulsa,

contendo: nome do autor, filiação institucional, titulação, telefone/ endereço/e-mail.

7. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor, cópia do original e referência bibliográfica completa.

8. Notas de referência: devem ser apresentadas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e no final do texto. Não serão aceitas bibliografias.

9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhados em folha (e arquivo) à parte, devidamente numerados, com títulos e legendas. Devem estar indicados no texto os locais das respectivas inserções.

10. Os autores receberão cinco exemplares do número da revista em que seu trabalho foi publicado.

11. Os originais não publicados não serão devolvidos.

Toda correspondência referente à revista *História: Questões & Debates* deve ser encaminhada ao seguinte endereço:

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 - 6.º andar

80060-150 Curitiba – PR

ribeiro@humanas.ufpr.br



sta ♦ obra ♦ foi ♦ impressa ♦ na ♦ Imprensa ♦ Universitária ♦
da ♦ UFPR ♦ Curitiba ♦ PR ♦ Brasil ♦ em ♦ setembro ♦ de ♦ 2000 ♦
para ♦ a ♦ Editora ♦ da ♦ Universidade ♦ Federal ♦ do ♦ Paraná ♦



APAH - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA
PGHIS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFPR
